Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 4

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 13

3.4 - Política destinação de resultados 14

3.5 - Distribuição de dividendos 15

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 16

3.7 - Nível de endividamento 17

3.8 - Obrigações 18

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 20

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 33

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 35

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 45

4.5 - Processos sigilosos relevantes 47

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 48

4.7 - Outras contingências relevantes 50

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 51

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 52

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 56

5.3 - Descrição - Controles Internos 58

5.4 - Programa de Integridade 62

Índice

5.5 - Alterações significativas 65

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 66

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 67

6.3 - Breve histórico 68

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 69

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 70

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 71

7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 78

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 79

7.3 - Produção/comercialização/mercados 86

7.4 - Principais clientes 96

7.5 - Efeitos da regulação estatal 97

7.6 - Receitas relevantes no exterior 99

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 100

7.8 - Políticas socioambientais 101

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 103

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 104

8.2 - Alterações na condução de negócios 105

8.3 - Contratos relevantes 106

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 107

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 108

9.1.a - Ativos imobilizados 109

9.1.b - Ativos Intangíveis 110

9.1.c - Participação em sociedades 113

9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 120

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 122

10.2 - Resultado operacional e financeiro 143

Índice

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 147
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 148
10.5 - Políticas contábeis críticas 149
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 150
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 152
10.8 - Plano de Negócios 153
10.9 - Outros fatores com influência relevante 155

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 156
11.2 - Acompanhamento das projeções 157

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 158
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 166
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 169
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 171
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 172
12.7/8 - Composição dos comitês 179
12.9 - Relações familiares 182
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 183
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 189
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 190

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 194
13.2 - Remuneração total por órgão 200
13.3 - Remuneração variável 203
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 205
13.5 - Remuneração baseada em ações 213
13.6 - Opções em aberto 216
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 218
13.8 - Precificação das ações/opções 220
13.9 - Participações detidas por órgão 222

Índice

13.10 - Planos de previdência 223
13.11 - Remuneração máx, mín e média 224
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 225
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 226
13.14 - Remuneração - outras funções 227
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 228
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 229

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 230
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 231
14.3 - Política remuneração dos empregados 232
14.4 - Relações emissor / sindicatos 234
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 235

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 236
15.3 - Distribuição de capital 241
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 242
15.5 - Acordo de Acionistas 243
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 244
15.7 - Principais operações societárias 245
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 246

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 247
16.2 - Transações com partes relacionadas 249
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 252
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 253

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 254
17.2 - Aumentos do capital social 256
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 257
17.4 - Redução do capital social 258
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 259

Índice

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 260

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 261

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 266

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 267

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 268

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 269

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 270

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 271

18.8 - Títulos emitidos no exterior 272

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 273

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 274

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 275

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 276

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 286

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 287

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 289

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 290

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 292

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 293

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 294

21.3 - Responsáveis pela política 296

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 297

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gilsomar Maia Sebastião**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Dennis Herszkowicz**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

TOTVS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22
NIRE 35.300.153.171

Eu, Dennis Herszkowicz, brasileiro, casado, com formação em propaganda e marketing, portador de Cédula de Identidade 20.310.061- SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 165.783.068-38, na qualidade de Diretor-Presidente da Totvs S.A., declaro que:

a. revisei o Formulário de Referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

DENNIS HERSZKOWICZ

Diretor-Presidente

TOTVS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22
NIRE 35.300.153.171

Eu, **Gilsomar Maia Sebastião**, brasileiro, casado, contador, portador de Cédula de Identidade 24.733.092, e inscrito no CPF sob o nº 174.189.288-07, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Totvs S.A, declaro que:

a. revisei o Formulário de Referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	29/04/2016 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável
Justificativa da substituição	Substituição pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. devido ao rodízio de auditores externos a partir do exercício de 2017, em cumprimento com a Instrução CVM 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ricardo Novaes de Queiroz	01/01/2016 a 31/12/2016	528.099.605-00	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (011) 36743433, Fax (011) 36742045, e-mail: ricardo.queiroz@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	07/12/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018,; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 e 2018 e de 31 de março de 2019; (iii) ISAE - Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (iv) treinamento de normas contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2018: Auditoria das demonstrações financeiras: R$1.206.820,00; ISAE - Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software: R$218.968,00; Outros: R$1.600- Total: R$1.427.388,00; e adicionais de Honorários de Auditoria R$268.302,00
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luiz Carlos Marques	01/01/2017 a 31/12/2018	043.982.278-57	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 7° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733473, Fax (11) 25735880, e-mail: luizcarlos.marques@br.ey.com

A Companhia mantém uma política a fim de suportar o processo de contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestadas pela Auditoria Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente.

A contratação dos auditores independentes para serviços extra auditoria fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nas seguintes condições: (i) os serviços não impactem a sua independência; (ii) sejam previamente avaliados e recomendados pelo Comitê de Auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração; e (iii) os serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: Previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

A Política de Contratação de Auditoria Independente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de setembro de 2018 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em https://ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	1.288.220.000,00	1.261.577.000,00	1.220.916.000,00
Ativo Total	2.391.277.000,00	2.493.625.000,00	2.443.912.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.320.269.000,00	2.227.330.000,00	2.183.786.000,00
Resultado Bruto	1.435.700.000,00	1.363.854.000,00	1.307.008.000,00
Resultado Líquido	60.643.000,00	93.258.000,00	152.269.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	163.451.636	163.405.760	163.344.952
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	7,881353	7,720517	7,474464
Resultado Básico por Ação	0,364400	0,569100	0,932100
Resultado Diluído por Ação	0,36	0,56	0,93

(a) valor das medições não contábeis

EBTIDA, Margem EBTIDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido das receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de serviços e vendas.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós que corresponde ao EBITDA ajustado pelo resultado de equivalência patrimonial, pela provisão para perda de valor recuperável de ativos, pelas provisões adicionais para contingências, pela perda (ganho) na baixa de ativo permanente, pelas provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa, pelo ganho com a venda de controladas e pelo prejuízo líquido de operações descontinuadas que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Os ajustes à nossa operação são classificados conforme abaixo:

i. Resultado de Equivalência Patrimonial: a equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o prejuízo auferido pela coligada, calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento;

ii. Provisão para Perda de Valor Recuperável de Ativos: refere-se ao resultado do teste de recuperação de ativos, realizado anualmente pela companhia, o qual gerou uma provisão para perda na unidade geradora de caixa da Bematech Hardware em 31/12/2018;

iii. Provisões adicionais para Contingências: A Bematech impetrou em 2006 mandado de segurança junto ao Delegado da Receita Federal em Curitiba, visando obter o reconhecimento da ilegalidade/inconstitucionalidade da inclusão dos valores pertinentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2017, baseada na conclusão do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na sistemática de repercussão geral, que decidiu pela exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, e baseada na opinião de seus consultores jurídicos, reverteu a provisão em 31 de dezembro de 2017, constituída no montante de R$8.454 mil (R$8.203 mil em 31 de dezembro de 2016), sendo R$4.288 mil referente ao valor de principal da discussão na rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas" e R$4.166 mil de variação monetária passiva em "Despesas Financeiras".;

iv. Perda (ganho) na baixa de ativo permanente: não faz parte dos gastos operacionais da Companhia.

v. Provisões Adicionais para Créditos de Liquidação Duvidosa: Excepcionalmente durante o 3º trimestre de 2016, foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa do saldo total de um determinado projeto no valor de R$17.221 pelo risco de crédito de um cliente de grande porte no segmento de serviços.

vi. Ganho com a Venda de Controladas: ganho apurado pela venda da subsidiária TOTVS RO;

vii. Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas: Mudança de estratégia da Companhia que decidiu colocar as operações de hardware disponíveis para venda.

A "Margem EBITDA Ajustada" corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de serviços e vendas.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas

Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia, nem como base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia utiliza e divulga como medições não contábeis o EBITDA, a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada conforme demonstra a tabela abaixo:

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2018**	**2017**	**2016**
EBITDA	82.920	95.996	259.439	294.493	343.917
Margem EBITDA%	*14,7%*	*18,5%*	*11,2%*	*13,2%*	*15,7%*
EBITDA Ajustado	114.732	96.757	346.136	293.532	351.929
Margem EBITDA Ajustada%	*20,4%*	*18,6%*	*14,9%*	*13,2%*	*16,1%*

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Nossa Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante. Nossa Dívida Líquida é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos, circulante e não circulante.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financiai Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores de nossa condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar nossa dívida. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de dívida bruta, dívida líquida ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida para as datas indicadas:

Em milhares de Reais	**Em 31 de março de 2019**	**Em 31 de dezembro de**		
		2018	**2017**	**2016**
Dívida Bruta	734.694	553.720	761.141	779.110
Dívida Líquida	261.957	50.678	322.344	479.174

Receitas de natureza recorrente e não recorrente

Software Recorrente: as Receitas de Software Recorrentes referem-se a receitas de contratos com clientes que possuem uma relação continua de prestação de serviços (contratos com prazo de 12 meses renováveis automaticamente) que compreendem receitas de Manutenção (Evolução tecnológica e atendimento), Subscrição (software como serviço) e serviços mensais como *Cloud*.

Software Não Recorrente: as Receitas de Software Não Recorrentes contemplam as vendas de licenças de software no modelo tradicional, onde o cliente tem o direito ao uso por tempo indeterminado e os serviços de implementação e customização de softwares.

Seguem abaixo os valores da Receita de Software Recorrente e de Software Não-Recorrente para as datas indicadas:

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2018**	**2017**	**2016**
Software Recorrente	416.141	378.743	1.547.171	1.466.421	1.348.883
Software Não Recorrente	147.446	140.245	563.989	526.490	590.712

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

A conciliação entre essas medições não contábeis e as demonstrações financeiras está demonstrado abaixo:

EBTIDA, Margem EBTIDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2018**	**2017**	**2016**
Lucro Líquido	12.118	34.310	60.643	93.258	152.269
Imposto de Renda e Contribuição Social	23.774	18.221	26.080	10.894	23.252
Receitas e Despesas financeiras	9.766	11.201	39.502	39.447	36.732
Depreciação e Amortização	37.262	32.264	133.214	150.894	131.664
EBITDA	**82.920**	**95.996**	**259.439**	**294.493**	**343.917**
Receita Líquida de Serviços e Vendas	563.587	518.988	2.320.269	2.227.330	2.183.786
Margem EBITDA%	***14,7%***	***18,5%***	***11,2%***	***13,2%***	***15,7%***
Resultado de Equivalência Patrimonial	130	129	517	69	-
Provisão para Perda de Valor Recuperável de Ativos	-	-	87.023	-	-
Provisões adicionais para Contingências	-	-	-	(4.288)	-
Perda (ganho) na baixa de ativos permanente	(62)	(557)	(843)	3.258	-
Provisões Adicionais para Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	-	-	17.221
Ganho com a Venda de Controladas	-	-	-	-	*(9.209)*
Prejuízo líquido da operação descontinuada	31.744	1.189	-	-	-
EBITDA Ajustado (i)	**114.732**	**96.757**	**346.136**	**293.532**	**351.929**
Margem EBITDA Ajustada	***20,4%***	***18,6%***	***14,9%***	***13,2%***	***16,1%***

(i) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de março de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. O EBITDA Ajustado no período de três meses findo em 31 de março de 2019 contempla o impacto da

aplicação do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$10,3 milhões, que corresponde aos pagamentos de aluguéis do mesmo período o qual compõe parte da amortização dos ativos em uso, bem como os juros pela atualização do passivo de arrendamento financeiro.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Em milhares de Reais	Em 31 de março de 2019	Em 31 de dezembro de 2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (1)	384.553	201.471	402.556	561.741
Debêntures (circulante e não circulante)	276.151	277.188	269.138	90.661
Obrigações por aquisição de investimentos (circulante e não circulante)	73.990	75.061	89.447	126.708
Dívida Bruta	**734.694**	**553.720**	**761.141**	**779.110**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(423.658)	(452.799)	(387.169)	(214.772)
(-) Garantias de investimentos (circulante e não circulante)	(49.079)	(50.243)	(51.628)	(85.164)
Dívida líquida	**261.957**	**50.678**	**322.344**	**479.174**

(1) O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de março de 2019 contemplava o saldo de arrendamento financeiro no montante de R$270,3 milhões.

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2018**	**2017**	**2016**
Manutenção	262.899	247.671	1.004.033	1.009.836	1.000.753
Subscrição	110.814	94.622	395.121	307.866	229.235
Serviços (1)	42.428	36.450	148.017	148.719	118.895
Licenças	57.801	56.060	177.723	166.660	167.759
Serviços de customização, implantação e outros não recorrentes (2)	89.645	84.185	386.266	359.830	422.953
Software	**563.587**	**518.988**	**2.111.160**	**1.992.911**	**1.939.595**
Recorrente (3)	416.141	378.743	1.547.171	1.466.421	1.348.883
Não Recorrente (4)	147.446	140.245	563.989	526.490	590.712
Hardware (5)	**-**	**-**	**209.109**	**234.419**	**244.191**
	563.587	**518.988**	**2.320.269**	**2.227.330**	**2.183.786**

(1) Serviços de BPO, locação de equipamentos, *service desk*, *cloud*, serviços adicionais e reserva *on line*

(2) Serviços de customização, implementação e outros incluindo treinamento, consultoria e *cloud setup*.

(3) Software Recorrente - As receitas de software recorrente referem-se a receitas de contratos com clientes que possuem uma relação contínua de prestação de serviços (contratos com prazo de 12 meses renováveis automaticamente) que compreendem receitas de Manutenção (evolução tecnológica e atendimento), Subscrição (software como serviços) e serviços mensais.

(4) Software Não Recorrente - As receitas de software não recorrente contemplam as vendas de licenças de software no modelo tradicional, onde o cliente tem o direito ao uso por tempo indeterminado e os serviços de implementação e customização de softwares.

(5) Em decorrência da classificação dos ativos de hardware como disponíveis para venda em 31 de março de 2019, as receitas auferidas e demais receitas e despesas das operações de hardware foram compiladas e apresentadas na rubrica de ao prejuízo da operação descontinuada na demonstração do resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2019 que totalizou R$31,7 milhões.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBTIDA, Margem EBTIDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, contribuem para a comparabilidade da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação no Brasil e no exterior, uma vez que as empresas do setor podem apresentar diferentes estruturas de capital e diferentes patamares de despesas com amortização, especialmente de intangíveis oriundos de aquisições.

Em geral, os investimentos com pesquisa e desenvolvimento da Companhia não são capitalizados, de modo que sua totalidade já está refletida integralmente na linha de despesas com pesquisa e desenvolvimento da demonstração de resultados, impactando integralmente o EBITDA e a Margem EBITDA da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA ajustada são medidas de desempenho mais apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados a: (i) resultado de equivalência patrimonial; (ii) provisão para perda de valor recuperável de ativos; (iii) provisões adicionais para contingências; (iv) perda (ganho) na baixa de ativo permanente; (v) provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa; (vi) ganho com a venda de controladas; e (vii) prejuízo líquido de operações descontinuadas. Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho.

Em geral, os investimentos com pesquisa e desenvolvimento da Companhia não são capitalizados, de modo que sua totalidade já está refletida integralmente na linha de despesas com pesquisa e desenvolvimento da demonstração de resultados, impactando integralmente o EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada da Companhia.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e Dívida Bruta são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os covenants financeiros a que a Companhia está sujeita, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Receitas de natureza recorrente e não recorrente

A Companhia entende que a medição da receita de natureza recorrente é útil para medir o desempenho dos contratos com clientes cujo relação de prestação de serviço é continua, além de acompanhar indicadores como taxa de renovação dos clientes e *churn*. Além disso, considerando a previsibilidade das receitas recorrentes, a Companhia consegue prever igualmente investimentos em inovação e novas tecnologias ampliando o portfólio de soluções para atender as necessidades de nossos clientes.

As receitas de natureza não recorrente por sua vez são pontuais, relacionadas a venda direta de licença (modelo tradicional de vendas de software) e prestação de serviços de customização e implementação com prazo determinado de desenvolvimento.

Não houve eventos subsequentes relacionados ao período de três meses findo em 31 de março de 2019.

valores em reais	**2018**	**2017**	**2016**
a. regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.		
a.i. valores das Retenções de Lucros	Reserva legal R$2.977 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$2.840 mil	Reserva legal R$4.649 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$*32.544mil*	Reserva legal R$7.633 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$54.237 mil
a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	*4,77%*	*35,00%*	*35,53%*
b. regras sobre distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário.		
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Ao fim de cada exercício social. O Estatuto Social (art. 39) da Companhia contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.		
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.		
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado		56.571.000,00	88.332.000,00	145.025.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		80,894805	63,157180	63,158076
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		4,707503	7,392177	7,500473
Dividendo distribuído total		45.763.000,00	55.788.000,00	91.595.000,00
Lucro líquido retido		14.880.000,00	37.470.000,00	54.237.000,00
Data da aprovação da retenção		18/04/2019	05/04/2018	20/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			17.977.520,00	03/10/2018	5.441.584,63	09/05/2018	7.374.975,91	10/05/2017
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			14.708.880,00	03/10/2018	32.912.246,64	06/10/2017	43.605.490,37	24/08/2016
Ordinária			13.076.130,88	09/05/2019				
Ordinária					17.434.329,03	09/05/2018		
Ordinária							40.614.573,51	10/05/2017

Não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas no período de três meses findo em 31 de março de 2019 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	1.103.057.000,00		0,85626446	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
			13.227.000,00	28.962.000,00	0,00	0,00	42.189.000,00
			73.757.000,00	0,00	0,00	0,00	73.757.000,00
			3.562.000,00	199.869.000,00	0,00	0,00	203.431.000,00
			152.927.000,00	6.355.000,00	0,00	0,00	159.282.000,00
Total			243.473.000,00	235.186.000,00	0,00	0,00	478.659.000,00

Observação

Critérios utilizados: (i) os empréstimos e financiamentos do BNDES foram classificados como dívidas com garantias de carta fiança (Outros); (ii) O PNC (títulos de dívida) foram classificadas como dívida com garantia flutuante; e (iii) As debentures de 2017 são quirográfarias. As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31/12/2018. Não foi incluído neste quadro os montantes referentes a Obrigações por aquisição de investimentos (circulante e não circulante) no montante de R$75,1 milhões em 31/12/2018.

Nos contratos de dívidas da Companhia, existem cláusulas de inadimplemento cruzado que são condições padrões em instrumentos de financiamento em geral, cujo descumprimento pelo devedor pode resultar na declaração de vencimento antecipado do saldo em aberto de determinada dívida, que, por sua vez, poderá constituir hipótese de vencimento antecipado de outras dívidas. Para maiores informações, vide item 10.1 (f) deste Formulário de Referência

Em 8 de maio de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante comunicando a celebração, conjuntamente com sua controlada Bematech S.A., de Memorando de Entendimentos vinculante tendo por objeto a venda, para a ELGIN S.A., das suas operações de hardware desenvolvidas no território brasileiro por meio de sua subsidiária Bematech Hardware Ltda., pelo montante de R$25 milhões, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. A conclusão da transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras e da verificação de outras condições de praxe para esse tipo de negócio.

Em 9 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato Relevante comunicando a celebração de acordo com a VTEX S.A. ("VTEX") para (i) a criação de uma joint venture que terá como foco o desenvolvimento e distribuição de soluções de software para e-commerce para empresas no mercado brasileiro; e (ii) alienação para a VTEX da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da CIASHOP S.A. ("CIASHOP"), representando 70,47% do capital social da CIASHOP, pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. O valor total atribuído à CIASHOP foi de R$30.048.966,08 (trinta milhões quarenta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oito centavos). A conclusão desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de negócio.

Em complemento as informações do item 3.8:

Exercício Social (31/12/2018)						
Tipo de Obrigação	**Tipo de Garantia**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Financiamentos	Garantia Real	13.227.000,00	28.962.000,00	-	-	**42.189.000,00**
Título de dívida	Garantia Flutuante	73.757.000,00	-	-	-	**73.757.000,00**
Financiamentos	Quirografária	3.562.000,00	199.869.000,00	-	-	**203.431.000,00**
Financiamentos	Outras garantias	152.927.000,00	6.355.000,00			**159.282.000,00**
	Total	**243.473.000,00**	**235.186.000,00**	-	-	**478.659.000,00**

Observação:

Critérios utilizados: (i) os empréstimos e financiamentos do BNDES foram classificados como dívidas com garantias de carta fiança (Outros); (ii) O PNC (títulos de dívida) foram classificadas como dívida com garantia flutuante; e (iii) As debentures de 2017 são quirográfarias. As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31/12/2018. Não foi incluído neste quadro os montantes referentes a Obrigações por aquisição de investimentos (circulante e não circulante) no montante de R$75,1 milhões em 31/12/2018.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes

O mercado de sistemas de gestão, principal mercado em termos de receita em que a Companhia atua, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software, subscrever pelo uso do software e contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ademais, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia estão sujeitos a rápida evolução. Dessa forma os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não lhe permitir competir de forma eficiente nos mercados em que atua. Eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções poderão impactar materialmente a estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, seus resultados financeiros.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de Techfins e outros novos mercados

Parte importante da estratégia da Companhia é entrar em novos mercados, incluindo o mercado de *techfins*. A Companhia pode não ser capaz de estabelecer de forma competitiva nesses mercados. Por exemplo, o mercado de *fintechs* possui players mais consolidados e com mais experiência no segmento financeiro. Ademais, a Companhia pode ter dificuldades para escalar a operação de forma sustentável, dada a dependência de parceiros (*funding*/risco de crédito) e oportunidades de fusões e aquisições. Além disso, com a atuação no segmento de *techfins*, a Companhia pode estar sujeita às leis e regulamentações que regem o segmento financeiro e meios de pagamento, tendo em vista um mercado caracterizado por um ambiente regulatório dinâmico. Caso a Companhia não consiga ser competitiva no mercado de *Techfins* e acompanhar as tendências tecnológicas do setor, os investimentos realizados pela Companhia nesse segmento podem não obter o retornar esperado, ou mesmo obter resultados adversos, impactando negativamente os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de seus produtos que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

As medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI") da Companhia poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos ou, inclusive à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar em indisponibilidades imprevistas nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia

Qualquer ação para burlar as medidas de segurança de tecnologia da informação da Companhia e de seus produtos e/ou de seus fornecedores poderia ocasionar a apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes que estejam armazenados nos servidores da Companhia ou em nuvens públicas homologadas pela Companhia, ou provocar interrupções nos seus serviços ou operações. Adicionalmente, as medidas de segurança de proteção de dados, próprios e de clientes, processados e armazenados pela Companhia podem ser inadequadas ou insuficientes para impedir violações de segurança, bem como ataques cibernéticos. Nesse caso, os resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e reputação da Companhia poderão causar efeito prejudicial relevante.

Ademais, o Datacenter da Companhia, ambiente projetado para abrigar servidores, armazenar dados e outros, fica localizado próximo à base aérea do Campo de Marte em São Paulo, local com potencial risco para acidentes aéreos.

Caso os riscos mencionados se materializem, inclusive qualquer acidente em tal região capaz de danificar o Datacenter da Companhia, os dados ali armazenados podem ser afetados, o que pode prejudicar a imagem e os negócios da Companhia.

Caso a Companhia seja obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança e reparar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

As receitas da Companhia dependem substancialmente, e, após a alienação das operações de hardware, dependerão integralmente, de receitas de software, taxas de licenciamento e subscrição, receita de manutenção e serviços, incluindo implementação, customização e consultoria.

As receitas da Companhia dependem substancialmente e, após a alienação das operações de hardware, dependerão integralmente, dos softwares de gestão empresarial integrada ("ERP") e serviços a eles relacionados, mais especificamente, das taxas que a Companhia cobra pela licença, da subscrição de suas soluções pelos clientes e pelos serviços de implantação e manutenção, customização e consultoria, que compõem praticamente a totalidade das receitas da Companhia. Se a concorrência ou demais condições de mercado forçarem a Companhia a reduzir substancialmente seus preços, caso a demanda por softwares de gestão empresarial integrada e serviços a eles relacionados diminua no Brasil, ou caso a Companhia deixe de vender novas licenças, subscrições e serviços, as receitas da Companhia poderão, substancialmente, reduzir, e assim, os resultados operacionais, fluxos de caixa e liquidez poderão ser prejudicados de maneira relevante.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a mecanismos de segurança nas soluções envolvendo seus produtos ou serviços

A proteção contra fraudes é de extrema importância para os clientes finais de soluções da Companhia. Tais soluções são vulneráveis a quebras de proteção devido a defeitos nos mecanismos de segurança, no sistema operacional, nos aplicativos de software, na plataforma de hardware, ou ainda por uso indevido por parte de usuários ou terceiros, o que poderá prejudicar a segurança das informações transmitidas ou armazenadas durante o uso das soluções da Companhia. Caso a segurança de nossas soluções seja comprometida, a reputação e os resultados financeiros desta poderão ser negativamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), que entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transformará o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Se não se adequar, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Adicionalmente, em função do tratamento de dados de pessoas localizadas na União Europeia, a Companhia e suas subsidiárias também estão sujeitas às sanções da GDPR (*General Data Protection Regulation* ou Regulamento Geral de Proteção de Dados), que foi aprovada em abril de 2016 e entrou em vigor em maio de 2018. Esse regulamento reúne obrigações voltadas à proteção dos direitos dos cidadãos europeus, porém também se aplica a todas as empresas do mundo que lidam com dados de pessoas ou serviços de países da União Europeia no que tange ao consentimento, direito de acesso, exclusão e portabilidade dos dados pessoais fornecidos. O descumprimento das determinações estabelecidas neste Regulamento, pode acarretar em multas que podem chegar a 4% (quatro por cento) da receita anual global da empresa ou 20 (vinte) milhões de euros, o que for maior, além de divulgação do incidente para o mercado e até a suspensão de suas atividades.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar em multas elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, potencializando os riscos de imagem, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo

A Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de softwares e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de softwares de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de softwares que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e *startups* de tecnologia. Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços, ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os possuídos pela Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de software ERP para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao uso não autorizado ou indevido de sua propriedade intelectual e/ou industrial

A Companhia está sujeita à apropriação e ao uso inadequado das soluções da Companhia, bem como a processos legais e administrativos em relação à propriedade intelectual ou industrial. O uso indevido do software e/ou hardware pelo usuário pode implicar ainda em multa para a Companhia, o que pode resultar em custos significativos e acarretar no uso de recursos não previstos para essa finalidade, bem como a atenção da administração e equipe tecnológica da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições chave na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não se mostre efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, que eventualmente podem vir a não ser treinados adequadamente. Há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter mão-de-obra qualificada, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou preços mais elevados.

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista, podem afetar adversamente os resultados da Companhia

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais que podem nos afetar, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporárias ou permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade desta.

A Companhia recebe atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil. Caso, a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma incompatível com as interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetados.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre os royalties que são pagos aos parceiros da Companhia, tanto no Brasil quanto no exterior; (iii) sobre os insumos e componentes utilizados para a montagem das soluções de hardware ofertadas pela companhia; (iv) sobre as receitas financeiras; (v) sobre a lucratividade bruta; e principalmente (vi) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a competividade da companhia frente aos seus concorrentes, sobretudo estrangeiros, no caso dessas alterações elevarem apenas a tributação para as empresas estabelecidas no Brasil.

Os concorrentes da Companhia incluem fornecedores de aplicativos comerciais de mercado (tais como ERP, gerenciamento de relacionamento com clientes ("CRM") e business intelligence ("BI"), produtos de colaboração e produtos de inteligência comercial e aqueles que se dedicam a iniciativas em software de fonte aberta, nas quais os concorrentes podem fornecer software e propriedade intelectual sem pagamento de licença, bem como empresas que se dedicam a atividades de consultoria

Os softwares de gestão empresarial integrada da Companhia automatizam processos empresariais críticos, tais como de manufatura, distribuição, contabilidade, finanças, recursos humanos e vendas. Os produtos da Companhia incluem ERP, CRM e BI, bem como módulos específicos - os verticais - que fornecem capacidades adicionais feitas sob medida especificamente para os ramos de negócio dos seus clientes.

As baixas barreiras de entrada para concorrentes de outros países no mercado brasileiro, a tendência de novos métodos de distribuição (por exemplo, software como serviço na nuvem) e oportunidades apresentadas pela Internet e comércio eletrônico poderiam acarretar o aumento da concorrência com os produtos da Companhia, por meio do ingresso no mercado de integradores de sistemas, empresas de consultoria, empresas de telecomunicações, fornecedores de *hardware* e demais prestadores de serviço de tecnologia da informação.

Além disso, a concorrência no mercado de atuação da Companhia pode a aumentar em decorrência de fusões realizadas entre clientes em potencial dos produtos da Companhia, bem como entre seus concorrentes, em decorrência de alianças estratégicas entre os concorrentes e demais empresas. Em resposta à concorrência, às fusões nos setores em que a Companhia atua e às conjunturas econômicas adversas, a Companhia poderá ser obrigada a conceder a clientes descontos ou outros abatimentos no preço, ou ainda modificar seus modelos de cobrança, para permanecer em condições de concorrência competitivas. Esses acontecimentos impactaram e poderão impactar de forma negativa e crescente as receitas e lucros da Companhia.

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação

A aquisição de ativos constitui elemento importante da estratégia da Companhia e ela espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos nessas aquisições: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; (ii) a Companhia poderá ter dificuldade em assimilar as tecnologias ou produtos adquiridos às suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iii) o relacionamento com os atuais e novos profissionais, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado; (iv) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida; (v) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; e (viii) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência.

Adicionalmente, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Além dos riscos mencionados, durante esse processo de integração, a Companhia pode enfrentar outros riscos, inclusive os detalhados a seguir:

- Dificuldades de integração, tais como: (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersados geograficamente; e (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes.

- Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Ademais, poderá haver outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia.

Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. Adicionalmente, à medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas, e o lucro por ação poderá diminuir.

A Companhia pode ficar sujeita a resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira

A Companhia é ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, cujos resultados não se pode garantir que lhe serão favoráveis. As provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para mais informações sobre os processos judiciais relevantes vide itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros

A Companhia está sujeita a processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais de empresas de tecnologia. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos feitos pela Companhia, com padrões já desenvolvidos e registrados por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de marcas, programas de computador, patentes e direitos autorais que poderão impactar negativamente a reputação e resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às suas franquias exclusivas e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento de suas franquias exclusivas

A Companhia conduz seus negócios nos países em que atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de franquias exclusivas, que comercializam e implementam nossas soluções. As franquias contribuem de forma relevante para as vendas da Companhia, especialmente no mercado de pequenas e médias empresas (*small and medium business* – SMB) e, consequentemente, nossos negócios e resultados podem ser afetados diretamente pela performance dos nossos franqueados. Os franqueados participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação das nossas soluções diretamente aos nossos clientes. A perda de franquias pode prejudicar nosso relacionamento com clientes nos territórios franqueados, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A qualidade na prestação dos serviços de implementação por terceiros sob contrato de franquias exclusivas pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pelos nossos canais próprios de venda, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelas franquias, o que pode afetar adversamente os negócios, posição competitiva, reputação no mercado, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção Brasileira e leis anticorrupção semelhantes

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção") introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante. Não podemos garantir que conseguiremos prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes por qualquer de nossos administradores, funcionários, empregados ou representantes.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determinar que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de juros sobre o capital próprio pode restar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária e alguns dos contratos de financiamento da Companhia restringem o pagamento de dividendos.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas ações de emissão da Companhia

A Companhia poderá emitir mais ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia no futuro a fim de levantar capital, fazer aquisições ou para diversas outras finalidades. Emissões adicionais das ações ordinárias da Companhia poderão ser realizadas de acordo com o exercício ou a conversão de títulos de dívida conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações ou outros prêmios de incentivo em ações. Essas emissões poderão não contemplar direitos de preferência aos acionistas da Companhia em algumas situações estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Além disso, a Companhia também poderá realizar incorporações ou outras operações semelhantes no futuro que poderão diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Qualquer parceria estratégica, emissão ou colocação das ações ordinárias da Companhia e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias da Companhia poderá afetar o preço de mercado de suas ações ordinárias e poderia resultar em uma diluição da participação societária do investidor.

b. Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que pode deixá-la suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante

A Companhia não possui um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a mesma poderia sofrer mudanças inesperadas das suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle, e a conflitos daí decorrentes. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do Estatuto que preveem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 20% do capital social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais que 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o *quórum* mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

c. Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

d. Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

e. Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A Companhia licencia de fornecedores linguagens e/ou plataformas tecnológicas que podem afetar e/ou não acompanhar as expectativas de entrega de acordo com o portfólio de produtos em evolução constante, assim como possuem especificações técnicas dependentes dos produtos e plataformas, passíveis de impactar nas iniciativas de convergência de tecnologias

A dependência desses fornecedores e a ausência ou falhas no mapeamento da priorização dos produtos e soluções, podem afetar o custo da companhia em suas tomadas de decisões para manter, descontinuar ou transformar a tecnologia realizando a interface com os processos, pessoas e sistemas. Adicionalmente, não há como garantir que os fornecedores acompanhem as mudanças no ambiente externo, objetivos estratégicos e propostos com as soluções disruptivas. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

Descumprimento contratual dos fornecedores ou greve nos serviços alfandegários e portuários podem acarretar em atrasos na entrega de produtos gerando prejuízos financeiros para a Companhia

Atrasos ou incapacidade diante das obrigações contratuais dos fornecedores da Companhia podem impactar na produção, vendas e receitas de hardware.

Como uma parcela de matérias-primas e/ou componentes é importada, possíveis greves podem afetar os serviços prestados pelas autoridades alfandegárias e portuárias. Ainda, os portos estão sujeitos a greves ocasionais, incluindo estivadores e funcionários das alfândegas.

Desta forma, em caso de descumprimentos contratuais dos fornecedores ou em caso de greves, não há como garantir que a companhia consiga repor de forma ágil seu nível de estoque. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos.

Caso determinados fornecedores da Companhia assim o façam, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade junto aos seus clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor das ações de sua emissão

f. Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente

As tentativas por parte de programadores experientes ou *hackers* de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor que afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias.

Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global sobre relacionada à Companhia ou aos clientes desta. O crescimento de receita e rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda pelos softwares e hardwares da Companhia e serviços a eles relacionados.

Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos usuários de softwares em cada um de seus clientes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores dos clientes e potenciais clientes. Na medida em que condições

econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016. Se as condições econômicas se deteriorem ou não melhorem significativamente, seus clientes e potenciais clientes podem optar por diminuir suas soluções de tecnologia de informação, o que comprometeria a capacidade de expandir seus negócios e poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao seu mercado de atuação

As receitas da Companhia dependem também de suas vendas de plataformas de hardware. Considerando que há concorrência crescente de fornecedores globais de hardware, tais companhias vendem hardware, computadores pessoais, servidores e periféricos, diretamente aos clientes e por meio de alianças comerciais com fornecedores de serviços de TI, como a Companhia, em todo o mundo. Alterações na política de preços ou aumento nas vendas diretas a clientes por essas companhias poderiam diminuir as vendas de hardware. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

h. Riscos relacionados à regulação do setor no qual a Companhia atua

A falha ou incapacidade em proteger a propriedade intelectual das marcas, patentes e domínios ou a violação à propriedade intelectual por terceiros pode ter impactos negativos nos negócios da Companhia

A Companhia não pode garantir que as proteções existentes das suas informações confidenciais serão adequadas. Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas e produtos. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

Os softwares de automação comercial e de nota fiscal eletrônica (NF-e) da Companhia são homologados pelas Secretarias da Fazenda (Sefaz) dos Estados brasileiros, e, portanto, a perda de uma ou mais homologações pode prejudicar o resultado dessa solução

Dentre as soluções oferecidas aos clientes da Companhia estão a automação comercial e a emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e) e cupons fiscais eletrônicos (NFC-e) parametrizadas de acordo com as legislações fiscais dos diferentes Estados da Federação. Tais soluções de automação comercial devem ser homologadas pelas Secretarias da Fazenda de cada Estado para atestar a aderência às regras aplicáveis, incluindo a legislação PAF ECF. Caso perca qualquer uma dessas homologações, a Companhia estará impedida de continuar suas atividades de solução de softwares de automação comercial e NF-e e NFC-e na unidade da federação que essa homologação foi perdida, o que poderá ter um impacto negativo nos resultados financeiros da Companhia.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia não está sujeita a riscos relacionados aos países estrangeiros onde atua.

j. Riscos relacionados a questões socioambientais

As atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

k. Riscos Macroeconômicos

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e

outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

• expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;

• inflação;

• taxas de câmbio;

• taxas de juros;

• aumento do desemprego;

• mudanças nas leis fiscais e tributárias;

• liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

• restrições nas remessas de fundos ao exterior; e

• outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de ações da Companhia.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação de suas ações

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, em outubro de 2018, foram realizadas eleições para os seguintes cargos: deputados federais, deputados estaduais, 2/3 dos senadores, governadores e o Presidente da República, no Brasil, sendo que os novos eleitos assumiram os respectivos cargos no início de 2019. Como resultado de uma disputada eleição presidencial, o congressista Jair Bolsonaro se tornou o presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo as divisões políticas que surgiram antes das eleições continuarão sob a presidência do Sr. Bolsonaro e os efeitos que tais divisões terão sobre a capacidade do Sr. Bolsonaro de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e / ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o sucessor da Presidência irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) foi de 7,54% em 2018, 0,53% em 2017 e 7,19% em 2016. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária (“COPOM”) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar custos e reduzir as margens operacionais e líquidas da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo do endividamento atual da Companhia, bem como seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque a Companhia tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e às Taxas Oficiais de Juros de Longo Prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita das aplicações financeiras desta.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas. Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de

dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31 e aumentou para R$ 3,88 no final de 2018. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia, bem como uma parcela de suas matérias-primas e/ou componentes para fabricação de hardware tem seus preços direta ou indiretamente atrelados ao Dólar dos Estados Unidos da América. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação as ações da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

- Standard & Poor´s inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de Janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.

- Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os ratings de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras.

- Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em Maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2 e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- Alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e

- Restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Em 31 de março de 2019, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") era cerca de R$3,8 trilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 55% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação das ações da Companhia.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos da América e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos da América, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos da América, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente as ações da Companhia. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à inflação, à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico.

Inflação

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com salários, benefícios e encargos, que representaram 43,8% do total de custos e despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação (geralmente próximos ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPC-A") como referência.

Os contratos da Receita de Software Recorrente (Manutenção, Subscrição e serviços), que representaram 73,8% da Receita Líquida de 31 de março de 2019 (cobrindo 85,6% do total de custos e despesas operacionais) também são reajustados anualmente com base em índices de inflação, tomando principalmente como base o IGP-M.

Historicamente, a Companhia também reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de software, dos acessos de subscrição, das taxas horárias de serviços e das soluções de hardware com base em índices de inflação. Não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

Uma vez que os índices inflacionários utilizados para reajustar as linhas de receita são diferentes daqueles utilizados para reajustar os custos e despesas, a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas operações.

Taxa de juros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação de:

(i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e as debêntures emitidas em 2017;
(ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para as debêntures emitidas em 2008; e
(iii) IPC-A para as debêntures emitidas em 2008.

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por startups de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores por elas indicada. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA e CDI vigentes em 31 de março de 2019, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2019 e a partir deste foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi de 31 de março de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação (em milhares de reais)	Saldos em 31/03/2019	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	R$100.608	TJLP	6,26%	7,83%	9,39%
Despesa Financeira estimada			**R$6.298**	**R$7.878**	**R$9.447**
Debêntures	R$75.891	IPCA (b)	3,89%	4,86%	5,84%
		TJLP (a)	6,26%	7,83%	9,39%
	R$200.260	CDI (c)	6,40%	8,00%	9,60%
Despesa Financeira estimada			**R$21.703**	**R$24.907**	**R$28.111**

(a) Taxa de Juros de Longo Prazo
(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
(c) Certificado de Depósito Interbancário

Taxa de câmbio

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dos Estados Unidos da América (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Novo dólar/Taiwan (TWD), Peso Chileno (CLP) e o Rublo Russo.

Abaixo apresentamos os saldos de cada empresa do grupo, onde demonstramos a exposição líquida consolidada, relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2019:

Em 31 de março de 2019	Em milhares de reais					
Empresa	**Contas a pagar**	**Caixa e equivalente de caixa**	**Contas a receber**	**Outros ativos**	**Exposição líquida**	**Moeda**
RJ Consultores México	12	1.335	293	-	1.640	Peso (MXN)
CMNet Participações S.A.	327	1.100	1.998	-	3.425	EUR/ Peso (CHI e ARS)
TOTVS S.A.	15.827	-	-	-	15.827	USD
TOTVS México	835	1.151	7.105	-	9.091	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	781	2.943	6.819	-	10.543	Peso (ARS)
TOTVS Corporation	211	253	717	69.562	70.743	USD
Total	**17.993**	**6.782**	**16.932**	**69.562**	**111.269**	

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou abaixo ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch. O valor alocado a cada instituição não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças e hardware é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à venda de serviços e venda de licenças de software e hardware.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e constitui provisões para processos com chance de perda provável, conforme avaliados e classificados por seus consultores legais. Para aqueles processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia não registra qualquer provisão; no entanto, divulga nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras, a natureza e valores dos temas mais relevantes enquadrados nessa categoria.

Foram considerados como processos individualmente relevantes, para os fins deste item 4.3 do Formulário de Referência, processos em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte no polo passivo e que (i) tenham valor individual igual ou superior a R$5 milhões para processos com chance de perda provável e R$10 milhões para processos com chance de perda possível ou remota; e (ii) independentemente de valor, possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia e de suas controladas ou ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia e de suas controladas.

O valor das provisões constituídas em 31 de março de 2019, 31 de dezembro de 2017 e 2018 são como segue

Natureza (em milhares de Reais)	**Em 31/03/2019**	**Em 31/12/2018**	**Em 31/12/2017**
Tributárias	3.260	2.946	2.827
Trabalhistas	95.841	94.832	78.945
Cíveis	34.685	30.014	35.998
	133.786	127.792	117.770

Tributárias

Em 31 de março de 2019, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$3.260 mil. Não há processos de natureza tributária que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente. Em 31 de março de 2019, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$34.685 mil.

Seguem abaixo os processos cíveis que a Companhia julga individualmente relevantes:

Processo: 0046742-37.2008.8.08.0024/ 001223081.2015.8.08.0024 /	
a. Juízo	11ª Vara Cível de Vitória – ES
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	22/07/2009
d. Partes no processo	Autora: Unimed Vitória Cooperativa De Trabalho Médico Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$16.028mil (atualizado até 31/03/2019 O valor acima mencionado engloba o valor da condenação (R$ 2.511 mil) atualizado e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação (12/05/2009), mais honorários advocatícios de 10%, mais as penalidades previstas no art. 523, § 1º do CPC (multa de 10% + honorários de 10%) + valor remoto.

	Uma vez transitado em julgado ambos os Agravos, o valor referente às sanções do art. 523, §1º, do CPC, será excluído do provisionamento.
f. Principais fatos	Trata-se de ação de Indenização por danos materiais, por suposta falha no desenvolvimento de sistema (Informenge), a qual teria ocasionado prejuízo estimado, à época, em R$ 2.511mil. O processo, atualmente, encontra-se em fase de impugnação de cumprimento de sentença, tendo sido obstado o levantamento da quantia depositada pela TOTVS (R$ 10.190mil), em razão da decisão liminar proferida nos autos da Ação Rescisória nº 0003132-13.2016.8.08.0000. Em primeira instância, por duas vezes, foi determinada a aplicação das penalidades previstas no art. 523, § 1º, do CPC (multa + honorários), sob a premissa de que não houve pagamento voluntário da obrigação. Todavia, ambas as decisões foram afastadas pelos julgamentos dos Agravos de Instrumento números 0014624.90.2017.8.08.0024 (pendente de julgamento de REsp) e 0030011-14.2018.8.08.0024 (prazo para recurso especial em curso). A Ação Rescisória, acima mencionada, tem como objeto a exclusão total da condenação imposta na Indenizatória. Foi obtida, parcialmente, a tutela antecipada, a fim de suspender o levantamento, pela UNIMED, da quantia depositada pela TOTVS na Indenizatória. Recentemente, as partes manifestaram-se favoravelmente ao julgamento antecipado do feito.
g. Chance de perda	Provável – R$12.416mil Remoto – R$3.612mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, no valor original de R$ 10.190mil. O valor atualizado em março/19 é de R$ 12.416mil. O Depósito judicial foi realizado em 22/12/2017 e corresponde ao crédito requerido pela UNIMED, sem a inclusão das penalidades do art. 523, § 1º, por entendermos que referida sanção é indevida. Não entendemos que o crédito depositado vise "garantir o juízo" e sim cumprir a determinação de pagamento voluntário da obrigação. O levantamento pela UNIMED apenas não foi realizado em razão da decisão liminar proferida na Ação Rescisória acima mencionada. Em caso de eventual improcedência da Ação Rescisória, entendemos que o valor depositado é suficiente para quitação do valor discutido na ação, em especial diante do efeito liberatório (Súmula 179 do STJ - O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária).

Trabalhistas

Os processos trabalhistas se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como as demais verbas trabalhistas. A provisão constituída para essas demandas totalizava R$ 95.841 mil em 31 de março de 2019 e o valor total classificado como perda possível era de R$ 125.040 mil em 31 de março de 2019.

Não há processos de natureza trabalhista que a Companhia julgue individualmente relevantes, com exceção dos processos abaixo

Processo: 0070700-54.2000.5.02.0055	
a. Juízo	55ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP
b. Instância	3ª Instância
c. Data de instauração	15/03/2000
d. Partes no processo	Autora: F.J.D.L.O Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$5.366mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Reclamação Trabalhista proposta por ex-executivo comercial da empresa Datasul S/A, que foi sucedida pela TOTVS S/A, requerendo: (i) Anulação da rescisão do contrato de trabalho e declaração da rescisão indireta com consequente pagamento de verbas rescisórias; (ii) diferenças salariais decorrentes da redução das comissões; (iii) reflexos das comissões; (iv) diferenças de correção monetária e juros das comissões pagas em atraso; (v) fornecimento das guias levantamento do FGTS e seguro desemprego; (vi) indenização por danos morais em razão do atraso no pagamento de comissões; (vii) horas extras. Processo em fase de liquidação de sentença, na qual se discute apenas o critério de cálculo do valor das comissões. O reclamante apresentou valores contra os quais se insurgiu a reclamada, em razão de estarem em desacordo com os critérios determinados em sentença. A TOTVS apresentou o total de garantias no valor originário de R$ 5.417mil. O valor atualizado em março/19 é de R$ 6.745mil. O processo atualmente encontra-se no TST, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pela TOTVS para garantir o julgamento do recurso de revista da ré, que visa mostrar que a execução extrapolou os limites da coisa julgada, a fim de reduzir o montante pleiteado pelo reclamante. Agravo de Instrumento incluído na pauta de julgamento do dia 10/04/2019.
g. Chance de perda	Provável – R$5.366 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença

Processo: 0292000-56.2003.5.02.0064	
a. Juízo	64ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	18/12/2003
d. Partes no processo	Autora: A.B. F. P Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$5.111mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Reclamação Trabalhista proposta por ex-executivo comercial da empresa Mobile S/A face de MOBILE S/A e WISER-WEB BASED SYSTEMS ENGINEERING TECHNOLOGY, requerendo: (i) reconhecimento de vínculo de emprego e pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias; (ii) diferenças salariais decorrentes da redução das comissões; (iii) reflexos das comissões; (iv) indenização por danos morais. O processo foi julgado parcialmente procedente. Em fase de execução a TOTVS foi incluída na lide na qualidade de sucessora da Datasul, empresa que deteve controle acionário da Mobile entre 2000 e 2002, antes da incorporação pela TOTVS. A TOTVS garantiu a execução no valor atualizado de R$ 4.463. Apresentados Embargos à Execução alegando sua ilegitimidade de parte, que foram rejeitados, bem como, sucessivos recursos contra referida decisão. Em 11/03/2019, foi determinada liberação dos valores incontroversos penhorados, mas houve habilitação de credores do reclamante nos autos, sendo determinada constituição de ordem de preferência entre os credores. Apresentado recurso de agravo de petição pelo

	reclamante contra o índice de correção monetária adotado no processo, a Companhia apresentou contraminuta ao recurso do reclamante. Atualmente, o processo aguarda o julgamento do agravo de petição do Reclamante perante o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.
g. Chance de perda	Provável – R$5.111 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

Outros processos em andamento (classificação de perda "possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações judiciais cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza (em milhares de Reais)	Em 31/03/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
Tributárias	175.960	154.953	137.140
Trabalhistas	125.040	160.326	161.978
Cíveis	295.965	315.507	272.499
	596.965	**630.786**	**571.617**

A Companhia entende que são relevantes apenas os processos cujos valores envolvidos podem impactar substancialmente seu patrimônio ou o de suas controladas. Seguem abaixo os processos que a Companhia julga relevantes:

Tributárias e Previdenciárias

Os processos de natureza tributária e previdenciária classificados como de perda possível referem-se, principalmente, a ações que discutem lançamentos de IRRF, débitos de ICMS, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS decorrentes de subvenção governamental.

Em 31 de março de 2019, o valor discutido nessas ações, classificadas como de perda possível, totaliza a quantia de R$175.960 mil.

Processo: 19515.000597/2006-14	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	01/03/2013
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 14.205mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Auto de infração. O Fisco entendeu que a empresa teria realizado pagamentos para beneficiários não identificados, realizando o lançamento de IRPJ e, reflexamente, CSLL e IRRF sobre tais valores, e identificou despesas supostamente não comprovadas, adicionando os valores respectivos ao lucro real. Em março de 2006 houve apresentação de impugnação administrativa, com decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal em 28/07/2009, dando parcial provimento ao recurso interposto, cancelando-se parte da autuação em razão da comprovação da origem dos pagamentos realizados a título de IRRF, tendo o valor total exonerado (já com a redução) alcançado o montante de R$ 568mil.

	Em setembro de 2009 foi interposto recurso voluntário, demonstrando que a fundamentação do acórdão é equivocada, tendo em vista que houve declaração de valores, de forma que há decadência de parte dos valores exigidos, bem como que houve o cerceamento de defesa por não ter sido autorizada a perícia contábil para comprovação das demais despesas ocorridas. Em outubro de 2018, ocorreu julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF, tendo sido rejeitadas as preliminares de nulidade e decadência suscitadas, no mérito, tendo sido negado provimento quanto à exigência de IRPJ e CSLL e dado provimento quanto à exigência de IRRF. Em 14 de fevereiro de 2019, foi interposto Recurso Especial pela TOTVS S.A. Atualmente, aguarda-se julgamento de referido recurso.
g. Chance de perda	Possível - R$ 14.205 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo:148330020332	
a. Juízo	Receita Estadual Santa Catarina
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	01/03/2013
d. Partes no processo	Autora: Secretaria de Estado de Fazenda de Santa Catarina Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 19.719mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Auto de infração lavrado contra a TOTVS na qualidade de corresponsável solidária por débitos de ICMS sobre saídas não tributadas pelo contribuinte. Responsabilidade decorrente de fabricação de software de controle de saídas no contribuinte. Recursos administrativos do contribuinte e da TOTVS foram interpostos em Janeiro de 2017. Em julgamento realizado em 31/05/2017, foram rejeitados os recursos administrativos do contribuinte e da TOTVS, sendo o Fisco vencedor por “Voto de Minerva”. A argumentação da Turma Julgadora do Tribunal Administrativo foi no sentido de que não há a necessidade de prévio processo administrativo em relação ao software tratado nos autos. E com relação às provas, a argumentação foi que o simples fato de o software permitir que seja customizado pelo contribuinte já seria suficiente para a responsabilização solidária da TOTVS. Em agosto de 2017, foi interposto Recurso Especial pela TOTVS, requerendo a exclusão da empresa do polo passivo, comprovando o descabimento da corresponsabilidade da mesma. Tal recurso foi julgado no dia 10/12/2018, de forma favorável para excluir a TOTVS do procedimento, afastando a responsabilidade solidária, tendo sido reconhecida a ausência de responsabilidade da TOTVS pelos débitos contraídos pelo contribuinte original. Aguardando intimação para baixa do caso. O valor que consta com chance de perda possível se refere à aplicação de eventual penalidade. O valor classificado como remoto diz respeito ao valor do imposto que a empresa (cliente da TOTVS) deixou de recolher ao Estado de Santa Catarina.
g. Chance de perda	Possível - R$ 16.952 mil Remoto - R$ 2.767 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido

Processo: 10980.729.381/2012-11	
a. Juízo	Administrativo – CARF
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	12/12/2012
d. Partes no processo	Autora: Delegacia da Receita Federal Ré: Bematech S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 26.947mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Em 2016, houve a mudança na classificação do grau de risco de perda remoto para possível referente a um auto de infração lavrado pela Receita Federal exigindo IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS decorrentes de subvenção governamental concedida pelo Estado do Paraná relativamente aos anos de 2007 a 2009 da controlada Bematech. Após apresentação de Impugnação em 11/12/2012, contra a lavratura do auto de infração, a Delegacia de Julgamento da Receita Federal em 11/03/2013, julgou parcialmente procedente para considerar corretas as assertivas da empresa quanto ao erro incorrido na apuração, decidindo que o valor correto das receitas tributáveis a título de subvenções seria de R$ 29 milhões. Quanto ao mérito, entendeu correta a autuação fiscal. Em julho de 2014, foi negado provimento ao recurso de ofício da União e dado provimento ao recurso voluntário da Bematech, o qual foi interposto também em Julho de 2014, visando a rediscussão do mérito. A União interpôs Recurso Especial em relação à matéria de subvenção de investimentos. Em 21/06/2017, tomou-se ciência do acórdão no 9101-002.562 que deu provimento parcial ao Recurso Especial da Fazenda, sendo determinada a baixa dos autos à Turma Ordinária do CARF para aferição quanto ao cumprimento das regras e contrapartidas exigidas pela legislação que concedeu a subvenção para investimento. Nesse ínterim, foram derrubados os vetos da LC 160/2017, sobre os §§ e artigo que tratavam de incentivos fiscais de ICMS, em especial de créditos presumidos, convalidando a não tributação de subvenções em geral. Os autos foram incluídos na pauta do dia 20 de fevereiro de 2019 e, em tal data, foi convertido o julgamento em diligência, para aguardar a disponibilização do Certificado do Confaz, atestando o registro e depósito do crédito presumido de ICMS usufruído pela Bematech. O Certificado do Confaz já foi disponibilizado e, no momento, estamos aguardando a intimação da conversão do julgamento em diligência.
g. Chance de perda	Possível - R$ 26.947mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido

Processo: 10880.946778/2012-02	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	01/03/2013
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 11.633mil (atualizado até 31/03/2019)

f. Principais fatos	Pedido administrativo de compensação dos débitos com saldo negativo de CSLL, mas as compensações foram integralmente glosadas. Despacho Decisório emitido em 12/07/2012 informando sobre a não homologação em razão de inconsistências supostamente não sanadas pela TOTVS, na medida em que não teria ocorrido apuração de crédito na DIPJ correspondente ao período de apuração do saldo negativo informado no PER/DECOMP. Apresentada Manifestação de Inconformidade em agosto de 2012. Aguarda-se julgamento.
g. Chance de perda	Possível - R$ 11.633 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 5000740-82.2019.4.04.7201 (nº antigo 2002.72.01.004009-5)	
a. Juízo	5ª Vara Federal de Joinville
b. Instância	3ª Instância
c. Data de instauração	08/10/2002
d. Partes no processo	Autora: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 10.640mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Execução fiscal em que se discute a incidência de contribuição previdenciária decorrente de suposta terceirização. Apresentados Embargos à execução fiscal em 22/07/2004, distribuídos sob o nº 5003971-35.2010.404.7201, julgados parcialmente procedentes em 07/07/2009, para reconhecer que a exigência fiscal adotou base de cálculo imprópria, sem observar o limite máximo do salário de contribuição dos segurados empregados para o cálculo dos valores exigidos na NFLD. Aplica-se ao caso o valor do teto para contribuição ao INSS dos segurados empregados, no período correspondente ao da dívida em discussão, nos termos do disposto no art. 20 da Lei nº 8.212/91 - observando-se o histórico do salário-de-contribuição fixado pela Previdência Social no período da dívida -, e não sobre a totalidade do salário recebido pelo empregado da embargante, como calculado no processo administrativo. O valor devido, de acordo com a perícia judicial, na data de 10-12-1999, passa a ser de R$ 1.130.424.87. Desta forma, foi interposto Recurso de Apelação em 26/10/2010, requerendo a anulação da sentença e a determinação da remessa dos autos à origem para permitir a produção da prova pericial. Em outubro de 2016, o Acórdão negou provimento à Apelação, mantendo os fundamentos proferidos em sentença de 1ª instância. Aguardando julgamento de embargos declaratórios os quais foram opostos em 16/11/2016, diante de omissão. Em razão do Acórdão proferido foi apresentado Recurso Especial, em 23/10/2017, distribuído sob o nº 1705886/SC, nos mesmos termos acima expostos. Com relação ao Agravo de Instrumento nº 2004.04.01.008524-0, interposto pela TOTVS em 13/02/2004, cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão que, em execução fiscal, indeferiu a nomeação à penhora de direitos autorais sobre softwares de informática, em face da recusa do exequente. Em 07/07/2004, foi provido o Agravo de Instrumento pois os documentos apresentados pela TOTVS comprovam a inexistência de bens preferenciais, na forma do art. 11 da Lei nº 6.830/80, bem como a viabilidade da penhora de direitos relativos a programas de informática. Processo Arquivado desde 04/03/2013.

g. Chance de perda	Possível - R$ 10.640 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 6017.2019/0010313-2 (substituiu a 6017.2019/0010309-4)	
a. Juízo	Prefeitura do Município de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 16.366 mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo em que foram reunidos 227 autos de infração lavrados contra a TOTVS, em que se pretende a cobrança de ISS supostamente devido sobre serviços de suporte técnico de informática e desenvolvimento de software, relativo ao ano calendário de 2014. Apresentada Impugnação contra a lavratura dos autos de infração em 27/02/2019. Aguarda-se julgamento da impugnação que adquiriu novo número, conforme relatado acima.
g. Chance de perda	Possível - R$ 16.366 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 0000756-14.0500.8.26.0090	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 10.308mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para a cobrança de ISS, sobre supostas prestações de serviços realizados no Município de São Paulo no período de 1996 a 2001, o qual, segundo alegação da Fazenda, não teria sido recolhido. Considerando a não apresentação de documentos pela empresa à época, a Fazenda arbitrou o valor do imposto cobrado. Foram opostos embargos à execução, na data de 18/02/2015, distribuídos sob o nº 0000557-86.2015.8.26.0090, alegando-se a prescrição da cobrança e a desconstituição do arbitramento do valor do imposto devido. Atualmente, os autos estão aguardando perícia judicial para que seja feito levantamento das notas fiscais da época das prestações de serviço, visando analisar os serviços que de fato foram prestados dentro do território do Município de São Paulo para que seja avaliado se o arbitramento está correto.
g. Chance de perda	Possível - R$ 10.308mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Processo: 0001309-10.2009.8.26.0659	
a. Juízo	1ª Vara Cível de Vinhedo - SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	06/03/2009
d. Partes no processo	Autoras: Guaicurus Comercio E Assessoria De Microcomputadores Ltda., Ginfor Comercio De Sistemas E Computadores Ltda., Sogem Comercio E Representações Ltda., Terena Comercio E Assistência Técnica Ltda. Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 168.794 mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Ação de indenização por rescisão de contratos de representação comercial, cumulada com danos morais e materiais. Alegam as Autoras que firmaram com a Ré RM Sistemas Ltda. (posteriormente incorporada pela TOTVS S/A), contratos de representação comercial, por meio dos quais as Autoras passaram a ser representantes de vendas dos softwares desenvolvidos pela Ré. Segundo as Autoras, em determinado momento a Ré decidiu interromper o pagamento das comissões devidas em razão da aludida representação comercial, bem como resolveu rescindir os contratos anteriormente celebrados, sem pagar às Autoras as indenizações que lhe eram supostamente devidas. Em razão disso, as Autoras pleiteiam a declaração de nulidade do distrato dos contratos mantidos com a Ré, bem como a indenização devida pelas rescisões contratuais unilaterais e pagamento de valores referentes às comissões. Ainda não foi proferida sentença e, atualmente, a ação encontra-se em fase de produção de provas, consistente na realização da prova pericial para se averiguar se seriam devidos valores à Autora a título de comissão e indenização. Em dezembro de 2018, as Partes foram intimadas para se manifestarem sobre o complemento do laudo pericial, o qual foi desfavorável à Ré no entanto, não indicou valores líquidos eventualmente devidos pela Ré.
g. Chance de perda	Provável - R$ 518 mil Possível - R$ 92.779 mil Remoto - R$ 75.497 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Valor a ser apurado em liquidação de sentença

Processo: 0025004-55.2008.8.11.0041	
a. Juízo	10ª Vara Cível de Cuiabá
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	03/10/2008
d. Partes no processo	Autoras: Tecnopoint Informática Ltda., Sabianti Consultoria Empresarial Ltda., Valdir Pereira de Souza Júnior e André Giovani Silva Maciel. Ré: TOTVS S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 16.359 mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Ação de Indenização por danos morais e materiais movida em razão de problemas comerciais com ex franqueados. Em dezembro de 2018 apresentadas razões finais. Trata-se de ação por meio da qual os Autores, Valdir Pereira e André Giovani, informam que constituíram a empresa TECNOPOINT, cujo objeto social era a

	prestação de serviços de consultoria e suporte técnico na área da informática. Alegam que a referida empresa manteve relação contratual como franquia da TOTVS, investindo em logística, infraestrutura e divulgação da marca Microsiga. No entanto, em meados de 2004, em reunião entre a TOTVS e a autora, foi firmado termo na qual o contrato com a TECNOPOINT seria rescindido e uma nova empresa (SABIANTI) foi constituída, tendo sido celebrado contrato de Gare. Os Autores Valdir Pereira e André Giovani, antigos sócios da TECNOPOINT, continuaram prestando serviços à Microsiga, por meio da SABIANTI, cujo contrato é distinto do contrato de franquia. Aguarda-se julgamento da ação. A análise do valor envolvido foi realizada por meio dos pedidos dos autores (danos materiais, danos morais, lucros cessantes e multa, em razão da rescisão contratual), bem como por meio da documentação apresentada nos autos do processo judicial. Em abril de 2019, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação apenas para condenar a Ré ao pagamento do valor de R$81.673,86, a ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora desde a data da citação, além do pagamento de 70% das custas e despesas processuais e 10% de honorários advocatícios.
g. Chance de perda	Possível - R$ 16.359 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Valor a ser apurado em liquidação de sentença

Processo: 0031798-14.2016.8.26.0100 (0194132-64.2014.8.19.001 número original antes da exceção de competência)	
a. Juízo	38ª Vara Cível - Foro Central Cível
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	10/08/2016
d. Partes no processo	Autora: Reginaves Indústria e Comércio de Aves Ltda. Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 23.347 mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Ação indenizatória movida por cliente que alega supostos problemas relacionados ao produto implantado, que teria lhe ocasionado danos. A Autora afirma que, em 14/01/2002, firmou com a DATASUL contrato de fornecimento, treinamento, suporte local e implantação de sistema de informática. Alega que, após a incorporação da DATASUL pela TOTVS, as partes firmaram novo instrumento contratual cujo objeto era a migração dos softwares para a versão 11. Informa que a migração teve início em 10/07/2012 e tinha prazo de 5 meses para ser concluída. No entanto, a migração teria demorado 7 meses e teria tido inúmeros problemas, razão pela qual solicitou que fosse restaurada a versão anterior do sistema. Informa que, mesmo após a restauração da versão anterior, muitos problemas não foram sanados, motivando a Autora a notificar a TOTVS e posteriormente ingressar com a ação. Por fim, a autora pleiteou a condenação referente à restituição pela migração do sistema no valor de R$ 310.430,00, além dos prejuízos de seus clientes a serem apurados em sede de perícia, bem como o pagamento referente aos danos morais no importe de R$ 500.000,00. Apresentada defesa, atualmente o processo está em fase de instrução. Aguarda-se a realização de perícia. A análise do valor envolvido foi realizada por meio dos pedidos dos autores, bem como por meio da documentação apresentada nos autos do processo judicial.
g. Chance de perda	Possível - R$ 23.347mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Valor a ser apurado em liquidação de sentença

Processo:0001278-13.2012.5.01.0018	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho do São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	01/02/2013
d. Partes no processo	Autor: F.P.R.F.R Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$12.139 mil (atualizado até 31/03/2019)
f. Principais fatos	Reconhecimento de vínculo no período estatutário, com pagamento de direitos decorrentes da relação de emprego. Aguarda julgamento do recurso reclamante.
g. Chance de perda	Possível – R$1.108 mil Remoto - R$11.031 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, o desembolso pela Companhia do valor a ser apurado em liquidação de sentença

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não há provisão para os processos descritos no item 4.4.

A Companhia não está envolvida em processos sigilosos relevantes.

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

Em Novembro de 2011, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, que versa sobre obrigações trabalhistas. No TAC, a Companhia assumiu o compromisso de abster-se de praticar atos que pudessem ser considerados como em desacordo com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação de multas pecuniárias. A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais.

Não aplicável, porque a Companhia não possui valores mobiliários fora do Brasil.

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2019 e tornada pública em 19 de junho de 2019, sendo sua periodicidade de revisão bianual, ou podendo ocorrer tempestivamente, caso sejam identificadas mudanças pontuais.

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos é estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos corporativos e de controles internos da Companhia, de forma a assegurar a adequada identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos corporativos.

A política visa, ainda, a assegurar a presença dos seguintes elementos:

Governança e Cultura de Gestão de Riscos: A cultura de gestão de riscos deve ser disseminada em todos os níveis da Companhia e a gestão e monitoramento dos riscos não deve ser uma ação exclusiva de um único executivo ou departamento. Os gestores são responsáveis primários pela gestão cotidiana dos riscos associados à sua área ou processo de negócio e disseminação da cultura de gestão de riscos entre seus liderados, gerenciando a exposição aos riscos por meio de planos de ação definidos e monitorados pelo Conselho de Administração.

Identificação, análise, avaliação, tratamento e reporte: os riscos devem ser periodicamente identificados, analisados, avaliados e documentados de forma estruturada para que possam ser tratados adequadamente e reportados aos órgãos competentes

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são:

Risco Estratégico: eventos de riscos associados às decisões estratégicas e que afetam a estratégia de negócios ou os objetivos estratégicos da Companhia, considerando ambiente interno e externo;

Risco Operacional: os riscos operacionais referem-se às possíveis perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, ambiente tecnológico ou provocadas por eventos externos;

Risco Financeiro: está associado à exposição a potenciais perdas financeiras da Companhia, bem como à confiabilidade dos lançamentos contábeis e das suas demonstrações financeiras. Pode se materializar, por exemplo, em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, perdas em negócios, inadimplência de clientes, retornos das transações financeiras, oscilações em índices de mercado aplicados a seus contratos, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;

Risco Regulatório/de *Compliance*: riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, dentre outros;

Riscos de Tecnologia da Informação: riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de *ciberataques*, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI e obsolescência tecnológica.

ii. Instrumentos utilizados para proteção:

Os instrumentos utilizados para proteção são:

Riscos Estratégicos (Negócio):

Os riscos estratégicos são mapeados pela Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, com base em avaliação do ambiente interno e externo e entrevistas com os respectivos "donos" de cada risco na Companhia, responsáveis ainda pela avaliação conjunta dos fatores de risco, impacto e probabilidade, bem como pela implementação dos planos de ação de forma a garantir a mitigação dos riscos. As ações de melhorias (planos de ação) são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia.

Riscos Operacionais, Financeiros e Tecnologia da Informação:

São identificados e documentados por meio do mapeamento dos processos considerados críticos pela Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*. Após a identificação dos riscos, são atribuídos o impacto e probabilidade, a fim de identificar as ações de melhorias (planos de ação) necessárias para sua mitigação, cabendo a sua implementação às respectivas áreas responsáveis. Os referidos planos de ação são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia.

Risco Regulatório/de Compliance:

A Companhia monitora as novas regulamentações aplicáveis ao negócio, bem como as alterações no arcabouço regulatório ao qual está submetida. Após a avaliação de impacto ao negócio, são identificadas as medidas necessárias para cumprimento dos requisitos legais, cabendo às áreas responsáveis providenciar as adequações pertinentes.

iii. Estrutura organizacional de Gerenciamento de Riscos:

Conselho de Administração: órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos da Companhia que nortearão o trabalho de identificação dos riscos da organização;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Aprovar a metodologia de gestão de riscos e de controles internos da Companhia;
- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- Determinar e validar os ciclos de revisão do sistema de controle de riscos e sua eficácia;
- Determinar a tolerância aos riscos;
- Aprovar o mapa de riscos (estratégicos e operacionais) e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta;
- Validar documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Propor alterações na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os planos de ação elaborados para os riscos classificados como “alto” e “crítico”;
- Acompanhar e recomendar ao Conselho de Administração sobre a aceitação das respostas aos riscos altos e críticos;
- Avaliar o mapa de riscos (estratégicos e operacionais) e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;

- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia.

Aos demais comitês técnicos de assessoramento do Conselho de Administração, por sua vez, cabe acompanhar e recomendar sobre a aceitação das respostas aos riscos, auxiliar a Administração na definição das diretrizes de gestão de riscos, métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, acompanhar ações de implementação de planos de ação mitigatórios e reportar suas conclusões ao Conselho de Administração.

Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*: está subordinada à Diretoria de Controladoria e Planejamento, que por sua vez reporta-se à Vice-Presidência Administrativa e Financeira. Tem como principais atribuições:

- Propor e aplicar a metodologia de Gestão de Riscos, criando um sistema eficaz de monitoramento;
- Conduzir junto às áreas pertinentes a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos e operacionais;
- Reportar os riscos Estratégicos e Operacionais à Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração;
- Propor alterações e submeter às aprovações a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Discutir as recomendações propostas pelos Donos dos Riscos para minimizar os riscos da Companhia em linha com a estratégia e objetivos definidos;
- Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Realizar o acompanhamento e reporte trimestral de todas as ações desenvolvidas para os riscos classificados como “Médio”, “Alto” e “Crítico”;
- Acompanhar e reportar periodicamente o andamento dos planos de ação desenvolvidos;
- Mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos;
- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles;
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e controles internos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e demais TOTVERS.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como responsabilidades:

- Utilizar o Mapa de Riscos como subsídio para o plano anual de auditoria dos processos da Companhia, de suas subsidiárias e controladas;
- Auditar o processo de Gestão de Riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos com base nos trabalhos executados pelas Áreas de Negócios e Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*;
- Executar os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação e sua eficácia;
- Identificar a necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Donos dos Riscos / Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da política:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar o *Control Self Assessment* e disponibilizar as evidências necessárias;
- Avaliar anualmente a performance e resultados dos riscos e controles sob sua gestão;
- Comunicar a Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance* novos riscos identificados e qualquer alteração em seu processo de negócio;
- Estabelecer controles adequados para gerenciamento dos riscos;

- Dar cumprimento aos planos de ação sob sua responsabilidade;
- Assegurar que as ações implementadas sejam efetivas e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais e por fim, reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles. A estrutura de controles internos é avaliada periodicamente, a fim de verificar a eficiência dos controles internos existentes e influências decorrentes de potenciais mudanças no ambiente interno da Companhia e/ou ambiente externo.

Por sua vez, a estrutura de gestão de riscos monitora continuamente os fatores de riscos identificados para evitar que a exposição da Companhia aos riscos aumente e impeça a continuidade de negócios. O acompanhamento das ações de melhorias (planos de ação) é realizado periodicamente pela Gerência de Riscos e Controles Internos, responsável por reportar o status às instâncias competentes. Por fim, quando do Planejamento Estratégico da TOTVS, é realizada uma revisão sistêmica do processo de gestão de riscos, visando garantir o adequado mapeamento e priorização de riscos mediante a estratégia da Companhia.

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme mencionado no item 5.1, a Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos a fim de suportar o processo de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros, de mercado, regulatórios/compliance. e de tecnologia da informação.

A política foi revisada pela Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2019 e tornada pública em 19 de junho de 2019, sendo sua periodicidade de revisão bianual, ou podendo ocorrer tempestivamente, caso sejam identificadas mudanças pontuais.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. riscos para os quais se busca proteção:

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial, conforme discutido no item 4.2.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

Historicamente, os riscos apresentados anteriormente (item 5.1-b-i) têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes pulverizada, tanto em termos de receita, como em setores de atividades nos quais esses clientes atuam.

Inflação - A Companhia entende que o impacto inflacionário sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e de subscrição e pelos reajustes periódicos nos preços das novas taxas de licenciamento e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos. No entanto, com mencionado no item 4.2, essa estratégia de proteção natural não trata o risco residual do descasamento entre a inflação de custos e despesas e os índices de inflação aplicados nos contratos de manutenção e de subscrição. Com base no histórico, a Companhia entende esses indicadores de inflação tendem a convergir no médio/longo prazo.

Taxa de juros - A Companhia busca monitorar o endividamento líquido por meio da comparação da geração operacional de caixa e a dívida total, como demonstrado no item 3.7 deste formulário.

Variação cambial - No atual estágio de maturidade das suas operações internacionais, a Companhia busca dimensionar estruturas de custos e despesas compatíveis com as respectivas gerações de receita.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

A Companhia não utiliza no momento nenhum instrumento ativo de hedge, além dos hedges “naturais” mencionados no item anterior (“ii”) que consistem em: reajuste das receitas com base em índices de preços (proteção contra a inflação); monitoramento do índice de endividamento líquido e do fluxo de caixa das operações individuais e consolidadas (proteção contra a taxa de juros); e operações internacionais com receitas e custos essencialmente incorridos nas mesmas moedas (proteção contra a taxa de câmbio).

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Os principais parâmetros são a representatividade das receitas recorrentes em relação à receita total, o comportamento das receitas recorrentes, a satisfação dos clientes atendidos, o monitoramento dos indicadores de endividamento líquido (item 3.7), cronograma de vencimento da dívida (item 3.8) e o patrimônio líquido denominado em moeda estrangeira em relação ao patrimônio líquido total da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, conforme indicado no item 5.1- b-iii.

c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas de negócios, item 5.1 - C.

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia, alinhada continuamente às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, possui uma Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, que tem como principais atribuições conduzir e estabelecer diretrizes para os trabalhos relacionados a Controles Internos, bem como atestar o correto funcionamento do ambiente de controles, buscando mitigar riscos de acordo com a complexidade dos negócios da TOTVS e visando garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos.

Ainda, o processo definido visa a garantir segurança razoável para proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade das informações contábeis, eficiência operacional e adesão às políticas, normas e procedimentos.

Definição de escopo e atuação:

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

(i) os objetivos estratégicos da Companhia;
(ii) (ii) composição e natureza das contas contábeis;
(iii) (iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
(iv) (iv) complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de 3 Linhas de Defesa, sendo:

- 1ª Linha de Defesa: São as Áreas de Negócio, responsáveis por identificar e reportar os riscos de suas operações e zelar pelo atendimento dos seus objetivos de negócio, bem como o adequado funcionamento da sua estrutura de controles internos;

- 2ª Linha de Defesa: Representada pela Gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua de forma consultiva apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;

- 3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente são realizados testes de desenho dos controles (denominados *"walkthroughs"*), com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados de forma correta e estão em operação.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados nos processos de negócio são reportados para as áreas responsáveis para elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

Concluídas estas etapas, os responsáveis pelos processos devem realizar anualmente o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela TOTVS e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Os processos e controles mapeados pela Gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance são ferramenta fundamental para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados (denominados "Testes de Controles"), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Cabe ao Comitê de Auditoria da Companhia supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes e os planos de ação desenvolvidos pelos responsáveis dos processos.

b) Estruturas organizacionais envolvidas:

Conselho de Administração: órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos da Companhia que nortearão o trabalho de identificação dos riscos da organização;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Aprovar a metodologia de gestão de riscos e de controles internos da Companhia;
- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- Determinar e validar os ciclos de revisão do sistema de controle de riscos e sua eficácia;
- Determinar a tolerância aos riscos;
- Aprovar o mapa de riscos (estratégicos e operacionais) e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta;
- Validar documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Propor alterações na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os planos de ação elaborados para os riscos classificados como “alto” e “crítico”;
- Acompanhar e recomendar ao Conselho de Administração sobre a aceitação das respostas aos riscos altos e críticos;
- Avaliar o mapa de riscos (estratégicos e operacionais) e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;
- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia.

Aos demais comitês técnicos de assessoramento do Conselho de Administração, por sua vez, cabe acompanhar e recomendar sobre a aceitação das respostas aos riscos, auxiliar a Administração na definição das diretrizes de gestão de riscos, métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, acompanhar ações de implementação de planos de ação mitigatórios e reportar suas conclusões ao Conselho de Administração.

Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*: está subordinada à Diretoria de Controladoria e Planejamento, que por sua vez reporta-se à Vice-Presidência Administrativa e Financeira. Tem como principais atribuições:

- Propor e aplicar a metodologia de Gestão de Riscos, criando um sistema eficaz de monitoramento;
- Conduzir junto às áreas pertinentes a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos e operacionais;
- Reportar os riscos Estratégicos e Operacionais à Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração;
- Propor alterações e submeter às aprovações a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Discutir as recomendações propostas pelos Donos dos Riscos para minimizar os riscos da Companhia em linha com a estratégia e objetivos definidos;
- Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Realizar o acompanhamento e reporte trimestral de todas as ações desenvolvidas para os riscos classificados como “Médio”, “Alto” e “Crítico”;
- Acompanhar e reportar periodicamente o andamento dos planos de ação desenvolvidos;
- Mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos;

- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles;
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e controles internos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e demais TOTVERS.

Auditoria Interna: reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como principais responsabilidades:

- Utilizar o Mapa de Riscos como subsídio para o plano anual de auditoria dos processos da Companhia, de suas subsidiárias e controladas;
- Auditar o processo de Gestão de Riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos com base nos trabalhos executados pelas Áreas de Negócios e Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance*;
- Executar os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação e sua eficácia;
- Identificar a necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Donos dos Riscos / Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da política:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar o *Control Self Assessment* e disponibilizar as evidências necessárias;
- Avaliar anualmente a performance e resultados dos riscos e controles sob sua gestão;
- Comunicar a Gerência de Controles Internos, Riscos e *Compliance* novos riscos identificados e qualquer alteração em seu processo de negócio;
- Estabelecer controles adequados para gerenciamento dos riscos;
- Dar cumprimento aos planos de ação sob sua responsabilidade;
- Assegurar que as ações implementadas sejam efetivas e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

c) Se e como a eficiência de Controles Internos é supervisionada pela Administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Após a finalização do mapeamento dos processos, identificação de riscos, e testes de desenho (*walkthroughs*), as áreas de negócio devem realizar o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela TOTVS e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Com base nesse mapeamento e *Self Assessment* realizado, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados (denominados “Testes de Controles”), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Todo o processo de mapeamento, revisão dos controles e seus respectivos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanha periodicamente a eficiência de controles internos, os planos de ação desenvolvidos e sua implementação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório emitido pelos Auditores Independentes relativos às Demonstrações Financeiras da Companhia para o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018, apontou deficiências significativas de controles referente a Gestão de Acessos (ITGC Controls), nos quais foram verificadas fragilidades nos processos de concessão, revogação, manutenção e revisão periódica de acessos de colaboradores ativos,

transferidos e desligados, bem como nos controles de contas administrativas/privilegiadas dos Sistemas da Companhia. Adicionalmente, verificou-se uma fragilidade nos controles de Backup e Restore.

Os Auditores Independentes recomendaram ainda, para o processo de Gestão de Acessos, reavaliar o desenho dos controles de concessão, revogação, transferências, manutenções periódicas e contas privilegiadas de modo a identificar o que ocasionou as falhas apontadas, bem como documentar, evidenciar e validar formalmente qualquer tipo de alteração realizada nos perfis de acesso dos colaboradores da Companhia. Para as fragilidades identificadas nos controles de Backup e Restore, foi recomendada a adoção de procedimentos formais de registro e tratativa para as falhas ocorridas e identificadas nos Jobs críticos e sugerida a implementação de controle periódico e formal de restauração dos dados gravados para garantir que as informações sejam acessadas quando necessário.

Cabe ressaltar que, por meio de procedimentos comprobatórios adicionais, os auditores externos verificaram que as deficiências identificadas não geraram nenhum tipo de ressalva em seu parecer final e não alteraram os resultados financeiros da Companhia.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo Auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A revisão do processo de gestão de acessos foi concluída e engloba a criação de mecanismos e integrações sistêmicas para evidenciar e documentar que os acessos concedidos, transferidos e revogados estejam em conformidade com as atividades realizadas pelos colaboradores e passem por aprovações conforme as alçadas competentes. Também foi definido um processo de revisão anual dos acessos de 100% dos colaboradores da Companhia.

Quanto às fragilidades identificadas nos Backups e Restores, foram criadas rotinas sistêmicas e procedimentos constando as regras destes processos para mitigar a ocorrência das falhas apresentadas.

Cabe ressaltar que as demais recomendações da Auditoria Independente, não consideradas significativas foram endereçadas aos responsáveis das respectivas áreas e possuem prazo definido sua implementação em 2019.

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas de integridade adotados pelo emissor para prevenção, detecção e remediação de fraudes e elícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A TOTVS adota mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado de atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como no âmbito privado, considerando os países de atuação da Companhia.

O Programa de Integridade da Companhia é sustentado por um conjunto de Políticas Organizacionais, as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e revisadas a cada 2 (dois) anos, podendo ocorrer atualizações a qualquer momento, em função de alterações que assim o justifique. Os controles são revisados anualmente, sendo que podem ocorrer atualizações a qualquer tempo, em função de alterações nas regras, processos e no cenário de riscos. Especificamente ao gerenciamento de riscos e metodologia aplicadas pela Companhia consultar a seção 5, item 5.1.

Código de Ética e Conduta e Políticas Corporativas no âmbito do Programa de Integridade

Código de Ética e Conduta: tem por objetivo oferecer uma compreensão geral sobre as condutas e princípios éticos que orientam o compromisso da TOTVS com a integridade dos seus negócios e relacionamentos internos e externos e se aplica a todos os conselheiros, administradores, acionistas que participem do controle da companhia, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

Política de Compliance Corporativo: tem por objetivo orientar e definir a abrangência, estrutura e atividades de Compliance da TOTVS, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades. Também visa a disseminar o Compliance por todos os níveis da Companhia, demonstrando a importância de conhecer e executar as determinações legais e regulamentares, além dos normativos internos e Código de Ética e Conduta da Companhia.

Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos (Anticorrupção): visa a estabelecer diretrizes de conduta para o relacionamento da TOTVS, por meio de qualquer representante ou preposto, com Entes Públicos, à luz dos seus valores e princípios previstos no Código de Ética e Conduta. A Política ainda reforça o compromisso em cumprir com a Lei Anticorrupção Brasileira – Lei nº 12.846/2013, bem como o seu engajamento junto ao Pacto Global das Nações Unidas e ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto ETHOS, nos quais a Companhia é signatária.

Política de Gestão de Riscos e Controles Internos: visa a estabelecer diretrizes e responsabilidades a serem observadas no gerenciamento de riscos da TOTVS assegurando que os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados à Administração em tempo adequado para tomada de decisões, minimizando o impacto do risco e ou explorando melhor as oportunidades, por meio de seus controles internos e adequada governança de riscos.

Política de Contribuições, Doações e Patrocínios: o documento tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas para a realização de contribuições, doações e patrocínios pelo Grupo TOTVS.

Mecanismos e Procedimentos de Integridade

***Due Diligence* de *Compliance* de Fornecedores:** refere-se aos processos e procedimentos voltados à identificação e avaliação de riscos de *compliance* no relacionamento com fornecedores, notadamente quanto ao tema anticorrupção, visando garantir que a Companhia não faça negócios com fornecedores envolvidos com qualquer tipo de práticas ilícitas ou irregulares à luz da legislação anticorrupção vigente e aos princípios éticos refletidos no Código de Ética e Conduta da Companhia.

Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: procedimentos para registro de interações presenciais de natureza Comercial e Institucional com Entes Públicos, a fim de cumprir as diretrizes definidas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos.

Treinamento Código de Ética e Conduta: os colaboradores são capacitados por meio de treinamento *e-learning* do Código de Ética e Conduta, abordando a totalidade de temas presentes no documento. Além disso, a compreensão do conteúdo é exercitada por meio de perguntas e dilemas éticos que devem ser respondidos à luz dos princípios e regras do Código.

Treinamento Interação com Entes Públicos: treinamentos presenciais ministrados internamente ou por consultoria especializada, direcionados às áreas internas que possuem interação com Entes Públicos, visando capacitar o público alvo quanto as práticas e procedimentos a serem observados nesse tipo de interação, considerando o cumprimento da legislação aplicável e os requisitos do Código de Ética e Conduta e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos.

Cláusula anticorrupção e de cumprimento do Código de Ética e Conduta: os contratos com fornecedores e clientes devem possuir cláusula acerca do cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e ao Código de Ética e Conduta da Companhia.

Termo de Compromisso de Integridade e Declaração de Responsabilidade, Conformidade e Compromisso Social e Legal: documentos direcionados a todas as Franquias TOTVS, no qual a Unidade Franqueada se compromete a cumprir com os dispositivos da Lei nº 12.846/2013 – "Anticorrupção" e com o Código de Ética e Conduta da TOTVS, bem como com os princípios do Pacto Global da ONU.

Auditoria do Programa: Periodicamente o Programa de Integridade é objeto de avaliação por Auditoria, sendo interna ou externa, apta a identificar eventuais inconsistências do Programa, bem como oportunidades de melhorias. O resultado do trabalho é reportado ao Comitê de Auditoria e os respectivos planos de ação resultam em acompanhamento e monitoramento pela Administração.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é a área responsável pela gestão do Programa de Integridade da Companhia e está subordinada à Diretoria de Planejamento e Controladoria, que por sua vez reporta à Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, O status do Programa de Integridade é objeto de reporte periódico ao Comitê de Auditoria, responsável por manter o Conselho de Administração informado sobre o tema.

A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, no âmbito de suas atribuições e conforme estabelecido na Política de Compliance Corporativo, possui independência funcional e acesso às informações e documentos necessários para a condução das atividades do Programa de Integridade da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018 e reapresentada publicamente em 21 de junho de 2018, sendo aplicável a todos os conselheiros, administradores, acionistas que participem do controle da companhia, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Para conhecimento e adequada capacitação, foi disponibilizado a todos os colaboradores um treinamento e-*learning* da nova versão do Código de Ética e Conduta de participação obrigatória, com aplicação de avaliação de conhecimento e posterior emissão de certificado.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se de fato ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e definir quais medidas serão aplicadas ao infrator, que podem ser de caráter disciplinar, como aplicação de advertência, até o desligamento por justa causa, além de medidas judiciais cabíveis, se for o caso.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018 e reapresentada publicamente em 21 de junho de 2018, e encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), bem como na página do Canal de Ética e Conduta da TOTVS, https://www.canalconfidencial.com.br/totvs/.

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A companhia possui um Canal de Ética e Conduta mantido por empresa terceirizada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética e Conduta está apto a recepcionar denúncias de empregados e terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço e parceiros comerciais.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética e Conduta permite que as denúncias sejam realizadas de forma anônima ou identificada, e garante a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Auditoria Interna da Companhia é responsável pela análise e apuração das denúncias recebidas, bem como pelo reporte dos casos aplicáveis à Comissão de Ética e Conduta, que define as medidas cabíveis a serem adotadas.

c) Se o emissor adota procedimentos em processo de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

A companhia adota procedimento de Due Diligence de empresas em processo de fusão, aquisição e reestruturações societárias. O processo é composto por análise de ambiente, por meio de equipes de Auditorias externas independentes, além de análise reputacional das pessoas jurídicas envolvidas. Os resultados são submetidos à plano de ação que deve consistir com ações sincronizadas o planejamento de incorporação destas empresas.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, pois a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

No último exercício não houve alterações significativas nos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na Política de Gerenciamento de Riscos (estabelecida em 2017).

Os riscos identificados e monitorados pela TOTVS, podem ser identificados no item “a” do indicador 4.1 – Fatores de Risco, por sua ordem de criticidade e aqueles que possam influenciar qualquer tipo de decisão dos investidores.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas aos itens de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	13/12/1983
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/03/2006

A Companhia teve sua origem a partir de um bureau de serviços, denominado SIGA - Sistemas Integrados de Gerência Automática Ltda., criado em 1969 pelo Sr. Ernesto Mário Haberkorn. O bureau prestava serviços gerais na área de informática e desenvolveu um sistema que permitia o gerenciamento empresarial centralizado, cuja finalidade principal era a automação de processos administrativos. Em 1983, com o surgimento dos microcomputadores, foi fundada a Companhia, sob a denominação social de Microsiga Software S.A. ("Microsiga"), unindo os sócios Sr. Ernesto Mário Haberkorn e Laércio Cosentino, ex-CEO da Companhia. A Companhia tinha o objetivo de elaborar softwares para esses computadores pessoais e, posteriormente, passou a atuar no mercado de softwares de gestão empresarial integrada, acessíveis às empresas de médio e pequeno portes.

A partir dos anos 90, várias decisões estratégicas foram tomadas visando estruturar a Companhia para o crescimento sustentável, com a criação do ambiente necessário para assumir a liderança de mercado que a Companhia conquistaria no final da década seguinte.

Algumas decisões e eventos que merecem destaque são:

1990: abertura da primeira franquia.

1997: abertura da primeira unidade no exterior, a Microsiga Argentina.

2003: aquisição de ativos da empresa Sipros, no México, e abertura da Microsiga México.

2005: aquisição da Logocenter S.A. ("Logocenter"); recompra da participação da Companhia; admissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR como sócia da Companhia.

2006: abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), no Novo Mercado (nível mais alto de Governança Corporativa) aquisição da RM Sistemas S.A. ("RM"), e constituição das atividades de consultoria empresarial da Companhia.

2008: incorporação da Datasul S.A. ("Datasul");

2009: alteração do objeto social da Companhia com a inclusão da atividade de "concessão de franchising", conforme AGE datada de 16/04/2009; criação das franquias "Full TOTVS" envolvendo as Franquias TOTVS e Datasul;

2013: a aquisição da PC Sistemas S.A., aquisição da PRX Soluções em Gestão Agroindustrial Ltda. ("PRX"), aquisição da RMS Software S.A., aquisição da Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda. ("Seventeen") e aquisição da Neolog Consultoria e Sistemas S.A. ("Neolog");

2014: aquisição da Virtual Age Soluções em Tecnologia Ltda. ("Virtual Age");

2015: aquisição da Bematech S.A. ("Bematech") e incorporação da P2RX Soluções em Software S.A. ("P2RX").

2016: alienação de 100% da sua participação no capital social da TOTVS Resultados em Outsourcing Ltda. ("TOTVS RO"), empresa focada na prestação de serviços de BPO (Business Process Outsourcing) de Recursos Humanos, para a Propay S.A. Aquisição de participação minoritária pela TOTVS México e TOTVS S.A. da empresa russa National Computer Corporation (NCC).

2017: lançamento da plataforma de inteligência artificial (Carol) e lançamento do iDEXO que é um instituto com o propósito de conectar startups, empreendedores e desenvolvedores para a criação de novas soluções de negócios.

2018: consolidação do plano de sucessão da companhia e o anúncio da chegada de Dennis Herszkowicz em substituição ao fundador da Companhia, Laércio Cosentino, que por sua vez foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

Não há qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

Visão Geral

Somos a companhia líder em softwares de gestão empresarial (“ERP”) no Brasil, de acordo com o estudo *Enterprise Application Software Worldwide* emitido pela Gartner em 2018, tendo aproximadamente 50% de *market share*. Na América Latina possuímos 30% de *market share* em ERP de acordo com o mesmo estudo, sendo um dos três maiores *players* da região. Atuamos há mais de 36 anos provendo para empresas de todos os portes soluções de negócios, de softwares de gestão, plataformas tecnológicas e consultoria para empresas de todos os portes.

A Companhia foi a primeira empresa do setor de TI da América Latina a abrir o capital, em 2006, e está listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com o ticker ‘TOTS3’. Desde o IPO, a nossa receita liquida aumentou em dez vezes, sendo historicamente sustentada pelo crescimento orgânico e por meio de aquisições estratégicas.

Com uma base instalada de mais de 30 mil clientes, a TOTVS atua principalmente no Brasil, mas está presente em 41 países, com uma receita líquida, em 2018, de R$2,3 bilhões e, aproximadamente, 7,8 mil funcionários. No Brasil, contamos com 11 filiais, 52 territórios franqueados e 10 centros de desenvolvimento. No exterior, contamos com 5 filiais (Argentina, Colômbia, Estados Unidos da América, México e Portugal) e 2 centros de desenvolvimento (Estados Unidos e México).

A Companhia tem como propósito “simplificar o mundo dos negócios”, desenvolvendo, comercializando e implementando ferramentas e plataformas tecnológicas com soluções especializadas para o *core business* de nossos clientes em 12 segmentos de negócios, quais sejam: agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, serviços e varejo. Neste contexto, oferecemos softwares de gestão empresarial integrada, plataformas de produtividade e colaboração, de dados e inteligência (ou plataformas inteligentes e colaborativas) e serviços de valor agregado, tais como implementação e consultoria.

Um dos nossos principais diferenciais, portanto, é o desenvolvimento de tecnologia aplicada a partir de plataformas e a geração de soluções segmentadas, integradas a um modelo de distribuição baseado em unidades próprias e franquias, no Brasil e no exterior, o que permite presença, proximidade e um atendimento ágil e eficaz ao cliente.

Como parte da estratégia de expandir, fortalecer e agregar valor aos nossos clientes e alavancar o crescimento de nosso resultado, iniciamos, em 2019, estudos e implementação para acesso a novos mercados que possam gerar complementariedade ao nosso atual modelo de negócios. Dentre as oportunidades identificadas pela nossa administração, destacamos o início da estruturação da divisão techfin (tecnologia para serviços financeiros), que tem como principal objetivo simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes ao crédito e demais serviços financeiros. Adicionalmente, também identificamos oportunidades de desenvolver soluções de performance para integrar a cadeia de valor de nossos clientes, otimizando os seus resultados de vendas e rentabilidade.

Em techfin, a primeira iniciativa da TOTVS foi celebrar um acordo de parceria com a Redecard S.A., empresa do grupo Itaú Unibanco (“Rede”), para promover junto aos nossos clientes SMB soluções de adquirência e antecipação de recebíveis providos pela Rede.

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Em milhões de reais (exceto percentagens)	**Período de 3 meses encerrados em 31 de março de**		**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2019	**2018**	**2018**	**2017**	**2016**
Receita Líquida	563,6	519,0	2.320,3	2.227,3	2.183,8
Receita Líquida de Software	563,6	519,0	2.111,2	1.992,9	1.939,6
Receita recorrente(1)	416,1	378,7	1.547,2	1.466,4	1.348,9
EBITDA(2) (4)	82,9	96,0	259,4	294,5	343,9
EBITDA Ajustado(3) (4)	114,7	96,8	346,1	293,5	351,9
Lucro Líquido	12,1	34,3	60,6	93,3	152,3
Taxa de Renovação(6)	98,1%	97,3%	97,9%	99,0%	-

(1) Compreende subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica. Para mais detalhes sobre a Receita Líquida de Software, ver item 3.2 do Formulário de Referência.

(2) O EBITDA, (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido das receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

(3) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós que corresponde ao EBITDA ajustado pelo resultado de equivalência patrimonial, pela provisão para perda de valor recuperável de ativos, pelas provisões adicionais para contingências, pela perda (ganho) na baixa de ativo permanente, pelas provisões adicionais para créditos de liq. duvidosa, pelo ganho com a venda de controladas e pelo prejuízo líquido de operações descontinuadas que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Para mais detalhes sobre o EBITDA Ajustado ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(5) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(6) Taxa de Renovação representa o percentual de clientes que permaneceram na base de recorrência ao final do período, comparada à base do início do período, tomando como referência o valor da receita recorrente.

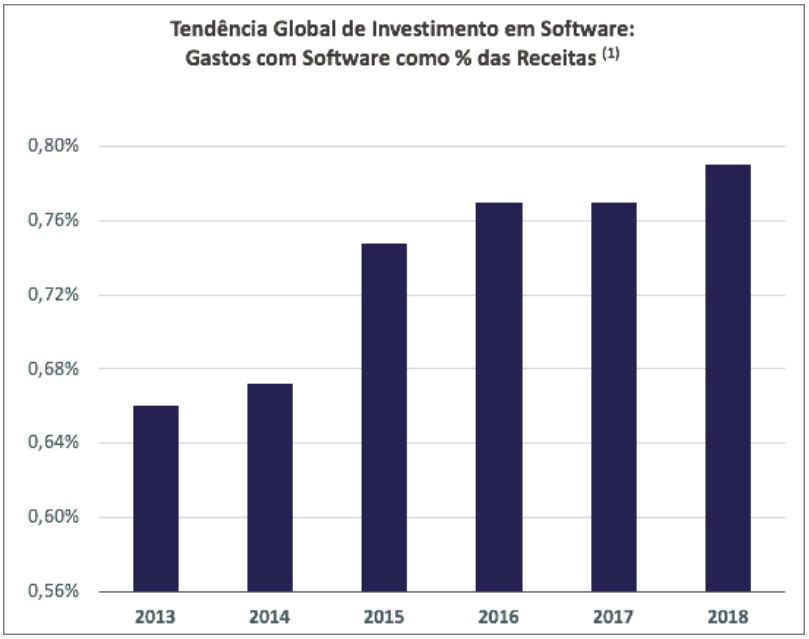
Oportunidade de Mercado

Estimamos, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") e pela Gartner, que o Mercado Total de Software Endereçável (*Total Addressable Market* ou TAM) da TOTVS é de, aproximadamente, R$20,7 bilhões, o qual é composto por mais de 4,4 milhões de empresas com até 9 funcionários, 615 mil empresas de 10 à 500 funcionários e 10 mil empresas com mais de 500 funcionários.

Acreditamos que este mercado potencial deve se beneficiar da melhora de fundamentos macroeconômicos do Brasil, como a retomada do crescimento do PIB (crescimento médio esperado de, aproximadamente, 2,4% ao ano entre 2019 e 2022) e um ambiente de inflação estável (taxas ao redor de 4,0% nos próximos três anos). De acordo com o International Data Corporation (IDC), espera-se um crescimento médio anual para o setor de softwares de gestão empresarial de 8,6% entre 2018 e 2022.

Entendemos que ainda existe um mercado potencial relevante ainda não penetrado em TI. De acordo com pesquisa realizada pela ASM divulgada em 2018, sistemas ERP eram utilizados por

48% do mercado potencial brasileiro, enquanto os sistemas de CRM e Business Intelligence possuíam taxas de penetração de 28% e 25%, respectivamente. Adicionalmente, conforme gráfico abaixo com os dados históricos divulgados pela Gartner, empresas têm sistematicamente ampliado seu orçamento de software em relação à sua receita, consumindo mais tecnologia à medida em que aumenta sua maturidade de negócios.



Historicamente, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o setor de TI apresenta um crescimento acima da média da economia brasileira.

Todos esses dados fortalecem nossa visão de que o mercado brasileiro é uma importante fonte de crescimento e oportunidade para a TOTVS.

Techfin

O mercado brasileiro apresenta uma alta concentração bancária em que os 5 maiores bancos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander e Bradesco) são responsáveis por 85% de todos os depósitos em 2017. Esse ambiente colabora para que se mantenha um alto custo de crédito, em que a taxa de cheque especial para pessoas físicas é de 315,6% ao ano em janeiro de 2019, segundo dados do Banco Central, enquanto a taxa Selic está em 6,5% ao ano.

Esse panorama cria uma oportunidade para a TOTVS atuar em segmento techfin, sem esquecer de nosso DNA de tecnologia, como uma empresa de software. A TOTVS se posiciona como techfin em vez de fintech, para oferecer soluções para simplificar, aumentar o acesso e diminuir o custo de produtos financeiros, incluindo soluções de pagamentos e crédito para seus clientes. O nosso segmento de techfin pode se alavancar: (i) da nossa expertise e know-how de soluções digitais e tecnológicas, (ii) da nossa habilidade de coletar e analisar o alto volume de dados, (iii) da nossa capacidade de lançar novos produtos para se adaptar as necessidades do usuário, (iv) da nossa plataforma de distribuição robusta em todas regiões no Brasil, (v) do nosso acesso a uma ampla base de clientes recorrentes ao longo da cadeia produtiva e (vi) de nossa marca bem estabelecida. Essas soluções podem ser, inclusive, oferecidas em parcerias com players do setor financeiro, sejam eles consolidados ou novos entrantes, que possuem conhecimentos complementares como expertise do produto, conhecimento do ambiente regulatório e análise de risco dos clientes.

Além disso, o acesso a uma ampla base de clientes em que suas operações são intermediadas e suportadas pelos sistemas da TOTVS, aliada a uma tendência de digitalização das empresas e pressão por ganhos de eficiência e aumento de resultado, cria uma oportunidade para que a

TOTVS desenvolva soluções para aumentar a performance dos seus clientes a partir da análise de seus dados, incluindo, por exemplo, medidas para aumentar vendas em determinadas situações ou gerenciar melhor os recursos da empresa.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Posição de liderança e marca

Somos uma companhia multinacional brasileira líder em ERP no Brasil com aproximadamente 50% de *market share*, de acordo com pesquisa realizada pela Gartner. Estimamos que a receita agregada dos nossos clientes representa, aproximadamente, R$1,6 trilhão.

Ocupamos a 24ª posição de marca mais valiosa do país no ranking da Interbrand em 2018, sendo a única marca de tecnologia presente nesse ranking, o que acreditamos ser um ativo valioso na atratividade de novos clientes, bem como para atrairmos os melhores e mais inovadores profissionais de tecnologia da indústria de softwares. A TOTVS foi a única empresa de TI brasileira presente no ranking "The 2018 Global Innovation 1000 study" anualmente divulgado pela consultoria Strategy&, vinculada à PwC.

Nossa posição de liderança nos permite amplo acesso a diversos segmentos do mercado em que atuamos e viabiliza a oferta de diversos produtos de forma verticalizada para novos e atuais clientes de todos os tamanhos, incluindo oportunidades de *cross-selling*. Acreditamos, ainda, que a nossa forte reputação tem a capacidade de agregar profissionais de excelência, parceiros e clientes ao nosso redor, em um ecossistema aberto, capaz de acompanhar e integrar as evoluções das demandas atuais e antecipar as tendências do futuro.

Plataforma de distribuição

A TOTVS está presente em todo o território brasileiro e possui clientes em 41 países. Esta ampla capilaridade é fruto da nossa estratégia de expansão por meio de filiais, canais e franquias exclusivas, iniciada na década de 90 e que nos permite estar sempre próximos aos nossos clientes, conhecer melhor o negócio deles, as particularidades da região onde atuam e a conquistar sua confiança.

Acreditamos que nossa plataforma de distribuição é um forte diferencial, com presença local e digital que é capaz de atender companhias de todos os tamanhos.

No segmento de grandes corporações possuímos uma divisão especializada com profissionais qualificados em cada indústria de atuação oferecendo não apenas serviço especializado mas suporte e consultoria.

No segmento de pequenas e médias empresas, possuímos 5 unidades próprias e 52 territórios franqueados. Acreditamos que essa capilaridade da força de vendas nos proporciona conhecimento único das necessidades dos nossos clientes, além de custos comerciais e de implementação otimizados. Os nossos franqueados atuam de forma exclusiva e são remunerados não apenas pelas vendas realizadas, mas também pelas receitas recorrentes de software, o que acreditamos motivar referidos franqueados em manter um alto grau de alinhamento aos nossos interesses, em especial à manutenção da relação de longo prazo com os nossos clientes.

No atendimento a microempresas, atuamos em um sistema de múltiplos canais por meio de parceiros, revendas e distribuidores, o que nos permite atingir todas as regiões e grandes centros do Brasil.

Por fim, a TOTVS *store* nos permite estabelecer um canal digital de interação com os nossos clientes, em especial para aplicações em *cloud*.

Portfólio amplo, diverso e flexível

Nosso portfólio abrange uma completa oferta horizontal, com soluções de ERP, RH, CRM, Analytics e Inteligência Artificial. Acreditamos que nossas soluções são amplas, diversas e

flexíveis, lidando e atendendo as necessidades de todos os nossos clientes nas mais diversas verticais de 12 segmentos de negócio (agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, serviços e varejo).

Atendemos empresas de todos os portes, com soluções disponibilizadas em *cloud* ou *on-premises*. As nossas soluções são escaláveis e modulares podendo ser facilmente configuradas para permitir funcionalidades específicas de diferentes segmentos de negócio e tamanhos com integração consistente.

Modelo de negócios com histórico de crescimento e rentabilidade

Nosso modelo principal de negócios consiste na oferta e desenvolvimento com constante inovação de sistemas de ERP confiáveis e eficientes para o processamento de informações corporativas com segurança, constituindo uma ferramenta de grande relevância para os nossos clientes no gerenciamento de seus negócios no qual acreditamos possuir profunda expertise.

Nosso modelo de negócios tem uma abordagem focada no cliente, amplo portfólio de produtos, equipe de pós-vendas que inclui especialistas com expertise em promover vendas de *cross-sell* e *upsell*, assim como times centralizados de implementação e manutenção. Proporcionamos aos nossos clientes mais simplicidade e facilidade na contratação e utilização de nossas soluções por meio de variadas modalidades comerciais, que se adaptam a realidade do cliente segundo o seu estágio de maturidade. Isso nos permite apoiar a evolução dos nossos clientes, nos posicionando como um parceiro de longo prazo e expandindo os nossos serviços e *cross-selling* ao longo do ciclo de vida dessa parceria.

Tal flexibilidade comercial nos permite crescer junto com os nossos clientes, suportando relacionamentos de longo prazo. Nos últimos oito anos multiplicamos nossa receita bruta em mais de 2,15 vezes, com uma taxa de renovação de, aproximadamente, 98% em 31 de dezembro de 2018. Acreditamos que esses fatores, combinados com um modelo de relacionamento com base contratual recorrente (pagamento mensal com renovação anual automática), possibilitam a previsibilidade e rentabilidade do negócio.

Histórico de Aquisições

Acreditamos possuir capacidade e histórico sólidos na identificação, negociação e integração de aquisições, ao longo de mais de 20 anos, que geraram valor para a Companhia, com a criação de sinergias significativas.

Desde 2006, nós adquirimos mais de 25 companhias que reforçaram desde o nosso negócio principal até entrada em novos segmentos de atuação. Nossos executivos possuem experiência tanto no processo de aquisição quando no de integração das novas empresas o que alavanca o potencial das sinergias a serem extraídas, com foco no aumento do *cross selling*, redução de *churn*, aumento dos serviços e soluções ofertadas, corte de custos, melhora da governança e expansão das vendas com o uso da marca TOTVS. São exemplos significativos da nossa capacidade de integração as aquisições da RM e Datasul, ambas transformacionais para a companhia devido ao tamanho no momento da aquisição.

Time executivo qualificado e experiente e forte governança corporativa

Acreditamos que a forte experiência e o profundo conhecimento de nossos administradores constituem vantagens competitivas decisivas em nosso dinâmico mercado de atuação. A nossa administração é composta, atualmente, por uma equipe jovem, engajada e experiente no setor de tecnologia com, em média, 18 anos de experiência profissional, dos quais aproximadamente 9 anos, em média, foram dedicados exclusivamente à Companhia. Esses profissionais altamente qualificados desempenham papel central no crescimento de nossos negócios, criando uma cultura de excelência operacional, transparência e eficiência, e altos padrões de governança e ética.

Adicionalmente, em 2018, concluímos o processo da sucessão da nossa alta administração, com nosso fundador migrando para nosso conselho de administração e a entrada do nosso presidente

Dennis Herszkowicz. Nossa estratégia e nosso foco seguem conforme desenvolvido ao longo dos últimos anos.

A experiência e qualificação dos nossos executivos será peça chave para a identificação de oportunidades de crescimento, execução de aquisições, integração bem-sucedida de ativos adquiridos e na implementação da estratégia descrita abaixo.

Além de ser listada no mais alto nível de governança da B3, o segmento especial do Novo Mercado, somos uma companhia de capital pulverizado (*true corporation*) e contamos com 8 dos nossos 9 membros do conselho de administração independentes e altamente qualificados. Nosso comitê de auditoria é constituído puramente com membros independentes do nosso conselho de administração para qual o nosso time de auditoria interna reporta diretamente.

Estratégia de Crescimento

Fortalecer nosso core business

Nossa estratégia de crescimento está baseada no fortalecimento do nosso negócio principal com contínuo foco na oferta de soluções comercializadas e implementadas de forma simples e ágil por uma rede de distribuição e negócios capilar e digital e no desenvolvimento de relacionamentos profundos e duradouros com uma base diversificada de clientes.

Adicionalmente, completamos nosso processo de transição para um modelo de negócios baseado em SaaS[1] e Cloud, o que aumenta nossa receita recorrente, com uma base de clientes fiel.

Considerando que algumas soluções apresentam uma penetração estimada abaixo de 5% na nossa base atual de clientes, tais como CRM e Business Intelligence, acreditamos haver uma grande oportunidade de crescimento por meio do aumento de oferta e penetração das nossas soluções verticais, com grande potencial de geração de *cross-selling* para nossos clientes atuais e futuros.

Expansão para novos mercados

Nossa expansão para novos mercados (techfin e perfomance) se baseia na vantagem competitiva de já estarmos presentes em quase todos os segmentos da cadeia de valor dos nossos clientes, o que nos permite oferecer novas soluções customizadas e flexíveis que ajudem os nossos clientes a vender mais (performance) e para o aumento de eficiência nas atividades operacionais e financeiras (techfin) de nossos clientes.

Como parte dessa estratégia, a TOTVS deu início à sua divisão de techfin, que tem como principal objetivo simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes a crédito e demais serviços financeiros, inclusive por meio de parcerias com instituições financeiras. Com isso, buscamos agregar ainda mais valor às cadeias já atendidas pelas nossas soluções de gestão empresarial líderes no Brasil, oferecendo, por exemplo, soluções de crédito a setores tão diversos quanto educação, saúde, RH e indústria.

Nós já fechamos parcerias com a Rede (plataforma de tecnologia com soluções na gestão de recebíveis) que nos permite atacar novos mercados no curto prazo. Além disso, estamos atentos a novas oportunidades também em soluções e-commerce para eliminar intermediários na cadeia de valor dos nossos clientes.

Aceleração por Aquisição

Acreditamos que aquisições são uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do *core business* e de expansão para novos mercados. Avaliamos constantemente possíveis aquisições estratégicas baseadas em 4 grandes pilares:

[1] *Software as a Service* (ou Software como Serviço), permite aos usuários se conectar e usar aplicativos baseados em nuvem (*cloud*) pela internet.

1. Reforçar e defender do nosso *core business* (soluções horizontais de *back office* e/ou RH);
2. Aprofundar nossa atuação buscando a liderança em segmentos de negócio (soluções verticais);
3. Aquisição de alvos que adicionem novos produtos agnósticos e escaláveis ao nosso portfólio de forma a alavancar nossa capacidade de *cross-selling*; e
4. Criação de novos mercados, aumentando nosso mercado potencialmente acessível (techfin e performance).

O nosso *pipeline* de potenciais alvos de aquisição é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe em ao menos um dos quatro pilares do pipeline, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado.

Em 7 de maio de 2019, a Companhia divulgou edital de convocação de Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, em segunda convocação, no dia 16 de maio de 2019, para deliberar sobre a proposta de alteração do limite da autorização para aumento de capital independentemente de reforma estatutária, com a consequente alteração do artigo 6º e a consolidação do estatuto social da Companhia.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos vinculante tendo por objeto a venda, para a ELGIN S.A. ("ELGIN"), das suas operações de hardware desenvolvidas no território brasileiro por meio de sua subsidiária Bematech Hardware Ltda., pelo montante de R$25.000.000,00, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. A decisão pela venda das operações de hardware está inserida no plano estratégico da TOTVS de focar a atenção de suas equipes e os recursos na operação de software.

A conclusão desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras e da verificação de outras condições de praxe para esse tipo de negócio. A Companhia manterá o mercado informado dos desdobramentos que se mostrarem relevantes

Em 9 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato Relevante comunicando a celebração de acordo com a VTEX S.A. ("VTEX") para (i) a criação de uma joint venture que terá como foco o desenvolvimento e distribuição de soluções de software para e-commerce para empresas no mercado brasileiro; e (ii) alienação para a VTEX da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da CIASHOP S.A. ("CIASHOP"), representando 70,47% do capital social da CIASHOP, pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. O valor total atribuído à CIASHOP foi de R$30.048.966,08 (trinta milhões quarenta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oito centavos). A conclusão desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de negócio.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

a. produtos e serviços comercializados

A TOTVS oferece ao mercado um portfólio de soluções de negócios flexível, diverso e amplo que engloba software de gestão empresarial integrada (ERP), soluções verticalizadas (por indústria do cliente), plataformas inteligentes (de produtividade e colaboração, de dados e inteligência artificial, de internet das coisas, de analytics), serviços de valor agregado (implementação, consultoria, educação empresarial, infraestrutura) e hardware para empresas de todos os portes em 12 segmentos estratégicos da economia (Agroindústria, Construção e Projetos, Distribuição, Educacional, Financial Services, Hospitalidade e Turismo, Jurídico, Logística, Manufatura, Saúde, Serviços, Varejo).

Modelo de Negócios

Nosso modelo de negócios tem como foco o nosso cliente. Acreditamos no poder transformador da tecnologia e na sua capacidade de elevar a eficiência, produtividade e competitividade das empresas, gerando riquezas na economia. Essa diretriz é fundamental e permeia todas as nossas ações, desde as nossas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que se dedicam à concepção de soluções para os segmentos de atuação dos nossos clientes e buscam gerar valor ao seu negócio (B2B – Business to Business) e que também consideram as necessidades dos seus clientes finais (B2C – Business to Consumer), passando por estruturas de atendimento e relacionamento que contam com equipes exclusivas de acordo com o seu perfil e porte, até a oferta e comercialização de soluções que entregam simplicidade e facilidade de contratação, permitindo ao nosso cliente optar pela modalidade que lhe seja mais conveniente, entre o licenciamento de software tradicional ou o pagamento de uma assinatura mensal.

A experiência do nosso cliente começa no relacionamento com a equipe de vendas que busca compreender o seu perfil e o ambiente no qual o seu negócio está inserido, para o adequado mapeamento e identificação das suas necessidades, que podem estar relacionadas com a automação de processos empresariais críticos como a contabilidade, finanças, recursos humanos ou vinculados aos desafios do seu core business como retenção de alunos em uma universidade, controle de produção de grãos no agronegócio, ponto de venda (PDV) em loja de departamentos no varejo, automação de processos fabris em uma manufatura, culminando na arquitetura e especificação da solução mais adequada.

O passo seguinte é a implementação da solução no cliente, onde a TOTVS oferece equipes exclusivas e credenciadas para o exercício dessa atividade, o que proporciona menor custo para os clientes finais. Após implementada a solução, oferecemos manutenção e suporte completo por meio de equipe altamente experiente e centralizada na própria TOTVS, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por fim, contamos também com o time de pós-venda, com equipes distribuídas localmente e com foco nas necessidades contínuas do cliente. Essa força de vendas é especializada e incentivada a oferecer as melhores soluções de *cross-sell* e *upsell* para os clientes existentes.

A TOTVS disponibiliza ao cliente mais de um modelo de contratação de software. Quando o cliente celebra o contrato de licenciamento que inclui a licença dos direitos de uso do software da companhia, na maioria das vezes, celebra também contratos de manutenção de software, os quais garantem o direito ao recebimento das novas versões dos softwares lançadas pela TOTVS, contendo ajustes e toda evolução tecnológica, funcional ou legal.

Por sua vez, quando a opção escolhida pelo cliente é a subscrição (software como serviço), ele passa a deter o direito de usar o software em suas novas versões, lançadas pela TOTVS, contendo ajustes e toda evolução tecnológica, funcional ou legal, mediante pagamento de valor de assinatura mensal e poderá optar pela contratação da hospedagem das soluções em *cloud*.

Em ambas as modalidades, os clientes podem contratar as soluções através de canais de distribuição próprios ou franquias. Quando há o envolvimento de franquias na comercialização, a Companhia fatura diretamente para o cliente e paga comissão aos franqueados.

Independente da modalidade de contratação, os serviços de consultoria, implantação, instrução técnica e customização (qualquer desenvolvimento pontual para adequação do software que seja realizado em acordo com as suas necessidades específicas) podem ser prestados pela TOTVS ou contratado pelo cliente diretamente com terceiros (inclusive franquias e/ou canais de distribuição homologados pela TOTVS) e que são faturados diretamente pelo terceiro.

O nosso modelo de negócios contempla receitas de software recorrentes e não recorrentes. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

Receita Recorrente: receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software (implica um baixo investimento inicial, no qual o cliente passa a ter acesso a múltiplas soluções e em múltiplos dispositivos simultaneamente com um número ilimitado de usuários), manutenção (suporte técnico e evolução tecnológica) e serviços recorrentes (*cloud*, atendimento ao cliente de natureza recorrente).

Receita não Recorrente: contemplam as receitas de taxa de licenciamento de software, onde o cliente adquire a Cessão de Direito de Uso (CDU) tendo como base um número fixo de usuários preestabelecido em contrato ou um número ilimitado de usuários se a venda for baseada de acordo com o faturamento do cliente e serviços de implementação e customização da solução, consultoria e de educação empresarial.

Nosso objetivo é expandir o acesso à tecnologia e garantir que cada vez mais empresas possam beneficiar-se dos seus avanços e da era da digitalização, tornando-se mais competitivas. Por isso, garantimos sempre a liberdade de escolha para que o cliente decida a forma de contratação do software que melhor atenda à sua realidade.

1. PORTFÓLIO DE SOFTWARE

Nosso portfólio de software inclui a oferta em 3 camadas: (i) a solução de ERP para operações de backoffice, que contempla os processos gerais da operação de um negócio como marketing, recursos humanos, contratos, atividades administrativas e financeiras, entre outros; (ii) as soluções de software especializadas na vertical de negócios do cliente, portanto totalmente direcionada aos desafios dos 12 segmentos de atuação da TOTVS e (iii) as plataformas, que representam evoluções do sistema de gestão, com arquitetura mais aberta, integráveis aos APPs e desenhadas com premissas de produtividade, colaboração, gestão e relacionamento, e robusta inteligência e capacidade de análise de dados.

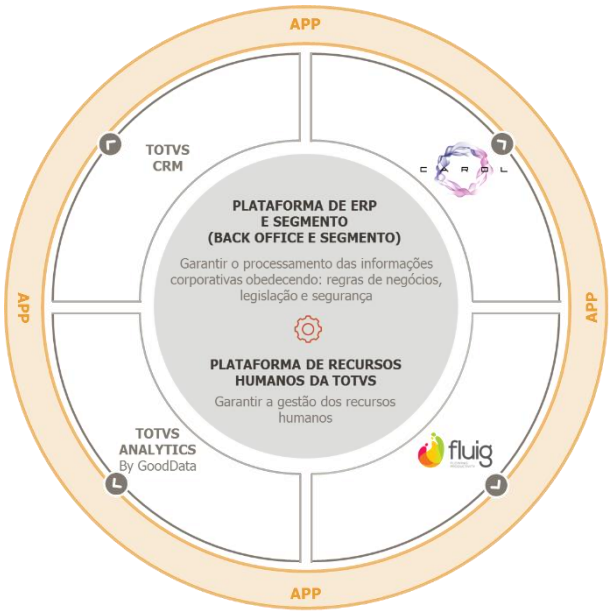


Figura: modelo de negócio TOTVS

1.1 Soluções ERP

O sistema de gestão empresarial (ERP, ou *Enterprise Resource Planning*) é a base de todas as operações de um negócio, que permite acesso fácil e confiável aos dados de uma empresa em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar, integrando e facilitando a comunicação entre diferentes departamentos, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos, e viabilizando maior controle e gerenciamento dos processos de uma organização. A partir dos dados levantados por um ERP e sua respectiva análise, é possível fazer diagnósticos aprofundados, o que pode contribuir para o gestor tomar decisões mais adequadas para maior eficiência e produtividade, redução de custos, crescimento, rentabilidade e aumento da competitividade da empresa.

O ERP TOTVS está em constante evolução tecnológica para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios para os negócios, acompanhando a dinâmica e mudanças aceleradas do mercado, garantindo a observância das regras de negócios, fiscais e a segurança das informações.

TOTVS BackOffice: O ERP BackOffice compreende os processos essenciais e complementares para a gestão, integrando soluções orientadas de acordo com a especialidade atendida, em uma plataforma de produtividade e colaboração. Este núcleo compreende desde o BackOffice administrativo e financeiro, com atendimento integral da legislação, até os módulos fundamentais para colocar em operação qualquer tipo de indústria, como engenharia, estoque e custos e o planejamento e controle da produção.

A legislação tributária brasileira é uma das maiores e mais complexas do mundo, o que sujeita as empresas à necessidade de acompanhar esse cenário que sofre atualizações constantes. A dificuldade para manter a gestão estratégica dos riscos fiscais é potencializada diariamente com um calendário repleto de obrigações e prazos distintos para cumpri-las em todo o território nacional, além da necessidade de investimento em profissionais, software, armazenagem de dados, consultoria, terceirização, advogados e despesas judiciais.

Os meios do Fisco para garantir a observância das normas fiscais ganha robustez a cada ano. Todo o histórico e processo operacional praticado pelo contribuinte está sob os olhares atentos das autoridades fiscais. De posse de documentos eletrônicos (NF-e, NFS-e, NFC-e, Eventos e-Social, EFD Reinf, etc.), escriturações mensais (GIAS ESTADUAIS, SINTEGRA, EFD ICMS IPI, EFD Contribuições, Periódicos e Não-Periódicos do e-Social e também EFD Reinf, Bloco K, etc.) e escriturações anuais (SPED Contábil, ECF, DIRF, RAIS, etc.) o Fisco utiliza sua expertise tributária para os mais diversos fins com o objetivo de controlar informações fiscais.

As obrigações fiscais fazem parte do dia a dia de todas as empresas, independentemente do porte e do segmento de atuação. Compreender o cenário tributário brasileiro é uma tarefa extremamente complexa, que exige tempo, conhecimento e atualização constante.

TOTVS RH: A TOTVS tem soluções completas para atender os processos que compõem a suíte de Recursos Humanos, proporcionando às empresas uma gestão e desenvolvimento do capital humano de forma simples e ágil em todos os processos, como: suporte às exigências legais e processamento de folhas de pagamento, gestão de benefícios, controle da jornada de trabalho dos colaboradores, planejamento da força de trabalho, atração e retenção de talentos, gestão de treinamentos, gestão por competências e acompanhamento de resultados por meio de indicadores e planos de ação e o estabelecimento de metas estratégicas.

1.2 – Soluções Verticalizadas

A Tecnologia da Informação (TI) é um setor de altíssimo valor agregado e tem potencial para contribuir decisivamente para a sustentação de novos ciclos de desenvolvimento no País, impactando positivamente – e de modo abrangente – todas as cadeias produtivas. Neste sentido, a TOTVS definiu focar a sua atuação em 12 segmentos econômicos, estratégia que lhe permitiu incorporar as melhores competências ao seu portfólio, tornar os seus produtos mais especializados e também integrar cada vez mais a cadeia produtiva de seus clientes de ponta a ponta, como, por exemplo, o Supply Chain que agrupa os segmentos Agroindústria, Manufatura e Logística.

A TOTVS estrutura suas equipes com profissionais especializados para cada um dos 12 segmentos de negócio dos seus clientes, maximizando assim os benefícios da especialização. Desta forma, passamos a oferecer soluções ainda mais específicas, não apenas para os nossos clientes, mas para os clientes dos nossos clientes. Isso quer dizer que, por exemplo, quando desenvolvemos uma ferramenta para uma universidade, procuramos entender as necessidades não somente dos profissionais dessa instituição de ensino, mas também dos seus clientes, ou seja, dos estudantes.

Integrada aos sistemas de Back Office, a estruturação dos softwares verticalizados em cada setor responde aos desafios do core business do cliente e objetiva a consolidação das soluções e processos de negócios por setor de atuação da economia, otimizando o desenvolvimento, a atualização e inovação das soluções. Isso permite que as soluções ofertadas pela companhia atendam desde as necessidades básicas das empresas, relacionadas às operações rotineiras de back office, tais como processos de contas a pagar, contas a receber, fiscais e relações humanas, até as necessidades relacionadas ao core business das empresas, tais como controle de alunos em uma universidade, controle de estoques em uma manufatura ou gestão de obras em uma construtora.

Neste sentido, o portfólio TOTVS está organizado em soluções de negócios especializadas para os seguintes 12 segmentos econômicos:

- **AGROINDÚSTRIA**

A TOTVS tem soluções especializadas para o segmento agroindústria que abrangem a cadeia de valor dos seguintes subsegmentos: Beneficiamento e Originação de Grãos, Produção de Cultivos e Sucroenergético. Nosso objetivo é viabilizar maior rastreabilidade da produção, melhor gestão econômica financeira e total planejamento e controle dentro de processos característicos do agronegócio.

- **MANUFATURA**

É um dos principais segmentos de atuação da TOTVS cujo seu conjunto de ofertas atende oito grandes grupos de especialidades: Extrativismo e Beneficiamento; Papel & Celulose; Química e Reciclagem; Metal-Mecânico & Plásticos; Bens de Capital; Bens Duráveis; Bens de Consumo; Têxtil e Vestuário. Nossa proposta de valor é viabilizar uma manufatura leve com aplicação dos conceitos *Lean Manufacturing* como melhoria contínua, aumento da eficiência, produtividade e redução de custos; uma manufatura mais automatizada com sincronização da cadeia de suprimentos e incorporação de conceitos de indústria 4.0 (padrão industrial que transforma a maneira como máquinas se comunicam no processo produtivo e utilizam as informações para otimizar o processo de produção, tornando-o mais econômico, ágil e autônomo.) e uma manufatura cada vez mais sustentável com inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos aliados à preservação ambiental.

- **LOGÍSTICA**

A TOTVS oferece soluções específicas para o segmento Logística, que atende aos desafios das transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados. Neste segmento, objetivamos garantir estoques balanceados, diminuição do tempo de ciclo do processamento de pedidos, menores custos operacionais, aumento do nível de serviços com maior satisfação e fidelização dos clientes, fluxo de informações precisas e confiáveis para gestão de compras, gestão dos transportes, gestão fiscal e faturamento e entregas dentro do prazo com total visibilidade da operação logística.

- **VAREJO**

No varejo, são atendidos os seguintes subsegmentos: Gestão de Concessionárias de Veículos, Redes de Franquias, Drogarias, Supermercados, Moda, Food Service e Alimentação, Supermercados, Magazines e Lojas de Departamentos e Materiais de Construção. Nossas soluções se propõem a oferecer a gestão completa para um varejista, desde a automação dos processos administrativos até a finalização da venda no PDV (*checkout*), inclusive nas atividades de gestão de loja, gestão de crédito, mobilidade, *e-commerce*, gestão de estoques, precificação, RFID, gestão de grade e sortimento, com segurança nas informações e soluções integradas.

- **DISTRIBUIÇÃO**

Soluções que atendem diversos tipos de operação, desde a distribuição de insumos primários até o atacadista distribuidor dos mais diversos tipos de produtos, como mercerial, frios, cosméticos, higiene e limpeza, material de construção, farmacêutico, química e autopeças. Nossas soluções são pensadas de acordo com as etapas da cadeia produtiva, e visam a automatizar desde a compra de mercadorias, o recebimento e armazenagem dos produtos, passando pela venda, separação, expedição, faturamento, acerto de carga, tesouraria, financeiro até as operações fiscais e contábeis da empresa.

- **SERVIÇOS**

A TOTVS oferece soluções específicas para os seguintes subsegmentos: Provedores de Serviços de Segurança e Limpeza, Locação de Equipamentos, BPO, TI e Telecom, Transporte de passageiros. Visamos contribuir para que os clientes possam garantir controle das operações com otimização da alocação de recursos e consequente aumento de sua produtividade, gerar valor de maneira sustentável aos seus clientes com oferta de serviços de qualidade para a perenidade de seus relacionamentos, e oferta de mão de obra qualificada para a prestação dos seus serviços.

- **CONSTRUÇÃO & PROJETOS**

A TOTVS oferece soluções específicas para os subsegmentos de Incorporadoras e Mercado imobiliário. Nossa proposta de valor neste segmento é oferecer mobilidade e integração total dos dados para a gestão do canteiro de obras, viabilizar o adequado planejamento dos projetos, com orçamentação consistente e acompanhamento acurado dos contratos e fornecimento de materiais inerentes à sua execução.

- **EDUCACIONAL**

A TOTVS oferece soluções específicas para os subsegmentos de Ensino Básico, Superior e Educação Continuada. Nosso objetivo é permitir que a instituição de ensino possa digitalizar e otimizar todos os seus processos de gestão estudantil como matrículas, gestão de avaliações, gerenciar a inadimplência, e garantir maior retenção e satisfação dos alunos em relação a oferta de ensino e serviços prestados pela instituição.

- **HOSPITALIDADE E TURISMO**

A TOTVS oferece soluções especialmente desenvolvidas a partir de processos característicos de hotéis, pousadas e resorts. O objetivo é garantir que os gestores possam ter visão completa com acesso fácil e ágil aos principais processos operacionais e administrativos que compreende o dia a dia dos hotéis, acessando de qualquer hora e de qualquer lugar as operações de check-in, check-out, governança e consulta de reservas, além de visibilizar todos os principais indicadores de gestão do hotel como a taxa de ocupação, diária média, receita em tempo real, REVPAR (receita de hospedagem por quarto disponível) entre outros de forma mobile.

- **JURÍDICO**

A TOTVS compreende a realidade da cadeia de serviços jurídicos e contribui para que, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas tenham mais flexibilidade e rapidez, e se mantenham constantemente atualizados, por meio de soluções escaláveis e especializadas que controlam operações, reduzem custos, melhoram o relacionamento com o cliente e contribuem para a conquista de novas demandas. A proposta para este segmento é permitir aos responsáveis pelos departamentos jurídicos gestão completa da atividade processual e administrativa; gestão acessível e com mobilidade para relacionamento de qualidade com escritórios parceiros; e gestão definitiva para a sustentação da operação com *backoffice* especializado, e facilidade na operação e escalabilidade.

- **SAÚDE**

A TOTVS desenvolve soluções específicas para o segmento de saúde, atendendo aos centros clínicos e consultórios médicos, cooperativas médicas, hospitais de qualquer porte, e também no mercado de operadoras de planos de saúde e autogestão. Buscamos oferecer aos clientes melhoria da performance clínica, aperfeiçoamento do *compliance* e geração de resultados financeiros sustentáveis, suportando seu negócio com dados e informações confiáveis e interoperáveis para tomadas de decisões corretas, desde a processos de autorização de procedimento e cobranças, o repasse adequado de recurso aos prestadores, passando pelo controle de glosas, até o atendimento às regulamentações do setor, garantindo agilidade e qualidade no atendimento ao paciente.

- **FINANCIAL SERVICES**

A TOTVS oferece soluções especializadas para todos os tipos de instituição financeira como bancos e financeiras, cooperativas de crédito, fundos de investimento, previdência complementar, corretoras e seguradoras, englobando as suas áreas de investimentos, crédito, cartões e core banking, desde o ambiente de negócios até a contabilidade e área operacional, passando pelos controles gerenciais e de *compliance* e de mercado. O nosso propósito é permitir ao cliente a confiabilidade das operações financeiras, precisão nos cálculos financeiros, eficiência nos processos de concessão de crédito com a redução de risco e envio de informações necessárias aos órgãos legais.

1.3 – Soluções de Plataformas

Para a TOTVS o ERP é o seu principal negócio e, assim como o mundo, ele está em transformação constante: evoluindo de sistemas para plataformas abertas, conectadas e personalizáveis. Hoje, a companhia oferece 5 plataformas aos clientes. São elas:

- **Plataforma de Dados e Inteligência Artificial Carol:** A Carol é a plataforma de dados de qualidade e inteligência artificial da TOTVS, que visa a interpretar dados e recomendar atitudes e ações. É a inteligência cognitiva das soluções da TOTVS. Permite aprimorar a propriedade dos dados nas organizações e ampliar a capacidade de análise e a velocidade de tomada de decisões diante de um ambiente de negócios com um volume crescente de informações, além de atuar como uma assistente virtual, respondendo perguntas e oferecendo insights de negócios. Utiliza técnicas de *Deep Learning*, Redes Neurais, Algoritmos Genéticos e soluções de *Machine Learning* para promover a transformação da gestão das empresas e de seus resultados, de forma simples, assertiva e com robusta qualificação dos dados e informações do negócio, para que elas possam aproveitar as oportunidades geradas pela economia digital baseada em dados, compartilhamento e colaboração. Possui também como forte característica a capacidade infinita de aprendizado, pois sua API ("*Application Programming Interface*" ou ‘‘Interface de Programação de Aplicativos’’) é aberta, o que permite que qualquer pessoa ou empresa ensine novas habilidades a ela e crie outros modelos de aplicações com base na plataforma Carol.

- **Plataforma de Dados e Análise TOTVS Analytics (by GoodData):** Solução de *business analytics* que apresenta dados de forma estruturada, consolidando as informações da empresa em dashboards dinâmicos e intuitivos que permitem uma gestão de indicadores e resultados muito ágil proporcionando uma tomada de decisão segura. A ferramenta está disponível 100% na nuvem, o que dispensa gastos com infraestrutura. Oferece indicadores e relatórios em um único local, de maneira prática e ágil, sem necessidade de acessar várias fontes diferentes, já sendo integrada ao ERP TOTVS, com mais de 300 relatórios e indicadores prontos e disponíveis.

- **Plataforma de Produtividade e Colaboração fluig:** Solução que visa a unificar sistemas, digitalizar, simplificar processo e exponencializar produtividade e negócios, em uma experiência mais fluida e intuitiva. É a evolução das soluções de produtividade e colaboração integradas em uma só plataforma, que permite a criação e a viabilização dos projetos de inovação das empresas independente dos seus sistemas legados. O fluig conta com interface de comunicação colaborativa e armazenamento de todo o seu conteúdo na nuvem. A mobilidade é uma das principais características do fluig. O usuário acessa a informação, com segurança, a qualquer hora, em qualquer lugar e em qualquer tela. Entre os seus recursos, a plataforma dispõe de ferramentas de modelagem e gestão de processos, criação de layout e portais, gestão de documentos, criação de rede social corporativa, *mall* para a compra e venda de aplicativos, gestão de identidades e *e-learning* colaborativo.

- ***Plataforma de IoT BemaGo:*** Representa a estratégia de posicionamento em dispositivos inteligentes e soluções de IoT completas, com foco na transformação de dados em informação consolidada para gerar negócios. O bemaGo é uma solução composta de gateway IoT ao qual estão conectados sensores que visam a quantificar e qualificar pessoas. O gateway é um dispositivo inteligente que se comunica com os sensores por meio de uma rede sem fio própria. As informações coletadas pelos sensores são tratadas e enviadas para a nuvem da Plataforma Bema, um ambiente inteligente, com capacidade de armazenamento e processamento dos dados de forma que esses possam ser aproveitados pelo negócio, por meio de dashboards que facilitam a tomada de decisão.

- **Plataforma de CRM TOTVS *Master Sales***: plataforma focada na inteligência comercial que permite ao cliente entender onde ele está posicionado no mercado e estruturar uma estratégia de atuação visando ao aumento da produtividade do time comercial, à retenção de clientes e à melhoria da sua participação no mercado, por meio da análise de dados sistematizados e disponibilizados via dashboards de indicadores comerciais estratégicos, como percentuais de vendas, projeções, metas, rentabilidade média, histórico de vendas, histórico dos pagamentos, oferta de mix de produtos. O TOTVS *MasterSales* é uma aplicação disruptiva, flexível e ofertada na nuvem, no modelo de serviço (SaaS, ou "Software as a Service"), acessível para qualquer porte de empresa. Permite o aprimoramento e automação de toda a equipe comercial e sua estratégia da geração da demanda ao pós-venda, maior previsibilidade de vendas, gestão de leads, pipeline dos processos de negociação, geração de formulários para pesquisa de satisfação, pesquisas de preço, registro de interações e de todos os atendimentos realizados junto aos clientes, entre outros benefícios.

1.4 - Soluções para Micro e Pequenos Negócios

Com a linha de soluções sob medida para microempresas, a TOTVS atende aos desafios de gerir um negócio com eficiência e baixo custo. São ofertas direcionadas para clientes que buscam tecnologia de ponta, implantação simples e rápida, legislação em dia e um fornecedor com credibilidade. A seguir, destacamos nossas soluções e segmentos atendidos:

- **Bemacash** – Solução integrada de software e hardware para micro e pequenas empresas, viabilizando um Ponto de Venda (PDV) completo ao cliente e adequado às legislações fiscais. Oferece a Maquininha Inteligente para a loja pequena ou vendas na rua que funciona como sistema de frente de caixa direto na tela do dispositivo viabilizando o controle de estoque e vendas diariamente e recebimento de pagamentos dos principais cartões e bandeiras adotados no mercado. Outra solução é a Frente de Caixa Completa direcionada para lojas maiores e vendas no balcão que permite um atendimento rápido e de qualidade, contando ainda com funcionalidades de controle de estoque, fechamento de caixa e cumprimento de legislações fiscais. Há também a solução Gestão Financeira voltada aos prestadores de serviços cujo sistema permite total controle financeiro e emissão de notas, com poderoso recurso de contas a pagar, a receber, tudo disponível na nuvem, com acesso direto pelo celular e/ou tablet.

- **Manufatura** – Integra as principais áreas da empresa, agilizando o fluxo de informações, possibilitando acesso rápido aos dados necessários para a gestão.

- **Varejo** – Automação completa destinada ao ponto de venda no mercado de micro e pequenos negócios. A solução contempla sistemas de gestão e equipamentos, tudo integrado e com investimento acessível, simplifica a entrega das obrigações fiscais, além de ser hospedada na nuvem, o que simplifica a compra e instalação.

- **Saúde** – Solução TOTVS para consultórios e clínicas médicas, que proporciona agilidade e eficácia na administração clínica e financeira.

- **Serviços** – Solução que permite o controle de fluxo de caixa levando em consideração os pedidos de compra e venda, controle de ordens de serviço, com alocação de recurso e produtos, controle de

entradas e saídas por centro de custo e centro de resultado e controle de despesas e receitas por categoria financeira.

2. PORTFÓLIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1. Implementação de Software: O time de implementação da TOTVS realiza a implementação apenas das soluções que são comercializadas pela empresa por meio da metodologia de implementação TOTVS, que dá as diretrizes, métodos, padrões e etapas a serem seguidos desde o início dos serviços até os controles de qualidade pós-implementação.

As unidades próprias e as franquias da TOTVS seguem a metodologia de implementação em todos os locais, utilizando as mesmas técnicas de execução das tarefas e as mesmas ferramentas para realizar as tarefas relacionadas à implementação das soluções de software TOTVS.

2.2 Cloud Computing: oferta de hospedagem das soluções TOTVS em Datacenter próprio ou de terceiros, com uma gama completa de serviços agregados, tais como: preparação do ambiente; disponibilização de infraestrutura; hardware (servidores); sistema operacional; banco de dados; softwares aplicativos; gestão do ambiente tecnológico; gestão e monitoramento de backups; ; e monitoramento de servidores.

2.3 Educação Empresarial: Soluções Educacionais que utilizam ambientes para prática de exercícios na nuvem, conteúdos e infraestrutura para a gestão do conhecimento, capacitação profissional presencial e à distância. São destinadas a clientes e instituições que necessitam de processos intensivos de propagação e certificação de conhecimentos, de forma centralizada ou dispersos geograficamente.

2.4 Consultoria: A TOTVS Consulting é um time estratégico de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, que atua em todo o território brasileiro, a partir de bases em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

3. PORTFÓLIO DE HARDWARE

A Bematech Hardware atende toda a necessidade de dispositivos para o ponto de venda, e é reconhecida pela qualidade de seus produtos e rede de assistências técnicas garantindo a excelência no pós-venda. A Bematech oferece os clientes os seguintes principais produtos:

- Coletores de dados, Computadores, Computadores Touch, Dispositivos inteligentes, Gavetas de dinheiro, Impressoras de recibo, Impressoras de cheque, Impressoras fiscais, Internet das Coisas (IoT), Leitores, Microterminal, Terminal de Autoatendimento, SAT, TEF – Meios de pagamento.

***b.* receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor:**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, sendo que a Administração da Companhia até 31 de dezembro de 2018 avaliava o negócio em duas unidades de negócio: Software e Hardware.

Em 31 de março de 2019, a Companhia classificou os ativos da unidade de negócio de hardware para disponível para venda, e consequentemente, passou a avaliar o negócio em uma única unidade geradora de caixa que é a de Software.

Nos três últimos exercícios sociais e nos três primeiros meses de 2019, as linhas de receita da Companhia tiveram a seguinte representatividade da receita líquida:

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R$ milhares)	**2019**	**2018**	**2018**	**2017**	**2016**
Software	563.587	518.988	2.111.160	1.992.911	1.939.595
Hardware	-	-	209.109	234.419	244.191
Receita líquida	**563.587**	**518.988**	**2.320.269**	**2.227.330**	**2.183.786**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:

O nível de concentração de receita observado no item 7.2b também é observado no lucro líquido da Companhia.

a. características do processo de produção:

Pesquisa e Desenvolvimento

A TOTVS busca atender a demanda do mercado por software e serviços, o que se reflete no contínuo esforço do seu departamento de pesquisa e desenvolvimento em desenvolver softwares e serviços de ponta.

Os principais objetivos das áreas de Tecnologia e Desenvolvimento são:

- Aprimoramento do fundamento técnico de seus softwares, permitindo maior eficiência no desenvolvimento de soluções;
- Adoção de novas tecnologias e avaliação de seu impacto;
- Implementação de alternativas tecnológicas que mantenham a operação de seus produtos resguardada e protegida;
- Constante aprimoramento de conceitos, funcionalidade e usabilidade dos produtos de software;
- Desenvolvimento de produtos especiais para clientes;
- Constante busca de novas metodologias de desenvolvimento, buscando agilidade e qualidade nos softwares;
- Integração de ferramentas de terceiros; e
- Constante avaliação de novos modelos organizacionais e sua aplicabilidade.

A Companhia investe também no desenvolvimento de novos produtos, visando a acessar novos mercados. Para identificar quais produtos devem ser desenvolvidos, a TOTVS realiza constantes pesquisas mercadológicas, visando a identificar segmentos de negócios que necessitem soluções específicas e, por consequência, o desenvolvimento de soluções orientadas a tais segmentos. A pesquisa visa também a analisar, em conjunto com os canais de vendas, quais seriam os segmentos potenciais que viabilizariam a ampliação do volume de negócios.

A modularização também tem sido fundamental nas estratégias de crescimento da TOTVS para: estimular o desenvolvimento de aplicativos que executam suas principais soluções (ERP, RH e Fiscal) por desenvolvedores internos e externos (pequenos softwares, desenvolvedores de aplicativos e startups de tecnologia).

A TOTVS tem investido de forma crescente em P&D. As despesas com pesquisa e desenvolvimento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 representaram 15,0%, 16,0% e 17,1% da receita líquida dos referidos períodos e exercícios, respectivamente, tendo, portanto, a inovação como uma das estratégias de crescimento e aprimoramento do business.

Atualmente, as estruturas da TOTVS focadas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são:

CENTROS DE P&D – Especializados nos 12 segmentos estratégicos de atuação da Companhia, os centros contam com especialistas que compreendem as necessidades e os desafios específicos de cada segmento, traduzindo-as em soluções inovadoras e alinhadas ao *core* do negócio dos nossos clientes. Cada centro está estruturado com times especializados em produto e desenvolvimento, suporte, atendimento e relacionamento, serviços (implantação entre outros).

UX LABS – Localizado em São Paulo (Brasil), reúne um time de pesquisadores e designers dedicados exclusivamente à exploração de tendências de mercado e à melhoria da experiência de uso das nossas soluções e serviços por meio de constantes pesquisas e observação de campo com clientes. No Laboratório, os projetos são orientados pela abordagem de design thinking, e envolvem empatia, colaboração e criatividade, visando ao constante aperfeiçoamento dos processos e revisão das interfaces e a navegabilidade dos nossos produtos.

iDEXO (Instituto de Ideias Exponenciais) – É um instituto sem fins lucrativos localizado nas instalações da matriz da TOTVS em São Paulo. Atua no fomento ao empreendedorismo e inovação baseado em coinovação entre startups, empreendedores e desenvolvedores. Concebido no modelo de plataforma aberta de inovação, e potencial para receber simultaneamente até 40 startups, a iniciativa une empresas a empreendedores para criar novas soluções de negócios e apoiá-las para chegarem ao consumidor. O instituto visa a identificar ideias inovadoras que tenham potencial de adoção e crescimento exponencial,

auxiliando as startups a estruturar modelos de negócio, conectando suas soluções ao mercado. Atualmente, a comunidade do Instituto conta com mais de 35 startups com atuação em 12 segmentos relacionados às operações da Companhia e de seus clientes.

TOTVS LABS EUA – Centro de Inovação localizado no Vale do Silício (Califórnia, Estados Unidos da América), que está focado na criação de soluções disruptivas em linha com as mais modernas tendências de tecnologias relacionadas a Big Data, Mobile, Social Media e *Cloud*. O TOTVS Labs atua também na identificação de novos modelos de negócios e startups, estabelecendo parcerias estratégicas e transferindo conhecimento às demais unidades de negócios da TOTVS. As principais tecnologias trabalhadas no Labs envolvem Inteligência Artificial, Impressora 3D, Robótica, Realidade Virtual e Realidade Aumentada.

Desenvolvimento Ágil

Conectada às principais tendências globais em desenvolvimento de software, a TOTVS vem evoluindo significativamente em processos e ferramentas ágeis, implementando o processo de desenvolvimento ágil de software em todos os segmentos da Companhia por meio da metodologia SCRUM e Lean nas equipes de desenvolvimento de software (Inovação, Manutenção e Testes) dos produtos TOTVS.

A iniciativa representou uma relevante ruptura no processo de desenvolvimento de software pois transformou radicalmente a forma como pensávamos e desenvolvíamos nossos produtos, gerando importantes reflexões não somente sobre nossos processos, ferramentas e tecnologias, mas também sobre as pessoas envolvidas e seus respectivos papéis, que passaram a estar mais integrados e serem mais decisivos na qualidade do produto final, independentemente do nível hierárquico ou atividade que estes exerçam durante o processo criativo. É a partir deste princípio que integramos de ponta a ponta todos os profissionais das equipes de Inovação, Manutenção e Testes.

No modelo ágil, com a integração dos times, construímos um processo altamente colaborativo de profissionais com visão interdisciplinar que se dedicam a desenvolver a melhor solução, com uma maior liberdade de criação. Também, passamos a planejar mais o que será desenvolvido, o que permite que os objetivos do produto sejam melhor absorvidos com o desdobramento para as squads, gerando um processo mais consistente, mitigação da chance de erros e retrabalho nos produtos e entregas de maior qualidade e valor agregado ao cliente final.

A TOTVS consolidou, ao longo dos anos, sua posição de liderança no mercado de software ERP nos segmentos de empresas de médio e pequeno porte. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que somaram mais de R$1,2 bilhão nos últimos 3 anos até o período findo em 31 de março de 2019, conforme demonstrado na tabela abaixo, foram essenciais para que a TOTVS se destacasse da concorrência, ao trazer soluções inovadoras, em tecnologia proprietária, e prestar serviços agregados.

(em milhares de R$, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2018	2017	2016
Receita líquida	563.587	518.988	2.320.269	2.227.330	2.183.786
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	(96.236)	(87.938)	(396.595)	(357.093)	(326.546)
% da Receita líquida	-17,1%	-16,9%	-17,1%	-16,0%	-15,0%

Componentes utilizados na elaboração das ofertas de software de gestão integrada

As soluções de software de gestão integrada descritas no item 7.2 são formadas a partir da integração de componentes oriundos de linhas de produtos de diferentes plataformas tecnológicas conforme a origem de seu desenvolvimento: Linha Protheus, Logix, RM, Datasul, Financial Services entre outras adquiridas pela TOTVS e incorporadas ao seu portfólio.

Plataformas tecnológicas utilizadas

A TOTVS Platform é a plataforma tecnológica da TOTVS que suporta o desenvolvimento das soluções de software TOTVS, bem como de soluções associadas com a gestão, negócios e colaboração.

Historicamente a TOTVS vem desenvolvendo a TOTVS Platform para garantir sua independência tecnológica, oferecendo linguagens de desenvolvimento e ambientes de execução próprios, que suportam os desenvolvedores atuais do Software e oferecem novas funcionalidades e facilidades para as soluções de Software. Isso incluí desde opções de plataformas de hardware e sistemas operacionais, até a escolha

de bancos de dados e modelos de processamento e distribuição de carga entre ambientes de execução. Essa estratégia permitiu a TOTVS tornar-se uma das poucas empresas de software no mundo que detém esse tipo de tecnologia.

Atualmente, a TOTVS atende os diversos requerimentos de infraestrutura para aplicações, tanto em modelo "*on premises"* como na nuvem. A TOTVS Platform é a resposta TOTVS às necessidades de Plataforma como Serviços (*PaaS – Platform as a Service*) e serve de base para a oferta de Soluções como Serviços (*SaaS - Software as a Service*), e é complementada pelas ofertas de valor agregado para as necessidades de Infraestrutura como Serviços (*IaaS – Infrastructure as a Service*).

A TOTVS utiliza as seguintes linguagens de programação: A ADVPL (hoje TL++) é aplicada na linha de produto Protheus, enquanto na linha Logix é utilizada a 4GL. A infraestrutura da TOTVS Platform é responsável pela compatibilidade e adaptabilidade das soluções da TOTVS aos diferentes sistemas operacionais, bases de dados, arquiteturas e topologias de redes.

A TOTVS acredita ser a única empresa latino-americana que desenvolveu um middleware, denominado TOTVS Platform. Este middleware também é utilizado por empresas associadas. O middleware utilizado pela Companhia lhe garante independência de (i) interface; (ii) plataforma tecnológica; (iii) topologia (instalação física e de comunicação dos computadores adotados pela empresa); (iv) conexão (comunicação entre os computadores) e (v) base de dados, preservando seus clientes de quaisquer conflitos com as plataformas operacionais por eles utilizadas. Além disso, o domínio do middleware permite à Companhia e seus clientes comporem o conjunto de hardware, sistema operacional, sistema de rede e sistema de banco de dados mais adequado às suas preferências, necessidades técnicas e capacidade de investimento.

Os componentes da linha RM são desenvolvidos utilizando-se tecnologia Microsoft e Borland, sendo que a plataforma de desenvolvimento adotada é a plataforma .NET da Microsoft. Essa plataforma nos permite uma maior exposição às tecnologias disponibilizadas pelo Mercado.

Na linha Datasul, os componentes são desenvolvidos nas tecnologias Progress, Java (J2EE) e também TOTVS Platform tanto em termos de linguagem, quanto de plataforma.

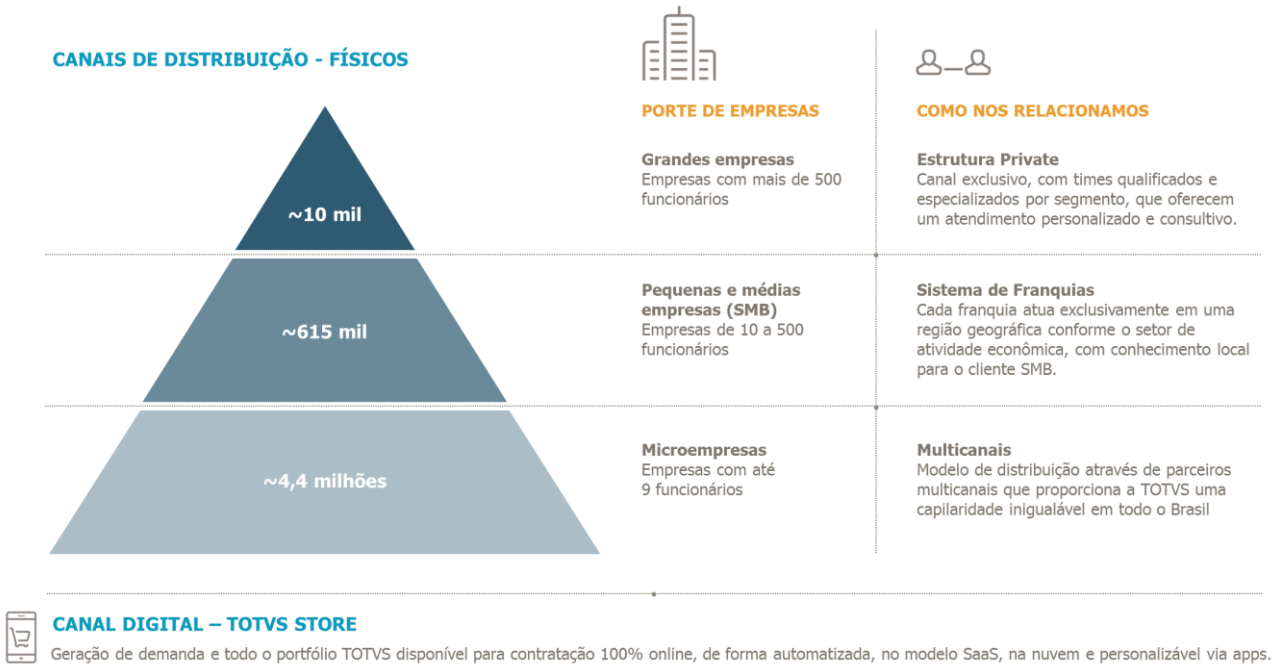
Já na linha Financial Services, os componentes adotam as plataformas e linguagens de desenvolvimento PowerBuilder e J2EE/Java.

Com relação à plataforma *fluig*, os componentes são desenvolvidos na tecnologia Java.

A Companhia desenvolveu também um componente que permite a comunicação entre os seus produtos - e os softwares de bancos de dados de terceiros, chamado de TOTVS DBAccess. Desta forma, evita-se a criação de inúmeras versões de seus aplicativos.

b. características do processo de distribuição

A forte distribuição da companhia tem sido suportada pelo seu modelo nacional de franqueado, tornando possível a implementação de um sistema amplo e personalizado para a venda de soluções para pequenas e médias empresas.



Estratégia para Clientes de Grande Porte

A TOTVS conta com estrutura própria para atendimento e relacionamento com o cliente de grande porte e em processos de expansão e digitalização ou mudanças de modelo de negócio. Nossa estrutura oferece um atendimento consultivo por meio de uma equipe de profissionais especializada em diferentes segmentos de negócio e capacitada para viabilizar a sua jornada digital.

O atendimento conta com profissionais especializados e é feito sob medida, que vai desde a prospecção, elaboração de propostas, desenho das ofertas e produtos, até a metodologia de implantação e estrutura de atendimento pós-implantação.

Estratégia para Clientes de Pequeno e Médio Porte

A TOTVS licencia e subscreve seus softwares por meio da combinação de vendas via canais diretos (unidades próprias, controladas ou filiais) e indiretos (franquias, representações, revendas autorizadas e agentes de negócio), sendo a franquia o principal canal indireto. O relacionamento com canais de vendas indiretos aumenta a penetração de mercado da TOTVS, seja no mercado nacional ou no internacional.

De forma consolidada, a TOTVS dispõe dos seguintes canais para atendimento e relacionamento com os seus clientes:

Unidades próprias: A TOTVS conta com 5 unidades próprias no Brasil (Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo) e no mercado internacional conta com unidades na Argentina, Colômbia, Estados Unidos da América e México.

Franquias: a TOTVS conta com 52 territórios franqueados no Brasil e diversos canais na América Latina.

As franquias são canais exclusivos de distribuição e estão baseadas no STF - Sistema TOTVS de Franquia. O STF define regiões geográficas de atuação para cada franquia, nas quais a exclusividade se dá por setor de atividade econômica (segmento). Nas regiões em que atuam, as franquias desenvolvem a prospecção de venda das soluções, a demonstração das soluções (pré-venda, venda e pós-venda) e a negociação das condições de venda (dentro de limites pré-definidos pela TOTVS), além da prestação de serviços de treinamento, implantação e adaptação às necessidades do cliente (customizações), tendo em vista sua presença local e proximidade do cliente.

As franquias recebem um percentual de comissionamento pelas receitas de licenças, havendo um comissionamento diferenciado para as franquias que também recebem comissões sobre a receita de

subscrição e manutenção gerada pelos clientes baseados nos territórios onde atuam, além de faturarem diretamente o próprio serviço realizado.

As unidades próprias da TOTVS são referência para as atividades operacionais, comerciais e técnicas dos franqueados. A TOTVS mantém um departamento de controle, acompanhamento e coordenação das franquias, que presta assessoria às franquias e acompanha suas atividades operacionais, desenvolvimento das estratégias comerciais, administrativas e de marketing. As atividades das franquias também são controladas por pesquisas de satisfação realizadas com os clientes atendidos por todos os agentes comerciais da TOTVS.

Estratégia para Micro e Pequenos Negócios

Distribuidores/Revendedores (TOTVS): a TOTVS conta com revendedores dedicados principalmente às vendas para o mercado de microempresas na parte de software, e aos clientes de micro, pequeno, médio e grande porte na parte de hardware. No caso de revendedores de maior porte realiza-se faturamento direto além de sua logística até este revendedor, enquanto que para as revendas de médio e pequeno porte o faturamento e logística são executados por um de seus distribuidores.

Marketing

Em 2018, os esforços da área de Marketing devem continuar o trabalho de construção de marca, tendo como principal objetivo informar ao mercado que a TOTVS tem soluções de negócio inovadoras e completas para cada um dos doze segmentos que representam os principais setores da economia, além da geração de oportunidades de venda de software, sobretudo no modelo de subscrição.

Alianças e Parcerias

A TOTVS investe fortemente em alianças estratégicas com as principais e mais renomadas empresas mundiais do setor de tecnologia da informação, e de outros setores inerentes aos seus produtos e serviços. A rede de alianças e parceiros da TOTVS é composta por empresas como Microsoft, IBM, Progress e Oracle, entre outras. O objetivo é habilitar que os clientes da TOTVS possam dispor de um leque complementar de soluções e adquirir produtos destes parceiros.

A formalização dessas alianças estratégicas tem por objetivo: (i) promover a troca de tecnologia entre as empresas, permitindo que a TOTVS tenha acesso à tecnologia de ponta desenvolvida por esses aliados e parceiros; (ii) desenvolver ações conjuntas de marketing e divulgação; (iii) dispor de novos produtos e produtos complementares; e (iv) aproveitar a sinergia existente entre os produtos e marcas da TOTVS e de seus aliados.

Além das alianças estratégicas, a TOTVS adota também o modelo de parcerias como forma de alavancagem de negócios e redução do ciclo de desenvolvimento do produto. As principais parcerias são realizadas com os chamados Desenvolvedores Integrado de Produto (DIP) e os chamados Desenvolvedores de Sistemas e Soluções (DSS) que desenvolvem alguns módulos comercializados pela TOTVS. A TOTVS se associa a tais empresas com a finalidade de ampliar seu portfólio de produtos e, em contrapartida, presta-lhes apoio mercadológico, administrativo, comercial e técnico. Os softwares dos Desenvolvedores de Inteligência são desenvolvidos ou adaptados à tecnologia TOTVS, podendo ser agregados aos seus produtos. Algumas empresas aliadas ou parceiras da TOTVS utilizam a linguagem ADVPL. A missão de um DIP em uma aliança é fornecer conhecimento de mercado e regras de negócio no módulo a ser desenvolvido e comercializado, enquanto o DSS é responsável pelos requisitos técnicos de construção e manutenção do módulo proposto. É comum a combinação de DIP e DSS em uma única aliança.

Outras parcerias são constituídas com empresas atuantes em setores de mercado que, direta ou indiretamente, podem trazer benefícios à TOTVS, seja por meio da difusão de seus produtos e serviços, pela simples indicação das marcas da TOTVS aos seus clientes ou pelo fato de que os produtos e serviços oferecidos por tais empresas agregam valor aos produtos e serviços da TOTVS, nos segmentos em que não competem.

Recentemente, a TOTVS implementou uma parceria com a Redecard S.A. (“Rede”), adquirente do grupo Itaú Unibanco, com o objetivo de promover junto aos clientes de pequenos e médios negócios soluções de adquirência e antecipação de recebíveis pela Rede.

c. características dos mercados de atuação, em especial

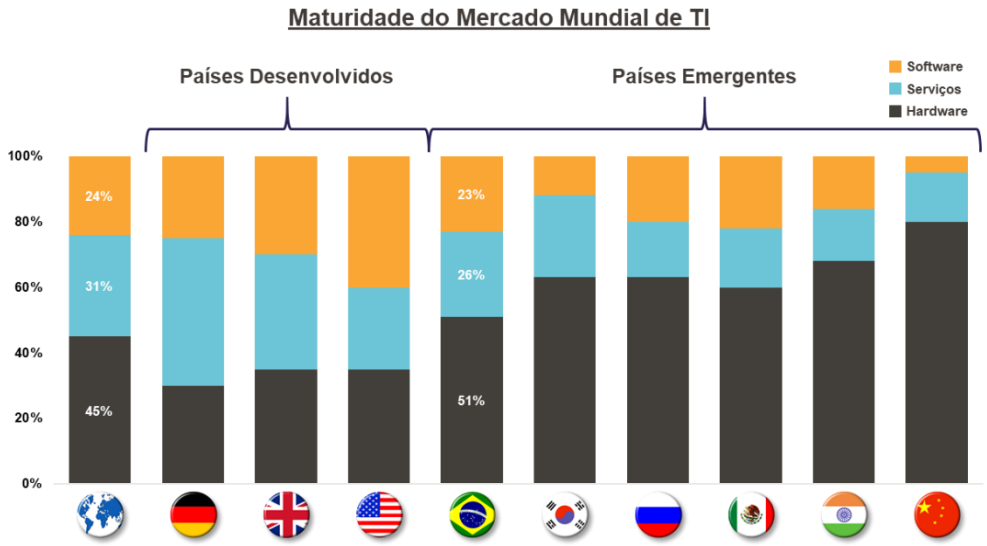
i. O Mercado de Software

Mundo

A tecnologia da informação vem sendo aplicada na otimização de processos empresariais, trazendo amplos benefícios para empresas de todos os portes, em praticamente todos os setores e em todo o mundo. A automação de processos empresariais, principalmente com o uso de equipamentos e programas de informática, vem reduzindo a ineficiência e aumentando a produtividade em todos os segmentos econômicos globalizados. Diversas categorias de aplicativos de software foram desenvolvidas para otimizar a eficiência de determinados aspectos empresariais de um negócio, para tanto recorrendo à automação de segmentos de vendas, comercialização, fabricação, distribuição, suporte a clientes, contabilidade, gestão financeira, recursos humanos e outras tarefas até então relegadas a processamento manual. Por exemplo, os softwares para gestão de recursos humanos são atualmente utilizados na armazenagem e manutenção de registros de empregados, facilitando a administração da folha de pagamento e benefícios, bem como a emissão de relatórios e demonstrativos de impostos, além de muitas outras tarefas que, embora rotineiras e exaustivas, são essenciais às empresas. Ao longo do tempo, essas categorias distintas de aplicativos de software passaram a ser integradas em “sistemas integrados” (suítes), visando facilitar ainda mais as operações comerciais, mediante o compartilhamento de informações dentre as várias funcionalidades. As duas principais classes de sistemas integrados de software de gestão empresarial integrada são o ERP e o CRM. Via de regra, os sistemas integrados ERP estão direcionados a funções administrativas ou de back-office, tais como a gestão de recursos humanos e financeiros, ao passo que os sistemas integrados CRM estão voltados para funções envolvendo relacionamento direto com o cliente, ou front-office, tais como vendas, comercialização e suporte ao cliente.

De acordo com IDC, em 2018, o segmento de Software representou 23% do mercado global total de TI (Software, Serviços e Hardware). Esse mercado mundial de TI, excluindo exportações, atingiu a marca de US$2,23 trilhões, sendo o Brasil o 9º no ranking dos maiores países nesse mercado com um tamanho total de US$46,6 bilhões. Ainda que o mercado de TI tenha hoje uma alta relevância em termos de tamanho, ele ainda possui um contínuo espaço para crescimento, tendo crescido 6,7% em 2018 e com uma perspectiva de crescer 4,9% em 2019, tendo o Brasil como um dos maiores responsáveis dado que em 2018 o Brasil cresceu a uma taxa de 9,8% e espera-se para 2019 valores próximos de 10,5%.

O comportamento observado no mercado global é uma maior representatividade de Software e Serviços no total do mercado de TI nos países desenvolvidos em relação aos países emergentes. No grupo de países emergentes o Brasil é o país que apresenta uma realidade mais próxima dos países desenvolvidos e da média global.



Fonte: IDC (2018).

Em 2017, IDC identificou aproximadamente 17.000 empresas atuando nos setores de Software e Serviços ao redor do mundo com a segmentação a seguir: 30,3% em desenvolvimento e produção, 38,3% em distribuição e comercialização, e 31,4% em prestação de serviços. Entre as empresas de desenvolvimento, apenas 0,5% são consideradas de grande porte (mais de 500 funcionários).

As empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia para aumentar a sua eficiência, a produtividade, o relacionamento com o cliente e a capacidade de inovação. A TOTVS captura esse movimento como oportunidade para alavancar a sua posição única como o maior player de ERP do Brasil.

Adicionalmente, ao longo dos últimos anos, a TOTVS lançou cinco plataformas complementares ao ERP: fluig (Gestão, Produtividade e Colaboração), Carol (Inteligência Artificial), TOTVS Analytics (Business Intelligence), TOTVS CRM e Bema (IoT), todas desenvolvidas com uma abordagem agnóstica - ou seja, pronta para integrar as soluções TOTVS com outras de mercado, expandindo o mercado endereçável para além da base de clientes da TOTVS.

América Latina

De acordo com IDC, o mercado de TI na América Latina atingiu, em 2018, o patamar de US$108,8 bilhões, tendo o Brasil como protagonista desse mercado com uma parcela de 42,8% enquanto que o segundo lugar, o México, representa 20,0%. A grande diferença de tamanho e maturidade do mercado de TI no Brasil comparado aos demais países da América Latina tem sido um dos alicerces para a expansão do país nesses mercados.

Brasil

O mercado brasileiro de tecnologia da informação tem crescido de forma acelerada nos últimos anos.

De acordo com IDC, em 2018, o mercado de TI no Brasil atingiu US$46,6 bilhões. O setor de Software foi responsável por US$10,5 bilhões onde aproximadamente 23,5% são desenvolvidos no próprio país.

Ainda que o mercado de tecnologia tenha evoluído bem nos últimos anos, ele continua muito concentrado na região sudeste do país, de acordo com IDC para 2017. Contando com 61% da distribuição, o Sudeste ainda está muito distante das demais regiões, sendo 13% no Sul, 11% no Centro-Oeste, 10% no Nordeste, e 5% no Norte. Além da concentração regional, quase metade do mercado potencial identificado é focado em empresas com menos de 500 funcionários, que em totalidade, representam a maioria de companhias que usam desses recursos.

Os softwares de gestão empresarial integrada, conhecidos como ERP, vêm se afirmando como ferramentas indispensáveis à administração das empresas e hoje o modelo SaaS (*Software as a Service*) vem ganhando espaço de forma significativa no mercado quando comparado ao modelo tradicional de compra de licença, no entanto, os dois devem coexistir para atender as demandas dos mais variados tipos de clientes.

O mercado brasileiro de TI é composto por várias frentes de atuação que são serviços de comunicação, telefones móveis, PCs e tablets, impressoras, sistemas de data center, serviços de TI, softwares de gerenciamento para empresas, e softwares de infraestrutura. Dentre essas frentes, a que tem maiores perspectivas de crescimento é a de softwares de gerenciamento para empresas, que tem um CAGR previsto de 9,7% para o intervalo de 2016-2022. Entre os principais mercados de usuários de softwares para empresa, os maiores destaques são os setores financeiro, industrial, de comércio e de serviços e telecomunicações, que juntos representam 86% do mercado em 2017 segundo IDC.

Histórico do Setor de Software no Brasil

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o Brasil adotou uma legislação de reserva de mercado, que estabelecia regras diferenciadas para hardwares e softwares criados/fabricados por empresas nacionais e estrangeiras, na tentativa de criar uma indústria nacional de informática. A reserva de mercado, em realidade, mostrou-se danosa ao desenvolvimento de equipamentos de informática no Brasil, pois o hardware produzido no Brasil era limitado e tecnologicamente defasado, além de muito caro em relação ao hardware produzido em outros países. Já no caso do software, a reserva de mercado não foi prejudicial, mantendo-se a competição entre os produtos nacionais e os estrangeiros. A evolução da indústria de software nacional deu-se por meio de parcerias tecnológicas com os provedores de softwares básicos, sistemas operacionais, sistemas de rede e bancos de dados, de forma a se preparar para o fim da reserva de mercado. O resultado é que, seja pela capacidade criativa, seja pela facilidade de assimilação de novas tecnologias pelo público brasileiro, o software brasileiro tornou - se referência internacional em algumas áreas, como as de automação bancária e de utilização da Internet para os mais diversos tipos de relacionamento. O Brasil tem independência tecnológica em diversas áreas de desenvolvimento de softwares.

Em 1993, uma medida importante foi tomada pelo governo brasileiro com relação à indústria de software: o programa SOFTEX 2000-Programa Nacional de Software para Exportação, com o objetivo de facilitar a entrada de empresas brasileiras no mercado internacional de software, por meio do estímulo às exportações. O Programa era coordenado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a participação e representação das empresas brasileiras de software, sendo financiado pelo governo e pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. O Programa alcançou, no período 1993 a 2001, entre outros, os seguintes resultados:

- Implantação de Sistemas de Qualidade nas empresas, introdução de Métodos de Avaliação de produtos, indução da adoção de normas internacionais de qualidade de software; mais de 100 empresas nacionais de software com sistemas de gestão da qualidade ISO 9000 implantadas;

- Criação de linhas de financiamento específicas para software - mais de R$ 74 milhões em 52 empresas;

- Criação de rede com 32 agentes materializando 23 Pólos de Desenvolvimento de Software no País;

- Implantação de rede com 19 Incubadoras ligadas às principais instituições acadêmicas do País;

- Contribuição para criação de 73 mil empregos diretos qualificados.

A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) evoluiu e se tornou uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que executa as políticas públicas do Governo Federal para o setor de TI. As ações desenvolvidas pela entidade visam a promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) e a qualificação de Recurso Humanos. Desde 1996 a Softex é gestora do Programa da Excelência do Software Brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

O Sistema Softex hoje beneficia aproximadamente 6 mil de empresas em 13 unidades da federação por meio da sua rede de 23 agentes que agem em conjunto com a iniciativa privada, esfera pública e instituições acadêmicas de fomento da tecnologia. A Softex lista como suas diretrizes hoje:

1. Implantação das melhores práticas em desenvolvimento de software
2. Capacitação de recursos humanos para o setor
3. Alavancagem de recursos financeiros junto e a fontes públicas e privadas
4. Produção e disseminação de informações qualificadas sobre a Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI
5. Empreendedorismo e inovação
6. Formulação de políticas de interesse do setor tanto no Brasil como no exterior
7. Criação e desenvolvimento de oportunidades de negócios tanto no Brasil como no exterior

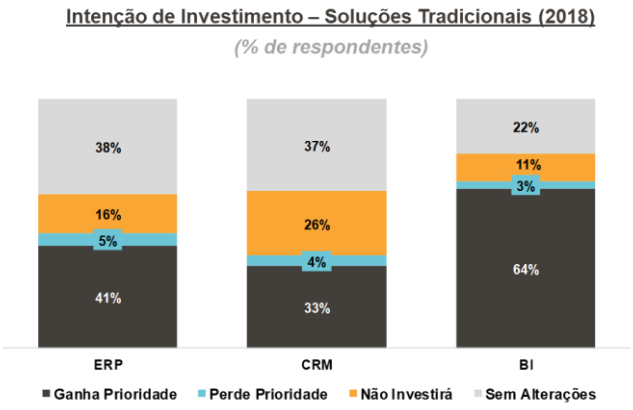
ii. participação em cada um dos mercados

A TOTVS atua essencialmente na comercialização e desenvolvimento de software de gestão integrada e, de acordo com o estudo de 2018 da Gartner, a TOTVS detém 30,0% do mercado latino-americano e 49,6% do mercado brasileiro de ERP.

Além do mercado de ERP, a TOTVS possui forte presença no mercado *Supply Chain Management* – SCM com 21,3% do mercado brasileiro, de acordo com a mesma pesquisa da Gartner de 2018.

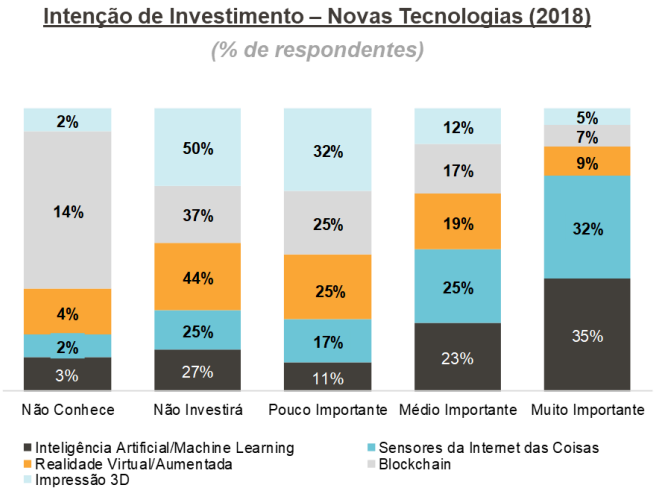
A Companhia possui outras iniciativas em outros segmentos do mercado de Software de Gestão Empresarial (Enterprise Application Software - EAS) com grande potencial de crescimento, mas que hoje possui menor relevância em market share. Dentre essas iniciativas estão incluídas: Master Sales, Ciashop, TOTVS Analytics, Carol e Fluig. Com a Gooddata e Carol, a TOTVS já tem 5,4% de market share no mercado de Analytics em 2018.

Esses segmentos possuem grande poder de crescimento à medida que passam a se tornar prioridade de investimento da companhia, tanto por meio do investimento em segmentos já estabelecidos quanto em novas tecnologias. BI e CRM têm ganhado maior prioridade nos últimos anos, porém ERP ainda é um tema central para investimento no Brasil.



Fonte: ITData.

Em relação às novas tecnologias, Inteligência Artificial e IoT (*Internet of Things*) se destacam como principais intenções de investimentos das empresas.



Fonte: ITData.

iii. condições de competição nos mercados

Os concorrentes da Companhia incluem fornecedores de Software de Gestão Empresarial (tais como ERP, CRM e BI), produtos de colaboração e produtos de inteligência comercial, bem como empresas que se dedicam a atividade de consultoria. Ressalta-se que o mercado brasileiro de software não impõe quaisquer barreiras ou restrições à entrada de competidores estrangeiros.

A indústria de software é altamente competitiva. A TOTVS compete com empresas de software brasileiras e estrangeiras. Alguns competidores da Companhia atuam também em outros segmentos de negócios, além de software de gestão empresarial como por exemplo software de infra-estrutura, software de segurança, banco de dados, nuvem, entre outros.

O mercado de software de gestão empresarial possui como clientes empresas de grande, médio e pequeno porte. Cada um destes segmentos pode apresentar diferentes necessidades e estágios de maturidade de uso de tecnologia e consequentemente produzem diferentes características quanto às condições competitivas.

A TOTVS oferece soluções para todos os portes de empresas.

d. eventual sazonalidade

A indústria de tecnologia da informação, especialmente software, não apresenta uma sazonalidade relevante.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

A atividade de desenvolvimento da TOTVS está concentrada na sua equipe própria de profissionais. No entanto, a Companhia possui fornecedores e parceiros de desenvolvimento de alguns softwares que comercializa, além dos fornecedores de banco de dados que são revendidos aos clientes e provedores de plataforma tecnológica, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores:

A TOTVS utiliza tecnologia de terceiros para desenvolvimento de parte de seus componentes de software e tecnologia, em especial aqueles da linha de produto RM e EMS Datasul que estão baseados na plataforma .Net da Microsoft e Progress, respectivamente. Para mais informações vide item 7.3.a “Plataformas tecnológicas utilizadas”.

iii. eventual volatilidade em seus preços:

Historicamente, os preços dos softwares e serviços da TOTVS não têm apresentado volatilidade relevante.

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida da Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida da Companhia.

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Secretarias da Fazenda de diversos estados brasileiros exigem que a Companhia obtenha aprovações governamentais para comercializar determinados produtos de hardware (incluindo microterminais, emissores de cupons fiscais – ECF e o SAT Fiscal) e software (aplicativos fiscais e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica), conforme atos e convênios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda por meio do COTEPE – Conselho Técnico Permanente do Ministério da Fazenda. Os equipamentos fiscais são homologados segundo essas regras, e os aplicativos fiscais são certificados por institutos cadastrados. Também existem decretos e portarias estaduais que regulam as atuações nos Estados. Alguns produtos também são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL exigindo certificação específica para sua utilização e comercialização.

Em 2015, o Estado de São Paulo introduziu um novo equipamento para controle do varejo (o SAT). O equipamento RB-1000 FI foi desenvolvido para atender essa demanda, que se intensificou a partir de julho de 2015. Além disso, essa norma trouxe a obrigatoriedade de atualização dos emissores de cupom fiscal com mais de 5 anos de uso por novos equipamentos impressores e SAT.

Situações análogas à descrita no parágrafo acima também ocorrem na introdução de outras tecnologias, por exemplo o ECF do Convênio ICMS 09/09 (impressora fiscal) tornou-se obrigatório no Estado do MS a partir de maio de 2015. Vale ressaltar que NFC-e também foi introduzida em alguns estados, como Amazonas e Mato Grosso.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para as atividades de software e serviços, atualmente, a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação ambiental e não possui política ambiental. Em maio de 2014, a TOTVS aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Com relação aos aspectos ambientais relacionados a hardware, a Companhia também não realiza atividades sujeitas a controle específico das autoridades ambientais, uma vez que o manuseio e armazenagem dos produtos não afeta de forma nociva o meio ambiente. Para o caso de descartes de produtos e componentes, os mesmos são encaminhados a empresas devidamente licenciadas por órgãos ambientais e autorizadas pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para a realização do procedimento de descarte.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A TOTVS utiliza tecnologia de terceiros no desenvolvimento de determinados componentes, como mencionado no item 7.3.e.ii. Para informações adicionais a respeito do tema, ver Seção 9.1 deste Formulário de Referência.

Registro de Software
O departamento Jurídico da TOTVS é responsável pelo Registro de Software no INPI, que é uma proteção importante para o nosso ativo. A lei que rege a proteção dos softwares é a 9609/98 e o órgão responsável por realizar os registros é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o Decreto n° 2558/98. O registro não é obrigatório, mas para que se possa garantir a exclusividade na produção, uso e comercialização de um programa de computador, o interessado deverá comprovar a autoria deste, sendo, portanto, revestido de grande importância o registro no INPI. Diferentemente de marcas e patentes, o registro de programa de computador, assim como os programas estrangeiros não precisam ser registrados no Brasil, exceto para garantia das partes envolvidas, no caso de cessão de direitos. A vigência dos direitos relativos ao registro é de 50 anos contados do primeiro dia do ano seguinte ao da data de criação do programa, garantindo o sigilo absoluto das partes do programa entregues ao INPI.

O Processo na TOTVS:

Ao final de cada Roadmap (ciclos anuais de inovação) o time de GCAD (Gestão de Configuração e Administração de Dados) enviará os backup e documentação técnica para o departamento jurídico.

O departamento Jurídico irá agregar o restante da documentação obrigatória e conduzirá o restante do processo de atualizar o Registro de Software junto ao INPI.

O INPI fornecerá um protocolo (número de registro) e será o fiel depositário desta documentação, responsabilizando-se por danos contra terceiros, acarretados pela quebra de sigilo.

O departamento Jurídico fará a guarda dos protocolos de registro e será o único autorizado a prestar informações para demais áreas TOTVS e/ou externo.

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a receita líquida auferida no Brasil (país sede do emissor) representava 97,7% da receita líquida da Companhia.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a receita líquida auferida fora do Brasil representava 2,3% da receita líquida da Companhia.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a receita líquida auferida fora do Brasil representava 2,3% da receita líquida da Companhia, sendo concentrado em grande parte da receita total fora do Brasil na Argentina e no México.

Dado que a receita líquida auferida fora do Brasil representava 2,3% da receita líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2019, como mencionado no item 7.6, a Companhia entende que não há efeitos relevantes em suas atividades decorrentes de regulação estrangeira.

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

i. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia apresenta, desde 2016, seu Relato Integrado que traz informações unificadas dos resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia.

A partir deste ano, a Companhia passará a publicar bianualmente seu Relato Integrado, sendo a sua próxima divulgação em 2020 referente aos anos de 2018 e 2019.

ii. Tem política de responsabilidade socioambiental?

A Companhia mantém compromisso com a proteção do meio ambiente, previsto no Código de Ética e Conduta da Companhia, que pode ser encontrado no site de relações com investidores da Companhia (http://ri.totvs.com/).

A política socioambiental da Companhia está sendo elaborada e será divulgada em 2019.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia adota a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI).

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais não são auditadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As versões do Relato Integrado referentes aos anos 2016 e 2017 estão disponíveis na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores (https://ri.totvs.com/, na aba "Informações Financeiras").

Outras iniciativas

Instituto da Oportunidade Social (IOS)

Fundado em 1998 como iniciativa de funcionários da então Microsiga, hoje TOTVS, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) nasceu com o propósito de proporcionar acesso à tecnologia para jovens de baixa renda e pessoas com deficiência por meio de programas de capacitação profissional tendo como principal foco empregar os profissionais qualificados na economia do futuro.

O IOS é uma organização sem fins lucrativos que oferece formação profissional gratuita nas áreas de administração e tecnologia da informação, com práticas em Educação Digital, Cidadania, Matemática, Comunicação e Expressão, além de acompanhamento psicossocial com equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos). O público-alvo do Instituto é composto por jovens em vulnerabilidade social e Pessoas com Deficiência de 15 a 29 anos, sendo 90% oriundos de escolas públicas, 56% mulheres e 56% negros, ampliando a inclusão social para populações minorizadas.

Ao longo de seus 21 anos de existência, o IOS ampliou sua atuação dentro da Grande São Paulo e nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Neste período e localidades, passaram pelo Instituto mais de 34 mil alunos. Anualmente, 2 mil jovens são formados e destes, em média mil empregados, gerando um forte impacto social direto em mais de 4 mil pessoas por ciclo. De acordo com o Instituto, a empregabilidade de alunos que passaram por formação no IOS aumentou em 18% em comparação a 2016, e há um aumento médio de 40% na renda das famílias quando um aluno formado começa a trabalhar.

A TOTVS centraliza seu investimento social no IOS e hoje é a maior mantenedora do Instituto, que conta também com o apoio de outras empresas parceiras. O IOS conta com toda a estrutura e suporte para preparar os alunos e encaminhá-los para o mercado de trabalho, além de apoiar no cumprimento da Lei da Aprendizagem e da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, desenvolvendo os talentos do presente na economia do futuro.
Mais informações do IOS estão disponíveis no site do Instituto: www.ios.org.br

Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A TOTVS aderiu em 2014 à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os

dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com mais de 12.000 empresas participantes e *stakeholders* em mais de 145 países, o Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de posicionamento corporativo conjunto em responsabilidade socioambiental do mundo.

Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção

A TOTVS também aderiu no mesmo ano ao Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável. Este pacto apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos que obedecem às políticas adotadas em relação a sistemas de integridade e combate à corrupção.

A Companhia não identificou outras informações relevantes, além das divulgadas, relacionadas a este item.

A Companhia não realizou transações dessa natureza.

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

A Companhia não possui outros ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	TOTVS 840754671	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 822840286	10/08/2020	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMAETECH 822840294	03/08/2020	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 823606031	10/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 823606040	10/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 823606058	10/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 823606066	10/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 901912824	24/12/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 902219340	31/12/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 902219359	31/12/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 902219367	31/12/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 902377213	21/05/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 902377256	21/05/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CMNET 827901100	25/10/2021	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CMNET 906174988	26/04/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	MisterChef.net 828414572	06/05/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	MisterChef.net 828750211	03/11/2020	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	UNUM 902142259	25/09/2022	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 823429369	17/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 914028413	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	DATASUL 914028421	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 9079001682	15/05/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900755	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900828	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900968	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530650	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 340530668	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530684	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530692	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530706	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530714	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530722	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CORPORE RM 820008788	21/09/2019	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Licenças	PROTHEUS	01/01/2042	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	SIGA ADVANCED	01/01/2041	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Nome de domínio na internet	TOTVS.COM.BR	27/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Nome de domínio na internet	BEMACASH.COM.BR	04/08/2020	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 817228373	04/04/2025	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	YMF 821050486	30/04/2022	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574476	15/01/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CMNET 819496278	09/03/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	GSR7 828364290	14/101/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 823404838	03/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MisterChef.net 828378061	01/07/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BEMATECH 816568359	28/09/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 810871432	01/11/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900550	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530625	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	RM 819925772	08/09/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 821482076	07/08/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 827375743	16/10/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574468	21/01/2024	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574484	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574492	15/01/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574506	04/10/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754558	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754566	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754574	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754582	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754590	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754604	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754612	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754655	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754663	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
BEMATECH S.A.	82.373.077/0001-71	41-8	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Desenvolvimento de soluções especialistas em hardware e software nos segmentos de varejo, hotelaria e alimentação.	100,000000
				Valor mercado	31/03/2019	0,00		
31/12/2018	-9,811996	0,000000	627.000,00	**Valor contábil**	31/03/2019	433.856.000,00		
31/12/2017	-0,578188	0,000000	8.886.600,00					
31/12/2016	0,492785	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Juntas, TOTVS e Bematech atendem a toda a cadeia do varejo e combinarão know-how em varejo físico e ecommerce, além dos seus portfólios de soluções especializadas nos mais diversos subsegmentos do varejo: food service, supermercados, atacarejos, vestuário e calçados, lojas e magazines, eletroeletrônico, material de construção, farmacêutico, hotelaria, concessionárias de veículos, transporte de passageiros, entre outros. Essa união de TOTVS e Bematech reforçará a criação de valor aos clientes do segmento de varejo, que passam a contar com o mais completo portfólio de soluções e inovações e com a mais ampla cobertura nacional. A rede de distribuição da Bematech conta com mais de 5 mil revendedores que se somam à rede nacional de distribuição da TOTVS.

Ciashop - Soluções para Comércio Eletrônico S.A.	04.364.470/0001-95	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e consultoria em tecnologia da informação.	70,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-0,206224	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	5.328.000,00		
31/12/2017	-35,156820	0,000000	0,00					
31/12/2016	1,072097	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expertise no desenvolvimento e comercialização de soluções em nuvem para o comércio eletrônico.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Datasul Argentina S.A.		-	Controlada	Argentina			Desenvolvimento e exploração comercial de programas de computador e soluções tecnológicas da própria empresa ou de terceiros; Prestação de serviços de assessoria técnica, consultoria e treinamento nas áreas vinculadas com sistemas de informática; Comercialização de bens e produtos relacionados à tecnologia.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Aquisição seletiva de concorrentes que apresentem sinergia com a TOTVS, visando consolidação do mercado e ganho de Market- Share.

National Computer Corporation		-	Coligada	Rússia			Desenvolvimento de soluções Software.	19,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,332100	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	3.054.000,00		
31/12/2017	0,740000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O investimento nesta empresa visa uma parceria para desenvolver e levar para o mercado russo um sistema de gestão com uma combinação de confiabilidade, segurança, integridade de dados, continuidade, alto desempenho e escalabilidade já presentes nas soluções da TOTVS.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Neolog Consultoria e Sistemas S.A.	05.254.381/0001-59	-	Controlada	Brasil	AP		A Neolog é uma empresa desenvolvedora de software, prestadora de serviços de implantação, customização e suporte cujo principal produto é uma solução de otimização logística que reduz os custos de frete do cliente através de algoritmos para cálculo de rotas e acomodação de carga nos caminhões de forma otimizada. A empresa atende grandes clientes dos segmentos logístico e manufatura e comercializa suas soluções no modelo SaaS (“Software as a Service”).	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-8,515062	0,000000	689.000,00	**Valor contábil**	31/03/2019	17.779.000,00		
31/12/2017	-6,783557	0,000000	180.000,00					
31/12/2016	-17,064216	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Com esse movimento, a Companhia reforça sua estratégia de especialização e seu posicionamento no segmento de logística, agregando os produtos e o know-how de negócios da Neolog para ampliar o portfólio de soluções para clientes ao longo da cadeia de suprimentos. A combinação das forças de distribuição da Companhia com as soluções e expertise da Neolog permitirão explorar oportunidades de otimização de custos e ganhos de eficiência em segmentos chave do mercado brasileiro.

Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	07.363.764/0001-90	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sub-licenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000
				Valor mercado				

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
31/12/2018	10,720386	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	67.734.000,00		
31/12/2017	-0,881597	0,000000	0,00					
31/12/2016	-5,654250	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.								
TFS Soluções em Software Ltda	27.231.185/0001-00	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	3656,821026	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	11.637.000,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa criada em março de 2017 para futura segregação de certas operações de software.								
Totvs Argentina S.A.		-	Controlada	Argentina			Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	8,715398	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	5.252.000,00		
31/12/2017	-34,698489	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,355921	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.								
Totvs Brasília Software Ltda.	07.577.599/0001-70	-	Controlada	Brasil	BH	Itacaré	Assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sublicenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
				Valor mercado				
31/12/2018	3,457301	0,000000	11.361.000,00	**Valor contábil**	31/03/2019	98.363.000,00		
31/12/2017	7,109649	0,000000	4.419.000,00					
31/12/2016	10,165223	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

Totvs Corporation	-		Controlada	Ilhas Virgens (Britânicas)			Consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico e manutenção se sistemas e outros serviços relacionados à tecnologia da informação	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter um canal de distribuição na região.

Totvs Incorporation	-		Controlada	Estados Unidos			Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	20,449491	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	71.905.000,00		
31/12/2017	-2,126023	0,000000	0,00					
31/12/2016	-23,976610	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Aquisição seletiva de concorrentes que apresentem sinergia com a TOTVS, visando complementar o portfolio de soluções de tecnologia da informação e Manutenção de um polo de pesquisa e desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação nos Estados Unidos da América.

Totvs México S.A. de CV	-		Controlada	México			Inovação, criação, desenvolvimento e atualização de programas; comércio de software e hardware, com possibilidade de importação de bens e serviços próprios e de terceiros relacionados com a atividade de informática; prestação de serviços gerais relacionados com consultoria de processos e modelos de gestão; outorgar à terceiros direitos de uso, comercialização e venda de serviços.	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2018	-16,465643	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	5.513.000,00
31/12/2017	-32,941176	0,000000	0,00			
31/12/2016	756,243440	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

TOTVS Serviços Ltda.	02.497.398/0001-49	-	Controlada	Brasil	RJ	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sub-licenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2018	136,694813	0,000000	1.395.000,00	**Valor contábil**	31/03/2019	35.670.000,00
31/12/2017	0,460494	0,000000	0,00			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

TOTVS Ventures Participações Ltda.	15.760.400/0001-72	-	Controlada	Brasil	AP	Participação em outras sociedade como acionista, quotista ou sob qualquer outra forma legal.	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2018	-52,287096	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	5.167.000,00
31/12/2017	-2,862819	0,000000	0,00			
31/12/2016	0,512129	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Investimentos seletivos em empresas que apresentem soluções de tecnologia singérgicas aos negócios da Companhia.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
TQTVD Software Ltda.	09.131.273/0001-40	-	Controlada	Brasil	RJ		Desenvolvimento e comercialização de produtos e soluções de software para televisão digital, qualquer que seja o meio de transmissão, tanto os destinados a serem embarcados em aparelhos receptores, quanto os destinados à transmissão, inclusive soluções de software para as empresas produtoras de conteúdo e transmissoras de sinal de televisão digital, podendo, ainda, explorar o direito de uso de sistemas próprios ou de terceiros e prestar serviços de manutenção, atualização e customização dos direitos dos sistemas, bem como participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2018	70,882325	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2019	20.347.000,00
31/12/2017	-27,121360	0,000000	0,00			
31/12/2016	-14,903960	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Atividades de assistência técnica e prestação de serviços de consultoria, treinamento, desenvolvimento de sistemas, análise, programação, serviços em geral na área de informática, importação e exportação de softwares, bem como a exploração das atividades de agência de viagens e operadora de turismo

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui 316 registros de marcas no Brasil e 168 registros no exterior.

Ademais, a Companhia possui aproximadamente 85 pedidos de registro de marcas, sendo 38 pedidos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial no Brasil e 47 pedidos no exterior.

MARCAS

Eventos que podem causar a perda dos direitos das marcas registradas

Conforme artigo 142 da Lei No. 9.279, de 1996, eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais, a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de prorrogação no prazo devido; pela renúncia, total ou parcial, pelo titular; e pela caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI de ofício ou mediante proposição de terceiros se o registro estiver sido concedido em desacordo com a legislação aplicável, bem como nas hipóteses de generificação (marca que se tornou genérica em relação ao segmento no qual está inserida) e nulidade decorrente de registro eivado de comprovada má fé. Adicionalmente, a nulidade do registro da marca pode ser declarada, em âmbito judicial, por meio de ação de nulidade de registro de marca ajuizada por terceiro interessado. O prazo para o ajuizamento da referida ação é de 5 (cinco) anos, contados da data da concessão do registro da marca.

Consequência da perda dos direitos das marcas registradas

A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos iguais, concorrentes ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca, o que prejudicaria a comunicação entre a Companhia e seu público alvo. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, o que pode incluir condenações no tocante ao pagamento de indenização e/ou abstenção de uso da marca pela Companhia.

Eventos que podem causar a perda dos direitos das marcas depositadas, mas não registradas

O principal evento que pode causar a perda dos direitos para as marcas depositadas mas ainda não registradas é o indeferimento do registro pelo INPI. Ao INPI compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente.

Consequência da perda dos direitos das marcas depositadas, mas não registradas

Caso o INPI indefira o registro de tais marcas, a Companhia pode sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que pode incluir condenações no tocante ao pagamento de indenização e/ou abstenção de uso da marca pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia não poderá impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar produtos e/ou serviços iguais, concorrentes ou afins.

PATENTES

Os ativos relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia perfazem 24 (vinte e quatro) patentes e 7 (sete) registros de desenho industrial. Sobre as patentes, 21 (vinte e uma) estão com o seu pedido de registro deferido e 3 (três) ainda encontram-se sob análise. Do montante, 18 (dezoito) foram registradas no estrangeiro e o restante no Brasil. Quanto aos registros de desenho industrial, todos encontram-se em território nacional, com apenas 1 (um) processo de registro ainda pendente de exame.

Eventos que podem causar a perda dos direitos

O principal evento que pode causar a perda dos direitos para as patentes depositadas mas ainda não concedidas é o indeferimento pelo INPI. Ao INPI compete conceder patentes no Brasil. Ele pode indeferir um pedido de patente de ofício ou mediante oposição de terceiros (pedidos de subsídios, processos administrativos de nulidade), se entender procedente.

Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos para as patentes já concedidas são: (i) ausência do pagamento das anuidades; (ii) apresentação de processos administrativos de nulidade por terceiros interessados, haja vista que o INPI, diante de tal processo, pode decidir pela anulação da patente; e (iii) ajuizamento de ação judicial, qual seja ação de nulidade de patente. Tal ação poderá ser ajuizada em até 5 anos, contados da data da concessão da patente.

Consequência da perda dos direitos

Em caso de indeferimento da patente pelo INPI, a Companhia pode sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por violação de direitos de terceiros, além de incorrer em pagamento de royalties, Adicionalmente, a Companhia poderá ser condenada a arcar com a indenização pelo uso indevido de invenção de terceiro, bem como ser condenada a abster-se de utilizar a invenção de terceiros.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 e das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de março de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas que regulam o tratamento contábil de Receita de Contratos de Clientes (IFRS 15/ CPC 47) e de Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC 48) emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente. A Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, as quais refletem os efeitos da adoção destas normas.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nas datas abaixo indicadas:

	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de Reais)	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Patrimônio líquido	1.307.010	1.288.220	1.261.577	1.220.916
Ativo circulante	1.026.741	1.020.134	1.038.346	951.736
Dívida Líquida [1]	261.957	50.678	322.344	479.174

[1] A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos, circulante e não circulante. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Em 01 de janeiro de 2019, a dívida líquida da Companhia foi impactada pelo reconhecimento do passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e outros passivos não circulante no valor de R$236,8 milhões oriundo da nova norma contábil do IFRS 16. Adicionalmente, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais teve uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, pela menor compensação de tributos federais gerado em exercícios anteriores que foi utilizado durante o exercício de 2018.

Em 2018, a Companhia apresentou significativo avanço na posição financeira, com aumento no fluxo de caixa operacional em relação ao exercício anterior. Assim, a dívida líquida sofreu uma forte redução com relação ao ano anterior.

Em 2017, a Companhia também reduziu sua dívida líquida quando comparado com o ano anterior, resultado principalmente do aumento no caixa líquido proveniente das atividades operacionais e pela redução dos pagamentos pela aquisição de ativo imobilizado e de intangível em relação ao ano anterior, por conta dos investimentos relacionados às novas instalações ocorridas em 2016.

b. estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo portanto ações resgatáveis.

Apresentamos, nos últimos anos e trimestre, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de março de 2019	Em 31 de dezembro de		
		2018	2017	2016
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	1.278.835	1.103.057	1.232.048	1.222.996
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.307.010	1.288.220	1.261.577	1.220.916
Capital de terceiros(1)	49,5%	46,1%	49,4%	50,0%
Capital próprio(2)	50,5%	53,9%	50,6%	50,0%

(1) O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.
(2) O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de março de 2019, a dívida bruta da Companhia era R$734,7 milhões, dos quais R$314,3 milhões, ou 42,8% estão no passivo circulante e R$420,4 milhões, ou 57,2% no passivo não circulante.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A maior parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da venda e prestação de serviços de implementação de software, que são prestados nos países onde são vendidos.

A Companhia mantém um perfil conservador de investimento financeiro e atualmente não possui operações em mercados de risco e/ou de derivativos.

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2016
Dívida Bruta(1)	734.694	553.720	761.141	779.110
Dívida Líquida(2)	261.957	50.678	322.344	479.174
EBITDA Ajustado(3)	114.732	346.136	293.532	351.929
Índice de Endividamento(4)	N/A	0,1	1,1	1,4
Índice de liquidez corrente(5)	1,5	1,4	1,7	1,5
Índice de liquidez geral(6)	1,0	1,2	1,1	1,0

(1) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante. A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos, circulante e não circulante. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado pelo resultado de equivalência patrimonial, pela provisão para perda de valor recuperável de ativos, pelas provisões adicionais para contingências, pela perda (ganho) na baixa de ativos, pelas provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa, pelo ganho com a venda de controladas e pelo prejuízo líquido de operações descontinuadas em 2019. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido do exercício/ período para o EBITDA ou para o EBITDA Ajustado, veja o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(4) O índice de Endividamento corresponde ao quociente da divisão da Dívida Líquida ao fim do exercício pelo EBITDA Ajustado do mesmo exercício, com exceção do EBITDA Ajustado de três meses findo em 31 de março de 2019.
(5) O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.
(6) O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto investimento, imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia.

2019: A Companhia não contratou novos financiamentos no período de três meses findo em 31 de março de 2019. O aumento da dívida líquida é resultado do reconhecimento do passivo de arrendamento financeiro decorrente da adoção na nova norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2). O índice de liquidez corrente em 31 de março de 2019 foi de 1,5 e em 31 de dezembro de 2018 foi de 1,4, enquanto que o índice de liquidez geral reduziu para 1,0 em 31 de março de 2019 demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos de longo prazo. 2018: A Companhia não contratou novos financiamentos relevantes em 2018. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,1x e seu índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2018 foi de 1,4, indicando a manutenção da saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações de curto prazo.

2017: Em 2017, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no montante de R$200,0 milhões, com o objetivo de utilização dos recursos para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social e/ou pré-pagamento de dívidas. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,1x e seu índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,7, crescimento de 13,3% frente ao ano anterior, indicando a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações de curto prazo. Quando analisado o índice de liquidez geral de 1,1 em 31 de dezembro de 2017, é possível verificar a capacidade de quitação de compromissos de longo prazo da Companhia.

2016: A Companhia não contratou novos financiamentos relevantes em 2016. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2016 foi de 1,4x e seu índice de liquidez corrente em 1,5, indicando a manutenção da saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações de curto prazo. O índice de liquidez geral em 31 de dezembro de 2016 foi de 1,0. A despeito da redução do índice de liquidez geral, é possível verificar a capacidade de quitação de compromissos de longo prazo da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2016 a 2019: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa e por recursos oriundos de linhas de financiamento providas pelo BNDES e de debêntures emitidas pela Companhia, conforme detalhado no item 10.1.f.i.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, tais como debêntures.

Vale ressaltar também que a Companhia, apesar de entender não possuir deficiências de liquidez, possui linhas pré-aprovadas com bancos privados que podem ser acessadas no curtíssimo prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela abaixo:

		Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	**Encargos financeiros**	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
BNDES PROSOFT	TJLP+1,5% a 1,52% a.a.	98.077	137.940	296.565	451.214
BNDES PSI	3,5% a 4,0% a.a.	13.630	18.224	36.701	55.170
Arrendamento financeiro	15,12% a 17,24%	270.300	42.189	63.454	44.017
BNDES Social	TJLP a.a.	501	714	1.560	2.386
BNDES Inovação	TJLP + 0,52% a.a.	2.030	2.404	3.897	5.347
BNDES EXIM	5,5% a 8% a.a.	-	-	-	1.523
Contas garantidas e outras		15	-	379	2.084
Empréstimos e Financiamentos		**384.553**	**201.471**	**402.556**	**561.741**
Passivo circulante		178.709	166.154	220.215	196.012
Passivo não circulante		205.844	35.317	182.341	365.729

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
Emissão	**Debêntures**	**Encargos Anuais**	**Financeiros**	**Preço unitário em reais**	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Série única	200.000	105,95% do CDI		1,00	200.260	203.431	203.524	-
Série única	450	CDI + 2,25%		100,00	-	-	-	31.877
	Prêmio por não conversão				75.891	73.757	65.614	58.784
Total					**276.151**	**277.188**	**269.138**	**90.661**
Passivo circulante					76.238	77.319	3.841	12.111
Passivo não circulante					199.913	199.869	265.297	78.550

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Em milhares de Reais)	**Em 31 de março de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2019	**2018**	**2017**	**2016**
2018	-	-	-	188.658
2019	-	-	226.466	251.453
2020	237.339	219.452	221.172	4.168
2021 em diante	168.418	15.734	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Passivo não circulante)	**405.757**	**235.186**	**447.638**	**444.279**

Arrendamento financeiro: A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamentos financeiro com prazo contratado entre 3 e 10 anos referentes a compra de equipamentos eletrônicos, veículos, aluguéis e instalações das unidades da Companhia com taxas de juros entre 11,9% e 15,8% para equipamentos e veículos e de 6,9 a 10,2% para contratos de alugueis de imóveis.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Em 13 de setembro de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao BNDES no montante de R$658,5 milhões com prazo de amortização de 72 meses, incluindo carência de 24 meses sobre o montante principal, liberados conforme comprovação de realização dos investimentos e divididos em três subcréditos:

Subcrédito “A”, no montante de R$596,8 milhões, sobre o qual incidirão juros de 1,5% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, a ser utilizado entre 2013 e 2015 na promoção da evolução qualitativa das soluções ofertadas pela TOTVS, no âmbito do Programa BNDES PROSOFT;

Subcrédito “B”, no montante de R$58,5 milhões, sobre o qual incidirão juros de 3,5% ao ano, a ser utilizado no desenvolvimento de sua plataforma denominada “fluig”, no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – PSI, Subprograma Inovação e Máquinas e Equipamentos eficientes;

Subcrédito “C”, no montante de R$3,3 milhões, sobre o qual incidirá a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, a ser investido em projetos de âmbito social a serem executados pela Companhia.

Em outubro de 2013 foi disponibilizada a primeira liberação desse crédito, no montante de R$250,0 milhões. Em novembro de 2014, foi disponibilizada a segunda liberação, o montante de R$227,6 milhões. Em setembro de 2015, foi disponibilizado o montante final da liberação, no montante de R$181,1 milhões.

A Bematech, empresa controlada da TOTVS, também contratou empréstimos junto ao BNDES, tais como BNDES PROSOFT, BNDES Inovação, BNDES EXIM, BNDES Internacionalização e Finame (estes dois últimos já quitados) no valor total de R$76,8 milhões. Após a reorganização societária com a TOTVS, o BNDES autorizou, em 23 de outubro de 2015, que a TOTVS fosse incluída como fiadora dos referidos contratos de empréstimo. Ademais, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES pela Bematech não possuem garantia.

Prêmio de não conversão das debêntures de 2008: Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R$200,0 milhões por meio da emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série. O valor total de principal e juros foram amortizados em 2016.
O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPC-A, acrescido de 8,0% ao ano, enquanto que o da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago até 19 de agosto de 2019. Os Prêmios de Não Conversão poderão ser pagos em ações ordinárias de emissão da Companhia ou em espécie, a exclusivo critério dos Debenturistas, sendo considerado para tal finalidade o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia negociada nos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão anteriores à data de pagamento, que em 31 de março de 2019 seria de R$ 36,34.

Debêntures TOTVS 2017: Em 06 de setembro de 2017, a TOTVS emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As Debêntures tiveram valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, totalizando o montante de R$200,0 milhões na data de emissão. Os recursos captados foram integralmente utilizados para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social da Companhia e/ou pré-pagamento de dívidas.

O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, em 15 de março e em 15 de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2018 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures, em 15 de setembro de 2020.

As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, base 252 dias úteis.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado para o caso do não cumprimento de determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.f.i.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas com BNDES possuem cartas fianças de outros bancos e os contratos de arrendamento mercantil possuem garantia real dos bens arrendados, enquanto que o Prêmio de não conversão das debentures possui garantia flutuante. As demais dívidas da Companhia são quirografárias e, portanto, não há grau de subordinação entre elas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

BNDES TOTVS: O financiamento contratado junto ao BNDES em 2013 pela TOTVS estabelece que é obrigação da Companhia manter, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento, os seguintes índices financeiros, cuja apuração será realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas, objeto de revisão especial no primeiro semestre, e de auditoria completa realizada no encerramento do exercício, por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

1. Patrimônio Líquido (“PL”) /AtivoTotal (“AT”): igual ou maior que 40,0%; e
2. Dívida Líquida/EBITDA Ajustado: igual ou menor que 1,5;

Na hipótese de não atingimento destes indicadores constantes, a Companhia deverá constituir garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130,0% do valor do saldo devedor em operações de crédito contratadas com o Sistema BNDES, com exposição direta, que exceder a 20,0% do Ativo Total da Companhia à época, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira com exposição direta, que exceder a 20,0% do Ativo Total da Companhia à época.

No caso de o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser superior a 2,0, a Companhia deverá constituir garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130,0% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, ou apresentar fiança bancária no valor total da dívida.

Ademais, o contrato de financiamento junto ao BNDES poderá ainda ter seu vencimento antecipado caso:

- ocorra o inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela TOTVS perante o BNDES e suas subsidiárias, o controle efetivo da TOTVS sofra modificação após a contratação do financiamento, sem prévia autorização do BNDES, ou ocorra qualquer procedimento judicial ou evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.

- ocorra a redução do quadro de pessoal da Companhia, em função do projeto apresentado ao BNDES para obtenção do financiamento, sem oferta de programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

- haja existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;

- haja a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

BNDES Bematech: O financiamento contratado junto ao BNDES pela controlada Bematech possui os seguintes *covenants* financeiros:

Patrimônio Líquido / Ativo Total: igual ou maior que 40,0%; e
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou menor que 2,0.

É importante mencionar que esses *covenants* deverão ser calculados com base nas demonstrações financeiras da TOTVS S.A., nos mesmos moldes dos *covenants* do empréstimo contratado pela TOTVS S.A. junto ao BNDES em 2013.

Debêntures TOTVS 2017: As debêntures emitidas pela TOTVS em 2017 possuem o seguinte *covenant*: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado igual ou menor que 2,5.

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada Bematech se encontravam adimplentes com todas as condições/*covenants* estipulados em seus referidos contratos de empréstimos e debêntures.

As debentures poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia o pagamento do valor nominal unitário, ou saldo do valor unitário, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) decisões judiciais contrárias e desfavoráveis, que são eventos padrão de aceleração para esse tipo de transação, envolvendo um valor individual ou agregado de R$50,0 milhões; (ii) a Companhia deixe de ter seu controle acionário disperso e passe a ter um Acionista controlador; ou (iii) incorporação e aquisição, sem a prévia aprovação dos debenturistas, entre outros eventos.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites dos financiamentos obtidos junto ao BNDES já foram inteiramente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de			*Análise vertical*				*Análise Horizontal*		
(Em milhares de Reais)	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**	***2019***	***2018***	***2017***	***2016***	***19 v. 18***	***18 v. 17***	***17 v. 16***
Ativo Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	423.658	452.799	387.169	214.772	16,4% %	*18,9%*	*15,5%*	*8,8%*	-6,4%	*17,0%*	*80,3%*
Garantias de Investimentos	44.711	44.909	44.615	74.027	1,7%	*1,9%*	*1,8%*	*3,0%*	-0,4%	*0,7%*	*-39,7%*
Contas a receber de clientes	484.546	504.056	515.545	569.370	18,7%	*21,1%*	*20,7%*	*23,3%*	-3,9%	*-2,2%*	*-9,5%*
Provisão para perda esperada	(117.040)	(118.518)	(89.032)	(105.183)	-4,5%	*-5,0%*	*-3,6%*	*-4,3%*	-1,2%	*33,1%*	*-15,4%*
Estoque	-	41.531	44.828	28.219	0%	*1,7%*	*1,8%*	*1,2%*	-100%	-7,4%	58,9%
Impostos a recuperar	33.674	38.817	93.097	122.521	1,3%	*1,6%*	*3,7%*	*5,0%*	-13,2%	-58,3%	-24,0%
Outros ativos circulantes	69.280	56.540	42.124	48.010	2,7%	*2,4%*	*1,7%*	*2,0%*	22,5%	34,2%	-12,3%
Ativo disponível para venda	87.912	-	-	-	3,4%	-	-	-	100%		
Total do Ativo Circulante	**1.026.741**	**1.020.134**	**1.038.346**	**951.736**	***39,7%***	***42,7%***	***41,6%***	***38,9%***	***0,6%***	***-1,8%***	***9,1%***
Ativo Não Circulante											
Garantias de Investimentos	4.368	5.334	7.013	11.137	0,2%	*0,2%*	*0,3%*	*0,5%*	-18,1%	*-23,9%*	*-37,0%*
Ativos financeiros	69.562	69.171	57.645	56.800	2,7%	*2,9%*	*2,3%*	*2,3%*	0,6%	*20,0%*	*1,5%*
Contas a receber	21.672	19.890	31.901	36.913	0,8%	*0,8%*	*1,3%*	*1,5%*	9,0%	*-37,7%*	*-13,6%*
Impostos a recuperar	207	236	20.695	21.572	0,0%	*0,0%*	*0,8%*	*0,9%*	-12,3%	*-98,9%*	*-4,1%*
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.182	125.124	104.715	88.658	4,3%	*5,2%*	*4,2%*	*3,6%*	-11,9%	*19,5%*	*18,1%*
Depósitos judiciais	70.399	65.965	61.127	40.903	2,7%	*2,8%*	*2,5%*	*1,7%*	6,7%	*7,9%*	*49,4%*
Outros ativos	22.907	26.340	26.844	30.437	0,9%	*1,1%*	*1,1%*	*1,2%*	13,0%	*-1,9%*	*-11,8%*
Investimentos	3.054	3.129	2.349	1.350	0,1%	*0,1%*	*0,1%*	*0,1%*	-2,4%	*33,2%*	*74,0%*
Imobilizado	416.837	198.826	182.022	176.270	16,1%	*8,3%*	*7,3%*	*7,2%*	109,6%	*9,2%*	*3,3%*
Intangível	839.916	857.128	960.968	1.028.136	32,5%	*35,8%*	*38,5%*	*42,1%*	-2,0%	*-10,8%*	*-6,5%*
Total do Ativo Não Circulante	**1.559.104**	**1.371.143**	**1.455.279**	**1.492.176**	***60,3%***	***57,3%***	***58,4%***	***61,1%***	***13,7%***	***-5,8%***	***-2,5%***
Ativo Total	**2.585.845**	**2.391.277**	**2.493.625**	**2.443.912**	***100,0%***	***100,0%***	***100,0%***	***100,0%***	***8,1%***	***-4,1%***	***2,0%***

BALANÇO PATRIMONIAL

	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de			*Análise Vertical*				*Análise Horizontal*		
	2019	**2018**	**2017**	**2016**	***2019***	***2018***	***2017***	***2016***	***19 v. 18***	***18 v. 17***	***17 v. 16***
Passivo Circulante											
Obrigações sociais e trabalhistas	168.334	174.874	148.836	140.539	6,5%	*7,3%*	*6,0%*	*5,8%*	-3,7%	*17,5%*	*5,9%*
Fornecedores	70.560	113.907	108.424	73.553	2,7%	*4,8%*	*4,3%*	*3,0%*	-38,1%	*5,1%*	*47,4%*
Obrigações fiscais	44.757	47.466	28.725	28.141	1,7%	*2,0%*	*1,2%*	*1,2%*	-5,7%	*65,2%*	*2,1%*
Empréstimos e financiamentos	178.709	166.154	220.215	196.012	6,9%	*6,9%*	*8,8%*	*8,0%*	7,6%	*-24,5%*	*12,3%*
Debêntures	76.238	77.319	3.841	12.111	2,9%	*3,2%*	*0,2%*	*0,5%*	-1,4%	*1913,0%*	*-68,3%*
Comissões a pagar	47.429	43.166	39.769	43.198	1,8%	*1,8%*	*1,6%*	*1,8%*	9,9%	*8,5%*	*-7,9%*
Dividendos e JCP a pagar	12.293	13.902	18.487	41.561	0,5%	*0,6%*	*0,7%*	*1,7%*	-11,6%	*-24,8%*	*-55,5%*
Obrigações por aquisição de investimento	59.398	59.597	47.561	80.822	2,3%	*2,5%*	*1,9%*	*3,3%*	-0,3%	*25,3%*	*-41,2%*
Outros passivos	6.778	13.227	3.428	8.260	0,3%	*0,6%*	*0,1%*	*0,3%*	-48,8%	*285,9%*	*-58,5%*
Passivos disponível para venda	42.209	-	-	-	1,6%				100%		
Total do Passivo Circulante	**706.705**	**709.612**	**619.286**	**624.197**	*27,3%*	*29,7%*	*24,8%*	*25,5%*	*-0,4%*	*14,6%*	*-0,8%*
Passivo Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	205.844	35.317	182.341	365.729	8,0%	*1,5%*	*7,3%*	*15,0%*	482,8%	*-80,6%*	*-50,1%*
Debêntures	199.913	199.869	265.297	78.550	7,7%	*8,4%*	*10,6%*	*3,2%*	0,0%	*-24,7%*	*237,7%*
Provisão para contingências	133.786	127.792	117.770	102.225	5,2%	*5,3%*	*4,7%*	*4,2%*	4,7%	*8,5%*	*15,2%*
Obrigações por aquisição investimento	14.592	15.464	41.886	45.886	0,6%	*0,6%*	*1,7%*	*1,9%*	-5,6%	*-63,1%*	*-8,7%*
Outros passivos	17.995	15.003	5.468	6.409	0,7%	*0,6%*	*0,2%*	*0,3%*	19,9%	*174,4%*	*-14,7%*
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	**572.130**	**393.445**	**612.762**	**598.799**	*22,1%*	*16,5%*	*24,6%*	*24,5%*	*45,4%*	*-35,8%*	*2,3%*
Patrimônio Líquido											
Capital social	1.041.229	1.041.229	989.841	541.374	40,3%	*43,5%*	*39,7%*	*22,2%*	0,0%	*5,2%*	*82,8%*
Ações em tesouraria	(64.866)	(70.026)	(71.495)	(73.443)	-2,5%	*-2,9%*	*-2,9%*	*-3,0%*	-7,4%	*-2,1%*	*-2,7%*
Reserva de capital	168.153	169.907	165.079	162.024	6,5%	*7,1%*	*6,6%*	*6,6%*	-1,0%	*2,9%*	*1,9%*
Outros resultados abrangentes	20.187	20.704	1.728	1.785	0,8%	*0,9%*	*0,1%*	*0,1%*	-2,5%	*1098,1%*	*-3,2%*
Reserva de lucros	141.573	125.228	170.799	582.072	5,5%	*5,2%*	*6,8%*	*23,8%*	0,0%	*-26,7%*	*-70,7%*
Proposta de dividendos adicionais		-	5.442	7.375	0,0%	*0,0%*	*0,2%*	*0,3%*	0,0%	*-100%*	*-26,2%*
Patrimônio líquido de não controlador	734	1.178	183	-272	0,0%	*0,0%*	*0,0%*	*0,0%*	-37,7%	*543,7%*	*-167,3%*
Total do Patrimônio Líquido	**1.307.010**	**1.288.220**	**1.261.577**	**1.220.916**	*50,5%*	*53,9%*	*50,6%*	*50,0%*	*1,5%*	*2,1%*	*3,3%*
Passivo Total	**2.585.845**	**2.391.277**	**2.493.625**	**2.443.912**	*100,0%*	*100,0%*	*100,0%*	*100,0%*	*8,1%*	*-4,1%*	*2,0%*

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Ativo Circulante: representou 39,7% do Ativo Total em 31 de março de 2019, um aumento de 0,6% em relação a 31 de dezembro de 2018, impactado principalmente pelo crescimento de 22,5% em Outros Ativos em relação a 2018 pelo pagamento antecipado de contratos anuais de software, compensado pela redução de impostos a recuperar de 13,2% e em Caixa e Equivalente de Caixa de 6,4%.

A redução na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa reflete a redução de 33,7% no período de três meses findo em 31 de março de 2019 no fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais em relação ao mesmo período de 2018, resultando: (i) contas a receber de clientes, que em virtude do encerramento do trimestre ser em dia não útil, postergou para o início do segundo trimestre de 2019 a liquidação desses recebíveis; e (ii) do aumento dos desembolsos com Imposto de Renda e Contribuição Social devido à nova regra da Receita Federal que não permite a compensação de créditos com tributos federais antes da entrega de obrigações acessórias que ocorrerão no próximo mês de Junho.

Adicionalmente, em 31 de março de 2019 a Administração, considerando o foco estratégico voltado para a operação de software, decidiu pela venda das operações de hardware com objetivo de concluir as tratativas com interessados pela aquisição no curto prazo. Mediante esse cenário, os ativos das operações de hardware foram classificados e mensurados ao seu valor recuperável de venda de R$87,9 milhões e apresentados como disponíveis para venda nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2019.

Passivo Circulante: A redução de 0,4% do Passivo Circulante, que passou de 29,7% do Passivo Total, em 31 de dezembro de 2018 para 27,3%, em 31 de março de 2019, é resultado da redução em fornecedores devido

ao maior volume de títulos a pagar e provisões em 31 de dezembro de 2018, compensando com aumento em Empréstimos e Financiamentos pelo passivo de arrendamento mercantil reconhecido mediante a adoção do IFRS16/CPC 06(R2).

Passivo não Circulante: O aumento de 45,4% do Passivo não Circulante, que passou de 16,5% em 31 de dezembro de 2018, para 22,1%, em 31 de março de 2019, é explicado principalmente pelo reconhecimento do passivo por arrendamento mercantil decorrente da adoção da norma contábil CPC 06 (R2) na rubrica de Empréstimos e Financiamentos. Esta norma contábil estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento.

Patrimônio Líquido: O crescimento de 1,5% no Patrimônio Líquido é consequência da retenção de lucros do exercício anterior na rubrica Reserva de Lucros e a entrega de ações em tesouraria pela realização dos planos de remuneração baseado em ações da Companhia.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativo Circulante: representou 42,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2018, mesmo com a queda de 1,8% em relação a 31 de dezembro de 2017, impactado principalmente pelo crescimento de 17% no Caixa e Equivalentes de Caixa, que representou 18,9% do Ativo Total 31 de dezembro de 2018, ante 15,5% em 31 de dezembro de 2017, compensado pelo aumento da provisão para perda esperada de 33,1% e pela queda de 58,3% na linha de Impostos a recuperar. A variação de 34,2% em outros ativos deve-se principalmente pela constituição dos ativos de contratos oriundos dos custos incrementais de contratos com clientes.

O aumento na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa reflete o crescimento de 29,2% no caixa gerado das atividades operacionais no período em relação a 31 de dezembro de 2017.

Ativo não Circulante: A redução de 5,8% do Ativo não Circulante, que passou de 58,4% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2017, para 57,3%, em 31 de dezembro de 2018, devido à amortização dos ativos intangíveis ao longo do ano e pela provisão para *impairment* de R$87,0 milhões constituída sobre os ativos da operação de Hardware em 31 de dezembro de 2018.

A redução do Ativo não Circulante em patamar inferior à redução da rubrica Intangível se deveu ao aumento de 19,5% na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, por conta de diferenças temporárias ligadas a provisões e também prejuízos fiscais e bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados nas investidas; e ao aumento de 9,2% na rubrica Imobilizado, em decorrência das reformas realizadas nas filiais ao longo de 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante: O aumento de 14,6% do Passivo Circulante, que passou de 24,8% do Passivo Total, em 31 de dezembro de 2017, para 29,7%, em 31 de dezembro de 2018, é resultado da combinação dos seguintes fatores: (i) do crescimento de R$73,5 milhões na rubrica de debêntures, que passaram do não circulante para o circulante; e (ii) do aumento de 65,2% das obrigações fiscais, decorrente do crescimento de receita e dos respectivos tributos sobre ela incidentes, bem como pelo crescimento do lucro tributável após os impactos da provisão para *impairment* constituída no exercício à ordem de R$ 87,0 milhões.

Passivo não Circulante: A redução de 35,8% do Passivo não Circulante, que passou de 24,6% em 31 de dezembro de 2017, para 16,5%, em 31 de dezembro de 2018, é explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) redução de 80,6% na linha de Empréstimos e Financiamentos e de 24,7% da rubrica Debêntures, por conta da amortização das dívidas e por conta da movimentação para o Circulante, compensando com o aumento de 8,5% em provisão para contingências refletindo, principalmente, o andamento dos processos judiciais trabalhistas, que teve um peso maior no último trimestre do ano.

Patrimônio Líquido: O crescimento de 2,1% no Patrimônio Líquido é consequência, essencialmente, do aumento da rubrica Capital Social. Já a diminuição da rubrica Reserva de Lucros é fruto: (i) do aumento de capital social, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva de retenção de lucros, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em abril de 2018; e (ii) pelo aumento de R$19,0 milhões na rubrica de outros resultados abrangentes, por conta de ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira relativo às operações estrangeiras da Bematech.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ativo Circulante: O crescimento de 9,1% do Ativo Circulante, que passou de 38,9% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2016, para 41,6%, em 31 de dezembro de 2017, se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento de 80,3% no Caixa e Equivalentes de Caixa, que representou 15,5% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2017, ante 8,8% em 31 de dezembro de 2016; e (ii) aumento de 58,9% dos Estoques, que passaram de 1,2% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2016, para 1,8%, em 31 de dezembro de 2017.

O aumento na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa resultou principalmente da emissão de debêntures no valor de R$200,0 milhões, realizada em setembro de 2017, e da geração operacional líquida de caixa no exercício de 2017. Entre os itens do Ativo Circulante que contribuíram para a geração operacional de caixa destacaram-se a redução de 9,5% das Contas a Receber de Clientes, devido principalmente à maior representatividade do modelo de subscrição, que leva à redução do prazo médio de recebimento e a redução de 24,0% na linha de Impostos a Recuperar, que reflete a maior utilização de créditos com tributos, especialmente federais ao longo de 2017.

O aumento na rubrica de Estoques é majoritariamente explicado pela redução de 4,0% na receita de venda de hardware no ano de 2017, concentrada no segundo semestre de 2017.

Ativo não Circulante: A redução de 2,5% do Ativo não Circulante, que passou de 61,1% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2016, para 58,4%, em 31 de dezembro de 2017, está essencialmente associada à queda de 6,5% da rubrica de Intangível, que passou 42,1% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2016, para 38,5%, em 31 de dezembro de 2017, explicada pela amortização dos ativos intangíveis ao longo do ano.

A redução do Ativo não Circulante em patamar inferior à redução da rubrica Intangível é resultante do aumento de 18,1% na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, por conta de diferenças temporárias ligadas a provisões e também por prejuízos fiscais e bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados nas investidas; e ao aumento de 49,4% na rubrica de Depósitos Judiciais, em decorrência do andamento de ações judiciais nas quais a Companhia é parte.

Passivo Circulante: A redução de 0,8% do Passivo Circulante, que passou de 25,5% do Passivo Total, em 31 de dezembro de 2016, para 24,8%, em 31 de dezembro de 2017, é resultado da combinação dos seguintes fatores: (i) a redução de 41,2% da rubrica de Obrigações por Aquisição de Investimentos, devido a pagamentos de aquisições de empresas realizadas pela TOTVS e suas controladas, em grande parte com recursos apresentados na rubrica do Ativo Circulante - Garantia de Investimentos, que diminuiu 39,7% em 31 de dezembro de 2017; (ii) a redução da rubrica de Dividendos a Pagar, pela menor deliberação de Juros sobre Capital Próprio em 2017; e (iii) o aumento na rubrica de Fornecedores, reflexo de ativos adquiridos a prazo pela Companhia.

Passivo não Circulante: O aumento de 2,3% do Passivo não Circulante, que passou de 24,5% do Passivo Total e Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2016, para 24,6%, em 31 de dezembro de 2017, é explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) crescimento de 237,7% da rubrica Debêntures, pela captação de R$200,0 milhões em setembro de 2017; (ii) redução de 50,1% da rubrica Empréstimos e Financiamentos, principalmente, devido à reclassificação para a mesma rubrica do Passivo Circulante das parcelas a serem amortizadas ao longo de 2018; e (iii) aumento de 15,2% da rubrica Provisões para Contingências, reflexo dos prognósticos atribuídos pelos assessores jurídicos aos processos judiciais, combinados ao histórico de perdas, bem como do volume de novos processos nos quais a Companhia figura como parte no polo passivo.

Patrimônio Líquido:
O crescimento de 3,3% no Patrimônio Líquido é consequência essencialmente do lucro líquido de R$93,3 milhões apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, deduzido dos Juros sobre Capital Próprio declarados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 que totalizaram R$50,3 milhões. O aumento 82,8% da rubrica Capital Social e a diminuição da rubrica Reserva de Lucros é fruto do aumento de capital social, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva de retenção de lucros, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em abril de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
A seguir apresentamos as descrições das principais linhas de resultado:

- **Receita Líquida**: A Companhia e suas controladas auferem receitas de software, compreendendo taxas de licenciamento, serviço mensal de software, receitas de serviços, incluindo implementação, customização, consultoria e receita de hardware. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que

reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

As receitas de software são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

(i) **Taxa de licenciamento**, é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes à licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) **Serviço mensal de software**, a receita é reconhecida ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

(iii) **As receitas de serviços** representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

A Companhia usa as seguintes definições para segregação da receita: (i) receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica, e (ii) receitas de software não recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

As receitas de hardware são reconhecidas em determinado momento quando existe evidência confiável de que: (i) os riscos e benefícios inerentes ao produto foram transferidos para o comprador, (ii) os benefícios econômicos fluirão para a entidade, e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável a concessão de descontos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

As receitas de software e hardware estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Sobre as receitas de software e hardware incidem as alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,0% para o COFINS. Adotamos o regime não cumulativo para algumas receitas, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, dos quais incidem as alíquotas de 1,5% para o PIS e 7,6% para o COFINS;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5% para a receita de software; e
- Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) de 4% a 12%. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta de hardware em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

- **Devoluções sobre Vendas**: Os montantes relativos às devoluções de vendas de hardware, e cancelamentos de serviços de software são registrados como deduções da receita operacional bruta.

- **Custos**: Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. Os custos de hardware são compostos basicamente por custos de matérias primas, peças para revenda e custo de produção.

- **Pesquisa e desenvolvimento**: As despesas com salários e encargos da equipe de pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software, relacionadas aos novos produtos ou à inovação tecnológica dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

- **Despesas Gerais e Administrativas**: As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são os gastos com pessoal e provisão para contingências.

- **Resultado Financeiro**: O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Os principais grupos que integram o resultado financeiro são Juros sobre empréstimos e financiamentos e receita de aplicação financeira.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**: A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. A alíquota efetiva da Companhia é composta por Imposto de renda e Contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

	Período de três meses findo em 31 de março de		*Análise Vertical*		*Análise Horizontal*
(Em R$ milhares)	**2019**	**2018**	***1T19***	***1T18***	***19 v. 18***
Receita de software	563.587	518.988	*100%*	*100%*	*8,6%*
(-) Custo de software	(181.547)	(171.658)	*-32,2%*	*-33,1%*	*5,8%*
Lucro bruto	**382.040**	**347.330**	***67,8%***	***66,9%***	***10,0%***
Receitas (despesas) operacionais	**(304.508)**	**(282.280)**	***-54,0%***	***-54,4%***	***7,9%***
Pesquisa e desenvolvimento	(96.236)	(87.938)	-17,1%	-16,9%	9,4%
Despesas comerciais e marketing	(100.851)	(96.097)	-17,9%	-18,5%	4,9%
Despesas gerais e administrativas	(63.405)	(56.099)	-11,3%	-10,8%	13,0%
Depreciação e amortização	(37.262)	(32.263)	-6,6%	-6,2%	15,5%
Provisão para perda esperada	(8.936)	(10.518)	-1,6%	-2,0%	-15,0%
Outras receitas (despesas)	2.182	635	0,4%	0,1%	243,6%
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**77.532**	**65.050**	***13,8%***	***12,5%***	***19,2%***
Resultado financeiro	**(9.766)**	**(11.201)**	*-1,7%*	*-2,0%*	*-12,8%*
Receitas financeiras	10.883	8.273	1,9%	1,6%	31,5%
Despesas financeiras	(20.649)	(19.474)	-3,7%	-3,8%	6,0%
Resultado da equivalência patrimonial	(130)	(129)	-	-	*0,8%*
Lucro antes da tributação	**67.636**	**53.720**	***12,0%***	***10,4%***	***25,9%***
Imposto de renda e contribuição social	(23.774)	(18.221)	*-4,2%*	*-3,5%*	*30,5%*
Lucro líquido do período da operação continuada	**43.862**	**35.499**	***7,8%***	***6,8%***	***23,6%***
Prejuízo líquido do período da operação descontinuada	(31.744)	(1.189)	*-5,6%*	*-0,2%*	*2569,8%*
Lucro líquido do período	**12.118**	**34.310**	***2,2%***	***6,6%***	***-64,7%***

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018:

Receita Líquida

A Receita Líquida da Companhia, que compreende receita líquida de software, totalizou R$563,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2019, um crescimento de R$44,6 milhões, ou 8,6% com relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se principalmente à aceleração da Receita Recorrente, que cresceu organicamente 9,9% no período de três meses findo em 31 de março de 2019, representando 73,8% da Receita de total de software no período motivado principalmente pelo maior volume de vendas ocorridos no 4º trimestre de 2018 e os reajustes de contratos com de contratos com base nos índices de inflação (IGP-M e IPC-A) acumulados de 12 meses. As Receitas não Recorrentes também

contribuíram para o crescimento da Receita de Software do trimestre, em especial a receita de Licenças que foi positivamente impactada pelo incremento do modelo corporativo.

Custos

O custo de software da Companhia relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi de R$181,5 milhões, um crescimento de R$9,9 milhões, ou 5,8% em relação ao mesmo período de três meses de 2018 em linha com o crescimento da Receita de Software.

Despesas

As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizaram R$96,2 milhões, um crescimento de R$8,3 milhões, ou 9,4% sobre o mesmo período de 2018, que foi reflexo: (i) dos investimentos em inovação no período; (ii) dos esforços de desenvolvimento relacionados a mudanças na legislação fiscal, já mencionadas em trimestres anteriores; e (iii) dos efeitos cambiais na estrutura do TOTVS Labs na Califórnia.

As Despesas Comerciais e de Marketing da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizaram R$100,8 milhões, um aumento de 4,9% versus o mesmo período de três meses de 2018, que totalizou R$96,1 milhões. A redução está principalmente associada a ganhos de eficiência e à variação no mix de vendas entre canais próprios e franquias.

As Despesas Gerais e Administrativas da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizaram R$63,4 milhões, um aumento de R$7,3 milhões, ou 13% sobre o mesmo período de 2018, que totalizou R$56,1 milhões. Esse aumento reflete: (i) provisionamento de bônus em patamar superior ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, dado o atingimento integral das metas estabelecidas para o período de três meses findo em 31 de março de 2019; (ii) provisionamento das ações restritas do plano de Incentivo de Longo Prazo outorgadas no período findo em 30 de junho de 2018; (iii) os reajustes salarias coletivos no estado de São Paulo; e (iv) a atualização no montante das provisões para contingências, fruto do histórico de perdas e andamento das ações em curso.

Depreciação e Amortização

A rubrica de Depreciação e Amortização da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$37,3 milhões, um aumento de R$5,0 milhões, ou 15,5% sobre o mesmo período de 2018. O aumento deve-se principalmente pela depreciação dos ativos de direitos de uso registrados em virtude do IFRS 16 / CPC 06(R2) no valor de R$9,1 milhões, que foi adotado com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Provisão para perda esperada

A rubrica de Provisão para perda esperada da Companhia relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$8,9 milhões, uma redução de R$1,6 milhão, ou 15,0% sobre o mesmo período de 2018, que totalizou R$10,5 milhões, principalmente pela redução de títulos vencidos no período A representatividade desta linha de despesa sobre a receita diminuiu 0,4 p.p, dado o cenário menos desafiador do início de 2019.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A rubrica de Receitas (Despesas) Operacionais da Companhia relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$2,2 milhões, um aumento na receita líquida de R$1,6 milhão, ou 243,6% sobre o mesmo período de 2018, que totalizou R$0,6 mil. Esta variação deu-se principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários do período.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$9,8 milhões, com uma redução de R$1,4 milhão ou 12,8% em comparação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R$11,2 milhões, decorrente da redução do endividamento líquido da Companhia que gerou menos despesas de juros no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$23,8 milhões, um aumento de R$5,6 milhões, ou 30,5% sobre o mesmo período de três meses de 2018, que totalizou R$18,2 milhões. O aumento se deve principalmente a: (i) ao crescimento mais acelerado do lucro tributável frente ao crescimento do incentivo fiscal à inovação; (ii) redução do benefício fiscal da subvenção econômica da operação de hardware.

Lucro Líquido da operação continuada

O Lucro Líquido da operação continuada da Companhia relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$43,9 milhões, um aumento de R$8,4 milhões, ou 23,6% sobre o mesmo período de três meses de 2018, que totalizou R$35,5 milhões. Em linhas gerais, o aumento no Lucro Líquido está alinhado com o crescimento do lucro operacional, mesmo considerando os impactos do IFRS 16 /CPC 06(R2) que levaram a um aumento da despesa de depreciação e amortização e a uma maior Taxa Efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Prejuízo Líquido da operação descontinuada

O Prejuízo Líquido da operação descontinuada da Companhia relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 totalizou R$31,7 milhões, um aumento de R$30,5 milhões sobre o mesmo período de 2018, que totalizou R$1,2 milhão. O principal impacto decorre da provisão para valor recuperável pela venda dos ativos das operações de hardware no valor de R$48,8 milhões, ou R$32,2 milhões líquidos de impostos.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016

	Exercício findo em 31 de dezembro de			*Análise vertical*			*Análise Horizontal*	
(em R$ milhares)	**2018**	**2017**	**2016**	***2018***	***2017***	***2016***	***18 v. 17***	***17 v. 16***
Software	2.111.160	1.992.911	1.939.595	*91,0%*	*89,5%*	*88,8%*	*5,9%*	*2,7%*
Hardware	209.109	234.419	244.191	*9,0%*	*10,5%*	*11,2%*	*-10,8%*	*-4,0%*
Receita líquida de serviços e vendas	**2.320.269**	**2.227.330**	**2.183.786**	***100,0%***	***100,0%***	***100,0%***	***4,2%***	***2,0%***
Custo de software	(739.210)	(715.470)	(714.369)	*-31,9%*	*-32,1%*	*-32,7%*	*3,3%*	*0,2%*
Custo de hardware	(145.359)	(148.006)	(162.409)	*-6,3%*	*-6,6%*	*-7,4%*	*-1,8%*	*-8,9%*
Lucro bruto	**1.435.700**	**1.363.854**	**1.307.008**	***61,9%***	***61,2%***	***59,9%***	***5,3%***	***4,3%***
Receitas (despesas) operacionais	**(1.308.958)**	**(1.220.186)**	**(1.094.755)**	***-56,4%***	***-54,8%***	***-50,1%***	***7,3%***	***11,5%***
Pesquisa e desenvolvimento	(396.595)	(357.093)	(326.546)	*-17,1%*	*-16,0%*	*-15,0%*	*11,1%*	*9,4%*
Despesas comerciais e marketing	(424.784)	(431.619)	(390.486)	*-18,3%-*	*-19,4%*	*-17,9%*	*-1,6%*	*10,5%*
Despesas gerais e administrativas	(243.705)	(249.445)	(223.708)	*-10,5%*	*-11,2%*	*-10,2%*	*-2,3%*	*11,5%*
Depreciação e amortização	(129.391)	(147.574)	(128.350)	*-5,6%*	*-6,6%*	*-5,9%*	*-12,3%*	*15,0%*
Provisão para perda esperada	(43.364)	(36.695)	(49.197)	*-1,9%*	*-1,6%*	*-2,3%*	*18,2%*	*-25,4%*
Subvenção Governamental	7.801	6.275	10.639	*0,3%*	*0,3%*	*0,5%*	*24,3%*	*-41,0%*
Outras receitas (despesas)	(78.920)	(4.035)	12.893	*-3,4%*	*-0,2%*	*0,6%*	*1855,9%*	*131,3%*
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**126.742**	**143.668**	**212.253**	***5,5%***	***6,5%***	***9,7%***	***-11,8%***	***-32,3%***
Resultado financeiro	**(39.502)**	**(39.447)**	**(36.732)**	*-1,7%*	*-1,7%*	*-1,6%*	*0,1%*	*7,4%*
Receitas financeiras	42.580	48.663	74.251	*1,8%*	*2,2%*	*3,4%*	*-12,5%*	*-34,5%*
Despesas financeiras	(82.082)	(88.110)	(110.983)	*-3,5%*	*-4,0%*	*-5,1%*	*-6,8%*	*-20,6%*
Resultado da equivalência patrimonial	**(517)**	**(69)**	**-**	*-*	*-*	*-*	*649,3%*	*-*
Lucro antes da tributação	**86.723**	**104.152**	**175.521**	***3,7%***	***4,7%***	***8,0%***	***-16,7%***	***-40,7%***
Imposto de renda e contribuição social	(26.080)	(10.894)	(23.252)	*-1,1%*	*-0,5%*	*-1,1%*	*139,4%*	*-53,1%*
Lucro líquido do exercício	**60.643**	**93.258**	**152.269**	***2,6%***	***4,2%***	***7,0%***	***-35,0%***	***-38,8%***

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Em 2018, a Companhia adotou um novo padrão de apresentação do desempenho financeiro e operacional. A alteração no formato se deu pela segregação dos resultados de Software e de Hardware da seguinte forma: (i) receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software, manutenção (suporte técnico e evolução tecnológica) e serviços recorrentes (*Cloud* e outros serviços adicionais) e (ii) receitas de software não recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

Receita Líquida de serviços e vendas

A receita líquida de serviços e vendas da Companhia, que compreende receita líquida de software e receita líquida de hardware, totalizou R$2.320,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, um crescimento de R$92,9 milhões, ou 4,2% sobre 2017. Esse crescimento resultou principalmente do avanço de 5,9% das receitas de software, que representaram 91% da receita líquida do ano, o que foi parcialmente compensado pela redução das receitas de hardware, que representaram 9% da receita líquida do ano.

A receita líquida de Software da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.111,2 milhões, representando um aumento de R$118,2 milhões, ou 5,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, quando a Companhia teve receita líquida de R$ 1.992,9 milhões. Esse crescimento se deu principalmente pelo:

(i) Crescimento de R$80,8 milhões, ou 5,5% das receitas de software recorrente, que passaram de R$1.466,4 milhões em 2017 para R$1.547,2 milhões em 2018, como resultado principalmente da aceleração no crescimento de vendas e, em menor escala, do aumento de IGP-M acumulado de 12 meses ao longo de 2018 e passou a representar 73,3% da Receita de Software; e

(ii) Avanço nas vendas de licença de software não recorrente, que totalizaram R$177,7 milhões em 2018, um aumento de R$11,1 milhões, ou 6,6%, em relação a 2017, e pelo maior ritmo de vendas de serviços, que totalizaram R$386,3 milhões e cresceram R$26,4 milhões, ou 7,3% sobre 2017;

A receita líquida de Hardware da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$209,1 milhões, representando uma queda de R$25,3 milhões, ou 10,8% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, quando a Companhia teve receita líquida de R$234,4 milhões

A redução observada continua a refletir especialmente o menor ritmo de vendas de impressoras fiscais, decorrente de mudanças na legislação fiscal em diversos estados.

Custos

O custo de software da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$739,2 milhões, um crescimento de R$23,8 milhões, ou 3,3% em relação a 2017, que foi abaixo do crescimento de 5,9% da Receita de Software.

O crescimento é resultado da maior alocação de pessoas do time de serviços nas atividades de suporte, para atender ao aumento de demandas oriundas de novas regulamentações (ex.: e-Social) implementadas ao longo de 2018.

O custo de hardware da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$145,4 milhões, uma redução de R$2,6 milhões, ou 1,8% relativa a 2017, que refletiu o menor ritmo de vendas.

Despesas

As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$396,6 milhões, um crescimento de R$39,5 milhões, ou 11,1% sobre 2017, reflexo: (i) do aumento das despesas com inovação no período, (ii) do aumento de despesas relativas aos esforços de desenvolvimento relacionados a novas regulamentações e; (iii) dos efeitos cambiais na estrutura do TOTVS Labs na Califórnia.

As Despesas Comerciais e de Marketing da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$424,8 milhões, redução de 1,6% versus 2017, que totalizou R$431,6 milhões. A redução está principalmente associada a ganhos de eficiência e à variação no mix de vendas entre canais próprios e franquias.

As Despesas Gerais e Administrativas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$243,7 milhões, uma redução de R$5,7 milhões, ou 2,3% sobre 2017, que totalizou R$249,4 milhões. A redução reflete o ganho de eficiência operacional e está principalmente ligada à integração das operações administrativas, concluída no 4T17.

Depreciação e Amortização

A rubrica de Depreciação e Amortização da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$129,4 milhões, uma redução de R$18,2 milhões, ou 12,3% sobre 2017. A redução reflete principalmente o fim da amortização dos ativos intangíveis oriundos da incorporação da Datasul.

Provisão para perda esperada

A rubrica de Provisão para perda esperada da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$43,4 milhões, um aumento de R$6,7 milhões, ou 18,2% sobre 2017, que totalizou R$36,7 milhões. O aumento é reflexo da elevação da inadimplência dos clientes, principalmente no novo modelo de provisão estabelecido pelo IFRS9/CPC48, em especial ao crescimento dos pedidos de recuperação judicial e à dificuldade financeira enfrentada pelos clientes decorrente do cenário macro econômico brasileiro no período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais líquidas

A rubrica de Receitas (Despesas) Operacionais líquidas da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$78,9 milhões, um aumento de R$74,9 milhões sobre 2017, que totalizou R$4,0 milhões. A linha foi impactada pela provisão para *impairment* na operação de hardware, após a reavaliação da estratégia da Companhia com base na decisão de tornar a solução Bemacash agnóstica (capacidade de operar em vários dispositivos) e pela migração e centralização de todas as soluções de TEF (Transferência Eletrônica de Fundos) para a estrutura de Software.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou uma despesa financeira líquida de R$39,5 milhões, permanecendo estável com relação a 2017, quando totalizou R$39,4 milhões. A linha se manteve estável refletindo a combinação dos seguintes fatores: (i) redução das receitas com rendimentos das aplicações financeiras em decorrência da redução da taxa Selic, que não impacta nosso passivo financeiro na mesma proporção; e (ii) redução das receitas com atualização monetária de créditos tributários, que foram compensadas pelo aumento das despesas com atualização monetária devido ao maior saldo de provisões para contingências.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O montante de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$26,1 milhões, um aumento de R$15,2 milhões, ou 139,4% sobre 2017, que totalizou R$10,9 milhões. O aumento se deve principalmente a: (i) menor representatividade do Juros sobre Capital Próprio em relação ao lucro antes do imposto de renda, consequência do menor lucro tributável da Controladora em 2018; (ii) menor representatividade do incentivo fiscal à inovação em relação ao lucro líquido antes do imposto de renda; e (iii) aos efeitos da provisão para *impairment* comentado em Outras Receitas (Despesas) Operacionais líquidas.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$60,6 milhões, uma redução de R$32,6 milhões, ou 35% sobre 2017, que totalizou R$93,3 milhões. Em linhas gerais, o fator mais relevante para a redução do lucro em 2018 foi constituição da provisão para *impairment* no valor de R$87,0 milhões registrados na operação de hardware comentado em Outras Receitas (Despesas) Operacionais líquidas.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Em 2018, a Companhia adotou um novo padrão de apresentação do desempenho financeiro e operacional impactando a comparação das informações financeiras entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A alteração no formato se deu pela segregação dos resultados de Software e de Hardware da seguinte forma: (i) receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software, manutenção

(suporte técnico e evolução tecnológica) e serviços recorrentes (*Cloud* e outros serviços adicionais) e (ii) receitas de software não recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

As Despesas Comerciais e Marketing contemplam as Despesas com Propaganda, Despesas de Vendas e Comissões e as Despesas Gerais e Administrativas consolidam as informações Honorários de Administração.

Receita Líquida de serviços e vendas

A receita líquida de serviços e vendas da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$2.227,3 milhões, um crescimento de R$43,5 milhões, ou 2,0% sobre o mesmo período de 2016. O crescimento resultou principalmente do avanço de 2,7% das receitas de software, que representaram 89,5% da receita líquida de 2017, o que foi parcialmente compensado pela redução das receitas de hardware, que representaram 10,5% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A receita líquida de Software da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$1.992,9 milhões, representando um aumento de R$53,3 milhões, ou 2,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, impulsionado pelo crescimento da receita de Software Recorrente de R$117,5 milhões ou 8,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A receita de hardware da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$234,4 milhões, uma redução de R$9,8 milhões, ou 4,0% sobre o mesmo período de 2016, que totalizou R$244,2 milhões. A redução é resultado essencialmente da redução na venda de impressoras fiscais, que colaborou para a redução da participação das vendas de soluções fiscais sobre a receita de hardware no ano.

Custos

O custo de software (contempla os Custos de Software, Suporte e Serviços) da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$715,5 milhões, um crescimento de R$1,1 milhão, ou 0,2% sobre o mesmo período de 2016, que totalizou R$714,4 milhões. O crescimento do custo de software é consequência dos reajustes salariais decorrentes dos acordos coletivos celebrados ao longo dos últimos 12 meses.

O custo de hardware da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$148,0 milhões, uma redução de R$14,4 milhões, ou 8,9% sobre o mesmo período de 2016, que totalizou R$162,4 milhões. A redução se deve especialmente à redução de vendas de hardware no ano. Vale mencionar que o custo do hardware também contempla a despesa com depreciação dos ativos diretamente relacionados ao custo de fabricação no montante de R$3,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e R$3,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Despesas

As Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R$357,1 milhões, um aumento de R$30,5 milhões, ou 9,4% sobre o mesmo período de 2016, que totalizou R$326,5 milhões. O aumento se deve especialmente aos reajustes salariais decorrentes dos acordos coletivos do período e dos investimentos adicionais em inovação, sobretudo relacionados à especialização das soluções de negócio, às plataformas abertas e ao segmento de micro e pequenos negócios.

As Despesas Comerciais e Marketing (contemplam as Despesas de Vendas, Propaganda e Comissões) da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R$431,6 milhões, um aumento de R$41,1 milhões, ou 10,5% ante R$390,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. O aumento está relacionado especialmente ao crescimento da receita recorrente no período. Essas despesas estão diretamente relacionadas ao mix de vendas entre unidades próprias e franquias.

As Despesas Gerais e Administrativas (contemplam as Despesas Gerais e Administrativas e Honorários da Administração) da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R$249,4 milhões, um crescimento de R$25,7 milhões, ou 11,5% sobre o mesmo período de 2016, que totalizou R$223,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. O crescimento está associado principalmente aos reajustes salariais do período e aos gastos adicionais com a incorporação de empresas controladas e com a integração das operações da Bematech.

Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R$147,6 milhões, um aumento de R$19,2 milhões, ou 15,0% sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$128,3 milhões. O crescimento resultou principalmente (i) do início da depreciação dos ativos das novas instalações da nova sede da Companhia; e (ii) dos investimentos em infraestrutura para a operação de Cloud.

Provisão para perdas esperadas

A provisão para perdas esperadas da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$36,7 milhões, uma redução de R$12,5 milhões, ou 25,4% sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$49,2 milhões. A redução dessa provisão se deve principalmente à provisão adicional de R$17,2 milhões referente à elevação do risco de crédito de um cliente de grande porte em 2016.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais líquidas

A rubrica de Receitas (Despesas) Operacionais líquidas da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou uma despesa de R$4,0 milhões, uma variação de R$16,9 milhões, ou 131,3% sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que totalizou uma receita R$12,9 milhões. Em 2016 a Companhia vendeu sua operação de consultoria de recursos humano (BPO), fato esse que não se repetiu em 2017.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi receita financeira líquida em R$ 39,4 milhões, um aumento de R$2,7 milhões, ou 7,4% sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$36,7 milhões. O aumento é consequência da queda mais acentuada da Taxa Selic, que impacta o rendimento das aplicações financeiras, quando comparada à queda TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, que impacta os juros incorridos sobre os principais financiamentos contratados.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$10,9 milhões, uma redução de R$12,4 milhões, ou 53,1% sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$23,3 milhões. Essa redução se deve principalmente à queda do lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e à maior representatividade dos juros sobre capital próprio frente ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$93,3 milhões, uma redução de R$59,0 milhões, ou 38,8% sobre no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$152,3 milhões. A variação do lucro líquido resultou principalmente da combinação: (i) da redução de 32,3% do lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial; (ii) do maior resultado financeiro negativo do ano; e (iii) do crescimento da despesa de depreciação e amortização.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia, para os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 e os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. Nesta tabela estão apresentados os principais itens que impactaram as respectivas atividades e, desta forma, o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais)	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2019	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2018	*AH (%)*

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	41.495	62.572	*-33,7%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.656)	(17.572)	*-39,4%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(59.980)	(51.464)	*16,5%*
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(29.141)	(6.464)	*350,8%*

Análise das principais variações referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2019 comparado ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2018:

O caixa gerado nas atividades operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi de R$41,5 milhões, apresentando uma redução de R$21,1 milhões, ou 33,7% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, devido principalmente ao aumento dos desembolsos com Imposto de Renda e Contribuição Social devido à nova regra da Receita Federal que não permite a compensação de créditos com tributos federais antes da entrega de obrigações acessórias que ocorrerão no próximo mês de Junho e ao maior pagamento de participação nos lucros no período findo em 31 de março de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior.

O caixa aplicado nas atividades de investimento no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi de R$10,6 milhões, apresentando uma redução de R$6,9 milhões, ou 39,4% comparado ao período findo em 31 de março de 2018, devido principalmente ao forte investimento em equipamentos eletrônicos realizados no primeiro trimestre de 2018.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento no período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi de R$60,0 milhões, apresentando um aumento de R$8,5 milhões, ou 16,5% comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, devido ao maior volume de pagamentos de arrendamento mercantil, sendo que R$7,6 milhões referem-se a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AH (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	426.006	329.772	*29,2%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(102.212)	(50.312)	*103,2%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(258.164)	(107.063)	*141,1%*
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	65.630	172.397	*-61,9%*

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

O caixa gerado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$426,0 milhões, apresentando um aumento de R$96,2 milhões, ou 29,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao aumento no lucro líquido ajustado pela provisão de impairment da operação de hardware, redução do estoque decorrente da melhor gestão de matéria prima de hardware a compensação de créditos tributários ao longo de 2018.

O caixa aplicado nas atividades de investimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$102,2 milhões, apresentando um aumento de R$51,9 milhões, ou 103,2% comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente investimento à vista em equipamentos eletrônicos como notebooks e servidores e reformas nas instalações das unidades de Belo Horizonte e Joinville.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$258,2 milhões, apresentando um aumento de R$151,1 milhões, ou 141,1% comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente porque houve captação de debêntures no valor de R$200 milhões em 2017 que foi compensado parcialmente com pagamento do financiamento com BNDES.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AH (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	329.772	260.508	*26,6%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(50.312)	(98.749)	*-49,1%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(107.063)	(373.402)	*-71,3%*
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	172.397	(211.643)	*-181,5%*

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

O caixa gerado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$329,8 milhões, apresentando um aumento de R$69,3 milhões, ou 26,6% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente pelo menor pagamento de tributos federais gerados pela compensação de créditos tributários de exercícios anteriores e redução no pagamento de juros decorrente da redução da dívida bruta.

O caixa aplicado nas atividades de investimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$50,3 milhões, apresentando uma redução de R$48,4 milhões, ou 49,1% comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, justificado pelos investimentos em instalações e softwares para nova Sede que foram captados via arrendamento financeiro.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$107,1 milhões, apresentando uma redução de R$266,3 milhões, ou 71,3% comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente pela captação por meio da emissão de debêntures no valor de R$200 milhões em 2017. Adicionalmente, em 2017 o valor pago de dividendos e juros sobre capital próprio foi de R$76,5 milhões, uma redução de R$64,8 milhões comparado ao valor distribuído em 2016.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os critérios de reconhecimento de receita em sua totalidade não sofreram alterações significativas que pudessem comprometer a sua comparabilidade nos anos de 2016, 2017, 2018 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018.

Em 2018, a Companhia adotou um novo padrão de apresentação do desempenho financeiro e operacional. A alteração no formato se deu pela segregação dos resultados de Software e de Hardware, objetivando apresentar a performance do negócio de Software mais claro.

A Companhia e suas controladas auferem receitas de (i) software, compreendendo taxas de licenciamento, software recorrente, receitas de serviços, incluindo implementação, customização, consultoria e (ii) hardware, compreendendo soluções de automação comercial como impressoras fiscais, leitores de código de barras, monitores, computadores para PDV (ponto de venda) entre outros.

As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

As receitas de software são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

(i) Taxa de licenciamento, uma receita de software não recorrente que é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) Subscrição, manutenção e serviços recorrentes são reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

(iii) As receitas de serviços não recorrentes como implementação e customização, representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

A Companhia usa as seguintes definições para segregação da receita:

(i) Receitas de Software Recorrentes compreendem subscrição de software, manutenção (suporte técnico e evolução tecnológica) e serviços recorrentes (*Cloud* e outros serviços adicionais); e

(ii) Receitas de Software Não Recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

As receitas de hardware são reconhecidas em determinado momento quando existe evidência confiável de que: (i) os riscos e benefícios inerentes ao produto foram transferidos para o comprador, (ii) os benefícios econômicos fluirão para a entidade, e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável a concessão de descontos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia no período de 3 meses encerrados em 31 de março de 2019 e nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram:

(i) **Mudança de estratégia no negócio de hardware:** A mudança na estratégia na operação de hardware tornou a solução Bemacash agnóstica (capacidade de operar em vários dispositivos) combinada com a migração da estrutura de TEF (Transferência eletrônica de fundos) para a operação

de software, resultou em uma provisão para *impairment* na operação de hardware no montante de R$87,0 milhões. Estas mudanças foram os principais fatores que impactaram a redução no lucro líquido de 35% em 2018 em relação a 2017.

(ii) **Queda na atividade econômica**: A queda do nível da atividade da economia brasileira observada nos últimos anos, tem impactado diretamente o apetite dos clientes em investir nas soluções de softwares, postergando em muitas vezes a sua decisão. Nesse cenário, os clientes novos acabam pleiteando uma extensão maior no prazo de pagamento, além de condições comercias abaixo da média histórica que a TOTVS tem praticado nos últimos anos, impactando dessa forma o ticket médio.

(iii) **Nova modalidade de venda de software**: Seguindo uma tendência de mercado, os clientes têm buscado a contratação de softwares no modelo "software como serviços" pautado por pagamentos mensais e sucessivos, sem a necessidade de altos investimentos de curto prazo, como é requerido no modelo tradicional de licenciamento. Esse modelo é preferencial para clientes de médio e pequeno portes, perfil esse majoritária na base de clientes da TOTVS;

(iv) **Investimentos em pesquisa e desenvolvimento**: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. As despesas com pesquisa e desenvolvimento no período de três meses findo em 31 de março de 2019 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, representam 17,1%,17,1%, 16,0% e 15,0% da receita líquida de serviços e vendas dos referidos períodos e exercícios respectivamente; e

(v) **Benefícios fiscais**: A Companhia se aproveita de certos benefícios fiscais, inclusive benefícios relacionados a atividade de inovação e desoneração de folha de pagamento. Enquanto esses benefícios fiscais não são materiais eles melhoram a performance financeira da Companhia e não podemos assegurar que continuaremos a gozar de referidos benefícios.

iii. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de Software Recorrente, que representaram 73,8% da Receita Líquida Total da Companhia no período de três meses findos em 2019 (73,0% no mesmo período de 2018) são indexadas ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e ao IPC-A, sendo reajustadas de acordo com o "aniversário" de cada contrato firmado com os clientes.

O PIB brasileiro apresentou um crescimento de 1,1% em 2018, ainda resultante do instável cenário econômico atual. Com relação à inflação, o IGP-M teve intensa variação mensal durante o ano e fechou com uma alta acumulada em 7,5%, enquanto o IPC-A ficou em 3,8%, 0,8 ponto percentual acima dos 3,0% registrados em 2017. Quanto à política monetária, ela foi conduzida pelo COPOM baseada na manutenção da taxa de juros Selic abaixo da taxa de juros estrutural, fechando o ano em 6,5%. Por sua vez, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) teve uma mudança significativa em 2018, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou regramento que condiciona a automação do cálculo e divulgação da taxa, em linha com o disposto em lei. A taxa de desemprego, após ter atingido 12,8% em 2017, iniciou em 2018 a sua trajetória de redução, ainda que em um grau abaixo do esperado, provavelmente se consolidando em 12,2%. Além disso, os índices de inadimplência, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, voltaram a se equiparar aos patamares registrados antes da crise, aproximando-se ao nível dos 2%.

Em 2017, o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 1,0% em 2017 e a inflação medida pelo IPC-A encerrou o ano em 2,95%, taxa abaixo do piso da meta estipulada pelo Banco Central e a menor dos últimos dezenove anos. A taxa de juros Selic, que encerrou o ano de 2016 em 13,75%, atingiu 7,25% em dezembro de 2017, enquanto o dos Estados Unidos da América registrou alta acumulada de 1,99%.

O ano de 2016 foi marcado pela desaceleração do crescimento estimado da economia mundial, especialmente por conta da redução no ritmo de crescimento da economia norte-americana e desaceleração da economia chinesa, que apresentou o menor crescimento dos últimos 26 anos. O PIB brasileiro contraiu novamente em 2016, colaborando com o fechamento de 1,3 milhão de empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A

inflação medida pelo IPC-A encerrou o ano em 6,29%, menor taxa nos últimos três anos e abaixo do teto da meta da inflação estipulado pelo Banco Central. A taxa de juros Selic, que encerrou o ano de 2015 em 14,25%, atingiu 13,75% em dezembro de 2016, enquanto o dólar norte-americano teve desvalorização de 17,7% no ano frente ao Real, primeira queda anual desde 2010. O ano também foi marcado pelas mudanças no cenário político do país

b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPC-A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

O impacto do IGP-M médio ponderado de 12 meses na receita recorrente da Companhia, desconsiderando o cancelamento dos contratos recorrentes de manutenção e de subscrição, resultou em um impacto positivo na receita líquida total da Companhia de aproximadamente 3,5% em 2018, 2% em 2017 e 7% em 2016. Já o impacto do IGP-M médio ponderado de 12 meses e do IPC-A médio nos custos e despesas operacionais da Companhia foi de aproximadamente 3% em 2018, 6% em 2017, 8% em 2016.

A variação das taxas de juros no país pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia, porém vale ressaltar que, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

Já no resultado financeiro, os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes de linhas do BNDES e prêmio de não conversão atreladas à taxa de juros de longo prazo (TJLP) e ao IPCA, conforme aplicável, mais recentemente, a debêntures não conversíveis atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No período de três meses findo em 31 de março de 2019, os juros incorridos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures representaram 64,6% da despesa financeira, ante 74,4% no período de três meses findo em 31 de março de 2018. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os juros incorridos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures representaram 64,2% da despesa financeira, ante 67,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 72,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

A dívida da Companhia está exposta aos seguintes indicadores em cada período abaixo:

		Em 31 de dezembro de		
Indexador	**31.03.2019**	**2018**	**2017**	**2016**
TJLP	15,6%	28,8%	44,6%	66,5%
DI	36,8%	7,6%	8,3%	5,6%
CDI	37,6%	50,0%	35,4%	11,6%
Selic	10,0%	13,6%	11,7%	16,3%

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira dessas aplicações, que estão atreladas à taxa de juros, representou 62,0% da receita financeira da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 78,1% no período

de três meses findo em 31 de março de 2018. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 representava 63,1% da receita financeira, ante 50,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 58,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, as receitas de algumas controladas que atuam internacionalmente estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dos Estados Unidos da América (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Novo dólar/Taiwan (TWD), Peso Chileno (CLP) e o Rublo Russo. A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Visando ampliar o foco estratégico da Companhia para a operação de software, a Administração decidiu pela venda das operações de hardware. A Companhia tem como objetivo concluir as tratativas com interessados pela aquisição das operações de hardware no curto prazo. Mediante esse cenário, os ativos das operações de hardware foram classificados e mensurados ao seu valor recuperável de venda. Como consequência foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor total de R$48,8 milhões (R$32,2 milhões líquido de impostos) nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2019

Com o objetivo de contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos, a Companhia avalia constantemente oportunidades de investimento e desinvestimento. As principais operações realizadas pela TOTVS podem ser identificadas no item b. deste item.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões e aquisições da Companhia ocorridas nos últimos 3 anos:

RJ Participações: Em 09 de maio de 2018, a subsidiária Bematech S.A. exerceu opção de compra de 20% do capital social da RJ Participações. O valor atribuído por esta aquisição foi de R$9,9 milhões dos quais R$4,3 milhões foram pagos na data do exercício da opção e o restante estão provisionados para pagamento em 2019. Neste mesmo ato foi prorrogada a opção de compra e venda dos 20% de participação remanescentes para 2021 a ser mensurada com base na métrica de performance de 2020. Como o contrato inicial da aquisição da RJ Participações já previa as opções de compra e venda da participação remanescente, a Companhia consolida 100% de seus resultados e mantém uma estimativa do pagamento no passivo de “Obrigações por aquisição de investimento”.

Passlack: Em 01 de agosto de 2018, a subsidiária TFS Soluções em Software Ltda. adquiriu e incorporou a Passlack Consultoria em Informática Ltda., empresa voltada para desenvolvimento e suporte para o segmento de Financial Services pelo valor de R$8,2 milhões. O acervo líquido da Passlack foi incorporado conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido, aprovado em reunião de sócios juntamente com o protocolo e justificação de incorporação.

National Computer Corporation (NCC): No dia 08 de julho de 2016, a TOTVS México e TOTVS S.A. adquiriram, respectivamente, 18,5% e 0,5% das ações da empresa russa National Computer Corporation (NCC) pelo valor de R$1,4 milhão. O investimento nesta nova empresa visa parceria para desenvolver e levar para o mercado russo um sistema de gestão com uma combinação de confiabilidade, segurança, integridade de dados, continuidade, alto desempenho e escalabilidade já presentes nas soluções da TOTVS.

TOTVS RO: Em 01 de agosto de 2016, a TOTVS vendeu 100% do capital social da TOTVS Resultados em Outsourcing Ltda. (TOTVS RO), empresa focada na prestação de serviços de BPO (Business Process Outsourcing) de recursos humanos, para a empresa Propay S.A. pelo valor de R$10,6 milhões, dos quais foram recebidos R$6,3 milhões da primeira parcela. A segunda parcela que vencerá em agosto de 2019 está sujeita a cláusulas de ajuste de preço conforme atingimento de metas estabelecidas em contrato.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes entre 2016 e 2018.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que resultaram nas alterações abaixo elencadas:

IFRS-9 / CPC-48 - Instrumentos Financeiros: estabelece, entre outros requisitos, um novo modelo de *impairment* de ativos financeiros por perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior que considerava apenas as perdas incorridas com base em indícios de inadimplemento. A aplicação desta norma resultou na constituição adicional de provisão para créditos de liquidação, com base na perda histórica apurada em cada faixa do "*aging-list"* da carteira de contas a receber, incluindo as a vencer, combinada com a propensão de pagamento dos clientes provida pelas instituições de proteção ao crédito.

IFRS-15 / CPC-47 - Contratos com Clientes**:** estabelece novos requisitos para o reconhecimento de receitas originadas de contratos de clientes com base no cumprimento das chamadas "obrigações por desempenho" (entregas) e requer o diferimento dos custos incrementais incorridos na venda. A aplicação desta norma resultou no reconhecimento de receitas recorrentes de manutenção e de subscrição durante os períodos de carência, bem como o diferimento das despesas de vendas e o provisionamento das despesas com comissões, como forma de "linearizar" o resultado ao longo do ciclo de vida estimado desses contratos. O método de reconhecimento de receitas de serviços também sofreu ajustes, passando a apurar o percentual de completude dos projetos (PoC – *Percentage of Completion*) com base nos custos incorridos frente às estimativas atualizadas de custos totais necessários para conclusão dos projetos.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma contábil emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis):

IFRS 16 / CPC 06 - Estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 01 de janeiro de 2019, a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) resultou em um aumento no ativo imobilizado de R$236,8 milhões e um passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e outros passivos não circulante no valor de R$236,8 milhões. Como parte do reconhecimento do ativo de direito de uso dos imóveis pelo período contratado, a Companhia reverteu o valor de diferimento do período de carência aplicado para alguns contratos de aluguéis que resultou em um aumento no Patrimônio Líquido de R$4,3 milhões.

Em 01 de janeiro de 2018, a adoção inicial do IFRS 9 / CPC 48 e o IFRS 15 / CPC 47 geraram uma redução no Patrimônio Líquido de R$8,0 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a adoção do IFRS 9 / CPC 48 resultou em um aumento de R$6,2 milhões na despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquanto que o IFRS 15 / CPC 47 resultou em um aumento de R$9,2 milhões na Receita Líquida e R$1,9 milhões nas Despesas Comerciais e Marketing.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, refletidas neste material, não apresentam comparabilidade com as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, assim como as demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2019.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas.

Julgamentos
No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez julgamentos relacionados a identificação das obrigações de performance das vendas de hardware e software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes.

A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois a promessa de transferir os serviços e hardware ocorrem em períodos diferentes da disponibilização do software, além do fato que os serviços de implementação e customização são oferecidos por outros fornecedores.

Estimativas e premissas
As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

(i) **Provisão para perdas esperadas do contas a receber** – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

(ii) **Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio** – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo a análise de sensibilidade que estão descritas nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(iii) **Impostos diferidos** – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(iv) **Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais** – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019.

Para as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, a Companhia apresentava o contrato com a VIP VII – Empreendimentos e Participações Ltda., empresa formada por alguns membros da administração diretos e indiretos da TOTVS, portanto parte relacionada do grupo, para a construção e locação da nova sede social, cujo objetivo foi integrar as instalações da empresa na cidade de São Paulo, durante o período mínimo de 10 anos a partir da data de entrega ocorrida em 2017. O montante estimado para pagamento dos alugueis nos primeiros 10 anos é de aproximadamente de R$200 milhões, negociado em condições usuais de mercado.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

iv. contratos de construção não terminada
Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não aplicável.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As alterações relevantes no resultado operacional em decorrência da nova sede social foram reconhecidas nas Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de março de 2019.

b. natureza e o propósito da operação

Construção e locação da nova sede social, cujo objetivo é integrar as instalações da empresa na cidade de São Paulo.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia continua com sua estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de software de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é outra linha relevante no plano de investimento, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções.

As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas Demonstrações Financeiras no período findo em 31 de março de 2019 foram de R$96,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 as despesas incorridas com Pesquisa e Desenvolvimento foram de R$396,6 milhões, R$357,1 milhões e R$326,5 milhões, respectivamente.

As principais iniciativas na linha de investimento com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia nos últimos três anos foram voltadas para Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (AI) e atendimento a novas regulamentações:

- Projetos voltados a regulamentação como E-social e EFD- Reinf.
- Projetos voltados a levar inovação ao mercado financeiro, gerando melhores resultados operacionais aos usuários das ferramentas de financial *services*.
- Investimentos em projeto para atender as necessidades dos mercados de manufatura, integrando as diversas soluções com agilidade e buscando sempre as melhores práticas da indústria 4.0.
- Projetos com foco a integração e produtividade da plataforma, tem por objetivo facilitar a administração e utilização da infraestrutura em nuvem.
- Pesquisa e desenvolvimento aplicado a promover ganho de eficiência e melhores práticas a gestão de transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados.
- Pesquisa e desenvolvimento voltado a agregar inovações ao segmento do varejo, buscando trazer novas e melhores experiências a usuários e clientes destas soluções.
- Investimentos em projeto de inteligência artificial que promoverão inovação, ganho de eficiência e performance as diversas soluções desenvolvidas pela TOTVS nos diversos segmentos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia e os recursos oriundos principalmente do PROSOFT, PSI e Debêntures (vide item 10.1.f). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisição de empresas podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam, tanto recursos próprios, quanto de terceiros de acordo com a magnitude da transação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Visando ampliar o foco estratégico da Companhia para a operação de software, a Administração decidiu, em abril de 2019, pela venda das operações de hardware. A Companhia tem como objetivo concluir as tratativas com interessados pela aquisição das operações de hardware ainda no 1º semestre de 2019.

Mediante esse cenário, os ativos das operações de hardware foram reavaliados ao seu valor recuperável de venda e, tal evento subsequente, resultou na classificação dos respectivos ativos como disponíveis para venda nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2019.

Em 8 de maio de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante comunicando a celebração, conjuntamente com sua controlada Bematech S.A., de Memorando de Entendimentos vinculante tendo por objeto a venda, para a ELGIN S.A., das suas operações de hardware desenvolvidas no território brasileiro por meio de sua subsidiária Bematech Hardware Ltda., pelo montante de R$25 milhões, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. A conclusão da transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras e da verificação de outras condições de praxe para esse tipo de negócio.

Em 9 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato Relevante comunicando a celebração de acordo com a VTEX S.A. ("VTEX") para (i) a criação de uma joint venture que terá como foco o desenvolvimento e distribuição de soluções de software para e-commerce para empresas no mercado brasileiro; e (ii) alienação para a VTEX da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da CIASHOP S.A. ("CIASHOP"), representando 70,47% do capital social da CIASHOP, pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. O valor total atribuído à CIASHOP foi de R$30.048.966,08 (trinta milhões quarenta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oito centavos). A conclusão desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de negócio.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento representaram 17,1%, 16,0%, 15,0% e 17,1%, da receita líquida da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, e período de três meses findo em 31 de março de 2019, respectivamente.

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

A Companhia não possui projeções financeiras públicas.

A Companhia não possui projeções financeiras públicas.

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, são atribuições do Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

(iii) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(v) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;

(viii) deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de filiais da Companhia no exterior;

(ix) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;

(x) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xi) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações a seus Administradores e Empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração;

(xii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(xiii) distribuir entre os Diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração;

(xiv) deliberar sobre quaisquer negócios ou contratos entre (a) a Companhia e qualquer de suas controladas (exceto as integralmente controladas), e (b) entre a Companhia ou suas controladas (integrais ou não) e quaisquer dos Administradores e/ou acionistas, (incluindo sociedades direta ou indiretamente controladas por tais administradores e/ou acionistas, ou por quaisquer terceiros a eles relacionados);

(xv) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;

(xvi) deliberar sobre a subscrição, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia, de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia ou a ela coligada, exceto em casos de operações envolvendo apenas a Companhia e sociedades integralmente controladas;

(xvii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação;

(xviii) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(xix) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

(xx) deliberar sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a terceiro, de direitos de propriedade intelectual ou industrial da Companhia e/ou de sociedade, direta e/ou indiretamente controlada da Companhia, excetuando-se qualquer licenciamento oneroso realizado pela Companhia no curso ordinários dos negócios;

(xxi) autorizar os seguintes atos cujo valor seja superior a 5% (cinco por cento) do valor do capital social subscrito, valor este que será considerado por transação isolada ou conjunto de transações correlatas: (a) a aquisição pela Companhia, por qualquer meio, de ativos de outra sociedade, inclusive de controladas ou coligadas; (b) a alienação de bens do ativo permanente, (c) a prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia; (d) a concessão de empréstimos em favor de quaisquer terceiros; (e) o investimento em projetos de expansão e aperfeiçoamento; (f) a contratação de operação de endividamento de longo ou curto prazo; e (g) celebração de quaisquer contratos de longo prazo (prazo de vigência superior a um ano);

(xxii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxiii) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração possui seu próprio Regimento Interno, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

Além das atribuições fixadas no Estatuto Social da Companhia, o Regimento Interno estabelece as seguintes competências ao Conselho de Administração:

(i) definir as estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;

(ii) monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (compliance) de acordo com a política previamente aprovada;

(iii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela integridade da cultura empresarial e pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;

(iv) avaliar e submeter à Assembleia Geral, anualmente, quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

(v) rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;

(vi) estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos Conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa;

(vii) avaliar periodicamente o escopo e a necessidade dos Comitês, de forma a assegurar que todos tenham um papel efetivo, deliberando sobre a constituição de novos Comitês, além daqueles previstos no Estatuto Social, e grupos de trabalho para seu assessoramento, estabelecendo sua composição e respectivas atribuições, nomeação de seus membros, orçamento quando necessário, e prazo de mandato; e

(viii) aprovar as alçadas dos diretores e dos procuradores da Companhia.

A Companhia possui política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de setembro de 2018, tornada pública em 04 de outubro de 2018, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina a sua contratação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

Conselho Fiscal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, o Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

O Conselho Fiscal da Companhia não possui regimento interno próprio, sendo regido pela legislação em vigor e pelo Estatuto Social.

Comitê de Auditoria

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, a Companhia transformou o Comitê de Auditoria em órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto Social, cujas competências seguem a seguir, dentre outras atribuições previstas no regimento interno, reportando e recomendando ao Conselho de Administração:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

(vi) avaliar se a Companhia possui meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(vii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado.

Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo a maioria conselheiros, todos independentes e ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O coordenador do Comitê de Auditoria deverá comparecer na assembleia geral ordinária da Companhia, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos e informações aos acionistas.

A Companhia possui Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento, a estrutura, a

organização, as atribuições e as responsabilidades do Comitê de Auditoria, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

O Comitê de Auditoria é responsável pela aprovação do Regulamento de Auditoria Interna Corporativa da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada 04 de maio de 2018, datado e tornado público em 15 de maio de 2018, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos). Nos termos do regulamento, o Executivo chefe de auditoria é o responsável pelo gerenciamento eficaz da atividade de auditoria interna de acordo com o regulamento, adesão ao código de ética da profissão, normas, planejamento anual e quaisquer outros trabalhos desenvolvidos pela área, gestão orçamentária do departamento e recursos internos. Além disso, o Executivo Chefe de Auditoria se reportará, funcionalmente, ao Comitê de Auditoria, com reporte direto ao Conselho de Administração e, administrativamente ao CFO da Companhia. O comitê de auditoria também aprovará todas as decisões relacionadas à avaliação do desempenho, indicação ou demissão do Executivo Chefe de Auditoria, assim como a aprovação e ajuste anual de remuneração do Executivo Chefe de Auditoria. Anualmente o Executivo Chefe de Auditoria da Companhia deve apresentar ao Comitê de Auditoria um plano de Auditoria Interna para análise e aprovação. O Executivo Chefe de Auditoria deve desenvolver e manter um programa de garantia da qualidade e de melhoria que inclua todos os aspectos da atividade de auditoria interna. O programa de garantia de qualidade é composto de avaliações internas e externas. Os processos e ferramentas utilizados na avaliação interna podem incluir a verificação de supervisão e revisão do trabalho de auditoria, listas de verificação de *checklists*, opinião de clientes, revisões seletivas de pares, sistemas de apontamentos de horas e outras métricas.

Comitê de Gente e Remuneração

O Comitê de Gente e Remuneração, órgão estatutário, exercerá funções consultivas e auxiliará o Conselho de Administração a estabelecer os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores e Conselheiros. Compete ao Comitê de Gente e Remuneração, conforme previsto no Estatuto Social, dentre outras atribuições estabelecidas no regimento interno:

(i) apresentar ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros, baseando-se em padrões praticados no mercado de tecnologia da informação, bem como acompanhar o pagamento da remuneração e, no caso desta não acompanhar os padrões praticados no mercado de tecnologia da informação, comunicar ao Conselho de Administração;

(ii) opinar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores e Empregados da Companhia; e

(iii) opinar sobre a participação dos Diretores e Empregados da Companhia nos lucros.

A Companhia possui Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento do Comitê de Gente e Remuneração, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

Comitê de Estratégia

São atribuições do Comitê de Estratégia, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019:

(i) analisar e discutir temas que viabilizem a construção da Visão de Futuro / Planejamento Estratégico e avaliar a real capacidade de entrega dos mesmos pela Companhia;

(ii) avaliar as propostas da Diretoria para executar a Visão de Futuro / Planejamento Estratégico;

(iii) avaliar as propostas da Diretoria sobre possíveis operações de fusão e aquisição (“M&As”) para executar a Visão de Futuro / Planejamento Estratégico;

(iv) emitir parecer sobre as propostas da Diretoria e endereçá-las perante o Conselho;

(v) acompanhar a evolução das propostas da Diretoria pelo Conselho e sugerir correções de rota se necessário;

(vi) endereçar o status das propostas da Diretoria perante o Conselho; e

(vii) proceder à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

Comitê de Governança e Indicação

Compete ao Comitê de Governança e Indicação, órgão estatutário, conforme previsto no Estatuto Social, dentre outras atribuições previstas no regimento interno:

(i) recomendar e acompanhar a adoção de práticas de boa governança corporativa, assim como a eficácia de seus processos, propondo atualizações e melhorias quando necessário;

(ii) estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas de longo prazo da Companhia e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração;

(iii) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, e ouvidas as partes interessadas relevantes, possam ser candidatas a integrar as chapas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração - ou individualmente - para submissão à eleição pela Assembleia Geral;

(iv) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, possam ser candidatas a integrar os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração;

(v) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas para as posições de conselheiro para repor eventuais vacâncias de cargos;

(vi) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas para compor o Conselho Fiscal da Companhia, se instalado;

(vii) apoiar o Presidente do Conselho de Administração na organização de um processo formal e periódico de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos conselheiros, que deverá ser realizado anualmente;

(viii) garantir a existência, eficácia e implementação de um plano de sucessão de executivos, acompanhando junto ao Comitê de Gente e Remuneração sua execução;

(ix) opinar sobre a divulgação das práticas de governança da Companhia, inclusive no Formulário de Referência e na Proposta da Administração à Assembleia Geral;

(x) opinar sobre a participação de pessoas vinculadas à Companhia como membro de Conselhos de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e Conselhos Fiscais de outras empresas, tanto de capital aberto como fechado;

(xi) apoiar o Conselho de Administração na avaliação dos candidatos a conselheiros quanto ao seu enquadramento como membro independente.

A Companhia possui Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento do Comitê de Governança e Indicação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais

Os Diretores terão as seguintes atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de abril de 2019, nos termos do artigo 19, inciso (ii) do Estatuto Social da Companhia:

Diretor Presidente:
Executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais; representar, preferencialmente, a Companhia nas Assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar, nos termos do parágrafo 1º, item (iii), do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; propor, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Vice-Presidente e diretor no momento de sua respectiva eleição; responder perante o Conselho de Administração por todas as atividades da organização;

estabelecer planos, estratégias e políticas de longo prazo. Gerenciar as atividades dos Vice-Presidentes; convocar e presidir as reuniões da diretoria; recomendar, à Diretoria, o substituto de qualquer diretor nos casos de ausência ou impedimento temporário deste; recomendar, ao Conselho de Administração, o substituto de qualquer diretor nos casos de vacância deste; responder pela estratégia de crescimento, gestão de pessoas e lucratividade da organização; dirigir a organização na execução da estratégia definida para a Companhia.

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro:
Definir, planejar e dirigir as atividades que envolvam suporte ao negócio da Companhia compreendido pelas áreas de Centro de Serviços Compartilhados; Suprimentos, Facilities, Planejamento e Controladoria, Jurídico, Riscos, Compliance, Inteligência de Mercado, PMO Corporativo e Fusões e Aquisições e Controles Internos; analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia faça parte; controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que tange a requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações; representar a Companhia no Comitê de Auditoria; administrar as atividades relacionadas com a gestão de fundos e ativos da Companhia, aplicando recursos financeiros.

Diretor Relação com Investidores:
Definir, planejar e dirigir as atividades de relacionamento com os investidores; praticar os atos próprios do Diretor de Relações com Investidores e promover a divulgação de informações ao mercado de valores mobiliários, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários; manter e apresentar melhorias nas relações e comunicações entre a organização e o público investidor, acionistas e profissionais da área financeira; planejar a comunicação do relacionamento da Companhia com o mercado de capitais, nacional e/ou internacional; monitorar mudanças e tendências no mercado de investimentos e determinar as estratégias de atuação apropriadas; preparar relatórios financeiros a serem reportados aos acionistas, ao público, ao investidor e aos profissionais da área financeira; manter relações com comunidades bancárias e de investimentos e também estabelecer relacionamento com os investidores.

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios:
Responder por Marketing Institucional, Modelos de Negócios e Distribuições, Parcerias e Customer Experience. Estabelecer e garantir a execução da estratégia e modelo de atuação Digital; recomendar alianças estratégicas para o desenvolvimento de negócios e operação, modelo e processos; definir, planejar e dirigir todas as atividades de Marketing, assim como o desenvolvimento de políticas, programas e orçamentos; responsabilizar-se pela geração de oportunidades de negócios, e por estratégia de negócios; e sugerir e acompanhar o desenvolvimento de novas frentes de negócios e/ou produtos da Companhia.

Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas sobre Micro e Pequenas Empresas e Financial Services. Responder pelos segmentos de Micro e Pequenas Empresas e Financial Services da TOTVS. Definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas e de segmentação para gerar melhor oferta e desenvolvimento de softwares; desenhar e desenvolver soluções segmentadas para clientes externos; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar e direcionar a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes.

Diretor Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos:
Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; responder pelos segmentos de Supply Chain, Healthcare, Professional Services e Varejo e Distribuição; definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas e de segmentação para gerar melhor oferta e desenvolvimento de softwares; desenhar e desenvolver soluções segmentadas para clientes externos; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar e direcionar a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes.

Diretor Vice-Presidente de Plataformas:
Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; promover a integração entre as plataformas e garantir o desenvolvimento das questões tecnológicas; coordenar a atuação dos Diretores de Plataformas; responder pelas plataformas sob sua responsabilidade com estratégias que suportem as oferta de softwares e as melhorias no desenvolvimento; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar, organizar e dirigir as atividades das unidades de produção da Companhia; planejar, organizar e dirigir a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes. Definir, planejar e dirigir a estratégia de atuação da Companhia para pesquisa e desenvolvimento, arquitetura e infraestrutura de software, Cloud Computing, Data Center e Segurança e aprimoramento das tecnologias utilizadas pela Companhia, a fim de garantir competitividade de novos produtos e soluções, alinhadas às tendências de mercado e complexidades associadas ao negócio e à tecnologia.

Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento:
Planejar, definir e coordenar as atividades da área de vendas e/ou da área de serviços de implantação de sistemas, no que tange as atuais e futuras contas de clientes potenciais; coordenar e supervisionar a área de vendas no que se refere à geração de negócios conforme as metas estabelecidas pela administração. Planejar, organizar e dirigir as atividades que envolvem o atendimento e relacionamento da Companhia com seus clientes; acompanhar e gerir os indicadores de serviços prestados; participar das definições de preços dos produtos e novos lançamentos; direcionar a força de vendas a atingir objetivos de volume para os produtos da organização, incluindo planos, objetivos e estratégias de longo-prazo.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(i) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) Propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

(iv) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e

(v) Deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

Não houve instalação do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal da Companhia não possui regimento interno próprio, sendo regido pela legislação em vigor e pelo Estatuto Social.

d. mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019:

(a) O Conselho de Administração tem como atribuição estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa.

(b) O Presidente do Conselho tem como atribuição liderar, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, e de acordo com as recomendações do Comitê de Governança e Indicação, um processo estruturado e formal de avaliação do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho, dos conselheiros individualmente considerados e da Secretaria de Governança Corporativa, sendo que os resultados da avaliação do Conselho serão divulgados a todos os Conselheiros.

(c) O Comitê de Governança e Indicação tem como atribuição apoiar o Presidente do Conselho na organização do processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos conselheiros.

A Companhia implementou, em 2017, após a aprovação do referido Regimento Interno, um processo formal e anual de avaliação do desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho de Administração, dos conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa.

O processo de avaliação implementado pela Companhia em 2017 foi realizado com base em um questionário que foi respondido pelos conselheiros e membros dos Comitês, cujas questões estão

relacionadas aos temas autoavaliação; aspectos estratégicos; dinâmica geral do Conselho e das reuniões; desempenho dos Comitês, da Secretaria de Governança Corporativa e do Presidente do Conselho; bem como avaliação 360 graus dos conselheiros e membros dos Comitês.

Os resultados gerais da avaliação foram apresentados pela Secretaria de Governança Corporativa ao Presidente do Conselho, ao Comitê de Governança e Indicação e, posteriormente, ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Presidente do Conselho reuniu-se, individualmente, com os conselheiros para realizar o *feedback* da avaliação 360 graus.

O Conselho de Administração definiu alguns planos de ação sobre pontos que foram identificados nesse processo de avaliação, cuja implementação será acompanhada pelo Conselho, com o apoio da Secretaria de Governança Corporativa.

Não houve a participação de especialistas externos no processo de avaliação em 2017.

Na reunião de 25 de julho 2018, o Conselho de Administração decidiu realizar a avaliação de 2018 com a participação de especialistas externos (consultoria The Boston Consulting Group - BCG) para apoiar esse processo. As etapas, o escopo e o resultado da avaliação foram apresentados ao Conselho na reunião realizada em 20 de dezembro de 2018.

O documento foi aprovado em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento do Comitê de Governança e Indicação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral da Companhia será convocada no prazo legal com a disponibilização dos documentos de que trata a Instrução CVM nº 481/09. Adicionalmente, a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou sua a saída do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

A Companhia não adota prática diferenciada com relação aos prazos de convocação. O Artigo 124, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, determina que as Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

b. competências

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

i) Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

ii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

iii) Reformar o Estatuto Social;

iv) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

v) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

vi) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores e Empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

vii) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

viii) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

ix) Deliberar a saída do Novo Mercado da B3;

x) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para saída do Novo Mercado;

xi) Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Artigo 52, (ii) do Estatuto Social da Companhia; e

xii) seja submetida pelo Conselho de Administração.

A deliberação a que se refere o item (x) acima deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação da Companhia presentes à assembleia, não se computando os votos em branco.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

A Companhia disponibiliza os documentos relativos à assembleia geral nos seguintes locais:

Endereço eletrônico

- Site de Relação com Investidores da TOTVS S.A. (ri.totvs.com.br)

- Site da CVM (www.cvm.gov.br)

Endereço físico
Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde – São Paulo - SP – Brasil

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota prática diferenciada relativamente ao previsto na legislação societária e/ou regulações da CVM.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não realiza pedido público de procuração. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia ainda não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) Via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista;

Para pessoas jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- Documento de identidade com foto do representante legal.

Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e

- Documento de identidade com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens “i” e “ii” acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais).

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem, até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza, no momento, sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância ou de participação à distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@totvs.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo Banco Itaú, agente escriturador de ações da TOTVS, por meio de uma plataforma eletrônica. Para isso, o acionista deverá realizar o cadastro no site **Itaú Securities Services Assembleia Digital** (https://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/).

a. número de reuniões realizadas no último exercício social

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração se reúne, em caráter ordinário, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. No último exercício social, foram realizadas 12 (doze) reuniões, sendo 9 (nove) ordinárias e 3 (três) extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme previsto no Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

De acordo com o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros.

Caso algum membro do Conselho, que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com alguma decisão a ser tomada, não manifeste seu benefício ou conflito de interesses, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento, caso os referidos benefícios particular ou conflito de interesses venham a se confirmar.

Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, mas podendo previamente à sua retirada prestar informações, fornecer detalhes, expor motivos e dirimir eventuais dúvidas do Conselho.

A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular deverão constar da ata da reunião do Conselho de Administração.

A competência do Conselho sobre o tema do conflito de interesses não afasta a competência da Assembleia Geral prevista em lei.

d. se existir política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração.

Como parte integrante do processo de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, a Companhia conta com o Comitê de Governança e Indicação, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições estão previstas no artigo 25 do Estatuto Social e no artigo 45 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

Em 12 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária, tornada pública em 22 de novembro de 2018, na qual constam o processo e os requisitos mínimos para a indicação de membros ao Conselho, aos Comitês e à Diretoria Estatutária da Companhia.

Conforme previsto na Política, o Conselho deve ser composto tendo em vista a diversidade de formação acadêmica, experiências profissionais, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero, bem como a complementariedade de competências, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos na busca por estratégias de negócio e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

A indicação de membros do Conselho deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e obedecer aos seguintes critérios:

(i) os cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não podem ser acumulados pela mesma pessoa;

(ii) os executivos da Companhia (diretores e gerentes, exceto o Diretor Presidente) não podem ser membros do Conselho;

(iii) reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;

(iv) profissionais altamente qualificados, com notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados, sendo recomendável ter conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e experiência em temas diversificados, tais como aspectos financeiros, de sustentabilidade, tecnologia e segurança da informação;

(v) alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e a cultura da Companhia e o seu Código de Ética e Conduta - CODEC;

(vi) visão estratégica e entendimento do negócio; e

disponibilidade suficiente de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Dennis Herszkowicz	08/12/1974	Pertence apenas à Diretoria	26/11/2018	A.G.O 2021	1
165.783.068-38	Publicitário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	26/11/2018	Não	0%
Membro do Comitê de Estratégia					
Gilsomar Maia Sebastião	06/12/1975	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	5
174.189.288-07	Bacharel em Ciências Contábeis	12 - Diretor de Relações com Investidores	26/04/2019	Não	0%
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores					
Gustavo Dutra Bastos	19/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	5
026.942.416-46	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/04/2019	Não	0%
Vice-Presidente de Plataformas					
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	06/01/1983	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	4
306.743.308-46	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/04/2019	Não	0%
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos					
Juliano Tubino	05/08/1974	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	0
254.357.978-88	Bacharel em Ciência da Computação	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/04/2019	Não	0%
Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios					
Alexandre Haddad Apendino	08/12/1979	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	1
292.459.418-92	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	26/04/2019	Não	0%
		Diretor Vice Presidente			
Izabel Cristina Branco	24/06/1976	Pertence apenas à Diretoria	05/08/2019	A.G.O 2021	0
182.468.118-60	Administradora	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	12/08/2019	Não	0%
N/A					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Guilherme Stocco Filho	01/07/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
176.649.438-25	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	95%
Membro do Comitê de Estratégia					
Gilberto Mifano	11/11/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	3
566.164.738-72	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100%
Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação					
Maria Letícia de Freitas Costa	27/03/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	3
050.932.788-58	Engenheira de Produção	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	30/04/2020	Não	95%
Coordenadora do Comitê de Estratégia					
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	06/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	3
004.275.077-66	Consultor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	95%
Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Gente e Remuneração					
Sylvia de Souza Leão Wanderley	09/03/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
731.199.977-49	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100%
Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração					
Laércio José de Lucena Cosentino	11/08/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
032.737.678-39	Engenheiro Elétrico	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2020	Não	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia					
Eduardo Mazzilli de Vassimon	07/10/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
033.540.748-09	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Não	100%
Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38

O Sr. Dennis Herszkowicz foi, entre 2003 e 2018, sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014. Entre 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pelo IPO em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período. Entre 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A. É Formado em Propaganda e Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gilsomar Maia Sebastião - 174.189.288-07

Nos últimos 5 anos, o Sr. Maia atuou como Vice-Presidente, Diretor de Planejamento, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Fusões e Aquisições na TOTVS Anteriormente, foi Gerente de Processos e Riscos da TOTVS, entre 2006 e 2007. Fez carreira na Ernst & Young Auditores Independentes como gerente de auditoria, onde atuou em projetos de auditoria externa entre 1996 e 2004. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie em 2000 e possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gustavo Dutra Bastos - 026.942.416-46

O Sr. Bastos atualmente é Vice-Presidente de Plataformas da Companhia. Há mais de 25 anos trabalhando em empresas do segmento de TI com atuação no mercado de software e serviços associados, Sr. Bastos está na companhia há quase 20 anos e já respondeu por áreas de pré-venda, oferta, projetos e serviços de software, sendo esta última até 2012. Em 2013, cumpriu importante papel na estruturação das áreas de Atendimento Técnico e Qualidade, passando a responder por áreas de Produto da companhia. Possui formação técnica em Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e graduou-se em Administração pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, em 2000. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino - 306.743.308-46

O Sr. Cosentino ingressou na Companhia em 2001 e atuou em diversas áreas, tais como tecnologia da informação, desenvolvimento de produtos, alianças, novos negócios, planejamento corporativo e desenvolvimento dos produtos da Companhia. Nos últimos três anos foi responsável pela expansão internacional da Companhia, participando dos principais processos de M&A realizados ao longo dos anos. Atualmente atua como Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos. Graduou-se em administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2005 e possui MBA pela Kellogg School of Management (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Juliano Tubino - 254.357.978-88

O Sr. Tubino atua como Vice-Presidente de Estratégia de Negócios e Digital da TOTVS. Anteriormente atuou como Diretor na Accenture Digital, Netshoes, Microsoft e Amazon, acumulando experiências em Marketing, Vendas, Inovação e Marketing Digital. O Sr. Juliano Tubino é formado em Ciência da computação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui especialização em Administração e Marketing pela Kellogg Executive Education (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Alexandre Haddad Apendino - 292.459.418-92

Nos últimos 5 anos, o Sr. Apendino atuou como Diretor Executivo de Atendimento e Relacionamento da TOTVS, tendo ingressado na Companhia em 2013 como gestor de vendas e canais, e posteriormente assumindo as áreas comerciais de Cloud e Analitics (GoodData). Anteriormente, desenvolveu sua carreira na SAP e Oracle, e acumula mais de 18 anos de experiência no ramo de Vendas e Gestão de Canais, sempre com foco em pequenas e médias empresas (SMB). Sr. Apendino gradou-se em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, possui MBA Executivo e MBA Corporativo pelo INSPER e especialização em "Effective Sales Management"pela Wharton University (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Izabel Cristina Branco - 182.468.118-60

A Sra. Izabel Cristina Branco atua como Vice-Presidente de Relações Humanas da TOTVS. Com mais de 20 anos de experiência em gestão de negócios e recursos humanos, segmentação de clientes, marketing e comunicação estratégica, a Sra. Izabel trabalhou na Via Varejo como Diretora Executiva de Recursos Humanos e Gestão nos últimos 4 anos. Entre 2014 e 2015 foi Superintendente de Valor do Cliente na SulAmérica Seguros. Anteriormente, desenvolveu sua carreira em empresas como Banco Santander, Banco Real e Banco Itaú. A Sra. Izabel é formada em Tradução e Interpretação pela Ibero Americana e possui pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV e em Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

O Sr. Stocco possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, membro do Conselho de Administração da TOTVS e do Banco Original. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gilberto Mifano - 566.164.738-72

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, além de Conselheiro Independente e membro dos comitês de Auditoria e Governança da TOTVS S.A., o Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e membro dos comitês de Auditoria, Finanças e Pessoas da Cielo S.A., Conselheiro Independente e membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Finanças da Natura S.A., Conselheiro Independente da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Deliberativo da RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fical do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Anteriormente, entre 2014 e 2019, foi Conselheiro de Administração Independente da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Independente da Baterias Moura S/A até 2014; e Conselheiro Fiscal do Instituto Natura, até 2017 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças Corporativas; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

A Sra. Letícia é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é sócia na Prada Assessoria Empresarial e Conselheira da Localiza S.A., Mapfre, e Embraer. É também Coordenadora do Comitê de Estratégia da Votorantim Cimentos. Nos últimos 5 anos, a Sra. Letícia trabalhou no Insper, entre 2010 a 2015. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy&). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66

O Sr. Mauro Rodrigues da Cunha é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com MBA pela Universidade de Chicago, exerce a função de Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, possui mais de 25 anos de experiência em mercado de capitais e governança corporativa. Atuou de 2012 a 2019 como Presidente da AMEC – Associação dos Investidores no Mercado de Capitais. Antes disso, atuou em diversas gestoras de recursos e instituições financeiras, incluindo Mauá Investimentos, Franklin Templeton (Brasil), Bradesco Templeton, Investidor Profissional, dentre outras. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Hoje atua ainda como membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração da brMalls Participações, e membro do Conselho de Administração da Klabin. Principais Contribuições para a Companhia: Mercado de Capitais; Governança Corporativa; e Finanças Corporativas. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

A Sra. Sylvia Leão atuou por mais de 30 anos no mercado de Varejo, com passagem pelo Walmart Brasil, Grupo Pão de Açúcar e Carrefour, onde ocupou posições de Vice-Presidente nas áreas de Marketing, Comercial, Operações e Recursos Humanos. Também atuou como Vice-Presidente de Marketing e Inovação na BRF. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Sodimac Brasil, empresa do Grupo Falabella, da Mendelics e do Grupo Baumgart. Lidera o Comitê de Pessoas e é membro do Comitê de Estratégia na Raiadrogasil. Graduada em Comunicação Social, com MBA Executivo em Administração no COPPEAD- UFRJ e cursos de especialização no MIT - Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management e Fundação Dom Cabral. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; e Marketing. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

O Sr. Laércio Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), membro do Conselho Consultivo da Cristália, presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro da Brain4care, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

O Sr. Eduardo é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós-graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú-Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015; Conselheiro do Santos Futebol Clube de 2009 a 2013; Sócio-gestor do Fundo Pitanga (“venture capital”) de 2011 a 2013; e Vice-Presidente da Fundação Bienal de São Paulo de 2009 a 2013. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38	
N/A	
Gilsomar Maia Sebastião - 174.189.288-07	
N/A	
Gustavo Dutra Bastos - 026.942.416-46	
N/A	
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino - 306.743.308-46	
N/A	
Juliano Tubino - 254.357.978-88	
N/A	
Alexandre Haddad Apendino - 292.459.418-92	
N/A	
Izabel Cristina Branco - 182.468.118-60	
N/A	
Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25	
N/A	
Gilberto Mifano - 566.164.738-72	
N/A	
Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58	
N/A	
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66	
N/A	
Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49	
N/A	
Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39	
N/A	

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Gilberto Mifano	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	11/11/1949	30/04/2020	2 anos
566.164.738-72		Administrador de Empresas	Coordenador	30/04/2020	3	100%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação.						
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/1971	30/04/2020	2 anos
004.275.077-66		Consultor		30/04/2020	3	100%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Gente e Remuneração						
Ricardo Baldin	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	14/07/1954	30/04/2020	2 anos
163.678.040-72		Contador		30/04/2020	0	0%
Membro do Comitê de Auditoria						
Dennis Herszkowicz	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/12/1974	30/04/2020	2 anos
165.783.068-38	Comitê de Estratégia	Publicitário		30/04/2020	2	100%
Diretor-Presidente						
Eduardo Mazzilli de Vassimon	Outros Comitês		Outros	07/10/1958	30/04/2020	2 anos
033.540.748-09	Comitê de Governança e Indicação	Economista	Coordenador	30/04/2020	2	100%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração						
Guilherme Stocco Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/1974	30/04/2020	2 anos
176.649.438-25	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas		30/04/2020	2	100%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia						
Laércio José de Lucena Cosentino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1960	30/04/2020	2 anos
032.737.678-39	Comitê de Estratégia	Engenheiro Elétrico		30/04/2020	2	100%
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Governança e Indicação.						
Maria Letícia de Freitas Costa	Outros Comitês		Outros	27/03/1960	30/04/2020	2 anos
050.932.788-58	Comitê de Estratégia	Engenheira de Produção	Coordenadora	30/04/2020	3	100%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Estratégia						
Sylvia de Souza Leão Wanderley	Outros Comitês		Outros	09/03/1962	30/04/2020	2 anos
731.199.977-49	Comitê de Gente e Remuneração	Administradora de Empresas	Coordenadora	30/04/2020	2	100%
Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Gilberto Mifano - 566.164.738-72						
Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66						
Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Ricardo Baldin - 163.678.040-72						
O Sr. Ricardo Baldin é formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (1978) e possui Especialização em Finanças pela Fundação Dom Cabral (2006) e Administração Executiva pela Fundação Getúlio Vargas (2007). Atualmente é membro do Comitê de Auditoria da TOTVS e membro do Conselho de Administração da XP Inc., e também atua como Coordenador do Comitê de Auditoria da Alpargatas, ENEVA e CBMM. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração do FGC em 2019 e de seu Conselho Fiscal em 2018. Foi membro do Conselho de Administração da Ecorodovias entre 2018 e 2020 e da Braskem em 2019, e teve atuação no Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco em 2016. Dentre os seus principais projetos destacam-se a aquisição do Banco Nacional pelo Unibanco, a fusão do Itaú-Unibanco, a avaliação do Sistema Financeiro Público Nacional, projetos de avaliação para aquisição (Sudameris, Banespa, etc) e auditorias financeiras em grandes bancos nacionais. Principais Contribuições para a Companhia: Finanças Corporativas, Gestão de Negócios; e Governança Corporativa.						
Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38						
N/A						
Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09						
Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25						
Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39						
Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58						

Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gilberto Mifano - 566.164.738-72	
N/A	
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66	
Ricardo Baldin - 163.678.040-72	
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38	
Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09	
Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25	
Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39	
Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58	
Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos e TI				
Pessoa relacionada				
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia				
Observação				
Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os outros Conselheiros e (a) os demais administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Guilherme Stocco Filho	176.649.438-25	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração e Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

Red Mind Consultoria, Participações e Administradora de Bens e Serviços LTDA - EPP	20.673.070/0001-18
Sócio	

Observação

Contrato de prestação de serviços de assessoria, tendo como contratante a TOTVS S.A. e como contratada a referida pessoa relacionada, tendo como objeto a participação no Comitê de Estratégia como consultor externo, o qual foi encerrado quando da eleição do Sr. Guilherme Stocco Filho como membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de abril de 2018.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47
Sócio	

Observação

Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada

---

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao Administrador	

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Contrato para realizar a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		
Sócio			
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcao	09.346.601/0001-25		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Pagamento de anuidade			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
BRASSCOM - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMP	06.244.855/0001-44		
Membro de Conselho Deliberativo			
Observação			
Contribuição Associativa Anual			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Guilherme Stocco Filho	176.649.438-25	Controle	Fornecedor

Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia

Pessoa Relacionada

Red Mind Consultoria, Participações e Administradora de Bens e Serviços LTDA - EPP	20.673.070/0001-18

Sócio

Observação

Contrato de prestação de serviços de assessoria, que não está mais em vigor, tendo como contratante a TOTVS S.A. e contratada a referida pessoa relacionada, cujo objeto era a participação da contratada no Comitê de Estratégia e Tecnologia como consultor externo.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor

Diretor Executivo Chefe, Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47

Pessoa Relacionada

Observação

Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada

---

Administrador do Emissor

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Controle	Fornecedor

Diretor Vice-Presidente de Negócios para o segmento de Professional Services e TI

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47

Pessoa Relacionada

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
Weber George Canova	083.844.858-52	Controle	Fornecedor
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, TQTVD e Cloud			
Pessoa Relacionada			
VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47		
Pessoa Relacionada			
Observação			
Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Maria Letícia de Freitas Costa	050.932.788-58	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Tecnologia			
Pessoa Relacionada			
Prada Assessoria Empresarial LTDA.	07.420.289/0001-47		
Sócio			
Observação			
Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria, que não está mais em vigor, tendo como contratante a TOTVS S.A. e Contratada a referida pessoa relacionada.			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo Chefe, Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração.			
Pessoa Relacionada			
Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador.			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Contrato para realizar a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS S.A.			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Diretor Executivo Chefe, Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração.			
Pessoa Relacionada			
VIP Empreendimentos e Participações Ltda.	03.936.026/0001-34		
Sociedade controlada por pessoa vinculada ao administrador			
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada.			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Diretor Executivo Chefe, Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração.			
Pessoa Relacionada			
VIP III Empreendimentos e Participações Ltda.	05.998.065/0001-91		
Sócio			
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada.			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Diretor Executivo Chefe, Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração.			
Pessoa Relacionada			
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		
Sócio			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Negócios para o segmento de Professional Services e TI.			
Pessoa Relacionada			
VIP Empreendimentos e Participações Ltda.	03.936.026/0001-34		
Sócio			
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada.			

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores - D&O (classe mundial), que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia.

A Atual apólice número 087372018010310000948 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora **AIG SEGUROS BRASIL S.A.**, está vigente até 01 de junho de 2019 e tem limite máximo de indenizações de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e Estados Unidos da América, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), visando a celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

A TOTVS não celebra contrato de Indenidade com seus Diretores, Executivos ou Membros dos Conselhos.

Em complemento à Seção 12.6

Conselho de Administração		
Nome do conselheiro	Total de Reuniões Realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
CLAUDIA ELISA DE PINHO SOARES	12	100%
GILBERTO MIFANO	12	100%
GUILHERME STOCCO FILHO	12	100%
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	12	100%
MARIA LETÍCIA DE FREITAS COSTA	12	100%
MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA	12	91,67%
PAULO SERGIO CAPUTO	12	100%
EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON	0	0
SYLVIA DE SOUZA LEÃO WANDERLEY	0	0

Em complemento à Seção 12.8

Comitê de Auditoria		
Nome do membro	Total de Reuniões Realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
GILBERTO MIFANO	10	100%
MAURO RODRIGUES DA CUNHA	10	100%
PAULO SERGIO CAPUTO	10	100%

Reuniões realizadas de 26/4/2018 (considerando a data da posse de 5/4/2018) até 27/2/2019 (considerando a data da apresentação da Proposta da Administração para a AGO em 18/3/2019).

Comitê de Governança e Indicação		
Nome do membro	Total de Reuniões Realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	8	100%
MAURO RODRIGUES DA CUNHA	8	100%
GILBERTO MIFANO	8	25%

*Reuniões realizadas de 20/4/2018 (considerando a data da posse de 5/4/2018) até 8/3/2019 (considerando a data da apresentação da Proposta da Administração para a AGO em 18/3/2019), sendo que o Sr. Gilberto Mifano foi eleito membro do Comitê na reunião do Conselho de Administração de 20/12/2018.

Comitê de Gente e Remuneração		
Nome do membro	Total de Reuniões Realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
CLAUDIA ELISA DE PINHO SOARES	8	100%
PAULO SERGIO CAPUTO	8	100%

*Reuniões realizadas de 11/4/2018 (considerando a data da posse de 5/4/2018) até 26/2/2019 (considerando a data da apresentação da Proposta da Administração para a AGO em 18/3/2019).

Comitê de Estratégia		
Nome do membro	Total de Reuniões Realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
GUILHERME STOCCO FILHO	8	100%
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	8	100%
MARIA LETÍCIA DE FREITAS COSTA	8	100%
DENNIS HERSZKOWICZ**	2	100%
SYLVIA DE SOUZA LEÃO WANDERLEY	0	0

*Reuniões realizadas de 24/4/2018 (considerando a data da posse de 5/4/2018) até 13/2/2019 (considerando a data da apresentação da Proposta da Administração para a AGO em 18/3/2019. Em 26 de abril de 2019, o conselheiro Sr. Eduardo de Mazzilli Vassimon foi eleito membro do comitê de gente e remuneração.

**Data da posse do Diretor-Presidente Sr. Dennis Herszkowicz é 26/11/2018. A data da posse como diretor é 26/11/2018 e como membro do comitê de estratégia é 20/12/2018.

Conforme o Regulamento de Listagem no Novo Mercado, a Companhia divulga os cargos ocupados em outras sociedades por seus conselheiros, no quadro abaixo:

Membro	Empresa	Cargo Ocupado
Claudia Elisa de Pinho Soares	DM Card	Conselho Consultivo
Gilberto Mifano	Cielo S.A.	Membro do Conselho de Administração
		Membro do Comitê de Auditoria
		Membro do Comitê de Finanças
		Membro do Comitê de Pessoas
	Pragma Gestão de Patrimônio	Conselheiro Consultivo
	Natura S.A.	Membro do Conselho de Administração
		Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Finanças
	Construtora Pacaembu Ltda.	Conselheiro Independente
	Ambar	Conselheiro
	Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável	Conselho fiscal
	CIEB	Conselho fiscal
	Fundo patrimonial Amigos da Poli	Conselho fiscal
Guilherme Stocco Filho	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	Membro do Conselho de Administração
	Gr1d Consultoria	CEO
Laércio José de Lucena Cosentino	LC-EH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS	Acionista e Diretor
	MCLC4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS	Sócio Administrador
	INOVALLI - ADM. DE OBRAS, ENG. E EMPREEND. IMOB. LTDA.	Sócio (pessoa física) e Sócio por meio da MCLC
	CFO CONSULTORIA EMPRESARIAL EM NEGÓCIOS LTDA.	Sócio Administrador e Diretor Geral
	VIP Empreendimentos e Participações	Sócio Administrador
	VIP III Empreendimentos e Participações	Sócio Administrador por meio da MCLC
	VIP IV Empreendimentos e Participações	Sócio Administrador por meio da MCLC
	VIP VI Empreendimentos e Participações	Sócio por meio da MCLC / Administrador e Diretor Geral
	VIP VII Empreendimentos e Participações	Acionista por meio da MCLC
	Luma Empreendimentos e Participações	Sócio
	Mendelics Análise Genômica	Presidente do Cons. de Administração
	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)	Membro do Conselho Deliberativo
	VIP IX Empreendimentos e Participações	Sócio por meio da MCLC / Administrador e Diretor Geral
	VIP XII Empreendimentos e Participações	Sócio por meio da MCLC
	VIP XV Empreendimentos e Participações	Sócio por meio da MCLC / Administrador e Diretor Geral
	INOVALLI CAPITAL S/A	Acionista por meio da MCLC
	VALLI 20 - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A	Acionista por meio da MCLC
	Cristália	Membro do Conselho Consultivo
Maria Letícia de Freitas Costa	Prada Assessoria Empresarial	Sócia
	Localiza S.A.	Membro do Conselho de Administração

	Mapfre	Membro do Conselho de Administração
	Embraer	Membro do Conselho de Administração
	Votorantim Cimentos	Membro do Comitê de Auditoria
		Coordenadora do Comitê de Estratégia
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	Associação de Investidores no Mercado de Capitais – Amec	Presidente
	BR Malls	Membro Independente do Conselho de Administração
		Coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração
	Eletrobrás	Membro Independente do Conselho de Administração
		Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Paulo Sérgio Caputo	Ória Gestão de Recursos Ltda.	Sócio Fundador
	CSU CardSystem	Membro independente do Conselho de Administração
	Opentech,	Conselho de Administração
	Interplayers	Conselho de Administração
	Navita	Conselho de Administração
Eduardo Mazzilli de Vassimon	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	Membro do Conselho de Administração
	Votorantim S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Sylvia de Souza Leão Wanderley	MENDELICS	Membro do Conselho de Administração
	SODIMAC	Membro do Conselho de Administração

A Companhia divulga abaixo informações referentes às assembleias realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Tipo	**Data**	**Quórum (% sobre o capital social da Companhia)**	**Convocação de Instalação**
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	18 de abril de 2019	AGO 71,11% e AGE 73,06%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	05 de abril de 2018	85,12%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	20 de dezembro de 2017	80,31%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	20 de abril de 2017	75,70%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	26 de abril de 2016	68,50%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	21 de janeiro de 2016	61,84%	Instalação em 1ª convocação

A Companhia possui um processo de imersão para novos membros do Conselho de Administração, o qual o membro tem acesso a estrutura organizacional, posicionamento de mercado, visão da estratégia e revisão dos principais projetos estratégicos da Companhia. O processo tem aproximadamente um dia de duração e é realizado preferencialmente antes da primeira participação na reunião do Conselho.

Ademais, a Companhia esclarece que todos os funcionários participaram do treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Além disso, informamos que a diretoria deve participar do treinamento anualmente.

Para mais informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, ver item 12.1 (d) deste Formulário de Referência.

Práticas de Governança Corporativa

A Companhia adota as práticas de Governança para as reuniões do Conselho de Administração mencionadas no Regimento Interno do Conselho de Administração, cuja revisão foi aprovada pelo Conselho na última reunião de 11 de março de 2019.

Em 31 de outubro de 2018, a Companhia publicou no site da CVM e em seu site de RI o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, no qual foram informadas e descritas as práticas de

governança adotadas com relação aos temas acionistas, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, e ética e conflitos de interesse.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui a Política de Gestão de Relações Humanas e Remuneração, aprovada em 04 de maio de 2018 e tornada pública em 15 de maio de 2018. A Política tem como objetivo garantir modelos de remuneração competitivos e alinhados às práticas de mercado que potencializem a atração e retenção dos profissionais elevando o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

A Política de Gestão de Relações Humanas e Remuneração está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos) e no site da CVM.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria

Remuneração Fixa: refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Remuneração Variável:

Bonificação Anual: refere-se aos valores variáveis recebidos anualmente pelo profissional, recompensando-o pelos seus resultados individuais e pelos resultados globais da Companhia. A bonificação anual é atrelada a quesitos financeiros globais e desempenho individual por meio do cumprimento de metas estabelecidas.

Plano de Ações: refere-se ao valor das ações restritas ordinárias de emissão da Companhia que são entregues aos Participantes elegíveis, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, aprovado em 15/12/15 e aditado em 05/04/18, com o objetivo de elevar o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas. A quantidade de ações a serem outorgadas a cada executivo é fixada pelo Conselho de Administração, com base no desempenho individual medido pela metodologia “9 Box”, que leva em conta as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social. As avaliações são feitas individualmente pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado que conta com a presença do CEO e a Diretoria de RH. O resultado deste colegiado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração. Maiores detalhes sobre o sistema estão disponíveis na seção (iii) abaixo.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos profissionais, como plano de saúde, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, entre outros. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os profissionais, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função da região geográfica na qual o profissional atua.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é mensal, fixa, e visa a recompensar os administradores de acordo com as práticas de mercado.

Considerando o novo e ampliado escopo de suas atribuições, aprovado pelo Conselho, o Presidente do Conselho recebe uma remuneração maior do que os demais Conselheiros. Além disso, a partir de 2019, é elegível aos seguintes benefícios: seguro de vida, plano médico, plano odontológico e veículo com motorista. Por fim, a partir de 2019, o presidente do Conselho de Administração é contemplado pelo plano de ações, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, aprovado em 15/12/15 e aditado em 05/04/18. A quantidade de ações outorgadas varia em função do atingimento de indicadores quantitativos (peso de 70%) e qualitativos (peso de 30%), medido após 3 anos de cada concessão.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

A partir do exercício de 2017, de acordo com as principais práticas de mercado, a proposta de remuneração do Conselho de Administração já passou a considerar uma remuneração fixa adicional para os membros do Conselho de Administração que também participarem desses comitês.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria

Em se tratando da remuneração *target* anual total, a composição varia por cargo e faixas de atingimento de metas de bonificação anual, conforme tabela a seguir:

Nível de carreira	**CEO**			
Elemento de remuneração	**Remuneração fixa**	**Remuneração variável - Bônus**	**Plano de ações**	**Total**
Teto	15%	20%	65%	100%
Target	20%	17%	63%	100%
Piso	91%	9%	0%	100%

Nível de carreira	**VP**			
Elemento de remuneração	**Remuneração fixa**	**Remuneração variável - Bônus**	**Plano de ações**	**Total**
Teto	24%	25%	51%	100%
Target	31%	21%	48%	100%
Piso	92%	8%	0%	100%

Nível de carreira	**Diretor Executivo**			
Elemento de remuneração	**Remuneração fixa**	**Remuneração variável - Bônus**	**Plano de ações**	**Total**
Teto	34%	25%	41%	100%
Target	41%	21%	38%	100%
Piso	94%	6%	0%	100%

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, a média da composição de cada elemento na remuneração total se deu da seguinte forma:

Elemento de remuneração / nível de carreira	Remuneração fixa	Remuneração variável - Bônus	Plano de ações	Total
CEO	61%	9%	30%	100%
VP	61%	11%	28%	100%
Diretor Executivo	66%	17%	17%	100%

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é 100% fixa, com exceção do Presidente do Conselho, que em caso de aprovação da proposta da administração à AGO será elegível às outorgas de Plano de Ações a partir de 2019. Não obstante, alguns membros do Conselho de Administração são acionistas da Companhia, e/ou possuem Planos Individuais de Investimentos em ações da Companhia, por meio dos quais se comprometem a investir parte da sua remuneração em ações da Companhia. A evolução da participação acionária dos membros do Conselho de Administração pode ser verificada nos documentos respectivos submetidos à CVM, relativos ao Artigo 11 da ICVM 358.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

A remuneração dos membros dos comitês é 100% fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo usadas em cada elemento da remuneração dos administradores:

Diretoria

Bonificação anual: o *pool* de bônus anual a ser distribuído depende do atingimento de uma meta de EBITDA definida para o ano. Caso a Companhia não atinja a meta de EBITDA, o *pool* sofrerá reduções, podendo chegar ao mínimo de 25% do número de salários *targets* padrão.

Adicionalmente, a Bonificação será ponderada de acordo com: (i) 50% correspondentes ao atingimento de 5 metas individuais, que refletem as definições de objetivos financeiros, de produtividade e as prioridades estratégicas da Companhia; e (ii) 50% correspondentes ao desempenho global da Companhia, medido por meio de indicadores financeiros, de eficiência e produtividade, tais como EBITDA e Churn.

O atingimento ponderado da Bonificação será aplicado sobre o *pool* de bônus formado para o ano e multiplicado pelo número de salários *target*, que varia de acordo com o nível de cargo.

As metas individuais são definidas de acordo com a área do executivo e totalizam 5 para o ano. Há a possibilidade de ajustes das metas ao longo do exercício por motivos extraordinários (mudança de função, outros); contudo, ajustes devem ser conduzidos e aprovados junto aos órgãos responsáveis (Conselho de Administração e Comitê de Gente e Remuneração, conforme aplicável).

Plano de Ações: assistido pelo Comitê de Gente e Remuneração, o Conselho de Administração elege os membros da diretoria e outras pessoas chave que poderão participar do plano de ações. A Companhia concederá o direito a receber ações de emissão da Companhia, observado o período de carência do programa. A quantidade de ações a serem outorgadas a cada executivo é fixada pelo Conselho de Administração, com base no desempenho individual medido pela metodologia “9 Box”, que leva em conta as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social. De acordo com a metodologia, (i) 50% são indicadores de resultado, atrelados à metas individuais quantitativas estabelecidas para o ano (indicadores como EBITDA, Receita, Lucro Líquido, Churn, entre outros); (ii) 25% medem a aderência à 7

competências estratégicas de negócio como Excelência Operacional, Inovação para Resultado e Foco no Sucesso do Cliente, dentre outras; e (iii) 25% são o potencial que o Executivo apresenta, de acordo com o plano de sucessão definido, para assumir maiores desafios na organização. As avaliações são feitas individualmente pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado que conta com a presença do CEO e a Diretoria de RH. O resultado deste colegiado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração.

Remuneração Fixa: a remuneração fixa pode ser reajustada anualmente, de acordo com as seguintes métricas: índice inflacionário, reajuste coletivo ou dissídio, comparação com o mercado e/ou desempenho individual. Entre 2016 e 2018, os acordos coletivos do Estado de São Paulo resultaram em reajustes de 10,67%, 6,29% e 2,07%, respectivamente, sendo os valores relativos aos administradores estatutários incorporados à proposta da administração que é submetida à AGO.

Benefícios: a adequação dos benefícios é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado.

Conselho de Administração
A adequação da remuneração fixa é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à AGO.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia
A adequação da remuneração fixa é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à AGO.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Os componentes de remuneração estabelecidos visam a garantir equidade com práticas de mercado, devendo agir como estratégias de sustentação competitiva na atração e retenção de profissionais qualificados por meio de um equilíbrio que contemple a recompensa/remuneração mensal, anual e plano de ações, sendo que nos últimos dois casos a estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa a garantir maior engajamento, senso de propriedade nos executivos e maior alinhamento de interesses com os acionistas.

Especificamente sobre o Diretor-Presidente, dentro de 3 (três) anos a contar de novembro de 2018, caso (i) venha a ocorrer uma Alteração Societária Relevante e (ii) venha a Companhia a rescindir o contrato imotivadamente, o Diretor-Presidente fará jus ao recebimento do equivalente a 100% da Remuneração Global Anual do período proporcional remanescente entre a data da rescisão imotivada e 3 (três) anos.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Conselho de Administração

Atualmente a companhia não possui membro do Conselho de Administração que não seja remunerado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação da Bonificação anual são: (i) o resultado da Companhia, medido por meio de meta financeira de rentabilidade (EBITDA) e de qualidade (*Churn*); (ii) o desempenho individual, que contempla metas numéricas de vendas e rentabilidade, metas quantitativas de produtividade e eficiência, e metas atreladas às prioridades estratégicas do planejamento anual da Companhia.

O atual indicador de desempenho utilizado pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Ações é a metodologia “9Box”, conforme descrita no item 13.1(b) (i) e (iii).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Para um maior alinhamento da remuneração ao desempenho da Companhia, os indicadores de desempenho citados nos itens 13.1(b)i, 13.1(b)iii e 13.1(c) afetam diretamente o cálculo para a determinação dos componentes da remuneração: (i) do bônus anual; e (ii) plano de ações. A relevância de cada um desses componentes está descrita no item 13.1(b) iii.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A definição dos componentes da política de remuneração visa à retenção, engajamento e senso de propriedade dos profissionais com os resultados da Companhia, balanceando elementos que têm como parâmetro métricas de curto, de médio e de longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O contrato dos diretores prevê o pagamento de indenização aos mesmos exclusivamente na hipótese de a destituição do diretor ocorrer após as seguintes Alterações Societárias Relevantes: alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Gente e Remuneração é o órgão que assessora o Conselho de Administração no processo decisório ligado à elaboração da proposta de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, por meio de análise das melhores práticas de mercado.

O Comitê de Gente e Remuneração é composto por, no mínimo, três membros, todos conselheiros, e ao menos dois deles independentes, competindo ao Conselho de Administração designar os seus membros. O prazo de mandato dos membros do Comitê de Gente e Remuneração coincidirá com o término de gestão dos membros do Conselho de Administração, podendo ser reeleitos por mais quatro mandatos consecutivos.

Atualmente o Comitê de Gente e remuneração é composto por três membros independentes.

Compete, por sua vez, ao Comitê de Governança e Indicação selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, possam ser elegíveis a integrar os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

Em suma, a indicação de membros ao Comitê de Gente e Remuneração compete ao Conselho de Administração, cuja decisão conta com o assessoramento do Comitê de Governança e Indicação, que seleciona e indica potenciais candidatos que cumpram os requisitos legais e atendam às necessidades da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual consideram estudos relacionados às melhores práticas de mercado no Brasil, tomando-se por base empresas de perfil similar ao da Companhia em tamanho e estrutura.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Gente e Remuneração avalia a retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia da informação. Caso referido Comitê considere necessário e/ou apropriado, propõem-se ao Conselho de Administração ajustes nessas práticas. Ademais, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia a título de remuneração variável e do montante de ações restritas a serem concedidas a tal executivo, nos termos do Plano de Remuneração baseada em Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2015, conforme alterado, são revistas e validadas pelo Conselho de Administração anualmente.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	9,50		18,50
Nº de membros remunerados	8,17	9,50		17,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.646.697,51	10.839.218,40		13.485.915,91
Benefícios direto e indireto	0,00	880.442,93		880.442,93
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.160.896,96		3.160.896,96
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	620.288,20	0,00		620.288,20
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	146.765,52		146.765,52
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.724.983,56		3.724.983,56
Observação				
Total da remuneração	3.266.985,71	18.752.307,37		22.019.293,08

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,83		19,83
Nº de membros remunerados	7,67	10,83		18,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.930.749,68	11.628.572,80		13.559.322,48
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	343.000,00	0,00		343.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.349.630,67		1.349.630,67
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	447.776,05		447.776,05
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.548.681,64		3.548.681,64
Observação				
Total da remuneração	2.273.749,68	16.974.661,16		19.248.410,84

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,75	11,83		20,58
Nº de membros remunerados	6,75	11,83		18,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.778.881,59	10.668.643,85		12.447.525,44
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.227.818,82		1.227.818,82
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	442.105,94		442.105,94
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.555.072,11		1.555.072,11
Observação				
Total da remuneração	1.778.881,59	13.893.640,72		15.672.522,31

Remuneração variável - exercício social a encerrar em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	7,58	-	16,58
Nº de membros REMUNERADOS	9,00	7,58	-	16,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	667.463,80	-	667.463,80
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.009.565,56	-	8.009.565,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	5.339.710,37	-	5.339.710,37
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	N/A	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	9,50	-	18,50
Nº de membros REMUNERADOS	8,17	9,50	-	17,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	972.841,94	-	972.841,94
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.674.103,34	-	11.674.103,34
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	7.782.735,56	-	7.782.735,56
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	3.160.896,96	-	3.160.896,96
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	10,83	-	19,83
Nº de membros REMUNERADOS	7,67	10,83	-	18,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.896.965,14	-	1.896.965,14
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.381.790,81	-	11.381.790,81
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	7.587.860,54	-	7.587.860,54
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.349.630,67	-	1.349.630,67
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,75	11,83	-	20,58
Nº de membros REMUNERADOS	6,75	11,83	-	18,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.047.017,97	-	2.047.017,97
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	14.738.529,38	-	14.738.529,38
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	8.188.071,88	-	8.188.071,88
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.227.818,82	-	1.227.818,82
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

A Companhia possui atualmente dois planos de remuneração baseados em ações, “Plano 2” aprovado na Assembleia 29/11/2012 e “Plano 3”, aprovado em Assembleia em 15/12/2015 e alterado em Assembleia em 5/4/2018. Atualmente, não são outorgadas novas opções no âmbito do plano 2.

Descrição do Plano 2

a. termos e condições gerais do plano

O plano de Outorga de Opções de Ações da TOTVS (“Plano 2”) é administrado pelo Conselho de Administração, o qual tem competência privativa para:

(i) definir os Beneficiários de cada tipo de opção e a eleição para o Programa de Sócios;
(ii) definir o número total de opções de cada tipo objeto da outorga, bem como o número de opções de cada tipo a que cada Beneficiário fará jus individualmente;
(iii) definir as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de Beneficiários e determinação de número de opções a serem outorgadas a cada Beneficiário;
(iv) definir a forma e o prazo de pagamento do preço de exercício das opções;
(v) modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis;
(vi) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia;
(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a firmar os Contratos de Opção com os Beneficiários do Plano, bem como os Contratos de Subscrição de Ações e eventuais aditivos, quando necessário; e
(viii) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

O Plano terá validade pelo prazo de 60 meses imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, permanecendo em vigor até a expiração do Período de Exercício ou Prazo de Validade das Opções em circulação.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 2:

- Participantes: Administradores e funcionários da Companhia, que sejam membros do Comitê Executivo da Companhia, ocupem funções de Diretores ou Gestores Executivos, ou sejam funcionários da Companhia e de suas controladas que, a critério do Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação ou retenção seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia;

- Outorga de Opções Regulares atrelada à aquisição de ações: ao beneficiário adquirente de ações TOTVS com recursos correspondentes a valores recebidos a título de PLR em um dado exercício social e que se comprometa a mantê-las pelo período de Lock-up para recebimento de opções, serão concedidas opções denominadas Opções Regulares;

- Prazo de vesting (“Período de Carência”): as opções estarão maduras a partir de 3 anos da data da outorga das opções;

- Prazo de exercício: as opções podem ser exercidas pelos participantes no prazo máximo de 2 anos a partir da superação do prazo de “vesting”, ou seja, até 5 anos da outorga;

- Período de indisponibilidade (“Lock-up”) sobre Ações para recebimento de Opções Regulares: as ações adquiridas sob o Plano 2 para fazerem jus ao recebimento de Opções Regulares serão inalienáveis por período de 2 anos. Já as ações adquiridas em decorrência do exercício das Opções Regulares não estão sujeitas a regra de inalienabilidade;

- Outorga de Opções Restritas atrelada a aquisição de ações: ao beneficiário adquirente de ações TOTVS mediante investimento de valor correspondente a 100% do valor recebido em um dado exercício social a título de PLR, e que se comprometa a mantê-las pelo período de Lock-up para recebimento de Opções Restritas, serão concedidas opções denominadas Opções Restritas. As Opções Restritas são destinadas a aproximadamente 20% dos beneficiários das Opções Regulares, os quais integram o denominado “Programa de Sócios”;

- Exercício das Opções Restritas: as Opções Restritas poderão ser exercidas mediante comprovação do exercício das Opções Regulares;

- Período de indisponibilidade ("Lock-up") sobre Ações decorrentes do exercício das Opções Restritas: as ações adquiridas mediante exercício das Opções Restritas ficarão inalienáveis pelo período de 1 ano contado do exercício;

b. principais objetivos do plano

O Plano de Incentivo baseado em Ações ("Plano 2") tem por objetivo estabelecer regras para que determinados funcionários e administradores companhia ou de outras sociedades sob o seu controle ("Beneficiários") possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de Opção de compra Ações, visando, com isso, gerar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas, ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco, vincular a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e do executivo e introduzir o conceito de "Programa de Sócios", que reforça o poder de retenção de um grupo estratégico selecionado.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano contribui para tal objetivo à medida que cria um vínculo entre a remuneração dos beneficiários elegíveis e o desempenho da Companhia, pois tão maior é o benefício quanto melhor for o desempenho da Companhia e seu reflexo na valorização do preço de sua ação.

As pessoas elegíveis tendem a ficar mais motivadas pela possibilidade de elevar sua remuneração no longo prazo e a trabalhar alinhadas às expectativas do mercado e dos acionistas, tratando de decidir não somente em benefício próprio, mas em benefício da organização como um todo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano complementa a remuneração dos beneficiários elegíveis, pois adiciona um elemento de remuneração de longo prazo para mais informações vide item 13.1(b), visto que o beneficiário elegível, para tornar-se titular das Opções Regulares deverá investir o percentual do montante recebido no exercício a título de Bônus/PLR, líquido de imposto de renda, podendo este ser de 50% ou 100%. O percentual do montante recebido no exercício a título de Bônus/PLR investido será considerado como critério de determinação do número de Opções Regulares a ser outorgado pela Companhia ao Beneficiário e para participar do Programa de Sócios e tornar-se titular de Opções Restritas deverá ser de 100%.

O plano também tem a função de retenção de talentos em um mercado cada vez mais competitivo, além de criar incentivos para proporcionar maior motivação aos beneficiários.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano 2 compõe a estratégia de remuneração dos administradores adicionando um elemento de longo prazo em que o Beneficiário que desejar exercer suas opções poderá exercê-las por um prazo de dois anos que se iniciará no dia seguinte ao final do Período de Carência, considerando que o preço de exercício das Opções será o preço pelo qual serão adquiridas Ações de emissão da Companhia.

As Opções serão válidas por um prazo de cinco anos contados de sua concessão, após o qual serão extintas.

Outro elemento importante é aquele melhor descrito no item 13.4(n), pois o desligamento do beneficiário elegível por justa causa extingue as opções concedidas que ainda não tenham sido exercidas até a data do desligamento, exceções feitas mediante aprovação específica do Conselho de Administração. Dessa maneira, tanto a reserva de direito quanto o desligamento do funcionário exigem, de formas diferentes, que o comportamento profissional das pessoas elegíveis não seja oportunista e seja voltado para períodos de tempo maiores. Isso porque, no curto prazo, suas remunerações não serão acrescidas da parte variável composta por *stock options* e, no médio prazo, o baixo nível de desempenho do colaborador pode implicar em desligamento ou redução do preço da ação da Companhia.

f. número máximo de ações abrangidas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia).

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as Opções outorgadas com base no Plano, bem como as Ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos Beneficiários em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado, excluído o direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia).

h. condições de aquisição de ações

Para as Opções Regulares será o preço de mercado da Ação no momento da concessão da Opção, assim determinado com base na média das cotações de fechamento dos últimos cinco pregões anteriores à Data de Outorga.

O preço de exercício das Opções Restritas será o cumprimento da obrigação de fazer que consiste na aquisição de Ações de emissão da Companhia com investimento de 100% do montante recebido pelo Beneficiário no exercício anterior a título de Bônus/PLR, líquido de imposto de renda, com a manutenção da propriedade de tais Ações inalterada pelo Período de *Lock-up*.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A fixação do preço de exercício é baseada no valor unitário das ações da TOTVS e corresponde à média aritmética das cotações nos 5 pregões anteriores à data de outorga.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções Regulares poderão ser exercidas por até 24 meses após o Período de Carência, estabelecido em 36 meses, e as Opções Restritas somente poderão ser exercidas após o Período de Carência e mediante comprovação do exercício das Opções Regulares.

Somente poderão ser exercidos lotes completos de Opções, não sendo permitido o exercício fracionado de apenas uma parte de uma concessão.

k. forma de liquidação

O preço de exercício deve ser pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes. A Companhia pretende utilizar ações mantidas em tesouraria para fazer satisfazer o exercício dos direitos de opção de compra de ações.

l. restrições à transferência das ações

As ações adquiridas para que o beneficiário faça jus ao recebimento de Opções Regulares serão inalienáveis por período de 2 anos. Já as ações adquiridas em decorrência do exercício das Opções Regulares não estão sujeitas a regra de inalienabilidade. E as ações adquiridas mediante exercício das Opções Restritas ficarão inalienáveis pelo período de 1 ano contado do exercício da opção.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral de Acionistas modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

A outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão.

Se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada, as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no plano.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, tanto por iniciativa do Beneficiário como por iniciativa da Companhia, com ou sem justa causa, as seguintes regras serão aplicadas: (a) o Período de *Lock-up* que se aplicava às Ações adquiridas diretamente por meio do investimento da PLR do Beneficiário deixará de existir, ficando as Ações imediatamente liberadas para venda; (b) o Período de *Lock-up* das Ações Adquiridas com Opções Restritas continuará a fluir normalmente; (c) as Opções Maduras poderão ser exercidas por um prazo de três meses contados da data de Desligamento, após o qual serão extintas; (d) Opções ainda em Período de Carência serão extintas. Eventuais exceções a esta regra deverão ser aprovadas pelo Comitê de Gente e Remuneração da Companhia.

No caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do beneficiário, as seguintes regras serão aplicadas: (i) o Período de *Lock-up* que se aplicava às Ações adquiridas diretamente por meio do investimento da PLR do Beneficiário deixará de existir, ficando as Ações imediatamente liberadas para venda; (ii) o Período de *Lock-up* das Ações adquiridas com Opções Restritas deixará de existir; (iii) o Período de Carência será eliminado, podendo as Opções serem exercidas imediatamente, durante o Período de Exercício das Opções ou Prazo de Validade das Opções.

Descrição do Plano 3

a. termos e condições gerais

O Plano, originalmente aprovado na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2015, teve alterações aprovadas na assembleia realizada em 05 de abril de 2018, para aprimorar seus conceitos, efetividade e simplicidade, focando nos aspectos centrais e mais críticos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração, que terá amplos poderes para administrá-lo e interpretá-lo, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;

(ii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano, aqueles que dele participarão em determinado exercício social;

(iii) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante, observado o limite quantitativo previsto no plano;

(iv) deliberar sobre a aquisição de Ações pela própria Companhia, conforme necessário para cumprimento do estabelecido no Plano;

(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;

(vi) modificar os Períodos de Carência, bem como os demais termos e condições do Contrato na medida em que os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com o Plano não sejam prejudicados, estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente;

(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com, o Plano; e

(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano e tratar dos casos omissos.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, incluindo o recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos até a data da efetiva transferência das Ações Restritas aos Participantes.

O Plano, conforme alterado, entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia em 5 de abril de 2018 e permanece em vigor até 14 de dezembro de 2025.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 3:

- Ações: significa as ações ordinárias de emissão da Companhia
- Ações Restritas: significa as ações ordinárias de emissão da Companhia que serão entregues ao Participante, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano e no Contrato.
- Conselho de Administração: significa o Conselho de Administração da Companhia
- Contrato: significa o Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante
- Companhia: significa a TOTVS S.A.
- Data de Outorga das Ações Restritas: significa a data de assinatura do Contrato entre o Participante e a Companhia.
- Desligamento: significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social em razão de invalidez permanente, falecimento ou declaração judicial de ausência em face de desaparecimento do Participante. Desligamento abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário do Participante, pedido de demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como diretor estatutário sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, com ou sem justa causa, por iniciativa de qualquer das partes.
- Participantes: significa os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano.
- Períodos de Carência: significa o Período de Carência do Programa de Sócios e o Período de Carência do Programa Regular, em conjunto;
- Período de Carência do Programa Regular: significa, em relação ao Programa Regular, o período de carência de 3 (três) anos contado da Data de Outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- Período de Carência do Programa de Sócios: significa, em relação ao Programa de Sócios, o período de carência de 3 (três) anos contado da Data de Outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- Plano: significa o Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações composto pelo (i) Programa de Sócios e pelo (ii) Programa Regular que abrange (ii.1) o Programa Executivo e (ii.2) o Programa Destaques do Ano.
- Programa Regular: significa uma parte do Plano composta por: (i) Programa Executivo - para o qual serão elegíveis os empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, que sejam considerados executivos da Companhia, com base em avaliação e performance; e (ii) Programa Destaques do Ano - para o qual serão elegíveis os empregados da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, não executivos, que sejam

considerados destaques do ano, com base em avaliação e performance; todos eles indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu único e exclusivo critério.

- Programa de Sócios: significa uma parte do Plano, para a qual poderão ser convidados a integrar, por indicação do Comitê de Gente e Remuneração e eleição feita pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério, com base em métodos de avaliação individual e corporativa, performance, potencial, plano de carreira e grau de vínculo com a Companhia, determinados empregados e administradores da Companhia e/ou de sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia.

b. principais objetivos do plano

O "Plano 3" tem por objetivo: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações de forma não onerosa; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

A concessão de Ações Restritas no âmbito do Plano permite que os Participantes se sintam estimulados a se tornar acionistas da Companhia, construindo um patrimônio em ações da TOTVS, em virtude da meritocracia, considerando-se critérios de avaliação e performance individual (metodologia 9Box), potencial e vínculo com a Companhia e/ou suas subsidiárias ou controladas e impacto do Participante no negócio presente e futuro da Companhia. Maiores detalhes são fornecidos na seção 13(b)iii. Com isso, os Participante serão estimulados a desempenhar suas atividades no melhor interesse da Companhia e, consequentemente, de seus acionistas, gerando valor para esta. Ao mesmo tempo, a concessão de Ações Restritas no âmbito do Plano é estruturada de maneira a permitir que os potenciais ganhos decorrentes da venda de tais ações sejam realizados, se for o caso, no longo prazo, conforme determinado pelo Conselho de Administração, e caso o Participante permaneça vinculado à Companhia e/ou às sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, assim atuando para estimular sua permanência, com o objetivo de retenção dos administradores e empregados de alto nível da Companhia e suas sociedades controladas ou subsidiárias.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O foco na remuneração variável de longo prazo visa a acompanhar as práticas de mercado e oferecer pacotes atrativos, mas que, por outro lado, cuidem dos interesses da Companhia da forma mais eficiente. O Plano tem por objetivo fortalecer o foco nessa forma de remuneração, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exigindo uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria dos resultados e valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com os demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, a existência de períodos de carência faz com que os Participantes se comprometam com a constante valorização da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Ações Restritas a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano não poderá exceder a Ações Restritas correspondentes a 5,68% (cinco inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do capital social total da Companhia, incluídas neste limite as outorgas realizadas no âmbito do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o novo plano não contempla opções de ações.

h. condições de aquisição de ações

As regras do Plano determinam os critérios objetivos para eleição dos Participantes e determinação do número de Ações Restritas concedidas no âmbito do Programa Regular e do Programa de Sócios da Companhia.

A outorga das Ações Restritas será formalizada pela assinatura entre o Participante e a Companhia do Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), que deverá prever a quantidade total de Ações Restritas do Participante determinada pelos critérios fixados pelo Conselho de Administração, e as condições para a efetiva entrega das Ações Restritas ao Participante.

Programa Regular. Os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa Regular e a Companhia terá a obrigação de transferir tais Ações Restritas do Programa Regular ao final do período de carência do Programa Regular, de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos no Contrato.

Programa de Sócios. Em relação ao Programa de Sócios, os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios e a Companhia terá a obrigação de transferir a titularidade sobre tais Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência do Programa de Sócios, desde que o Participante possua o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia entre a data de outorga das Ações Restritas (data de assinatura do Contrato) e a data de entrega das Ações Restritas, de forma contínua e ininterrupta.

O Participante que não mantiver o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia, de forma contínua e ininterrupta, após a data da efetiva entrega das Ações Restritas não será elegível a outorgas futuras de Ações Restritas do Programa de Sócios da Companhia.

Para os atuais Participantes do Programa de Sócios e para os Participantes elegíveis ao Programa de Sócios no exercício social de 2018, o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia poderá ser atingido pelo respectivo Participante em até 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas do Programa de Sócios referente ao ano de 2018, ou a partir de outro critério conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração.

Para fins de esclarecimento, a simples existência e manutenção do investimento em ações da Companhia pelo Participante, no montante referido acima, e sua comunicação à Companhia, não implica em qualquer direito adquirido ou garantia de integração ou inclusão do Participante no Programa de Sócios da Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder Ações Restritas a determinados Participantes, a fim de engajar e reter recursos críticos, sem exigir contraprestação financeira dos Participantes, observadas as condições previstas no item 2(d) acima em relação ao Programa de Sócios.

Não se trata, portanto, de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas diretamente aos Participantes.

Não obstante, o preço de referência para o cálculo do número de Ações Restritas a serem entregues no âmbito do Plano corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da efetiva entrega das Ações Restritas ao Participante ou a outro valor de acordo com critério determinado pelo Conselho de Administração que reflita o valor de mercado das Ações.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder Ações Restritas a determinados Participantes, a fim de engajar e reter recursos críticos, sem exigir contraprestação financeira dos Participantes, observadas as condições previstas no item 2(d) acima em relação ao Programa de Sócios.

Não se trata, portanto, de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas diretamente aos Participantes.

k. forma de liquidação

Conforme mencionado nos itens acima, o Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder Ações Restritas a determinados Participantes, sem contraprestação financeira. A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano está (i) condicionada à celebração de Contrato de Concessão de Ações

Restritas e Outras Avenças com cada um dos Participantes, e (ii) sujeita à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término dos períodos de carência aplicáveis.

De tal forma, uma vez atendidas às condições previstas no Plano, o Participante fará jus ao recebimento de tais Ações Restritas, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

l. restrições à transferência das ações

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do Participante com a Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia até o término do Período de Carência aplicável e às regras contidas em cada Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante no prazo de 30 (trinta) dias do término do Período de Carência, conforme aplicável, bem como nos termos do Contrato.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas, aprovados pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de incentivo baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no Plano.

O Conselho de Administração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Plano. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados e/ou estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor estatutário da Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante

Em caso de Desligamento do Participante por sua iniciativa a qualquer momento durante os Períodos de Carência, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas da Companhia tal como previsto na Cláusula 3. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas do Programa Regular e Ações Restritas do Programa de Sócios que já sejam de sua titularidade por força do decurso dos Períodos de Carência.

Em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia sem justa causa, o Participante fará jus ao recebimento de metade das Ações Restritas caso tenham decorrido mais de 2 (dois) anos dos Períodos de Carência aplicáveis. O Participante perderá o direito ao recebimento de todas as demais Ações Restritas do Programa Regular e/ou do Programa de Sócios.

Em caso de Desligamento por justa causa do Participante, o Participante perderá o direito ao recebimento de todas as Ações Restritas que não tenham sido transferidas até o momento do Desligamento, independentemente do programa aplicável ao Participante.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, ao momento do falecimento, desaparecimento ou invalidez do Participante.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2016:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	11
Nº de membros remunerados	-	11
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	28,44
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	26,74
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	28,30
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	33,42
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,4%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2017:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	9
Nº de membros remunerados	-	9
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	22,16
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	29,64
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	38,61
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	11,68
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,5%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2018:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	11
Nº de membros remunerados	-	11
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	37,73
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	0,00
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	41,07
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,8%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social 2019 (exercício social corrente):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	9	8
Nº de membros remunerados	1	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	-	33,84
(b) Das ações perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das ações exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das ações expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	-	1,1%

Informações sobre cada outorga reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (16) de ações		
Data de outorga	-	18/03/2016
Quantidade de ações outorgadas	-	37.112
Prazo de carência das ações	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	29,02

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (17) de ações		
Data de outorga	-	18/03/2016
Quantidade de ações outorgadas	-	98.132
Prazo de carência das ações	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	29,02

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (18) de ações		
Data de outorga	-	18/03/2016
Quantidade de ações outorgadas	-	174.973
Prazo de carência das ações	-	3 anos e 10 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	28,37

2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (19) de ações		
Data de outorga		22/02/2017
Quantidade de ações outorgadas	-	43.787
Prazo de carência das ações	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	23,54

2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (20) de ações		
Data de outorga		22/02/2017
Quantidade de ações outorgadas	-	143.445
Prazo de carência das ações	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	23,54

2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (21) de ações		
Data de outorga		04/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	105.463
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	29,52

2018

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga (22) de ações		
Data de outorga		04/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	297.375
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	29,52

2018

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga (23) de ações		
Data de outorga		26/11/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	24.345
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	18 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	
Prazo de restrição à transferência das ações	-	
Valor justo das opções na data da outorga	-	24,94

2018

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga (23) de ações		
Data de outorga		26/11/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	24.345
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	6 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	
Prazo de restrição à transferência das ações	-	
Valor justo das opções na data da outorga	-	25,19

Tabela referente ao “Plano 2”:

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**
		12ª e 14° outorgas	**13ª e 15° outorgas**
Nº de membros	9,00	11,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	5,00
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**
Quantidade	-	41.678,00	4.739,00
Prazo máximo para exercício das opções	-	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	35,60	0,01
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	11,36	33,27
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	473.462,08	157.666,53

Tabela referente ao “Plano 3”:

	Diretoria Estatutária	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Estatutária**
	16ª outorga	**17ª outorga**	**18ª outorga**	**19ª outorga**	**20ª outorga**	**21ª outorga**	**22ª outorga**	**23ª outorga**	**24ª outorga**
Nº de membros	7,00	6,00	7,00	9,00	10,00	10,00	10,00	1,00	1,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	6,00	9,00	9,00	10,00	9,00	1,00	1,00
Ações em aberto									
Quantidade	18.127	69.181	84.312	98.452	28.266	91.713	257.375	24.345	24.345
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3,83 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	18 meses	6 meses
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço de referência das ações restritas	31,61	31,61	31,61	25,43	25,43	31,15	31,15	25,39	25,39
Valor justo das ações no último dia do exercício social	29,02	29,02	28,37	23,54	23,54	29,52	29,52	24,94	25,19
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	526.045,54	2.007.632,62	2.391.931,44	2.317.560,08	665.381,64	2.707.367,76	7.597.710,00	607.164,30	613.250,55

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	7
Nº de membros remunerados		7
Opções exercidas	-	
Número de ações	-	18.973
Preço médio ponderado de exercício	-	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	N/A
Ações entregues	-	
Número de ações entregues	-	23.426
Preço médio ponderado de aquisição	-	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	10,00
Nº de membros remunerados		10,00
Opções exercidas	-	
Número de ações	-	59.209
Preço médio ponderado de exercício	-	38,62
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	N/A
Ações entregues	-	0
Número de ações entregues	-	0
Preço médio ponderado de aquisição	-	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	0

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	11,83
Nº de membros remunerados		11,83
Opções exercidas	-	
Número de ações	-	50.000
Preço médio ponderado de exercício	-	28,3
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	N/A
Ações entregues	-	0
Número de ações entregues	-	0
Preço médio ponderado de aquisição	-	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	0

a. modelo de precificação

O valor da opção do Plano 2 foi determinado utilizando-se a metodologia “Black & Scholes”, que estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

O valor justo das Ações Restritas do Plano 3 será determinado com base no valor da ação de mercado na data da outorga, considerando a expectativa de dividendos.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir. Vale ressaltar que as outorgas de 2013 a 2015 estão relacionadas à outorga de opções de ações, enquanto as outorgas de 2016 e 2017 estão relacionadas às outorgas de ações restritas:

Tabela referente ao “Plano 2”:

	12ª outorga	13ª outorga	14ª outorga	15ª outorga
Data	20/02/2015	20/02/2015	02/04/2015	02/04/2015
Preço da outorga	35,6	0,01	35,6	0,01
Expectativa de dividendos	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%
Expectativa de volatilidade	29,61%	29,61%	29,61%	29,61%
Taxa de juros livre de risco	12,75%	12,75%	13,00%	13,00%
Prazo de maturidade	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$ 11,36	R$ 33,27	R$ 12,12	R$ 34,06

Tabela referente ao “Plano 3”:

	16ª outorga	17ª outorga	18ª outorga	19ª outorga	20ª outorga	21ª outorga	22ª outorga	23ª outorga	24ª outorga
Data	18/03/2016	18/03/2016	18/03/2016	20/02/2017	20/02/2017	04/05/2018	04/05/2018	26/11/2018	26/11/2018
Preço de referência das ações restritas	31,61	31,61	31,61	25,8	25,8	31,15	31,15	25,39	25,39
Expectativa de dividendos	2,80%	2,80%	2,80%	2,57%	2,57%	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos e 10 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	18 meses	6 meses
Valor justo	R$ 29,02	R$ 29,02	R$ 28,37	R$ 23,54	R$ 23,54	R$ 29,52	R$ 29,52	R$ 24,94	R$ 25,19

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções outorgadas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 anos a contar da data da outorga, ou seja, a opção poderá unicamente ser exercida no prazo entre 3 e 5 anos a contar da outorga. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das opções em resultado ao longo de 3 anos. Para as ações restritas, a regra de reserva de direito também é de 3 anos, data essa da entrega das referidas ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade anualizada foi determinada pelo desvio padrão das variações dos preços semanais da ação da TOTVS negociadas na B3, ajustada pela distribuição de dividendos, no período de três anos até a data de cada outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 13.8 (a).

	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	31/12/2018
Conselho de Administração	TOTVS S.A.	29.060.537
Diretoria Estatutária	TOTVS S.A.	91.693
Conselho Fiscal*	N/A	N/A

*A Companhia não possui conselho fiscal instalado.

Além da contribuição para a seguridade social (INSS) os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2 a 5% da remuneração fixa (salário base) do diretor e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia. Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o diretor deverá contribuir com o programa ao menos por 3 anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	9,50
Nº de membros REMUNERADOS		9,50
Nome do plano	-	Plano de Previdência Privada TOTVS
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	Nenhum executivo está em vias de aposentadoria atualmente
Condições para se aposentar antecipadamente	-	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	3.480.632,58
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	146.765,52
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição

O plano de previdência privada não contempla membros do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	9,50	10,83	11,83	9,00	9,00	8.75
Nº de membros remunerados	9,50	10,83	11,83	8,17	7,67	6,75
Valor da maior remuneração	3.557.103,36	2.144.438,31	2.045.707,32	443.564,95	374.536,24	271.608,72
Valor da menor remuneração	1.328.892,00	519.642,00	320.470,68	353.856,95	75.000,00	251.489,64
Valor médio da remuneração	1.973.927,09	912.836,53	1.174.441,31	399.875,85	204.937,81	263.538,01

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Caso a Companhia rescinda o contrato imotivadamente dentro de 12 (doze) meses após a data de ocorrência de uma Alteração Societária Relevante, o diretor fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 18 (dezoito) remunerações mensais vigentes à época da rescisão, bem como fará jus ao recebimento da integralidade dos valores relativos ao Programa de Bonificação Anual por Metas.
Especificamente em relação ao contrato do Diretor-Presidente, além da condição acima descrita, são aplicáveis as seguintes regras:

- Na hipótese de a Companhia encerrar o contrato por sua conveniência antes do prazo de 2 (dois) a contar de novembro de 2018, deverá pagar ao Diretor-Presidente o equivalente a 100% da Remuneração Global Anual dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, remanescente e ainda não paga para completar o período proporcional de 2 (dois) anos.

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores – D&O classe mundial, que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à companhia. A atual apólice número 087372018010310000948 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 01 de junho de 2019 e tem limite máximo de indenizações de R$100,0 milhões. Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e USA, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1,0 milhão, visando celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros. O valor total pago a título de prêmio de seguro no Brasil é de R$ 202.876,61, no México US$ 4,727.00, na Argentina U$S 5,140.98 e USA $4,100.

Não aplicável. Não há controlador, direto ou indireto, na Companhia.

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por meio de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

Não há outras informações relevantes aplicáveis a este item “13”.

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade Desempenhada	1T19	2018	2017	2016
Prestação de serviços	3684	3.778	3.707	3.707
Pesquisa e Desenvolvimento	2323	2.382	2.239	2.105
Vendas	685	695	767	759
Administrativo / Outros	918	950	1.055	1.112
Total [1]	7610	7.805	7.768	7.683

Localização Geográfica	1T19	2018	2017	2016
Brasil	7330	7.529	7.481	7.388
Demais países latinos	223	221	214	224
Estados Unidos da América	44	44	51	49
Europa	4	3	12	11
Ásia	9	8	10	11
Total [1]	7610	7.805	7.768	7.683

[1] Informações consolidadas, isto é, também foram incluídos os recursos humanos das controladas e coligadas da Companhia.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade Desempenhada	1T19	2018	2017	2016
Segurança, Portaria e Limpeza	229	209	212	162
Representantes Comerciais	0	0	0	0
Outras Atividades	130	77	74	96
Total [1]	359	286	286	258

Localização Geográfica	1T19	2018	2017	2016
Brasil	359	286	286	258
Total [1]	359	286	286	258

[1] Informações consolidadas, isto é, também foram incluídos os recursos humanos das controladas e coligadas da Companhia

c. índice de rotatividade

Índice	1T19	2018	2017	2016
Turn-over[1]	21,99%	22,21%	21,22%	18,74%

[1]*Turn-over* = [(Admitidos + Demitidos) / 2] / Ativos

A variação do número de empregados ao longo dos anos se deve principalmente ao crescimento orgânico natural da Companhia no período.
Nota-se, ao longo dos últimos três anos, uma redução do número de empregados nas áreas Administrativas da TOTVS. Reflexo do plano de sinergia e ganho de eficiência nas empresas adquiridas.

a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia prevê que a remuneração seja estabelecida conforme os padrões de mercado para cargos com atividades e responsabilidades semelhantes, objetivando manter a capacidade de atração e retenção dos participantes.

A estrutura de remuneração é aprovada no Comitê de Gente e Remuneração e as alterações necessárias são levadas para sua análise. A Companhia organiza os cargos dentro de uma mesma natureza de função, conforme hierarquia, contribuição estratégica, amplitude, maturidade técnica-profissional, complexidade das atribuições e a responsabilidade inerente. Cada cargo tem sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função, sendo a remuneração total dividida entre fixa e variável.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo participante, pago na folha de pagamentos, que visa a remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, também denominado como “salário nominal”.

A remuneração variável refere-se aos valores recebidos periodicamente pelo participante, recompensando-o por seu desempenho individual diferenciado, pelos resultados de sua área de atuação e/ou pelos resultados globais da TOTVS, podendo ser decorrente do cumprimento de metas, conforme definido em programa específico.

b. política de benefícios

A Companhia oferece certos benefícios aos seus participantes objetivando proporcionar aos mesmos uma melhor qualidade de vida, sendo uma das estratégias de atração e retenção de profissionais. Entre os principais benefícios oferecidos pela Companhia estão: i) adesão a plano de saúde que proporciona atendimento médico, laboratorial e hospitalar a todos os participantes e seus dependentes diretos; ii) adesão a plano odontológico aos participantes e dependentes diretos; e iii) adesão a um programa de previdência privada (plano de contribuição definida), em parceria com uma instituição financeira, sendo parte da contribuição realizada pela Companhia e parte pelo participante.

c. planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

i. grupos de beneficiários

São elegíveis para participar do Plano os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano, conforme “Plano 3” indicado no item 13.4 desse formulário.

ii. condições para exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

iii. preços de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

iv. prazos de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações não poderá ultrapassar a 5,68% (cinco vírgula inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, considerando: (i) um período de 10 anos contados da data de aprovação do plano; e (ii) ações restritas concedidas a administradores e funcionários, conforme "Plano 3" indicado no item 13.4 desse formulário.

A TOTVS mantém um relacionamento transparente e amistoso entre os sindicatos que representam os participantes, em todas as suas unidades nacionais, no que tange a necessidade de negociações de acordos de convenção coletivas e acordos específicos, prezando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas.

A Companhia mantém uma relação de respeito aos papéis das partes, reconhecendo a importância para os funcionários de se preservar o bom nível deste relacionamento. Esta atitude busca ajudar na construção de acordos possíveis e evolutivos, satisfatórios a todos os envolvidos.

Em 31 de março de 2019, os empregados da Companhia eram representados pelos seguintes sindicatos: (i) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares, de Aparelhos de Radiotransmissão, de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação de Curitiba e Região Metropolitana – SELETROAR; (ii) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados da Paraíba; (iii) Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações e Teleatendimentos nos Estados de Goiás e Tocantins – SINTTEL GO/TO; (iv) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado da Bahia – SINDADOS/BA; (v) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – SINDADOS/MG; (vi) Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Goiás; (vii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Ceará – SINDPD/CE; (viii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo – SINDPD/SP; (ix) Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática, Consultoria em Sistemas de Informática, Desenvolvimento de Programas de Informática, Atividades de Bancos de Dados (Provedores de Acesso), Manutenção, Reparação e Venda de Máquinas de Escritórios e Equipamentos de Informática, e Outras Atividades de Informática Não Especificadas do Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do Paraná - SINTINORP; (x) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Tecnologia da Informação no Estado do Pará – SINDPD/PA; (xi) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Distrito Federal – SINDPD/DF; (xii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do de Goiás – SINDPD/GO; (xiii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Pernambuco – SINDPD/PE; (xiv) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Rio de Janeiro – SINDPD/RJ; (xv) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Santa Catarina – SINDPD/SC; (xvi) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Rio Grande do Sul – SINDPD/RS; e (xvii) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados de Curitiba – SITEPD/PR.

Os empregados da Companhia não entraram em greve ou paralisação nos últimos 3 anos.

Em reunião de 16 de março de 2017, O Conselho decidiu adotar uma política para eleição de membros da Diretoria, válida a partir da presente data, consistente no seguinte:

(i) Não deverá ser eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente quem já tiver completado 62 (sessenta e dois) anos de idade na data da eleição; e

(ii) Não deverá ser eleito para ocupar os demais cargos na Diretoria quem já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade na data da eleição.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 19/02/2018					
5.112.510	0,884	0	0,000	5.112.510	0,884
Constellation Investimentos e Participações Ltda.					
06.182.127/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	25/03/2020	
30.090.381	5,206	0	0,000	30.090.381	5,206
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
GIC Private Limited					
		Não	Não	22/04/2019	
29.185.056	5,050	0	0,000	29.185.056	5,050
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
HG SENTA PUA FIA					
08.613.315/0001-16	BRASILEIRA-SP	Não	Não	30/01/2008	
145.500	0,025	0	0,000	145.500	0,025
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ITAÚ UNIBANCO S.A					
60.701.190/0001-04	Brasil-SP	Não	Não	20/02/2020	
29.496.270	5,103	0	0,000	29.496.270	5,103
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	BRASILEIRA-SP	Não	Não	19/02/2018	
6.376.005	1,103	0	0,000	6.376.005	1,103
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
LC EH Participações e Empreendimentos S/A					
02.986.755/0001-32	BRASILEIRA-SP	Não	Não	08/11/2010	
80.282.970	13,891	0	0,000	80.282.970	13,891
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
397.224.490	68,738	0	0,000	397.224.490	68,738

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TOTAL					
577.913.182	100,000	0	0,000	577.913.182	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
HG SENTA PUA FIA				**08.613.315/0001-16**	
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	BRASILEIRA-SP	Não	Não	19/02/2018	
2.785.041	99,840	0	0,000	2.785.041	99,840
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino					
306.743.308-46	Brasileiro-SP	Não	Não	30/01/2008	
4.355	0,160	0	0,000	4.355	0,160
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.789.396	100,000	0	0,000	2.789.396	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LC EH Participações e Empreendimentos S/A				**02.986.755/0001-32**	
Ernesto Mário Haberkorn					
029.258.698-15	BRASILEIRA-SP	Não	Não	08/02/2018	
109.019	19,962	92.351	16,910	201.370	36,873
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	BRASILEIRA-SP	Não	Não	19/02/2018	
344.745	63,126	0	0,000	344.745	63,126
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
453.764	83,089	92.351	16,910	546.115	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

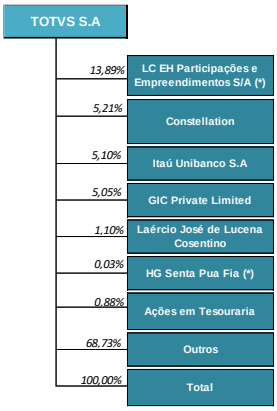
Data da última assembleia / Data da última alteração	16/05/2019
Quantidade acionistas pessoa física	5.265
Quantidade acionistas pessoa jurídica	179
Quantidade investidores institucionais	551

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

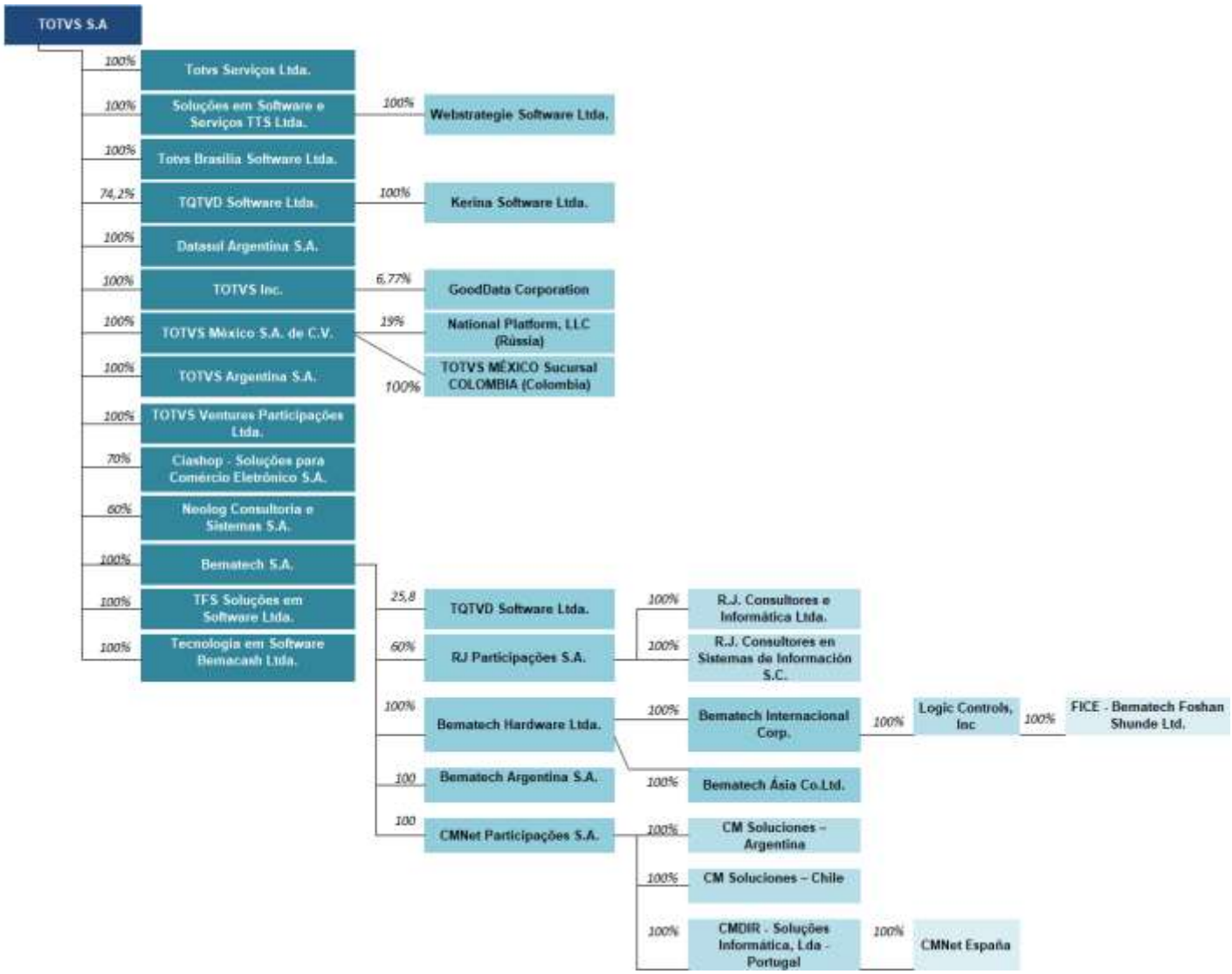
Quantidade ordinárias	134.465.885	81,181%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	134.465.885	81,181%

Acionistas



(*) Laércio José de Lucena Cosentino detêm participação no fundo LC EH Participações e Empreendimentos S/A.

Grupo econômico



A Administração não tem conhecimento de existência de acordo entre os acionistas da Companhia.

Não se aplica, haja vista que não há grupo de controle na Companhia.

Não houve eventos societários relevantes nos três últimos exercícios sociais.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

As transações com partes relacionadas à Companhia são sempre realizadas com a observância da Lei das Sociedades por Ações e das melhores práticas de governança corporativa, sendo contratadas em preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação (tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade etc.). Participam de referidas negociações pessoas sem interesses pessoais nas matérias negociadas.

Adicionalmente, a Companhia possui uma política de partes relacionadas com todos os procedimentos, princípios e metodologia de aprovação de transações com partes relacionadas e administração de situações de potencial conflito de interesses. Essa política foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2019, tornada pública em 20 de março de 2019, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos.

Dentre os principais pontos dessa política, destacam-se os seguintes:

- Cada pessoa chave da administração ou com influência significativa deve completar anualmente um questionário destinado a coletar informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições de referida política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe se informar com os membros próximos da família e administradores de suas entidades relacionadas, se for o caso.

- A área de Compliance da TOTVS manterá um cadastro atualizado com a identificação do pessoal-chave da administração, ou com influência significativa, bem como as partes relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis por transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação pode ser uma transação com parte relacionada.

- O pessoal-chave da administração da Companhia ou com influência significativa será instruído, e periodicamente orientado, sobre a obrigação de informar à Diretoria de Riscos e Compliance sobre qualquer potencial transação da Companhia com parte relacionada de que tenha conhecimento.

- Qualquer transação, que eventualmente possa se enquadrar como uma transação com Parte Relacionada deve ser reportada à área de Compliance, responsável por emitir parecer, em conjunto com o Departamento Jurídico, para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos de referida política.

- As referidas transações devem ser instruídas com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião do gestor responsável pela condução da transação de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada, e (b) a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, tendo em conta ainda o seu custo de monitoramento pela Companhia.

- Toda transação com Parte Relacionada deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da TOTVS. Para tanto, a transação deve ser previamente submetida ao Comitê de Auditoria da TOTVS, instruída por parecer da área de Compliance e do Departamento Jurídico da TOTVS, responsável por avaliar se as diretrizes de referida política foram observadas na instrução do processo sobre a transação em análise.

- As transações com partes relacionadas devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, entre outras. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de

resilição, pela Companhia de qualquer transação com parte relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas.

- Os membros do Conselho de Administração ou o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria e seus membros, a seu critério, terão acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer pareceres ou opiniões técnicas que tenha recebido.

- O Conselho de Administração deve definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma transação com Parte Relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida à análise.

- O Conselho de Administração poderá aprovar a transação com parte relacionada caso conclua, de boa-fé, que a transação é equitativa e no interesse da Companhia, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a transação ocorra de maneira equitativa e no interesse da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
VIP VII Empreendimentos e Participações S.A.	21/10/2013	245.440.998,27	R$ 202.332.573,35	R$ 104.876.938,56	02/03/2027	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP VII - Empreendimentos e Participações S.A. "VIP VII", na qual Laércio José de Lucena Cosentino detém, indiretamente, 41,964% de participação e Marcelo Eduardo Sant´Anna Cosentino detém diretamente, 0,254% do capital da referida parte relacionada.						
Objeto contrato	Locação de imóvel comercial na modalidade built to suit (construído sob medida) para a nova sede social da Companhia na cidade de São Paulo, localizado na Avenida Braz Leme, 1000.						
Garantia e seguros	Fiança prestada por TOTVS Serviços Ltda. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra riscos de fogo, vendaval, inundação, raio, explosão referente ao prédio, seus pertences e acessórios, pelo valor equivalente a 96 vezes o aluguel mensal.						
Rescisão ou extinção	Caso a Companhia rescinda o contrato antes do prazo de 10 anos, será aplicada uma multa correspondente a 70% dos alugueis remanescentes.						
Natureza e razão para a operação	Locação da sede social da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2016	6.922.546,29	R$ 233.960,04	R$ 2.734.405,78	31/05/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda. (“VIP IV”), detida, indiretamente, por Laércio José de Lucena Cosentino, titular de 39,5% do capital da VIP IV.						
Objeto contrato	Contrato de Locação Comercial do imóvel localizado na Av. Braz Leme, n.º 1793, São Paulo/SP. O reajuste do contrato é anual de acordo com a variação do IGP-M no período.						
Garantia e seguros	N/A quanto à garantia. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra incêndio para os imóveis, pelo valor atualizado do imóvel.						
Rescisão ou extinção	No caso de infração contratual, multa correspondente ao valor mensal de três aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Locação do datacenter da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imboliários Ltda.	04/09/2015	0,00	-	0	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Inovalli Admnistração de Obras, Engenharia e Rmpreendimentos Imobiliários Ltda., na qual Laercio José de Lucena Cosentino possui 27,5% do capital social.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Concepção, desenvolvimento, memorial descritivo e a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS em São Paulo. Para o acompanhamento e execução da implantação será cobrado 5% sobre todos os serviços e produtos comprados e executados na implantação da nova sede.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	31/03/2019	41.551,81	R$ 0	R$ 11.426,75	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Inovalli figura como cliente TOTVS e possui o produto "FLUIG 100 USUARIOS" e aluguel de Cloud. Laercio José de Lucena Cosentino possui 27,5% do capital social da Inovalli.						
Objeto contrato	Contrato de mensalidade de uso de software.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRASSCOM ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	31/03/2019	248.213,00	R$ 0	R$ 314.197,93	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Laércio José de Lucena Cosentino figura como conselheiro da BRASSCOM.						
Objeto contrato	Contribuição Associativa anual.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Laércio José de Lucena Cosentino figura como conselheiro da BRASSCOM.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ciashop - Soluções para Comércio Eletrônico S.A.	20/02/2017	2.050.000,00	R$ 2.535.000,00	R$ 760.436,46	20/01/2021	SIM	6,500000
Relação com o emissor	A TOTVS S.A. possui 70% de participação na Ciashop - Soluções para comércio eletrônico S.A. e os 30% restantes com os acionistas minoritários Maurício José Trezub e Kleber Martins Albertini.						
Objeto contrato	Contrato de mútuo conversível em ações						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

O Conselho de Administração da TOTVS S.A. estabeleceu por meio da política mencionada no item 16.1, diretrizes e procedimentos para assegurar que transações entre Partes Relacionadas e a TOTVS ou suas controladas sejam realizadas no melhor interesse da TOTVS ou de suas controladas, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a política visa a prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de Transações envolvendo Partes Relacionadas.

Para garantir que os mecanismos de proteção definidos na política quanto a conflito de interesses sejam acionados, a Política prevê a possibilidade de reporte por qualquer pessoa que tenha conhecimento de situação que possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada, cabendo à área de Compliance, em conjunto com o Departamento Jurídico, emitir parecer para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos da Política.

Além disso, nas situações nas quais as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se for solicitada, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Na análise, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria devem considerar os seguintes fatores: (a) Se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada; (b) Se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia; (c) Os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver; (d) Se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; (e) A metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e (f) A extensão do interesse da Parte Relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes.

No processo de aprovação de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e o Comitê Auditoria deverão analisar as seguintes informações, além de outras que julguem relevantes para a análise da transação especifica: (a) Os termos da transação; (b) O interesse da Parte Relacionada e o impacto da aprovação da transação em sua dedicação para com a TOTVS; (c) O objetivo e oportunidade da transação; (d) Se a Companhia é parte na transação e, se não, a natureza de sua participação; (e) Se a transação envolver a venda de um ativo, a descrição do ativo, incluindo data de aquisição e valor contábil ou custo atribuído; (f) Informações sobre as potenciais contrapartes na transação; (g) O montante financeiro aproximado da transação, bem como o valor do interesse da Parte Relacionada; (h) Descrição de eventuais provisões ou limitações impostas à Companhia como resultado da celebração da transação; (i) Se a transação envolve algum risco reputacional para a Companhia; e (j) Qualquer outra informação que possa ser relevante para os acionistas e investidores, diante das circunstâncias da transação específica.

Na locação da sede da Companhia, o processo de análise e seleção do imóvel foi realizado por meio de uma consultoria independente. Além disso, a consultoria também conduziu o processo de negociação financeira das alternativas. O Comitê de Remuneração e Gente e o Comitê de Auditoria da Companhia revisaram tanto os estudos realizados pela consultoria, quanto as cláusulas contratuais de proteção da TOTVS, na hipótese de não cumprimento do cronograma de execução da obra e/ou das especificações técnicas, e recomendaram a aprovação da transação pelo Conselho de Administração.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
27/04/2020	1.382.508.564,43		577.913.181	0	577.913.181
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
27/04/2020	1.382.508.564,43		577.913.181	0	577.913.181
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
27/04/2020	1.382.508.564,43		577.913.181	0	577.913.181
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
28/05/2019	1.382.508.564,43		192.637.727	0	192.637.727
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
28/05/2019	1.382.508.564,43		192.637.727	0	192.637.727
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/05/2019	1.382.508.564,43		192.637.727	0	192.637.727
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
16/05/2019	2.500.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
05/04/2018	1.041.228.564,43		165.637.727	0	165.637.727
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
05/04/2018	1.041.228.564,43		165.637.727	0	165.637.727
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
05/04/2018	1.041.228.564,43		165.637.727	0	165.637.727
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				

20/04/2017	1.300.000.000,00		0	0	0

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2017	Conselho de Administração	20/04/2017	448,466,498.84	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

05/04/2018	Conselho de Administração	05/04/2018	51,387,796.01	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

22/05/2019	Conselho de Administração	28/05/2019	341,280,000.00	Subscrição pública	27,000,000	0	27,000,000	32.78776665	12.64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Aprovar o preço de R$39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) para a emissão, pela Companhia, de cada ação ordinária no contexto da Oferta (“Preço por Ação”), o qual foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais (“Procedimento de Bookbuilding”), tendo
como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas ações. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada por ter sido aferido por meio da realização do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não promovendo a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.

Determinar que, do Preço por Ação de R$39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos): (i) R$12,64 (doze reais e sessenta e quatro centavos) sejam destinados ao capital social, totalizando o montante de R$341.280.000,00 (trezentos e quarenta e um
milhões, duzentos e oitenta mil reais); e (ii) o saldo, de R$26,86 (vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) por ação, seja destinado à formação de reserva de capital, na forma do disposto na alínea ‘a’ do ?1º do Art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, totalizando o montante de R$725.220.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, duzentos e vinte mil reais).

Forma de integralização

Integralizadas à vista no ato de susbcrição em moeda corrente nacional (R$).

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
27/04/2020	192,637,727	0	192,637,727	577,913,181	0	577,913,181

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social. Para fins de esclarecimento, para cada ação ordinária de sua titularidade o acionista receberá, em função do desdobramento, mais duas ações da mesma espécie, ficando, ao final, com três ações ordinárias da Companhia (1:3). Como consequência, o número de ações ordinárias em que se divide o capital da Companhia passou de 192.637.727 para 577.913.181.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações garantem aos seus titulares direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, de acordo com o Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações ordinárias direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias, na proporção de suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	Vide item 18.12 deste Formulário
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário
Outras características relevantes	A TOTVS está listada no “Novo Mercado”, o mais avançado nível de governança corporativa das empresas listadas na BM&FBOVESPA, e adota práticas que excedem as exigências da legislação com referência à governança corporativa e aos direitos dos acionistas, conforme regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Limite de Voto

Não há regras no Estatuto Social que limitem ou restrinjam o direito de voto dos acionistas da Companhia. No capítulo VII, do Estatuto Social da Companhia, estão dispostas as regras que dispõem acerca da realização de oferta pública de aquisição de ações na hipótese de alienação do controle acionário, aquisição de participação relevante, cancelamento do registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

Ofertas

A seguir são transcritos os artigos do Estatuto Social da Companhia com previsão de eventos relacionados à obrigação de realização de Oferta Pública:

Artigo 42 - A Alienação do Controle (conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 42 do Estatuto Social) da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição ("OPA") das ações de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Parágrafo 1º abaixo).

Parágrafo 1º - Para fins do Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados: "**Acionista Controlador**" - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia. "**Acionista Controlador Alienante**" - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia. "**Ações de Controle**" - significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia. "**Adquirente**" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere valores mobiliários que venham a resultar na Alienação de Controle da Companhia. "**Alienação de Controle da Companhia**" - significa a transferência a terceiro, a título oneroso, de Ações de Controle, de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia que venham a resultar na aquisição do Poder de Controle por parte do Adquirente. "**Grupo de Acionistas**" significa o grupo de pessoas: **(i)** vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou **(ii)** entre os quais haja relação de controle; ou **(iii)** sob controle comum. "**Poder de Controle**" significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. "**Valor Econômico**" - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 2º – Caso a aquisição do controle também sujeite o Adquirente do Controle à obrigação de realizar a OPA exigida pelo Artigo 43 do Estatuto Social, o preço de aquisição na OPA será o maior entre os preços determinados em conformidade com o Artigo 42 e o Artigo 43, Parágrafo 2° do Estatuto Social da Companhia.

Artigo 43 - Qualquer acionista ou pessoa, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos do Artigo 43 do Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser: **(i)** dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; **(ii)** efetivada em leilão a ser realizado na B3; **(iii)** lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social; e **(iv)** paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre **(i)** 125% (cento e vinte e cinco por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; **(ii)**

125% (cento e vinte e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo acionista ou pessoa, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; **(iii)** o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação.

Parágrafo 3º - Acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, poderão solicitar a elaboração de novo laudo de avaliação, preparado nos mesmos moldes daquele referido no item **(iii)** do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, mas por instituição diversa. **(I)** Caso o novo laudo apure preço por ação inferior àquele calculado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o preço maior prevalecerá e os acionistas que solicitaram a elaboração do laudo deverão arcar integralmente com o seu custo, de forma proporcional à participação dos mesmos no capital social da Companhia. **(II)** Na hipótese de o laudo previsto neste Parágrafo apurar preço por ação superior àquele obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o acionista ou pessoa poderá: **(1)** desistir da OPA, obrigando-se a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da aquisição, devendo os custos com a elaboração do novo laudo ser integralmente assumidos pelos acionistas que solicitaram a sua elaboração, de forma proporcional à participação dos mesmos no capital social da Companhia; **(2)** realizar a OPA pelo preço por ação indicado no novo laudo, devendo os custos com a elaboração do mesmo ser assumidos pela Companhia.

Parágrafo 4º - Na hipótese de revisão do preço da OPA, na forma prevista no Parágrafo 3º do Artigo 43 do Estatuto Social, e desde que não haja desistência do acionista ou pessoa, o leilão será iniciado pelo novo preço, devendo ser publicado fato relevante informando sobre a revisão do preço e a manutenção ou desistência da OPA.

Parágrafo 5º - Na revisão do preço da OPA adotar-se-á o seguinte procedimento:
(i) o pedido de elaboração de novo laudo de avaliação do preço por ação da Companhia com base no Valor Econômico, devidamente fundamentado e acompanhado de elementos de convicção que demonstrem a falha ou imprecisão no emprego da metodologia de cálculo ou no critério de avaliação adotado, deverá ser formulado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da divulgação do valor da oferta pública, e suspenderá o curso do processo de registro ou, se já concedido este, o prazo do edital da OPA, adiando o respectivo leilão, devendo o acionista ou pessoa providenciar a publicação de fato relevante dando notícia do adiamento e da data designada para a realização da reunião do Conselho de Administração que deliberará sobre a escolha de empresa especializada que elaborará o laudo;

(ii) caso o Conselho de Administração delibere pela não realização de nova avaliação da Companhia, será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão;

(iii) caso o laudo de avaliação venha a apurar valor igual ou inferior ao valor da OPA obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão;
(iv) caso o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor da OPA obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o acionista ou pessoa deverá publicar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da apresentação do laudo, fato relevante informando se mantém a OPA ou dela desiste, esclarecendo, na primeira hipótese, que será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão e o novo preço;
(v) o prazo de 15 (quinze) dias referido no inciso (i) do Parágrafo 5º somente começará a correr após a entrega do laudo de avaliação original à CVM, ou após a sua disponibilização na forma do item (viii) do Parágrafo 5º do Artigo 43 do Estatuto Social, se esta ocorrer antes, devendo o acionista ou pessoa publicar fato relevante, dando notícia de tal entrega;
(vi) a reunião do Conselho de Administração que deliberar pela realização de nova avaliação deverá nomear o responsável pela elaboração do laudo, aprovar-lhe a remuneração, estabelecer prazo não superior a 30 (trinta) dias para o término dos serviços, e determinar que o laudo seja encaminhado à Companhia, na pessoa de seu Diretor de Relações com Investidores, à bolsa de valores em que deva realizar-se o leilão, e à CVM, além de ser encaminhado também ao endereço eletrônico desta última, no formato específico indicado pela CVM;

(vii) a instituição responsável pela elaboração do laudo de avaliação deverá ainda, na mesma data da entrega do laudo à CVM, comunicar à instituição intermediária que atuar na OPA, conforme previsto no Artigo 4º, IV da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM 361"), o resultado da avaliação, para que esta e o acionista ou pessoa adotem as providências cabíveis, dentre aquelas previstas nos incisos (iii) e (iv) do Parágrafo 5º do Artigo 43 do Estatuto Social;
(viii) o laudo de avaliação de que trata este Parágrafo 5º ficará disponível nos mesmos lugares, e no mesmo formato, do laudo de avaliação de que trata o Artigo 8º da Instrução CVM 361; e

(ix) a ata da reunião do Conselho de Administração a que se refere este Parágrafo 5º indicará, necessariamente, o nome dos acionistas que solicitaram a realização de nova avaliação, para efeito de eventual aplicação do disposto no Parágrafo 3º, (I) e (II.2) do Artigo 43 do Estatuto Social.

Parágrafo 6º - A realização da OPA mencionada no caput do Artigo 43 do Estatuto Social não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - O acionista ou pessoa estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 8º - Na hipótese do acionista ou pessoa não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos **(i)** para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou **(ii)** para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, ou com as obrigações previstas no Artigo 52 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou pessoa não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista ou pessoa que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do acionista ou pessoa por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 9º - Qualquer acionista ou pessoa que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

Parágrafo 10 - As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei de Sociedade por Ações e do Artigo 42 do Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo acionista ou pessoa das obrigações constantes do Artigo 43 do Estatuto Social, ressalvado o disposto nos Artigos 50 e 51 do Estatuto Social.
Parágrafo 11 - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: **(i)** de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; **(ii)** da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; **(iii)** da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou **(iv)** da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.
Parágrafo 12 - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput do Artigo 43 do Estatuto Social, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 13 - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 14 - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão do Artigo 43 do Estatuto Social obrigará os acionistas que tiverem votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 10 do Estatuto Social.

Artigo 44 - A oferta pública de aquisição de ações, a ser realizada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, deverá ser realizada por preço justo, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 45 - A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer (i) independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada pela assembleia geral da Companhia, na forma do art. 12, x, desse Estatuto Social, ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida

de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

(i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no Artigo 4º- A da Lei nº 6.404/76; e
(ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º - Para os fins do art. 45, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.
Parágrafo 2º - Caso atingido o quórum mencionado no parágrafo acima: (i) os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável as ofertas públicas de aquisição de ações, e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir ações em circulação remanescentes pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da regulamentação em vigor, o que deverá ocorrer, em no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Artigo 46 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 45 acima.

Parágrafo 1º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.
Parágrafo 3º - Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste artigo, serão observados os procedimentos para oferta pública de cancelamento de registro.
Artigo 47 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 determinar que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput do Artigo 47 do Estatuto Social não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no Parágrafo 1º do Artigo 47 do Estatuto Social deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 para esse fim, o que for menor.

Artigo 48 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, nos termos do artigo 45 do Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da

deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 49 - O laudo de avaliação da Companhia para fins de determinação do preço justo e/ou Valor Econômico, conforme o caso, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou dos Acionistas Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º.

Parágrafo Único - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 43 do Estatuto Social.

Artigo 50 - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 51 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 52 - Qualquer acionista ou pessoa que tenha subscrito e/ou adquirido ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 8% (oito por cento) do capital social da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigado a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia, sua intenção de adquirir outras ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, observados sempre os termos da legislação vigente, da regulamentação da CVM e os regulamentos da B3 aplicáveis.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação.

Não há cláusulas estatutárias suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	879.869.170	29,84	23,75	R$ por Unidade	26,54
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	709.732.443	31,14	23,80	R$ por Unidade	27,30
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	858.553.101	32,06	26,50	R$ por Unidade	29,23
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	779.167.786	33,65	28,75	R$ por Unidade	30,75

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	762.716.038	28,63	23,59	R$ por Unidade	26,29
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	706.247.636	31,68	27,50	R$ por Unidade	29,37
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	560.837.243	32,30	28,73	R$ por Unidade	30,87
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	916.579.836	34,65	29,56	R$ por Unidade	31,68

Exercício social **31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	989.811.621	33,70	27,20	R$ por Unidade	30,64
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	926.182.775	32,86	26,95	R$ por Unidade	29,14
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	935.175.277	33,34	29,35	R$ por Unidade	31,39
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.426.672.765	31,82	21,51	R$ por Unidade	25,85

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	15/09/2017
Data de vencimento	15/09/2020
Quantidade	200.000
Valor total	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	203.431.000,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, e depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A TOTVS poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os debenturistas, para aceitar ou não resgate antecipado das debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica
Outras características relevantes	Aquisição Facultativa: A emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações e as restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476. As debêntures adquiridas pela emissora poderão ser canceladas, ser novamente colocadas no mercado ou permanecer na tesouraria da Emissora, devendo tal fato, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; Demais características das debêntures, da emissão e da Oferta: as demais características das debêntures, da emissão e da oferta encontram-se descritas na escritura de emissão, na RCA e nos demais documentos a elas pertinentes.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil. Especificamente as ações da Companhia são negociadas na B3– Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) “TOTS3”, na categoria de maior nível de governança corporativa, o “Novo Mercado”.

As debêntures emitidas pela Companhia são negociadas na B3 sob os códigos de negociação TOTS11.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem títulos emitidos no exterior

1ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$200 milhões, e vencimento final em 15 de setembro de 2020. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 105% do CDI.

Para maiores informações sobre a emissão de debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 1° emissão pública de debênture foram integralmente utilizados para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social da Emissora e/ou pré-pagamento de dívidas.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

Inexistem ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia.

- **Oferta Restrita de Ações**

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2019, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de maio de 2019, O Conselho de Administração aprovou a fixação do preço por ação no valor de R$39,50 ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R$1.066.500.000,00.

Foi determinado que, do Preço por Ação de R$39,50: (i) R$12,64 sejam destinados ao capital social, totalizando o montante de R$341.280.000,00; e (ii) o saldo, de R$26,86 por ação, seja destinado à formação de reserva de capital, na forma do disposto no artigo 182, parágrafo 1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, totalizando o montante de R$725.220.000,00.

Em razão do aumento do capital social, no contexto da Oferta, mediante a emissão de 27.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), número este que inclui as Ações Adicionais (conforme definido abaixo), o capital social passou de R$1.041.228.564,43, dividido em 165.637.727 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$1.382.508.564,43, dividido em 192.637.727 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal

Oferta

A Oferta está sendo realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor ("Código ANBIMA") e demais disposições legais aplicáveis, incluindo o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ("Regulamento do Novo Mercado") e o Ofício Circular 087/2014 DP, emitido pela B3 em 28 de novembro de 2014 ("Ofício Circular B3 087/2014 DP"), sob a coordenação de Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan", e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), nos termos do contrato de distribuição da Oferta, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Distribuição") ("Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior, por BTG Pactual US Capital LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e J.P. Morgan Securities LLC ("Agentes de Colocação Internacional"), nos termos do "*Placement Facilitation Agreement*", celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), para Investidores Estrangeiros (conforme definido no Fato Relevante da Oferta).

Não foi admitida e não houve distribuição parcial no âmbito da Oferta.

Ações Adicionais

A quantidade de Ações inicialmente ofertadas foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 7.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"). As Ações Adicionais serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Exclusão do Direito de Preferência e Concessão do Direito de Prioridade

No âmbito da Oferta, a emissão das Ações (considerando as Ações Adicionais) pela Companhia é realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 9º do estatuto social da Companhia, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social.

Nos termos do artigo 9º A da Instrução CVM 476, de forma a assegurar a participação dos atuais acionistas da Companhia na Oferta, foi concedida prioridade aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia (a) ao final do dia 9 de maio de 2019, após o fechamento do mercado ("Primeira Data de Corte"), conforme posição de custódia (i) na Central Depositária de Ativos da B3 ("Central Depositária"), e (ii) na Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Instituição Escrituradora") ("Acionistas"); e (b) ao final do dia 17 de maio de 2019, após o fechamento do mercado ("Segunda Data de Corte"), conforme posição de custódia (i) na Central

Depositária; e (ii) na Instituição Escrituradora, observado o Limite de Subscrição Proporcional e desde que permanecessem titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia na Segunda Data de Corte, para subscrição de até a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais) a serem colocadas por meio da Oferta, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia na Segunda Data de Corte, de acordo com os termos e o procedimento previsto no Fato Relevante da Oferta ("Oferta Prioritária").

Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Institucionais ("Procedimento de *Bookbuilding*"), e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a conclusão da Oferta.

Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, e, portanto, não promovendo a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.

Foram consideradas no Procedimento de *Bookbuilding* as demandas dos investidores de acordo com o plano de distribuição previamente acordado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e que estivessem de acordo com os objetivos da Companhia na realização da Oferta.

Os Acionistas que participaram exclusivamente da Oferta Prioritária não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

No âmbito da Oferta Institucional, poderia ter sido, mas não foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam nos termos do artigo 55 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM n.º 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta Institucional, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400, para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400.

Nos termos da Instrução da CVM n.º 530, de 22 de novembro de 2012, fica vedada a subscrição de Ações por investidores que tenham realizado vendas a descoberto de ações ordinárias de emissão da Companhia na data de fixação do Preço por Ação e nos cinco pregões que a antecederam, sendo todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e intenções de investimento de tais investidores automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados devolvidos pelo Agente de Custódia ou pelos Coordenadores da Oferta, conforme o caso, sem juros, correção monetária ou reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da data de divulgação do cancelamento. São consideradas vendas a descoberto aquelas realizadas por investidores que não sejam titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou cuja titularidade resulte de empréstimo ou outro contrato de efeito equivalente. Ademais, são consideradas operações de um mesmo investidor as vendas a descoberto e as aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia

realizadas em seu próprio nome ou por meio de qualquer veículo cuja decisão de investimento esteja sujeita à sua influência. Fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor não serão considerados um único investidor para efeito do disposto neste parágrafo, desde que as operações estejam enquadradas nas respectivas políticas de investimento de cada fundo. A vedação prevista neste parágrafo não se aplica nos seguintes casos: (i) operações realizadas por pessoas jurídicas no exercício da atividade de formador de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme definida na norma específica; e (ii) operações posteriormente cobertas por aquisição em mercado da quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente à posição a descoberto até, no máximo, dois pregões antes da data de fixação do Preço por Ação.

Oferta Institucional

Após o atendimento do Direito de Prioridade, no âmbito da Oferta Prioritária, as Ações (considerando as Ações Adicionais remanescentes foram destinadas à colocação pública junto a (i) investidores profissionais, conforme definidos pelo artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio ("Investidores Profissionais"), limitados a, no máximo, 75 Investidores Profissionais e a subscrição de Ações limitada a, no máximo, 50 Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476; e (iii) Investidores Estrangeiros (os Investidores Profissionais e os Investidores Estrangeiros, em conjunto, "Investidores Institucionais"), por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional ("Oferta Institucional").

Apresentamos abaixo as seguintes informações relacionadas à Oferta:

Custos da Oferta

As comissões e as despesas da Oferta, incluindo despesas com advogados, consultores, auditores e publicidade, serão pagas exclusivamente pela Companhia.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta:

Custos	Custo Total (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta[1]	Custo por Ação (R$)	% em Relação ao Preço por Ação[1]
Comissões da Oferta	**21.330.000,00**	**2,00%**	**0,79**	**2,00%**
Comissão de Coordenação	3.199.500,00	0,30%	0,12	0,30%
Comissão de Colocação	9.598.500,00	0,90%	0,36	0,90%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	3.199.500,00	0,30%	0,12	0,30%
Comissão de Incentivo	5.332.500,00	0,50%	0,20	0,50%
Despesas da Oferta[2]	**7.795.791,45**	**0,73%**	**0,29**	**0,73%**
Tributos e Outras Retenções	2.278.190,37	0,21%	0,08	0,21%
Registro da Oferta pela ANBIMA[3]	43.011,95	0,00%	0,00	0,00%
Custos da B3	436.989,13	0,04%	0,02	0,04%
Advogados e Consultores	2.087.600,00	0,20%	0,08	0,20%
Auditor Independente	1.450.000,00	0,14%	0,05	0,14%
Outros[4]	1.500.000,00	0,14%	0,06	0,14%
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**29.125.791,45**	**2,73%**	**1,08**	**2,73%**

(1) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.
(2) Despesas estimadas.
(3) A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, conforme artigo 1º, parágrafo 3º do Código ANBIMA.
(4) Custos com apresentações de *roadshow* e outros.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição.

Destinação dos Recursos

Considerando-se o Preço por Ação, os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas, são de R$1.037 milhões. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, vide seção “Custos da Oferta” acima.

Pretendemos investir a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Oferta em potenciais aquisições de empresas que possam contribuir para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do *core business* e de expansão para novos mercados, sendo que quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para reforço de capital da Companhia.

Nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição (com mais de dez *targets* mapeados) é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe com a estratégia da Companhia, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado, sendo, nesta data, o valor estimado por operação na faixa entre R$25 milhões a R$800 milhões. Para mais detalhes sobre as nossas estratégias de aquisição, ver item ”7.1. Descrição das Atividades Principais do Emissor e suas Controladas” deste Formulário de Referência.

Nesta data, ainda não há uma posição definida sobre quais empresas serão adquiridas pela Companhia e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

Caso os recursos provenientes da Oferta não sejam suficientes para custear a Destinação de Recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta na situação patrimonial da Companhia, vide item "Capitalização" abaixo.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos, debentures e obrigações por aquisição de investimentos consolidados (circulantes e não circulantes) da Companhia, seu patrimônio líquido e a capitalização, indicando:

- a situação real em 31 de março de 2019;
- a posição ajustada para considerar os recursos líquidos provenientes da Oferta no valor de R$1.037.374 mil, com base no Preço por Ação, e após a dedução das comissões e das despesas devidas no âmbito da oferta no montante de R$29.126 mil.

Para mais informações, vide itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "10. Comentários dos Diretores" e "18. Valores Mobiliários" deste Formulário de Referência.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das informações trimestrais consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" deste Formulário de Referência, bem como com nossas informações trimestrais consolidadas.

	Em 31 de março de 2019	
	Efetivo	**Ajustado Pós Oferta [2]**
	(em R$ milhares)	
Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos (circulante).....	314.345	314.345
Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos (não circulante).....	420.349	420.349
Dívida bruta[1]	**734.694**	**734.694**
Total do patrimônio líquido.....	**1.307.010**	**2.344.384**
Capitalização Total[3].....	**2.041.704**	**3.079.078**

(1) Dívida bruta corresponde a empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos circulante e não circulante.
(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta, no valor de R$1.037.374 mil e após a dedução das comissões e das despesas devidas no âmbito da Oferta no montante de RR29.126 mil.
(3) Capitalização total corresponde à soma total da dívida bruta e do patrimônio líquido na data indicada.

Exceto pelo descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2019.

Diluição

Os Acionistas que optarem por não participar da Oferta ou exercerem seu Direito de Prioridade subscrevendo quantidade de Ações inferior ao seu Limite de Subscrição Proporcional, bem como os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento.

Em 31 de março de 2019, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$1.307.010.000,00 e o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia correspondia, na mesma data, a R$7,99. Esse valor patrimonial representa o valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia em 31 de março de 2019, excluindo ações em tesouraria, que é o mesmo na data do Fato Relevante da Oferta.

Após considerarmos a colocação das Ações [, pelo Preço por Ação e após a dedução das comissões e das despesas estimadas da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2019 seria de R$ 2.344 milhões, representando um valor de R$12,30 por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia para os acionistas existentes de R$4,31 e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia para novos investidores e Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta de 68,87%. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia imediatamente após a Oferta. Para mais informação sobre as comissões de distribuição e das despesas da Oferta, ver “Custos da Oferta” acima.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2019 e considerando os impactos da realização da Oferta:

	Após a Oferta
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação.....	39,50
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de março de 2019[1].....	7,99
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019 ajustado para refletir a Oferta[1]	12,30
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de março de 2019 para os atuais acionistas.....	4,31
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores[2].....	27,20
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[3].....	**68,87%**

(1) Valor patrimonial contábil por ação, sem considerar as ações em tesouraria.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações
A Companhia possui atualmente dois planos de remuneração baseados em ações em vigor: o segundo plano, aprovado em assembleia geral extraordinária realizada pela Companhia em 29 de novembro de 2012 ("Plano 2"), e o terceiro plano, aprovado em assembleia geral extraordinária realizada pela Companhia em 15 de dezembro de 2015 ("Plano 3", em conjunto com o Plano 2, "Planos").

Plano 2

No âmbito do Plano 2, os administradores e funcionários da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto que sejam membros do Comitê Executivo da Companhia, ocupem funções de Diretores ou Gestores Executivos ou sejam funcionários da Companhia e de suas Controladas que, a critério do nosso Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação ou retenção seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia são elegíveis a participar do Plano 2.

O Plano 2 é administrado por nosso Conselho de Administração, que tem competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano 2, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais do plano.

A quantidade total de ações destinadas ao Plano 2 não poderia ultrapassar, na data de aprovação do plano, a 2,5% do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano 2 pela assembleia geral da companhia). Na data do Fato Relevante da Oferta, a quantidade de opções em aberto correspondia a 88.087. Cada opção corresponderá a uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Atualmente existem vigentes opções vigentes da 12ª, 13ª e 14ª outorgas dentro do Plano 2.

	Após a Oferta
	(Em R$, exceto percentagens)
Quantidade de ações oriundas da 12ª outorga	73.225
Preço de exercício das opções da 12ª outorga	35,60
Quantidade de ações oriundas da 13ª outorga	1.686
Preço de exercício das opções da 13ª outorga	0,00
Quantidade de ações oriundas da 14ª outorga	13.176
Preço de exercício das opções da 14ª outorga	35,60
Quantidade de ações em aberto após o período *vesting* âmbito do Plano 2	88.087
Preço por Ação	39,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019[1]	7,99
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019 ajustado pela Oferta e as ações oriundas do Plano 2	12,31
Aumento do valor patrimonial contábil por ação para os atuais acionistas considerando a Oferta[1][2] e as ações do Plano 2	4,32
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os Investidores Institucionais e os Acionistas que adquirirem Ações no âmbito da Oferta[2]	27,19
Diluição percentual para os Investidores Institucionais e os Acionistas que adquirirem Ações no âmbito da Oferta[3]	68,84%

(1) Valor patrimonial contábil por ação, sem considerar as ações em tesouraria.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Plano 3

O Plano 3 é de ações restritas (*restricted stock*), deste modo serão utilizadas ações mantidas em tesouraria ou que venham a ser adquiridas pela Companhia para tal fim, observada a regulamentação aplicável. Portanto, não há diluição dos investidores institucionais da Oferta ou Acionistas em relação ao Plano 3.

Para mais informações sobre os Planos, vide item "13. Remuneração dos Administradores" do nosso Formulário de Referência.

Prêmio de Não Conversão das Debêntures de 2008

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R$200,0 milhões por meio da emissão de até 100.000 (units), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas séries de debêntures da primeira emissão privada da Companhia, não destacáveis, sendo uma debênture conversível da primeira série e uma debênture conversível da segunda série. O valor total de principal e juros foram integralmente pagos em 2016.

O prêmio de não conversão das debêntures da primeira série é corrigido pelo IPC-A, acrescido de 8,0% ao ano, enquanto que o da segunda série é corrigido pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago até 19 de agosto de 2019. O prêmio de não conversão poderá ser pago em ações ordinárias de emissão da Companhia ou em espécie, a exclusivo critério dos debenturistas, sendo considerado para tal finalidade o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia negociada nos 30 pregões na B3 anteriores à data de pagamento.

A tabela a seguir ilustra a diluição decorrente do Prêmio de Não Conversão, que poderá resultar em diluição adicional para os acionistas existentes e novos investidores, conforme tabela abaixo:

	Após a Oferta
	(Em R$, exceto porcentagens)
Preço de conversão do prêmio de não conversão em 31 de março de 2019	36,34
Saldo do prêmio de não conversão em 31 de março de 2019	75.891.000
Número de Ações após a Oferta, excluindo ações em tesouraria.....	190.652.376
Número de Ações a serem emitidas em decorrência da conversão da totalidade do prêmio de não conversão	2.088.360
Preço por Ação.....	39,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019(1).....	7,99
Valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2019, ajustado pela Oferta e considerando conversão da totalidade do prêmio de não conversão	12,56
Aumento do valor patrimonial contábil por ação para os atuais acionistas considerando a Oferta e a conversão da totalidade do prêmio de não conversão	4,57
Aumento do valor patrimonial contábil por ação para novos investidores e os Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta(2).....	26,94
Diluição percentual para novos investidores e os Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta(3)	68,21%

(1) Valor patrimonial contábil por ação, sem considerar as ações em tesouraria.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Para mais informações sobre o prêmio de não conversão das debêntures de 2008, vide item "10.1(f)" deste Formulário de Referência.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, realizamos os seguintes aumentos de capital:

Data	Natureza da operação	Quantidade de Ações	Valor por ação
			(R$)
03/09/2015	Incorporação	2.170.656	R$38,00

Para mais informações sobre os aumentos de capital realizados pela Companhia, vide item "17.2. Aumentos do Capital Social", deste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre a Oferta, ver Fato Relevante da Oferta divulgado nos websites da CVM, da B3 e do RI da Companhia.

- **Complemento ao item 18.1 - reembolso de capital**

O direito de reembolso é previsto nos seguintes casos:

Liquidação da Companhia
No caso de liquidação da Companhia, os acionistas têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Titulares de ações ordinárias têm o direito de participar de futuros aumentos de capital na Companhia, na proporção de suas participações no capital social, mas não estão obrigados a subscrever ações nestes aumentos de capital.

Direito de Recesso
Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia geral poderá retirar-se da mesma, mediante o reembolso do valor de suas ações com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, dentre outras, nos seguintes eventos:

- cisão da Companhia (observado o disposto abaixo);
- redução do dividendo obrigatório da Companhia;

• mudança do objeto social da Companhia;
• fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e
• participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, ainda, que a cisão da Companhia ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar:
• a mudança do objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia.
• a redução do dividendo obrigatório da Companhia; ou
• a participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Nos casos de fusão ou incorporação da Companhia ou, ainda, na participação em grupo de sociedades, os acionistas da Companhia não terão direito de recesso caso suas ações (i) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) tenham dispersão, de forma que o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembleia geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a sua estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial levantado em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia geral.

- **Complemento ao item 18.1 - condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Direito a dividendos: Como a Companhia participa do segmento do Novo Mercado e, portanto, só possui uma espécie de ação (ordinária), o único modo de alteração do dividendo mínimo obrigatório, mencionado no item 18.1(a), é por meio de alteração do próprio Estatuto da Companhia, com a convocação de Assembleia Geral Extraordinária nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações. O quórum para a aprovação da matéria apreciada em Assembleia Geral Extraordinária será definido nos moldes do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, sendo necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações. É importante mencionar, que a redução do dividendo obrigatório é hipótese que pode desencadear o exercício do direito de retirada pelo acionista dissidente, como versa o artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações.

Direito de voto: Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto em todas as deliberações da Assembleia Geral de acionistas. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações sem direito a voto ou com direito de voto restrito.

Direito de reembolso: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas da Companhia em assembleia geral extraordinária, devendo ser aprovado por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações atingidas.

- **Complemento ao item 18.1 - direito a participação em oferta pública por alienação de controle**

Em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, ainda que por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ("OPA") dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Controle; (iv) no caso de aquisição de ações da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% do seu capital social, por qualquer acionista, direito de alienação das suas ações por um preço não inferior ao maior valor entre: (a) 125% da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; (b) 125% do preço unitário mais alto pago pelo Acionista Adquirente, a qualquer tempo,

para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; (c) o valor econômico apurado em laudo de avaliação, na forma prevista no Estatuto Social. Poderá, ainda, ser solicitada a revisão do preço da OPA, por acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 10% do capital social, nos termos estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia. Estão excluídos destas obrigações os acionistas que na data da publicação do Anúncio de Início já sejam titulares de 20% ou mais do total de ações da Companhia e seus sucessores, aplicando-se exclusivamente aos investidores que adquiriram ações e se tornaram acionistas da Companhia após a data da eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado. O percentual de 20% aqui explicitado não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% do total das ações de sua emissão em decorrência (1) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 dias contados do evento relevante; (2) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (3) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (4) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Finalmente, para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações de emissão da Companhia, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações; (v) se qualquer investidor vier a se tornar titular de 20% ou mais do capital social da Companhia em razão da aquisição de Ações no âmbito da Oferta, os demais acionistas terão o direito de alienação de suas ações a tal investidor em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada de acordo com o disposto no item (iv) acima, ressalvado, no entanto, que o procedimento da Oferta não terá qualquer limitação à capacidade de um investidor adquirir Ações que o tornem titular de 20% ou mais do capital social da Companhia.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
27/02/2015	02/03/2015 à 01/03/2016	549.472.126,66	Ordinária		1.600.000	1,200000	1.600.000	30,55	R$ por Unidade	100,000000
Objetivo: maximizar a geração de valor para os acionistas, sendo que as ações poderão ser utilizadas para atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: BTG PACTUAL CTVM S.A. estabelecida na Avenida Faria Lima, nº 3477, 11º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-133; ITAÚ CV S.A. estabelecida na Avenida Faria Lima, nº 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS estabelecida na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 – 10º andar (parte) e 12º a 14º, CEP 04542-000; SANTANDER CCVM S.A. estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2041, 2235 – parte, 24º andar, São Paulo/SP, CEP 04543-011; e MORGAN STANLEY CTVM S.A. estabelecida na Avenida Faria Lima, nº 3.600, 6º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132. A data-base a que se referem as reservas de lucro é 31/12/2014.										
28/09/2015	29/09/2015 à 28/09/2016	451.767.949,57	Ordinária		1.600.000	1,200000	143.500	28,10	R$ por Unidade	8,968750
Objetivo: maximizar a geração de valor para os acionistas, sendo que as ações poderão ser utilizadas para atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia, bem como ao exercício do direito de aquisição de ações sob qualquer plano de incentivo baseado em ações de emissão da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: BTG PACTUAL CTVM S.A. estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 11º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-133; ITAÚ CV S.A. estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; BRASIL PLURAL CCTVM S.A. estabelecida na Rua Surubim, nº 373, Térreo, conjuntos 01-parte e 02, São Paulo/SP, CEP 04571-050; SANTANDER CCVM S.A. estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2041, 2235 – parte, 24º andar, São Paulo/SP, CEP 04543-011; e MORGAN STANLEY CTVM S.A. estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, 6º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132. A data-base a que se refere as reservas de lucro é 30/06/2015.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	2.231.967	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	45.876	27,84
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.186.091	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2017

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	2.292.775	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	60.808	30,10
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.231.967	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2016

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	2.199.275	
Quantidade adquirida	143.500	28,10
Quantidade alienada	50.000	28,30
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.292.775	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) envolvendo a evolução das cotações das ações emitidas, inclusive no que diz respeito a operações associadas a instrumentos tais como “Total Equity Return Swap”, ou operações assemelhadas.

Em complemento ao item 19.2, apresentamos abaixo o quadro com as movimentações das ações em tesouraria de 01/01/2019 até 18/04/2019, quando realizamos a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

Espécie de ação	**Classe ação ordinária**	
Ordinária		
Movimentação	**Quantidade (Unidades)**	**Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)**
Saldo inicial	2.186.091	
Aquisição	0	
Alienação	168.333	35,15
Cancelamento	0	
Saldo final	2.017.758	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**24/10/2016**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Acionistas controladores da Companhia (ou acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social que exerça o Poder de Controle, assim como grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum, que exerçam o Poder de Controle), membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, diretores, gerentes e funcionários da Companhia, sociedades controladas e/ou sob controle comum e seus respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais da Companhia que tenham acesso a Informações Relevantes, assim como outros que a Companhia considere necessário ou conveniente.

Principais características

O objetivo da Política de Negociação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando a negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informação Relevante. A Política de Negociação da Companhia foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002 e está disponível (i) no website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.totvs.com.br); e (ii) no website da CVM (www.cmv.gov.br).

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, é vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia na pendência de divulgação de ato ou fato relevante, nos seguintes casos:
(i) pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, nas datas em que a própria Companhia negocie com ações de emissão da Companhia;
(ii) pela Companhia e/ou pelas Pessoas Vinculadas, na pendência de qualquer Ato ou Fato Relevante relativo aos negócios da Companhia não divulgado ao mercado, de que tenham conhecimento;
(iii) pela Companhia e/ou pelas Pessoas Vinculadas, sempre que existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária relevante, e no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos limites do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/2003, até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, com Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

As Pessoas Vinculadas e a Companhia não poderão negociar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que antecederem o encerramento de cada trimestre objeto de divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), exigidas pela CVM, até que tais divulgações sejam realizadas; e (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de Informação Relevante não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

As Pessoas Vinculadas que tenham compartilhado Informação Relevante com aqueles mencionados acima devem se assegurar de que eles tenham conhecimento destas vedações.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia: (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou (ii) até a divulgação, pela Companhia, da Informação Relevante ao mercado.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

As vedações a negociação de Valores Mobiliários da Companhia deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue a Informação Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da Informação Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado à Informação Relevante.

As normas da Política de Negociação aplicam-se também nos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem para o seu benefício direto e/ou indireto, mediante a utilização, por exemplo, de: (i) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (ii) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fideicomisso (trust); (iii) procuradores ou agentes; (iv) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na respectiva declaração anual de imposto sobre a renda.

O Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar às Corretoras Credenciadas os históricos de negociação das Pessoas Vinculadas com títulos e mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados, a fim de averiguar eventuais violações a Política de Negociação.

As Pessoas Vinculadas também estão proibidas de utilizar informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenham conhecimento e da qual devam manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários. Mesmo após sua divulgação ao mercado, a Informação Relevante deve continuar a ser tratada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

As vedações previstas nos itens da Política de Negociação não se aplicarão às Pessoas Vinculadas nem à própria Companhia nas seguintes hipóteses: (i) quanto a operações com Valores Mobiliários negociados por Pessoas Vinculadas no âmbito do respectivo Plano Individual de Investimento, previamente arquivado junto à Diretoria de Relações com Investidores, que deverá observar os critérios da presente Política de Negociação e da Instrução CVM nº 358/2002; e (ii) aquisição de ações de emissão da Companhia (a) que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, ou (b) por meio de aumento de capital, decorrentes do exercício de opção de compra por Pessoas Vinculadas, de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações e plano de incentivo de longo prazo baseado em ações, aprovados em assembleia geral de acionistas.

As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Ainda, as disposições da Política de Negociação não elidem a responsabilidade de terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento sobre Informação Relevante.

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo ("Política de Divulgação"), aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2015.

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Para fins da Política de Divulgação, entende-se por:

- "Pessoas Vinculadas": os acionistas controladores da Companhia (ou acionista detentor de menos de 50% do capital social que exerça o poder de controle, assim como grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum, que exerçam o poder de controle), membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, diretores, gerentes e funcionários da Companhia, sociedades controladas e/ou sob controle comum e seus respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas que tenham acesso a Informações Relevantes, assim como outros que a Companhia considere necessário ou conveniente;

Todas as Informações Relevantes que devem ser divulgadas publicamente são analisadas previamente pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo Diretor de Marketing, Alianças e Modelos de Negócio, Canais e Relações Humanas, pelo Diretor Jurídico e pelo Diretor-Presidente da Companhia com o objetivo de preservar a qualidade da comunicação e garantir uma divulgação de informações precisa ao mercado.
Ademais, a Companhia dispõe de um controle e gestão de identidades para gerenciar o acesso às informações relevantes contidas em seus sistemas de gestão, plataformas de colaboração de documentos e conteúdos e comunidades internas com objetivo de evitar o acesso a informações relevantes por pessoas não vinculadas.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Ademais, as Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos e somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escapou ao controle da Companhia ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados ao Diretor de Relações com Investidores que, junto com o Diretor de Marketing, Alianças e Modelos de Negócio Canais e Relações Humanas, o Diretor Jurídico e o Diretor-Presidente da Companhia, analisará a melhor maneira de comunicar precisamente tal informação ao mercado.

Para maiores detalhes sobre a Política de Divulgação, vide item 21.2 abaixo.

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

A Política de Divulgação da Companhia foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002. Deverão realizar o treinamento da Política de Divulgação, seguido de uma avaliação (para aprovação deve-se obter 80% de acerto) e assinar virtualmente o Termo de Adesão à Política de Divulgação, tornando-se Pessoas Vinculadas para os fins aqui previstos, os acionistas controladores da Companhia (ou acionista detentor de menos de 50% -cinquenta por cento- do capital social que exerça o Poder de Controle, assim como grupo de acionistas que não seja signatário de acordo de votos e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum, que exerçam o Poder de Controle), membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, diretores, gerentes e funcionários da Companhia, sociedades controladas e/ou sob controle comum e seus respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas que tenham acesso a Informações Relevantes, assim como outros que a Companhia considere necessário ou conveniente.

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, além daquelas previstas em lei ou determinadas pela CVM, pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias do Valor Econômico (www.valor.com.br/fatosrelevantes); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.totvs.com.br); (iii) do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM (Sistema IPE), conforme faculdade conferida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 547, de 5 de fevereiro de 2014 e (iv) da página na rede mundial de computadores das bolsas de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam em negociação.

Não obstante a divulgação de Informação Relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer Informação Relevante poderá ser também publicada nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores. As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante deverão, sempre que se

certificarem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, comunicar imediatamente a Informação Relevante diretamente à CVM.

A Informação Relevante deverá ser, sempre que possível, divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, porém, preferencialmente, após o encerramento dos negócios onde os Valores Mobiliários sejam negociados. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento das Bolsas de Valores localizadas no Brasil.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público escape ao controle da Companhia ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público escape ao controle da companhia ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.